



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**A Luta pela Vida na Floresta:**

Um estudo comparativo entre a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã-Baquiá (Brasil) e a Zona de Reserva Campesina El Pato – Balsillas (Colômbia).

David Alejandro Sepúlveda Vélez

Orientadora: Izabel Cristina Bruno Bacellar Zaneti

Tese de Doutorado

Brasília – DF, abril de 2018.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**A Luta pela Vida na Floresta:**

Um estudo comparativo entre a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã-Baquiá (Brasil) e a Zona de Reserva Campesina El Pato – Balsillas (Colômbia).

David Alejandro Sepúlveda Vélez.

Tese de Doutorado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Doutor em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão Ambiental.

Aprovada por:

---

**Profa. Dra. Izabel Cristina Bruno Bacellar Zaneti**  
Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB).  
(Orientadora)

---

**Profa. Dra. Cristiane Gomes Barreto**  
Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB)  
(Examinador Interno).

---

**Profa. Dra. Elizabeth Del Socorro Ruano Ibarra**  
Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA/UnB).  
(Examinador Externo)

---

**Dra. Daniela de Oliveira Silva**  
Consultora da Empresa Greenteach na área de gestão de projetos de conservação e áreas protegidas da Amazônia (Examinador Externo).

---

**Prof. Dr. Alessandro Roberto de Oliveira**  
Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB) (Suplente).

Brasília – DF, abril de 2018.

Alejandro Sepúlveda Vélez, David.  
AAL366 A Luta pela Vida na Floresta: um Estudo Comparativo entre a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã Baquiá (Brasil) e a Zona de Reserva Campesina El Pato – Balsillas (Colômbia). / David Alejandro Sepúlveda Vélez; orientador Izabel Cristina B. Zaneti. -- Brasília, 2018.  
270 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) --  
Universidade de Brasília, 2018.

1. Reforma agrária. 2. Posse da terra. 3. Camponeses. 4. Lutas sociais. 5. Colômbia / Brasil . I. Cristina B. Zaneti, Izabel , orient. II. Título.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta tese e emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos. O (a) autor (a) reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta tese de doutorado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do(a) autor(a).

---

Assinatura

Dedico esta tese à minha família, especialmente, à minha avó, Dona Sofia Cano de Vélez, que agora está no céu cuidando dos meus passos. Aos meus pais, irmãos e sobrinhas.



## AGRADECIMIENTOS

*“Uno vuelve siempre a los viejos sitios donde amo la vida”* (Mercedes Sosa) – embora eu pense que a gente vai para esses lugares onde “a vida te ama”. Isso aconteceu comigo, durante esta pesquisa. A Amazônia, esse lugar cheio de misticismo e charme, foi o lugar escolhido para desenvolver a tese que aqui apresento. E valeu a pena? Com certeza, valeu. E a esse lugar, eu retornaria muitas vezes, pois, ali, eu realmente “amei a vida”.

Às vezes, a infinita beleza dos presentes que ganhamos da vida nos deixam sem palavras, e nenhuma frase parece ser adequada para expressar toda a gratidão que sentimos. Isso acontece comigo nesse momento, no qual olho para o caminho percorrido sem encontrar um agradecimento de tamanho satisfatório por tudo aquilo que foi vivido por mim.

A meus pais, Nicolas e Carolina, pelas muitas coisas que têm feito por mim, pelo amor e pela constante luta empreendida juntos. Aos meus irmãos, Natalia, Laura, Camilo e Salome, pelas ausências longas, mas pelo amor na distância. Às minhas sobrinhas, Valeria, Valentina, Gabrielle e Celeste, pela inocência e amor que me transmitem, mesmo com toda a distância. E à Gloria Elcy, por todo o seu amor.

Ao meu amor, Henry Alexander Gallego, a quem sou muito grato pelo afeto e pelas vivências que, nestes dois anos, temos compartilhado. Por me ajudar a ser uma pessoa melhor. Muito grato pela paciência e pela espera. A separação foi, sim, difícil, nós sabemos. Te amo muito!

Aos meus tios e tias, Juan, Betty, Olga, Luz Dary, Elcy. Aos meus amigos na Colômbia, por me ajudarem com as suas boas energias e amizade. À família Gallego Moncada (Eli, Gladys, Camilo, Astrid e Alonso) e aos “Moncaditas”. Pelo ânimo, boas energias e pelo carinho recebido, agradeço a Harold Morales, Camilo Rubio, Ana Cevelyn León, Daniela Manzano, Yeison Durango, Paola Ochoa, Camilo Ochoa. Obrigado, gente!

Aos meus amigos no Brasil, Rogerio Almeida, Carolina Alzate, Natalia Cabanillas, Pablo Santos, Luduvico Sousa, Claudia Alves, Hans Carrillo, William Cuellar, Carolina Castro e Juanita Mello. Vocês todos têm um lugar muito especial em meu coração. Muito obrigado mesmo, foram quatro anos maravilhosos! Muito grato à vida pela sua amizade e carinho para comigo.

À minha orientadora, a professora Izabel Zanetti, insisto em dizer que não foi fácil orientar um colombiano, mas para além das dificuldades da língua e do corre-corre, finalmente deu tudo certo. Muito grato pela paciência, pela orientação e pelas sugestões. Ao professor José Drummond, agradeço pelas conversas, pelos conselhos e pelo conhecimento transmitido.

À CAPES, agradeço pelos recursos investidos em minha educação e pela oportunidade dada a este estrangeiro de poder estudar neste maravilhoso país.

Ao CDS e ao PPG-CDS, agradeço pelo conhecimento compartilhado durante esses quatro anos, especialmente à professora Doris Sayago e à UnB, por acreditar em meu projeto. Pela partilha do conhecimento e pelas inúmeras experiências de vida, agradeço a todas as pessoas que fazem esses espaços.

Impossível não ser eternamente grato às comunidades da Zona de Reserva Campesina El Pato – Balsillas e da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã – Baquiá, pela ajuda, apoio incondicional e pelas experiências compartilhadas. Porque mesmo com tanta história de esquecimento e luta, vocês ainda conseguem transmitir amor, carinho e esperança. Sou muito grato pela oportunidade de ter conhecido seus territórios!

A todas as pessoas que colaboraram com a finalização deste trabalho, principalmente àquelas que, pela emoção do momento, não consigo lembrar, meu muito obrigado!

## RESUMO

O estudo ora apresentado busca analisar as mudanças decorrentes da criação da Zona de Reserva Campesina El Pato – Balsillas - ZRCPB (Colômbia) e da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã – Baquiá - RDSIB (Brasil), pensando aspectos, tais como: política fundiária (posse da terra e reestruturação fundiária), política social (moradia, educação, saúde) e agrícola (sistemas de organização social e fatores econômicos: sistemas produtivos, renda, assistência técnica, acesso ao crédito e aos mercados). O estudo enseja uma reflexão sobre a problemática do mundo agrário a partir do Paradigma da Questão Agrária – PQA e da estrutura fundiária presente nesses territórios. Ambas zonas foram criadas sob o propósito de reestruturar as relações fundiárias existentes. Os seus processos de criação se deram mediante lutas articuladas por camponeses e trabalhadores rurais que residem nessas regiões. Diante desses casos, a hipótese aduzida aqui é a de que a criação da ZRCPB e da RDSIB promove uma reestruturação fundiária e uma melhor redistribuição de terras entre os camponeses, via mecanismos de implementação de políticas fundiárias (regulação fundiária e posse da terra) e agrícolas (sociais, produtivas e econômicas). A fim de dar respostas à hipótese, e em sintonia com os objetivos da tese, foi utilizada uma metodologia qualitativa comparativa, amparada em procedimentos de coleta de dados: entrevistas, diálogos abertos, grupo focal e observação direta em campo. Os resultados fazem evidenciar que a luta social se torna bem-sucedida quando baseada na reivindicação de direitos fundiários e sociais efetivos. Dito isto, asseveramos que a criação dessas áreas cumpriu com o objetivo da redistribuição fundiária nas regiões de El Pato (Balsillas) e Itatupã (Baquiá). Embora, se compararmos com o momento anterior à criação das zonas, elas careçam de mudanças significativas em aspectos como educação, saúde, infraestrutura física e sistemas produtivos. De um modo geral, essas políticas de reforma agrária asseguraram o direito à posse da terra, não obstante ainda faltem esforços na direção da conquista de melhores condições sociais, garantia de acesso ao crédito, à tecnologia, aos mercados e à assistência técnica de qualidade.

**Palavras chave:** Reforma agrária; Posse da terra; Camponeses; Lutas sociais; Colômbia; Brasil.

## ABSTRACT

This study discusses the changes that occurred as a result of the creation of the Zona de Reserva Campesina El Pato - Balsillas (Colombia) and the Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã - Baquiá Brazil), in terms of: land policy (land tenure and land restructuring) and agricultural policy in aspects such as: housing, education, health and social organization systems and economic aspects such as: productive systems, income, technical assistance, access to credit and markets. The study makes a reflection of the agrarian question from the Agrarian Question Paradigm - PQA and the land structure present in these territories. The Zona de Reserva Campesina El Pato - Balsillas and the Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã - Baquiá were created with the purpose of restructure the land relations in their respective zones. The processes of creation of these two zones were as a result of many organized struggles of the peasants and rural workers residing in the regions where they are located. In this sense, it is proposed that the creation of ZRCPB and RSDSIB promoted a land restructuring and a better distribution of land for peasants, as a mechanism for implementing land policies (land tenancy regulation) and agricultural policies (social, productive, and economic policies). In order to answer this hypothesis and to fulfill the objective of the thesis was used the qualitative methodology of comparative study and research procedures for the collection of data such as: interviews, open dialogues, focus group and direct observation in the field. The results of the research point to the fact that the social struggle is successful, when organized in the claim of land and social rights. It was verified that the creation of these areas fulfilled its objective of land redistribution and land tenure in the regions of El Pato - Balsillas and Itatupã - Baquiá. It was observed that there were no significant changes in the aspects such as education, health, physical infrastructure and productive systems, in relation to the time before the creation of the areas. It is concluded that land reform policies in both situations ensured the right to land ownership but should ensure improvements in the above-mentioned aspects and guarantee access to credit, technology, markets and good quality technical assistance.

**Key-words:** Agrarian reform; Land tenancy; Peasants; Social struggles; Colombia; Brazil.

## RESUMEN

El presente estudio busca analizar los cambios ocurridos como resultado de la creación de la Zona de Reserva Campesina El Pato – Balsillas (Colombia) e de la Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã – Baquiá (Brasil), en terminos de: política de tierras (titulación de tierras e reestructuración fundiaria) y politica agrícola en aspectos como vivienda, educación, salud e en los sistemas de organización social e en aspectos económicos como: sistemas productivos, ingresos, asistencia tecnica, crédito e acceso al mercado. Este estudio hace una reflexion sobre la cuestión agrária a partir el Paradigma de la Cuestión Agrária e de la estructura de tierras presente en estos territorios. La Zona de Reserva Campesina El Pato (Balsillas) y la Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã (Baquiá) fueron creadas com el objetivo de reestructurar las relaciones fundiarias en estas zonas. Los procesos de creación de estas áreas son resultado de muchas luchas organizadas de los campesinos y los trabajadores rurales residentes en las regiones donde se encuentran ubicadas. En ese sentido se propone como hipótesis que la creación de la ZRCPB y de la RSDIB promovió una reestructuración fundiaria y una mejor distribución de la tierra para los campesinos, como mecanismo de implementación de políticas de tierras e políticas agrícolas. Para responder a esa hipótesis y cumplir el objetivo de este estudio fue usada una metodología cualitativa de estudio comparativo y procedimientos de investigación para la recolección de datos, tales como: entrevistas, dialogos abiertos, grupos focales y observación directa en campo. Los resultados de la investigación apuntan al hecho de que la lucha social es exitosa, cuando es organizada com el objetivo de reivindicar los derechos por la tierra y los derechos sociales. Se verificó que la creación de las áreas cumplió el objetivo de redistribuir las tierras en las regiones de El Pato (Balsillas) e Itatupã (Baquiá). Fue observado que no hubo cambios significativo en aspectos como educación, salud, infraestructura física y en los sistemas productivos, con relación a la epoca antes de la creación de la áreas. Se concluye que las políticas de reforma agraria, en ambas situaciones, aseguran el derecho a la tierra, pero deben tambien asegurar mejoras em los aspectos mencionados y garantizar el aceso al crédito, a la tecnologia, a los mercados y a la asistecnia tecnica de buena calidad.

**Palabras clave:** Reforma agraria; Tierra; Campesinos; Luchas sociales; Colombia; Brasil.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1** – Atores envolvidos na estrutura agrária da ZRCPB e da RDSIB.
- Figura 2** – Por do sol na Zona de Desenvolvimento Sustentável Itatupã - Baquiá.
- Figura 3** – Processo de recriação do campesinato.
- Figura 4** – Linha do Tempo dos processos históricos (ZRC El Pato – Balsillas).
- Figura 5** – Casa pichada pelas FARC, na vereda Balsillas.
- Figura 6** – Linha do Tempo dos processos históricos na RDS Itatupã – Baquiá.
- Figura 7** – Camponês colombiano na Zona Reserva Campesina El Pato – Balsillas.
- Figura 8** – Ciclo da posse da terra.
- Figura 9** – Evolução do índice GINI de concentração de terra na Colômbia de 1960 a 2016.
- Figura 10** – Distribuição percentual do número e área de unidades produtivas de acordo com o tamanho (Ha) na Colômbia.
- Figura 11** – Evolução percentual do número de unidades produtivas de acordo com o tamanho (Ha.).
- Figura 12** – Brasil: Famílias assentadas em lotes da reforma agrária pelo INCRA, por ano, 1995 até 2015.
- Figura 13** – Evolução do índice GINI no Brasil desde o ano 1960 até o ano 2010.
- Figura 14** – Distribuição percentual do número e área de unidades produtivas de acordo com o tamanho (Ha) no Brasil.
- Figura 15** – Evolução percentual do número de unidades produtivas de acordo com o tamanho (Ha).
- Figura 16** – As montanhas e o Rio, O início desta viagem.
- Figura 17** – Mapa de localização geográfica da Zona de Reserva Campesina El Pato – Balsillas.
- Figura 18** – As estradas do lugar, Vereda Lusitania.
- Figura 19** – Mapa topográfico da ZRC El Pato – Balsilla.
- Figura 20** – Mapa hidrográfico da ZRC El Pato –Balsillas.
- Figura 21** – Distribuição etária da população da ZRC El Pato – Balsillas.
- Figura 22** – Igreja Católica; vereda Balsillas.
- Figura 23** – Atores e relações na estrutura fundiária na ZRC El Pato – Balsillas.
- Figura 24** – O contraste entre moradias da Zona de Reserva El Pato – Balsillas.
- Figura 25** – Infraestrutura educativa na ZRC El Pato – Balsillas.
- Figura 26** – População da ZRC El Pato – Balsillas por idade e escolaridade.
- Figura 27** – O estado das escolas na ZRC El Pato – Balsillas.
- Figura 28** – Fontes de abastecimento de água na ZRC El Pato – Balsillas.

**Figura 29** – Posto de saúde na ZRC El Pato – Balsillas.

**Figura 30** – Tipos de acesso ao serviço de saúde na ZRC El Pato – Balsillas.

**Figura 31** - Lugares de consulta médica na ZRC El Pato – Balsillas.

**Figura 32** – Tamanho das unidades produtivas na ZRC El Pato – Balsillas.

**Figura 33** – Fluxos de comercialização/consumo dos principais produtos agrícolas produzidos na ZRC El Pato – Balsillas.

**Figura 35** – Porcentagem de distribuição das áreas nas unidades produtivas na ZRC El Pato – Balsillas.

**Figura 36** – Porcentagem de distribuição das atividades pecuárias praticadas na ZRC El Pato – Balsillas.

**Figura 37** – Fluxo de comercialização/consumo dos principais produtos pecuários produzidos na ZRC El Pato – Balsillas.

**Figura 38** - Porto de Santana – Amapá, O início desta viagem.

**Figura 39** – Mapa de localização geográfica da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã – Baquiá.

**Figura 40** – O transporte fluvial na RDS Itatupã – Baquiá, Belo horizonte.

**Figura 41** – Mapa dos solos na RDS Itatupã – Baquiá.

**Figura 42** – Mapa hidrográfico da RDS Itatupã - Baquiá.

**Figura 43** – Distribuição etárias da população na RDS Itatupã – Baquiá.

**Figura 44** – Celebração religiosa na comunidade de Santa Luzia do Ururucui.

**Figura 45** – Atores e relações na estrutura fundiária na RDS Itatupã – Baquiá.

**Figura 46** – O contraste das casas na RDS Itatupã – Baquiá.

**Figura 47** – Infraestrutura educativa na RDS Itatupã – Baquiá.

**Figura 48** – População da RDS Itatupã – Baquiá por idade e escolaridade.

**Figura 49** – Forma de captação da água na RDS Itatupã – Baquiá.

**Figura 50** – Posto de saúde na RDS Itatupã – Baquiá.

**Figura 51** – Acesso ao atendimento médico na RDS Itatupã – Baquiá.

**Figura 52** – O açaí pronto para a comercialização.

**Figura 53** – Fluxo de comercialização do açaí produzido na RDS Itatupã – Baquiá.

**Figura 54** – Distribuição percentual das atividades vegetais praticas na RDS Itatupã – Baquiá.

**Figura 55** – Produto da pesca na RDS Itatupã – Baquiá.

**Figura 56** – Distribuição percentual das atividades animais praticas na RDS Itatupã – Baquiá.

**Figura 57** – A floresta amazônica, Rio Tauari.

## LISTA DE TABELAS

**Tabela 1** – Número de participantes dos diálogos abertos em cada comunidade, na ZRC El Pato – Balsillas.

**Tabela 2** – Número de participantes dos diálogos abertos em cada comunidade, na RDS Itatupã - Baquiá.

**Tabela 3** – População total estimada da ZRC El Pato – Balsillas.

**Tabela 4** – População total estimada da RDS Itatupã – Baquiá.



## LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** – Resumo da colheita de dados primários com órgãos do governo e organizações civis.
- Quadro 2** – Diferenças e similaridades entre a produção capitalista e a camponesa.
- Quadro 3** – Índices comparativos entre o agronegócio e o campesinato.
- Quadro 4** – Elementos das diferentes tipologias de estrutura agrária.
- Quadro 5** – Número de famílias assentadas do período militar até o governo Rouseff.
- Quadro 6** – Marco constitucional para o modelo de ZRC.
- Quadro 7** – Divisão político administrativa da ZRC El Pato – Balsillas.
- Quadro 8** – Distribuição percentual do relevo na ZRC El Pato – Balsillas.
- Quadro 8** – Área territorial, população e densidade demográfica do município de San Vicente del Caguán e da ZRC El Pato – Balsillas.
- Quadro 9** – Resumo do sistema educativo na ZRC El Pato – Balsillas.
- Quadro 10** – Resumo dos sistemas produtivos agrícolas e pecuários na ZRC El Pato – Balsillas.
- Quadro 11** – Marco constitucional para o modelo de RDS.
- Quadro 12** – Divisão político administrativa da RDS Itaupã – Baquiá.
- Quadro 13** – Área territorial, população e densidade demográfica do município de Gurupá e da RDS Itatupã – Baquiá.
- Quadro 14** – Estado da infraestrutura educativa da RDS Itatupã – Baquiá.
- Quadro 15** – Resumo dos sistemas agroextrativistas na RDS Itatupã - Baquiá.
- Quadro 16** – Resumo comparativos dos elementos da estrutura agrária na ZRC El Pato – Balsillas e na RDS Itatupã – Baquiá.
- Quadro 17** – Resumo comparativo da posse da terra, dos direitos de uso e dos órgãos gestores na ZRC – PB e RDS – IB.
- Quadro 18** – Resumo comparativo das condições físicas dos imóveis na ZRC El Pato – Balsillas e na RDS Itatupã – Baquiá.
- Quadro 19** – Resumo das características educativas na ZRC El Pato – Balsillas e na RDS Itatupã – Baquiá.
- Quadro 20** – Resumo das características de saúde na ZRC El Pato – Balsillas e na RDS Itatupã – Baquiá.
- Quadro 21** – Resumo comparativos dos sistemas de produção-extração na ZRC El Pato – Balsillas e na RDS Itatupã – Baquiá.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMCOP – Asociación Municipal de Colonos del Pato  
ANUC – Asociación Nacional de Usuários Campesinos  
ANZORC – Asociación Nacional de Zonas de Reserva Campesina  
ATRAEIB – Associação dos Trabalhadores Rurais e Extrativistas de Itatupã – Baquiã  
BRUMASSA - Bruynzeel Madeireira S. A  
CEPAL – Comissão Econômica para América Latina  
CORPOAMAZONÍA - Corporación para el Desarrollo de Sur de la Amazonía  
DRI – Desenvolvimento Rural Integrado  
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
FARC – Fuerzas Armadas Revolucionárias de Colombia  
FASE - Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional  
FHC – Fernando Henrique Cardozo  
FNA – Fondo Nacional Agropecuario  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMBio – Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade  
IIEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil  
IGAC – Instituto Geográfico Agustín Codazzi  
INCORA – Instituto Colombiano de Reforma Agrária  
INCODER – Instituto Colombiano de Desarrollo Rural  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
ISA – Instituto Socioambiental  
MMA – Ministério do Meio Ambiente  
MTS – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra  
ONG – Organização não governamental  
PCA – Paradigma do Capitalismo Agrário  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PQA – Paradigma da Questão Agrária  
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável  
RDSIB – Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã – Baquiã  
SINCHI - Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas  
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação  
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais  
ZRC – Zona de Reserva Campesina  
ZRCPB – Zona de Reserva Campesina El Pato – Balsillas.

# SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE TABELAS

LISTA DE QUADROS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>INTRODUÇÃO GERAL .....</b>	<b>19</b>
Procedimentos metodológicos da pesquisa .....	27
O estudo comparativo .....	27
Identificação dos atores .....	28
Etapas da coleta de dados e do processo investigatório .....	30

## **CAPÍTULO 1.**

### **A QUESTÃO AGRÁRIA: Posicionamentos conceituais.**

Introdução .....	36
1.1. O problema do campo: entre o capitalismo e a agricultura familiar .....	37
1.2. A questão agrária na Zona de Reserva El Pato – Balsillas: entre a colonização e a violência do Estado .....	49
1.2.1. As origens da colonização e ocupação de El Pato – Balsilla (1890 - 1960) .....	51
1.2.2. A marcha da morte ou marcha negra (1964 - 1970) .....	53
1.2.3. A marcha da vida, que ainda continua .....	55
1.2.4. O Acordo de Havana e o pós-conflito .....	57
1.3. A questão agrária na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã – Baquiá: uma história entre o ciclo da borracha e a sustentabilidade .....	59
1.3.1. O ciclo da borracha e o regime de aviamento .....	60
1.3.2. O ciclo da exploração madeireira e o início da luta .....	61
1.3.3. Mobilização Social, luta sindical e regulação fundiária .....	63
1.4. Notas Finais .....	65

## **CAPÍTULO 2.**

### **ESTRUTURA FUNDIÁRIA E REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL E NA COLÔMBIA: Uma luta contra a concentração de terras.**

Introdução .....	68
2.1. A reforma agrária, muito além da redistribuição da terra .....	68
2.2. Reforma agrária: breve olhar às propostas acadêmicas .....	72
2.3. Reforma agrária: um olhar às propostas dos camponeses .....	73
2.4. Noções teóricas sobre a estrutura agrária .....	75
2.5. A reforma agrária e a estrutura fundiária na Colômbia .....	79
2.1.1. O legado colonial .....	81
2.1.2. A cultura do café e a colonização da fronteira agrícola .....	83
2.1.3. Tentativas de reforma agrária no século XX .....	84
2.1.4. A modernização do setor agrícola .....	88
2.1.5. O caminho da criação das Zonas de Reserva Campesina .....	92
2.1.6. Novo século, novas esperanças .....	93
2.2. A reforma agrária e a estrutura fundiária no Brasil .....	98
2.2.1. Entre as sesmarias e o Brasil republicano .....	99
2.2.2. O início da Era Republicana e o esquecimento do campo.....	104
2.2.3. Do Estatuto da Terra à política agrária atual .....	105

## **CAPÍTULO 3.**

### **O INÍCIO DA LUTA: Zona de Reserva Campesina El Pato - Balsillas - História e os contextos sociais e econômicos.**

Introdução .....	117
3.1. Estabelecimento da legislação .....	118
3.2. Caracterização da área de estudo .....	122
3.2.1. Localização Geográfica .....	123
3.2.2. Divisão político-administrativa .....	124
3.2.3. Rotas de acesso .....	126
3.2.4. Fatores bióticos e abióticos .....	127
3.2.4.1. Fatores abióticos .....	127
3.2.4.2. Meio Biótico .....	131
3.3. Zona de Reserva Campesina e o problema do social .....	133
3.3.1. Aspectos demográficos da ZRC El Pato – Balsillas .....	133
3.3.2. O contexto do social .....	136

3.3.2.1.	Relações entre os diferentes atores da estrutura fundiária na ZRCPB .	136
3.3.2.2	Divisão político-administrativa .....	138
3.3.2.3	Relação entre grandes proprietários e os narcotraficantes .....	138
3.3.2.4	Relação entre os grandes proprietários e os guerrilheiros .....	138
3.3.2.5	Relações entre os grupos guerrilheiros e o Estado .....	138
3.3.2.6	Relações entre o Estado e os narcotraficantes .....	139
3.3.2.7	Relações entre os camponeses, os grandes proprietários e os narcotraficantes .....	139
3.3.2.8	Relações entre os camponeses e o Estado .....	140
3.3.2.8	Relações entre os camponeses e as guerrilhas .....	140
3.3.2.9	Posse da terra e moradia .....	141
3.3.2.9	Educação .....	142
3.3.2.1	Saúde .....	147
3.3.2.2	Organização social .....	150
3.4.	Zona de Reserva Campesina e o problema econômico .....	152
3.4.1.	Características da produção agropecuária .....	152
3.4.1.1	Sistemas agrícolas na ZRC El Pato – Balsillas .....	153
3.4.1.2	Sistemas pecuários na ZRC El Pato – Balsillas .....	156

## **CAPÍTULO 4.**

A Vida e Resistência na Floresta: Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã –  
Baquiá - caracterização da área de estudo.

Introdução .....	161
4.1. Legislação e regulamento .....	161
4.2. Caracterização da área de estudo .....	164
4.2.1. Localização geográfica .....	166
4.2.2. Divisão político-administrativa .....	166
4.2.3. Rotas de Acesso .....	167
4.2.4. Fatores bióticos e abióticos .....	168
4.2.4.1 Fatores abióticos .....	168
4.2.4.2 Fatores bióticos .....	171
4.3. Reserva de Desenvolvimento Sustentável e o problema social .....	172
4.3.1. Aspectos demográficos da RDS Itatupã – Baquiá .....	172
4.3.2. O contexto social .....	174
4.3.2.1. Relações entre os diferentes atores da estrutura fundiária na ZRCPB .	174
4.3.2.1. Relação entre grandes proprietários e o poder público .....	175

4.3.2.2. Relação entre os grandes e os pequenos proprietários .....	176
4.3.2.3. Relações entre pequenos proprietários e as organizações civis (STR e FASE) .....	176
4.3.2.4. Relações entre as organizações sociais e o poder público .....	176
4.3.2.5. Posse da terra e moradia .....	177
4.3.2.6. Educação .....	178
4.3.2.7. Saúde .....	181
4.3.2.8. Organização social .....	184
4.4. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável e a economia local .....	185
4.4.1. Características da produção extrativista e agropecuária .....	185
4.4.1.1. Sistemas agroextrativistas vegetais na RDS Itatupã – Baquiá .....	186
4.4.1.2. Sistemas extrativistas animais .....	190

## **CAPÍTULO 5.**

As vidas, as lutas, a floresta:  
os resultados comparativos da pesquisa.

Introdução .....	196
5.1. A estrutura fundiária e o acesso à terra nas áreas de estudo .....	197
5.2. As vidas, as histórias e as lutas .....	199
5.3. Os aspectos sociais na ZRC – PB e na RDS – IB .....	199
5.3.1. A posse da terra e a moradia .....	199
5.3.2. A Educação nas áreas de estudo .....	202
5.3.3. A saúde nas áreas de estudo .....	205
5.3.4. A organização social nas áreas de estudo .....	207
5.4. Os sistemas produtivos nas áreas de estudo .....	208
Considerações finais .....	211
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>214</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>229</b>

## INTRODUÇÃO GERAL

Nos países do nosso continente são necessárias reflexões acadêmicas que elucidem sobre a importância da reforma agrária como mecanismo político para atenuar as desigualdades sociais e fortalecer a democracia. Nessa análise se faz importante reconhecer que os direitos políticos correspondem a uma dimensão inalcançável para aqueles desprovidos de direitos sociais e econômicos. Nessa trilha e em tempos de democracias recuadas ou de claras evidências de intensidade democrática em nossos países é importante avivar a preocupação com a concentração de terra como um fenômeno persistente que nega direitos a aqueles mais vulneráveis, dentre eles indígenas, quilombolas, trabalhadores rurais (camponeses, extrativistas e ribeirinhos) e outros pertencimentos indenitários.

O tema da terra suscita, segundo Fajardo (2002), dois tipos de discussões. A primeira está baseada na ideia de que *“la tierra ha perdido importancia como factor productivo y que el acceso a la misma no genera poder económico, ni político; por tanto, los esfuerzos encaminados a su redistribución serían una inversión inútil, que no lograría otra cosa que crear pobres<sup>1</sup> con tierra”*. A segunda, também desenvolvida por Fajardo (2002, p.34), tem a ver com:

*El significado estratégico que tienen para el desarrollo en general y para el del campo, en particular, una distribución equitativa de la tierra, la democratización del acceso a los demás recursos para la producción, como la tecnología y el crédito; acceso más democrático a los mercados, la capacidad real de agregar valor a los bienes de origen agropecuario, desde la finca y la localidad. Reconoce también la importancia del equilibrio campo-ciudad en la distribución de los beneficios del desarrollo y además la construcción de una institucionalidad democrática.*

A questão agrária pode ser analisada a partir de dois territórios distintos: o campesinato e o latifúndio ou agronegócio, levando em consideração a renda da terra, o processo de diferenciação e recriação dos camponeses, o conflito e as consequências derivadas do desenvolvimento do capitalismo no campo. Partindo dessa perspectiva, o desenvolvimento da agricultura camponesa depende da distribuição equitativa da terra, do acesso democrático

---

<sup>1</sup> A noção de pobreza refere-se a “algum tipo de privação, que pode ser somente material ou incluir elementos de ordem cultural e social, em face dos recursos disponíveis de uma pessoa ou família. Essa privação pode ser de natureza absoluta, relativa ou subjetiva” (KAGEYAMA e HOFFMANN, 2006, p. 80). Os referidos autores formularam uma classificação de “pobres e não pobres”, objetivando “considerar a pobreza não apenas pela baixa renda, mas também pela privação de bens essenciais, cuja disponibilidade depende em parte de gastos públicos” (KAGEYAMA e HOFFMANN, 2006, p. 83).

aos recursos de produção dos mercados e da capacidade de agregar valor aos produtos; o que consiste, necessariamente, ir contra as leis do capitalismo (cf. GERARDI 2008).

Para a compreensão da questão agrária, diferentes autores têm estudado o tema pela mediação de dois paradigmas fundamentais, o paradigma do capitalismo agrário (PCA) e o paradigma da questão agrária (PQA).

O paradigma do capitalismo agrário – PCA (cf. ABRAMOVAY, 1998) defende a ideia de que a questão agrária é conjuntural, e que por isso se deve procurar incorporar os camponeses no sistema capitalista, ao invés de lutar contra o seu modelo

Para o PCA, os problemas criados pela inserção do capitalismo no campo podem ser solucionados por ele próprio. Com essa medida, descarta-se a existência de outro paradigma que possa ser salutar à questão agrária. Para essa concepção, existiria apenas uma relação de manutenção capitalista entre o “agricultor familiar” e o “agronegócio” (cf. ABRAMOVAY, 1998; NAVARRO, 2010; SILVA, 1981).

A abordagem desse paradigma rejeita o antagonismo existente (no PQA) entre agronegócio e campesinato, restando a esse segmento apenas se aliar ao capital e se integrar ao seu processo produtivo subjacente; ou seja, um camponês tornado um agricultor familiar. Para Fernandes (2008b), o PCA não se importa com a permanência ou o fim do campesinato, porque a existência do mesmo depende de uma mudança na conjuntura socioeconômica determinada pelo desenvolvimento do capital no setor. Nessa perspectiva, afirma-se que o capital cria relações comerciais que transformam os modos de vida que não conseguem se adaptar ao funcionamento do sistema capitalista, convertendo, por fim, o camponês em agricultor familiar.

O paradigma da questão agrária – PQA (cf. KAUTSKY, 1986; LÊNIN, 1985) defende a ideia de que a questão agrária é estrutural, e que ela é resultado da incorporação do avanço do capital na agricultura. As análises desenvolvidas a partir da perspectiva do PQA têm como principais elementos de análise: a renda da terra, a diferenciação econômica do campesinato e a desigualdade social gerada pelo desenvolvimento do capitalismo. Segundo os seus autores paradigmáticos, o PQA não pode ser “consertado” pelo capitalismo, embora possa ser superado pela construção de uma outra forma de sociedade (cf. KAUTSKY, 1986; LÊNIN, 1985).

Para o PQA, o desenvolvimento do capitalismo na agricultura causa desigualdade e conflitos sociais, centrando-se na luta contra o capital o único meio de conseguir o desenvolvimento das sociedades camponesas. Os problemas do campo, segundo esse paradigma, são estruturais e intrínsecos ao capitalismo, e a única forma de resolvê-los é mediante a superação do sistema inteiro (cf. RINCON, 2016). Essa perspectiva exalta a importância do campesinato por meio das práticas diversas, seja por via da luta por políticas



públicas de reforma agrária, seja pela resistência contra o latifúndio, por meio das ocupações de terras.

Não se conhece evidência empírica nem teórica que permita encontrar elementos de um terceiro paradigma, sendo os dois existentes resultados de processos polarizadores das análises teóricas e metodológicas que buscam uma interpretação da realidade da questão agrária através de contextos de espaço e tempo diferentes.

É importante ressaltar que esses dois paradigmas contribuem na compreensão de determinados fenômenos das realidades nas quais se desenvolvem, ao tentarem explicar a expansão do capitalismo na agricultura e quais seus efeitos nas sociedades camponesas. A diferença reside no fato de que o PQA possui uma perspectiva de superação do sistema capitalista, enquanto o PCA defende a sua manutenção e a adaptação do camponês ao sistema do capital.

Para esta tese, o objeto de estudo elencado se constrói a partir das comunidades locais (camponesas e ribeirinhas) da Zona de Reserva Campesina El Pato Balsillas – ZRCPB, criada em 1994, e da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã – Baquiá – RDSIB, criada em 2005. É a partir da perspectiva do PQA que aqui se analisa a questão agrária nas duas áreas escolhidas.

Situado o trabalho em relação a esse paradigma, afirma-se que o recorte escolhido pelo autor a fim de analisar a questão envolve: as relações entre as comunidades locais e o latifúndio antes da criação da ZRCPB e da RDSIB. É a partir dessa análise que serão abordadas as criações e recriações dos camponeses a partir da Zona de Reserva Campesina El Pato – Balsillas e da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã – Baquiá. Realidades de onde vêm emergindo novas relações sócias, econômicas, produtivas e políticas fundiárias que modificam a estrutura agrária nessas duas zonas.

Gutelman (1969) e Garcia (1969) consideram que o fenômeno da estrutura agrária se desenvolve em torno da posse da terra, de suas estruturas de poder e das relações que se conformam ao redor dela. Como principais componentes dessa estrutura, encontram-se: a posse da terra; o uso dos recursos nela inseridos; as relações sociais, de poder, institucionais, políticas e de mercado. Essas estruturas agrárias são dinâmicas e dependem desses fatores para se reconfigurarem ou se adaptarem às mudanças em aspectos, tais como, aqueles evidenciados na modificação da estrutura fundiária na ZRCPB e na RDSIB. A análise da estrutura agrária constitui-se, dessa maneira, como fator indispensável para o entendimento das dinâmicas sociais, econômicas e produtivas das áreas objeto desse estudo. Essa análise torna-se essencial para compreender os processos de recriação do campesinato, além da reinvenção de formas de produção, de novas relações sociais e de mercado; fatores, esses, que serão apreciados ao longo dos capítulos desta tese.

Na América Latina, a estrutura agrária caracteriza-se pela falta de aproveitamento de terras produtivas, pela tendência à concentração fundiária e pelo dano ambiental como consequência do uso excessivo de terras para atividades agropecuárias, tais como: o pastoreio de gado e as monoculturas, nas últimas décadas – especialmente de cana de açúcar e da soja. Isso resulta na expansão da fronteira agrícola em direção a terras de baixo potencial agrícola, gerando sérios riscos econômicos, danos ambientais e problemas sociais.

Essa estrutura agrária, baseada num modelo bimodal (cf. MACHADO, 2002), foi apoiada, de um lado, por um modelo de negócios altamente protegido, gestado no latifúndio e no fornecimento de produtos agroindustriais, principalmente de matérias-primas transitórias. Por outro lado, pela permanência de um número elevado de famílias de camponeses dedicadas ao fornecimento de bens e produtos para os setores urbanos. Devido à migração para novas zonas, os colonos ou ocupantes donos de pequenas porções de terra encontram-se assediados por uma multiplicidade de problemas. Não só afetados pela falta de terra e de suprimentos necessários para aumentar a produtividade, mas também pela falta de serviços básicos, tais como escolas, estradas e hospitais que poderiam existir nesses novos contextos de vida.

Ressalta-se o fato de que a estrutura bimodal camponês-latifundiário está estreitamente relacionada: existem grandes propriedades circundadas por pequenas comunidades de camponeses que contribuem com a manutenção do sistema. Os latifúndios exercem uma ampla influência, que vai muito além dos seus próprios limites. Com frequência, esse sistema age como uma barreira à mobilidade social, à participação cidadã e ao desenvolvimento econômico das comunidades camponesas.

Esse fenômeno levou à desigualdade e à concentração da propriedade rural no campo colombiano e brasileiro, além dos conflitos pela terra; especialmente pelas terras de boa qualidade. Na Colômbia, essas contendas foram protagonizadas por camponeses, latifundiários, guerrilha e narcotraficantes. No caso brasileiro, entre seringalistas e madeireiros e as comunidades estabelecidas nas margens dos rios. Embora os processos de assentamento e colonização das áreas estudadas na Colômbia e no Brasil tenham trajetórias diferentes, existem estruturas agrárias conflituosas que se assemelham entre si, especificamente nas narrativas de luta e resistência social que levaram à criação das aqui áreas estudadas.

Os processos de reforma agrária têm sido a principal forma de intervenção do Estado no mercado da terra (abusando dessa política em favor das elites sociais) especialmente em zonas que apresentam um alto grau de conflitos fundiários. Embora se suponha que os objetivos da reforma sejam buscar uma melhor distribuição da propriedade, promover uma maior eficiência nos padrões de uso do solo e mudar a estrutura de distribuição de terras com

alto potencial agropecuário (permitindo uma divisão equitativa desse recurso, gerando impactos positivos na geração de renda e melhoras na qualidade de vida), todos os “esforços” estatais em prol de modificar a estrutura fundiária rural na Colômbia e no Brasil têm falhado em cumprir essa programática de intenções. É importante ressaltar que numerosos estudos alertam sobre a ausência de vontade política e a incapacidade institucional das instituições públicas responsáveis pela reforma agrária, especialmente na Colômbia (BENITEZ, 2005; FLOREZ, 2005; ROCHA, 1995; ROSAS, 2005; SUAREZ, 2004). Neste país instituições como o INCODER se caracterizam pela ineficiência e corrupção, orientando a reforma agrária em defesa de interesses não públicos.

Nesse sentido, entende-se que a reforma agrária deve não só regular a redistribuição equitativa da terra (política fundiária), mas também cumprir uma função social mais ampla, que venha a garantir o desenvolvimento econômico (política agrária) dos beneficiários dessas políticas.

Assim, a política fundiária é o processo de redistribuição da terra promovido pelo Estado. Essa redistribuição deve ser feita por meio da expropriação ou desapropriação e fragmentação de grandes extensões de terra ou latifúndios improdutivos com titulação da propriedade aos arrendatários, parceiros e posseiros. Estas políticas visam uma distribuição mais justa da propriedade da terra. Nesse processo, o Estado deve incluir as terras da sua propriedade ou “terras devolutas”.

Já a política agrícola compreende o conjunto de medidas destinadas a aumentar a produtividade das terras e da mão de obra através da implementação de programas de: a) acesso a tecnologias e técnicas agrícolas avançadas, b) assistência técnica de boa qualidade, c) crédito fácil e acessível e d) acesso a canais de comercialização adequados. Implementando, da mesma forma, projetos de acesso à educação, saúde, moradia, serviços básicos e infraestrutura física de boa qualidade; todos esses aspectos objetivando a melhoria da qualidade de vida da população-alvo.

Não se deve confundir “reforma agrária” com “política agrícola”. No segundo caso, é a política que orienta, pelo interesse da economia rural, a atividade agropecuária, traçando planos com a finalidade de harmonizá-la com o processo de industrialização do país e de melhorar a utilização da terra, implementando a produção, o aproveitamento da mão-de-obra rural e a colonização oficial, atualizando a legislação e adaptando-a aos planos e programas de ação governamental.

A política agrícola pode ser entendida como uma ação própria do poder público que investe da escolha de meios adequados para influir na estrutura e na atividade agrária, a fim de obter um ordenamento satisfatório da conduta das pessoas que delas participam ou

a ela se vinculam. Esforços que devem, ao final, aceder o desenvolvimento e o bem-estar da comunidade.

Tal política deve ser planejada e executada na forma da lei, exigindo a participação efetiva do setor de produção, envolvendo simultaneamente produtores e trabalhadores rurais, bem como os setores de comercialização, de armazenamento e de transportes. Deverá levar em conta, sobretudo: os instrumentos creditícios e fiscais; os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização; incentivo à pesquisa e à tecnologia; a assistência técnica e a extensão rural; o seguro agrícola; o cooperativismo; a eletrificação rural e a irrigação e a habitação para o trabalhador rural. No entanto, há que ponderar que essas dinâmicas de planejamento e execução da política agrícola são permeadas por disputas de poder e assimetrias que operam no sentido da manutenção do “status quo”. Isto é, a condição subordinada dos camponeses e trabalhadores rurais atrapalha os anseios da participação efetiva no debate sobre as prioridades da política.

A presente tese se afirma como um estudo comparativo entre a Zona de Reserva Campesina El Pato – Balsillas (Colômbia) e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã – Baquiá (Brasil): esses dois modelos adotados com o propósito de modificar a estrutura agrária nas regiões desses dois países.

No seu corpo temático e analítico, a tese está dividida em cinco capítulos. O primeiro capítulo faz alusão à questão agrária, seus diferentes posicionamentos conceituais, analisando a questão agrária nas áreas estudadas, com o propósito de entender as relações entre o latifúndio e o campesinato antes da criação da ZRCPB (em 1994) e da RDSIB (em 2005). Procurando compreender, a partir daí, como se deram os processos de recriação do campesinato e das lutas e resistências da população que estiveram nas origens dessas áreas. Para essa análise, adotou-se o paradigma da questão agrária – PQA como abordagem principal para a compreensão desses processos. Utilizou-se essa abordagem em vista do foco de interesse do PQA: o desenvolvimento do campesinato dentro do sistema capitalista sem ser parte dele e, contrariamente, sendo parte dele. Por conseguinte, a questão agrária será interpretada, nesta tese, como uma questão estrutural, o que significa que o camponês se recria para lutar contra o capital.

O segundo capítulo aborda a estrutura agrária no Brasil e na Colômbia e analisa a história da reforma agrária nos dois países, com o objetivo de contextualizar o problema fundiário e entender os processos históricos que levaram à criação da ZRC e da RDS como instrumentos de execução da reforma agrária. Essa análise permitirá identificar as principais mudanças na estrutura agrária nas áreas objeto de estudo, no que tange à posse da terra, aspectos sociais (moradia, educação, saúde e serviços básicos), aspectos produtivos

(sistemas de produção), relações sociais e aspectos econômicos (crédito, assistência técnica e acesso ao mercado).

O terceiro capítulo trata da caracterização da Zona de Reserva Campesina El Pato – Balsillas (localização, divisão político-administrativa, rotas de acesso, fatores abióticos e bióticos), além de serem analisados e discutidos os aspectos sociais e econômicos da zona aferidos mediante pesquisa *in situ*.

Repetindo o propósito da parte anterior, o quarto capítulo vem a abordar, agora, a caracterização da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã – Baquiá (localização, divisão político-administrativa, rotas de acesso, fatores abióticos e bióticos), além da análise e discussão dos dados encontrados em campo, dando observação aos aspectos sociais e econômicos constitutivos da formação daquela reserva.

No quinto capítulo, são analisados e discutidos de forma comparada os resultados de campo, no que tange os dados sobre a posse da terra e a estrutura fundiária, também de aspectos sociais, tais como: moradia, educação, saúde, serviços básicos, sistemas produtivos e aspectos econômicos, acesso ao crédito e ao mercado e assistência técnica nas áreas estudadas.

As considerações finais realçam, de forma conclusiva, a importância da criação da ZRCPB e da RDSIB para a modificação da posse da terra e da estrutura fundiária nessas áreas. Em linhas gerais, os resultados do estudo mostram que, mesmo que houveram mudanças positivas semelhantes no que diz respeito à estrutura agrária nas áreas estudadas, aspectos econômicos e sociais ainda se apresentam como desiguais; a exemplo da educação, da saúde e dos sistemas de extração-produção agropecuária.

Dentre as perspectivas apontadas pelo estudo, destacam-se as necessidades de políticas públicas ligadas aos processos de reforma agrária (políticas fundiárias e políticas agrícolas) que incluam investimento em infraestrutura física, em acesso à educação e à saúde de qualidade, e que permitam uma maior penetração dos itens produzidos ou extraídos nos mercados; eliminando, com essa medida, os atravessadores e aumentando a produtividade nos sistemas de extração-produção agropecuária locais.

Com o objetivo de encontrar formas de viabilizar a ocupação racional e sustentável do uso da terra e melhorar diferentes aspectos sociais, econômicos e produtivos das populações locais, foram criadas a Zona de Reserva Campesina El Pato – Balsillas, na Colômbia e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã – Baquiá, no Brasil. Esses mecanismos de reforma agrária (ZRC) e conservação dos recursos naturais (RDS) estão direcionados à regularização fundiária de terras ocupadas por comunidades camponesas e ribeirinhas.

Nesse sentido, a hipótese central desta tese é a de que: a criação da ZRCPB e da RDSIB promoveu uma reestruturação fundiária e uma melhor distribuição de terras para os

camponeses, como mecanismo de implementação de políticas fundiárias (regulação fundiária e posse da terra) e agrícolas (sociais e econômicas).

No escopo analítico e temático geral, esta tese buscou dar respostas a perguntas, tais como:

- A criação da ZRC e da RDS, como forma de garantir o acesso à terra por parte do campesinato, proporcionou mudanças na estrutura fundiária e na posse da terra nessas áreas?
- A nova estrutura fundiária e de posse da terra incita novas questões: Houve mudanças a partir da criação da ZRCPB (1994) e da RDSIB (2005) em aspectos sociais como: moradia, educação, saúde e nos sistemas de organização social?
- Houve mudanças em aspectos econômicos como: sistemas produtivos, renda, assistência técnica, acesso ao crédito e aos mercados? Quais foram essas mudanças?

A fim de dar resposta a essas questões, propõe-se como objetivo geral: analisar as mudanças ocorridas como resultado da criação da Zona de Reserva Campesina El Pato – Balsillas e da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã – Baquiá, em termos de: política fundiária (posse da terra e reestruturação fundiária) e política agrícola, em aspectos sociais, tais como: moradia, educação, saúde e nos sistemas de organização social, também em aspectos econômicos como: sistemas produtivos, renda, assistência técnica, acesso ao crédito e aos mercados.

Objetivando um melhor desenvolvimento do objetivo geral, propõe-se os seguintes objetivos específicos ou secundários:

- Discutir os diferentes posicionamentos conceituais sobre a questão agrária e analisar, partindo da abordagem do PQA, as relações preexistentes à criação das áreas entre os camponeses e os diferentes atores locais – latifundiários, seringalistas, madeireiros, guerrilhas e o Estado – envolvidos com a questão agrária nas áreas de estudo;
- Descrever a evolução do problema da terra e da estrutura agrária no Brasil e na Colômbia, assim como a história da criação da ZRC e da RDS para entender os processos históricos que levaram à criação das duas áreas;
- Caracterizar as áreas de estudo (localização, divisão político-administrativa, rotas de acesso, fatores abióticos e bióticos);

- Identificar e analisar as mudanças causadas como consequência da criação das duas áreas, em aspectos sociais como: moradia, educação, saúde e nos sistemas de organização social e em aspectos econômicos como: sistemas produtivos, renda, assistência técnica, acesso ao crédito e aos mercados;
- Comparar a ZRCPB e a RDSIB no que tange à estrutura fundiária e posse da terra, e em aspectos sociais como: moradia, educação, saúde, sistemas de organização social, sistemas produtivos, renda, assistência técnica, acesso ao crédito e aos mercados.

### **Procedimentos metodológicos da pesquisa**

Para a elaboração desta tese foi utilizada uma metodologia comparativa desde uma abordagem qualitativa, além de outros instrumentos, no intuito de levantar informações socioeconômicas e culturais que pudessem servir de base para o bom desenvolvimento da pesquisa. Para a verificação da hipótese da tese, partiu-se da visão de diferentes atores sociais e políticos envolvidos na questão agrária, especificamente nas áreas estudadas. Foram buscadas vozes que, com os seus conhecimentos conceituais e experienciais sobre o tema, pudessem contribuir positivamente para o bom desenvolvimento deste trabalho.

### **O estudo comparativo**

Os estudos comparativos examinam padrões ou a ausência deles entre dois ou mais casos (cf. RAGIN, 1994). Nesse tipo de estudo, cada um dos aspectos analisados é considerado diferente, isso com o propósito de procurar saber como os elementos relevantes, em cada caso, se associam ou se correspondem entre eles (*idem*). O método comparativo oferece a possibilidade de conhecer as particularidades de cada uma das casuísticas que se encontram nos contextos nacionais específicos.

Esta pesquisa corresponde a um estudo comparativo de diferentes aspectos históricos, sociais e econômicos, entre a Zona de Reserva Campesina El Pato –Balsillas, localizada no Município de San Vicente del Cagúan, Estado de Caquetá – Colômbia e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã – Baquiá, localizada no Município Gurupá do Estado do Pará – Brasil. As duas áreas se encontram na região Amazônica, também conhecida como Amazônia Legal.

Considerando uma abordagem qualitativa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os diferentes atores políticos (representantes de órgãos governamentais) vinculados às políticas de reforma agrária; focalizando aqueles envolvidos

com as zonas analisadas por este estudo. Essas entrevistas foram realizadas, em sua maioria, na Colômbia, dado que no Brasil são poucos os atores políticos envolvidos com o tema da Reserva Sustentável.

Foram também realizados diálogos abertos com atores sociais (camponeses, representantes de ONG's e lideranças sociais). Optou-se pela realização de diálogos abertos por conta da espontaneidade na comunicação com as comunidades. Dessa forma, procurou-se ser sensível ao ambiente de "informalidade" em que se inserem os universos vivenciais de alguns desses atores, sempre a fim de garantir informações precisas e fidedignas. Feito de uma outra maneira, acredita-se que a natureza dos dados aqui colhidos seria outra, que não aquela que interessa ao nosso propósito analítico.

Outro instrumento de captação de dados posto em exercício foi o grupo focal. Esta ferramenta de coleta de dados permite a interação dos participantes, com eles mesmos e com o pesquisador, a partir da discussão focada em tópicos específicos (cf. Mazza *et al.*, 2009). Foram feitas duas sessões (uma em cada um dos dois distritos que compõem a RDS) na RDS Itatupã - Baquiá, com moradores dos dois distritos e lideranças sociais residentes na reserva, quando foram abordados temas sociais (moradia, educação e saúde), econômicos (assistência técnica, acesso ao crédito e aos mercados) e relativos às histórias de vida dos atores. Esse instrumento ajudou na identificação das mudanças ocorridas nos aspectos acima mencionados. Porém, não foi possível aplicá-la na ZRC El Pato - Balsillas, por causa do alto número de comunidades que existem na área, das distâncias entre elas e do pouco tempo de permanência em cada um desses povoados.

### **Identificação dos atores**

Definidas as áreas de estudo e objetivando viabilizar e facilitar o trabalho de campo, deu-se início à identificação dos atores relevantes de cada contexto. Por meio de uma pesquisa documental, foram encontrados os seguintes atores, na Colômbia (*vide* Figura 1):

- a) O Estado colombiano representado por: Instituto Colombiano de Desarrollo Rural – INCODER; o Ministério de Agricultura; a Secretaria Departamental de Agricultura (Do Estado de Caquetá); Secretaria municipal de Agricultura (Do município de San Vicente del Caguán).
- b) Organizações não governamentais - ONG's. Existem algumas ONG's que trabalham e marcam presença na ZRCPB, elas são: a ONG Plataforma Sur e a OGN Caguán Vive. As duas estão localizadas e têm sua área de abrangência no município de San Vicente del Caguán.

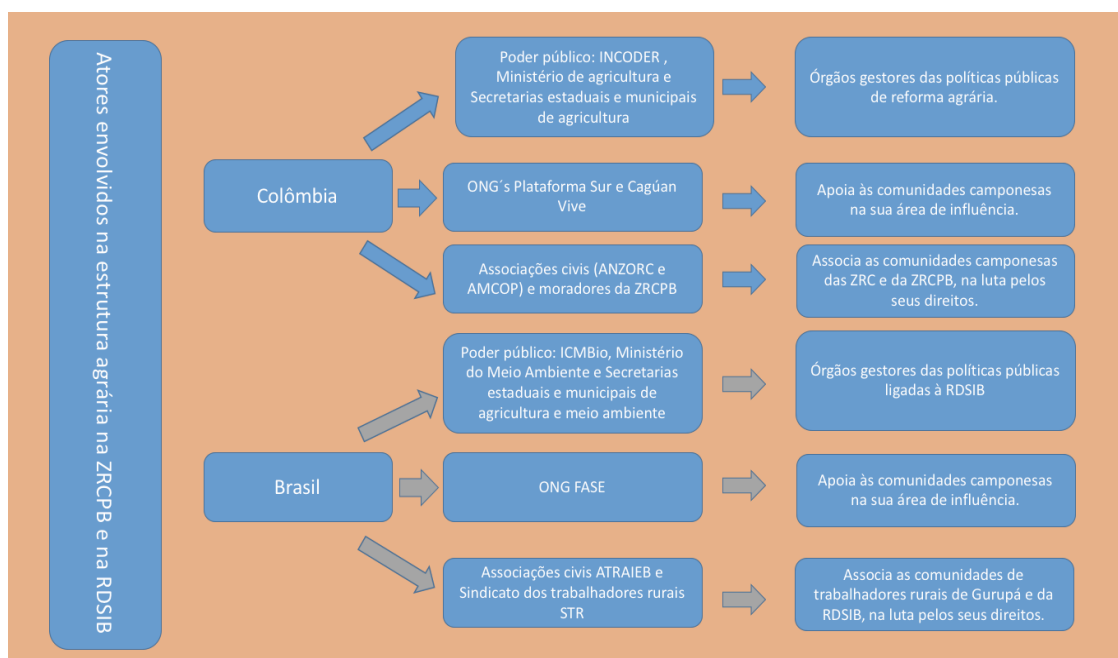


- c) Organizações civis envolvidas no tema de estudo: a Associação Nacional de Zonas de Reserva Campesina – ANZORC, que reúne as lideranças de todas as ZRC do país, e a Associação de Municipal de Colonos de El Pato – AMCOP, criada por colonos e camponeses, que reúne especificamente os moradores da ZRCPB.

Esses nove atores foram escolhidos em vista do alto grau de envolvimento que cada um deles apresenta com a estrutura agrária da região. No Brasil, foram identificados os seguintes atores sociais, conforme ilustra a Figura 1:

- O Estado brasileiro representado por: Ministério do Meio Ambiente (MMA); Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio; secretarias estaduais e municipais de agricultura e meio ambiente;
- A ONG Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE;
- Associações civis representadas por: Associação dos Trabalhadores Extrativistas da RDS Itatupã – Baquiá, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gurupá – STR e moradores da RDSIB.

**Figura 1** – Atores envolvidos na estrutura agrária da ZRCPB e da RDSIB.



**Fonte:** Elaboração própria, 2018.

Enquanto na Colômbia foram selecionadas instâncias ligadas à área agrícola, no Brasil, os atores escolhidos mantinham envolvimento com o setor ambiental. Isso se deve ao fato de que as ZRCs foram instituídas, principalmente, como mecanismos de regulação

fundiária na Colômbia e, secundariamente, de proteção e conservação da natureza. Na outra ponta, as RDSs foram criadas sob a forma da figura das “unidades de conservação”, sendo a regulação fundiária apenas um objetivo secundário.

### **Etapas da coleta de dados e do processo investigatório.**

O trabalho de campo desenvolveu-se em locais diversos (*vide* Quadro 1). A coleta de dados foi dividida em duas partes:

#### Primeira etapa – Pesquisa bibliográfica e documental:

Este tipo de pesquisa bibliográfica na Colômbia se realizou na cidade de Bogotá. Essa etapa do trabalho de campo foi feita durante os meses de abril e maio de 2016.

Esse primeiro momento da pesquisa de campo realizou-se, principalmente, no Centro de Documentação do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da *Pontificia Universidad Javeriana de Bogotá*. Concentrou-se, especialmente, nos trabalhos elaborados neste centro no âmbito dos seguintes temas e grupos de discussão: Grupo de pesquisa em *Conflicto, región y sociedades rurales* (linha de pesquisa em *Políticas Agrarias; Conflicto y región; incidencia de los cultivos ilícitos y planeación regional*); 2) Grupo de pesquisa em *Institucionalidad y Desarrollo Rural* (linha de pesquisa em *Planificación del Desarrollo Rural Territorial; Análisis de Redes; Sistemas Socio-ecológicos; Gobernanza*) e 3) grupo de pesquisa em *Sistemas de conservación y producción en el medio rural* (Linha de pesquisa em *Sistemas de producción y conservación*).

Outro centro visitado foi o *Centro de Investigaciones sobre Dinamica Social* da *Universidad Externado de Colombia*, onde atua o professor Dario Fajardo Montaña. Também foi visitada a *Facultad de Ciencias Agrarias* da *Universidad Nacional de Colombia*. Nessa universidade, foi possível fazer pesquisas bibliográficas nas bases de dados dos centros e do Grupo de Pesquisa em Ambiente e Sociedade.

A pesquisa documental no Brasil foi realizada nas Cidades de Brasília, na Biblioteca Central da Universidade de Brasília (BCE/UnB), na cidade de Macapá, na Universidade Federal do Amapá, no ICMBIO – Macapá e no Município de Gurupá, na sede local do ICMBIO. Esta etapa do trabalho foi realizada durante os meses de setembro e outubro de 2016.

É importante ressaltar que não foram encontradas muitas informações bibliográficas sobre o tema na Universidade Federal do Amapá, nem na sede do ICMBio – Macapá, mesmo sendo ele o órgão responsável pelo gerenciamento e controle da RDS Itatupã – Baquiá. A

maior parte da documentação bibliográfica encontrada foi fornecida pelo escritório do ICMBio da cidade de Gurupá.

Segunda etapa – Coleta de dados primários:

Nesta segunda etapa do trabalho de campo focou-se na coleta de dados primários, como o propósito de obter informações que permitissem a análise dos aspectos sociais, econômicos e produtivos que constituem o objeto principal deste estudo. Com o propósito de viabilizar a coleta desses dados, foram feitas entrevistas semiestruturadas entre os meses de abril e junho de 2016 com os atores dos principais órgãos do governo e com ONG's envolvidas no tema agrário na Colômbia; cidades de Bogotá, Florencia, no Estado de Caquetá, e no município de San Vicente del Caguán. Essa coleta de informações primárias, no Brasil, foi feita em novembro de 2016, com o pessoal do ICMBio – Gurupá e com representantes dos órgãos do governo e das associações de camponeses e extrativistas.

O Quadro 1 traz as informações detalhadas da coleta de dados primários, descrevendo os principais órgãos gestores da ZRCPB e da RDSIB.

**Quadro 1** – Resumo da colheita de dados primários com órgãos do governo e organizações civis.

Ator/instituição		Ano / Local	Instrumento aplicado	
Estado/ INCODER		Abril/2016 Bogotá.	– Entrevista semiestruturada.	Três entrevistas com diretor técnico de terras baldias e assessores.
Estado/ Agricultura.	Min.	Abril/2016 Bogotá	– Entrevista semiestruturada.	Dois entrevistas com técnicos do Dir. de ordenamento social de la propiedad rural y uso productivo del suelo.
Estado/ Secretaria estadual de agricultura.		Maio/2016 Florência (Caquetá).	– Entrevista semiestruturada.	Duas entrevistas com assessores técnicos.
Estado/ INCODER.		Maio/2016 Florência (Caquetá).	– Entrevista semiestruturada.	Entrevista com diretor regional.
Estado/ Secretaria municipal de agricultura.		Maio/2016 – San Vicente del Caguán.	– Entrevista semiestruturada.	Duas entrevistas com o chefe da Unidade de ordenamento territorial e técnico agropecuário.
Associação civil/ ANZORC		Abril/2016 Bogotá	– Dialogo aberto.	Diálogos abertos com diretor e assistente técnico.

ONG / Plataforma Sur.	Maio/2016 – San Vicente del Caguán.	Dialogo aberto.	Dialogo com diretor da ONG.
ONG / Caguán Vive	Maio/2016 – San Vicente del Caguán	Dialogo aberto	Dialogo com o diretor da ONG
Associação civil /AMZORC	Maio/2016 – San Vicente del Caguán	Dialogo aberto	Dialogo com o diretor da ONG
Estado / ICMBio – Gurupá	Outubro / 2016 – Gurupá.	Entrevista semiestruturada.	Uma entrevista com o único gestor encarregado da RDS.
Associação civil / ATRAEIB	Novembro / 2017 - RDS Itatupã – Baquiá	Dialogo aberto	Diálogos abertos com o diretor da Associação, o secretario e o tesoureiro.

**Fonte:** Elaboração própria, baseado em Zaneti (2003).

Em sua execução, o estudo envolveu especialistas sobre as Zonas de Reserva Campesina e Reservas de Desenvolvimento Sustentável, que cederam inúmeras informações sobre as áreas de interesse da pesquisa. Esses participantes foram escolhidos devido aos seus conhecimentos específicos sobre o tema e pelo valor de suas apercepções sobre ele.

Também foram feitos, na ZRC El Pato – Balsillas, diálogos abertos com a comunidade, entre os meses de junho e julho de 2017. Na RDS Itatupã – Baquiá, diálogos abertos e grupos focais foram realizados entre os meses de janeiro e fevereiro do mesmo ano.

Na ZRC, foram visitadas 16 das 27 comunidades, que foram selecionadas de acordo ao número de habitantes em cada uma delas; sempre propositando garantir uma melhor representatividade do coletivo de moradores da zona. Em cada uma das comunidades visitadas, dialogou-se abertamente com os moradores, além de praticada a observação direta do cotidiano de cada comunidade.

Pela segurança dos habitantes da zona, e reconhecendo o conteúdo delicado de algumas de suas narrativas, os nomes das pessoas que fizeram parte desses diálogos não foram identificados junto aos excertos das entrevistas transcritas e citadas.

No contexto colombiano, não foi possível aplicar a metodologia de grupos focais devido à distância entre os povoados, o tempo de permanência em cada uma das comunidades e à impossibilidade de juntar, em um só local, os moradores da zona. A Tabela 1 mostra o nome dos povoados e o número de pessoas com as quais se dialogou.

**Tabela 1** – Número de participantes dos diálogos abertos em cada comunidade, na ZRC El Pato – Balsillas.

<b>Nome da comunidade</b>	<b>Total de participantes</b>	<b>Nome da comunidade</b>	<b>Pessoas entrevistadas</b>
<b>San Jorge</b>	3	<b>Pueblitos</b>	4
<b>Cristo Rey</b>	2	<b>La Unión</b>	3
<b>La Paz</b>	4	<b>El Lago</b>	5
<b>Balsillas</b>	3	<b>Lucitania</b>	2
<b>Chorreras</b>	1	<b>Rovira</b>	2
<b>Venado</b>	2	<b>Las Morras</b>	3
<b>El Oso</b>	3	<b>Alto Avance</b>	2
<b>Miravalle</b>	2	<b>Linderos</b>	4
<b>Total de pessoas entrevistadas na ZRC</b>			45

**Fonte:** Elaboração própria, 2018.

Na RDS, foram visitadas 7 comunidades das 9 que compõem os dois distritos da reserva. Nelas foram realizados diálogos abertos com os residentes, além de observados os comportamentos sociais dentro dos espaços de interações comunitárias e intercomunitárias cotidianas. Na Tabela 2, descreve-se os nomes das comunidades e o número de pessoas com as quais se dialogou.

**Tabela 2** – Número de participantes dos diálogos abertos em cada comunidade, na RDS Itatupã - Baquiá.

<b>Nome da comunidade</b>	<b>Total de participantes</b>	<b>Nome da comunidade</b>	<b>Total de participantes</b>
<b>Distrito Itatupã</b>		<b>Distrito Baquiá</b>	
<b>São João do Jaburu</b>	8	<b>Santa Maria do Tauarí</b>	5
<b>Santa Luzia do Urucuri</b>	6	<b>Santo Antonia do Baquiá Grande</b>	8
<b>São Francisco do Piracuí</b>	5	<b>Perpétuo Socorro da Baquiá</b>	3
<b>Belo Horizonte</b>	7	<b>Total de pessoas entrevistadas na RDS</b>	42

**Fonte:** Elaboração própria, 2018.

O diário de notas de campo foi um instrumento importante no processo de observação e registro dos dados. Além disso, realizou-se em cada um dos distritos – Itatupã e Baquiá – um grupo focal, permitindo ao pesquisador uma maior interação com os membros das comunidades participantes. Durante essas sessões, foram analisadas algumas perguntas que diziam respeito a aspectos sociais e econômicas comuns às duas comunidades. Essa estratégia permitiu descobrir e aprofundar campos temáticos que não foram explorados durante os diálogos abertos.

É importante ressaltar que a maior parte das informações coletadas nos diálogos abertos foi utilizada na construção do texto da tese; embora algumas delas não estejam plenamente identificáveis. Das narrativas, só foram transcritos alguns fragmentos que evocavam informações importantes ou que pareciam interessantes à compreensão dos enredos das relações conflitantes existentes nessas comunidades.



## CAPÍTULO 1. A QUESTÃO AGRÁRIA:

### Posicionamentos conceituais.

*“A relação puramente econômica dos homens com a terra criará apenas privilégios unilaterais, e não obrigações e restrições mútuas, levando a um tratamento predatório sistemático em relação a ela”. Aldo Leopold.*



**Figura 3:** Por do sol na Zona de Desenvolvimento Sustentável Itatupã - Baquiá.  
**Foto:** David Alejandro Sepúlveda Vélez, 2016.

## **Introdução.**

O paradigma da questão agrária pode ser analisado a partir da perspectiva de duas abordagens distintas: o campesinato e o latifúndio ou agronegócio. Esses dois enfoques exibem dois diferentes modelos de desenvolvimento, desde um olhar territorial para as áreas rurais que se enfrentam em processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Desse modo, consideramos que os conflitos e os processos de desenvolvimento são indissociáveis e imprescindíveis para o entendimento da questão agrária.

Ainda, dentro dessa análise da questão, é importante mencionar os fatores “terra” e “território”. Terra e território são conceitos importantes dentro da discussão agrária dos países latino-americanos, em especial de países como o Brasil e a Colômbia, que enfrentam graves conflitos internos devido a posse e ao controle do território. Do ponto de vista histórico, o acesso à terra tem sido uma importante fonte do poder público e de conflito social, além de uma chave determinante na produtividade da economia rural.

Mas a terra também é o elemento de base da vida, é o meio de produção e reprodução social, um bem indispensável as satisfações humanas, é o lugar de morada, símbolo de garantia de futuro e a possibilidade de trabalho, segurança e liberdade. Mas a terra é, enfim, um lugar de resistência ao processo de desterritorialização, forçado pelo modelo agrário implantado pelas políticas agrárias do Estado. Segundo Sauer (2010, p.43), “no contexto de globalização, a luta pela terra materializa a luta por um lugar, buscando melhores condições de vida e transformando as conquistas em processos de apropriação de territórios, ou seja, reterritorializações”.

O território é o espaço da prática. Por um lado, é um produto da prática espacial: inclui a apropriação de um espaço, o que também implica a noção de limite – um componente de qualquer prática –, manifestando a intenção de poder sobre uma porção precisa do espaço. Por outro lado, é também um produto usado, vivido pelos atores, utilizado como meio para sua prática (cf. RAFFESTIN, 1980).

Dentro das muitas discussões ensejadas pelo tema, o objetivo deste capítulo é discutir os diferentes posicionamentos conceituais sobre a questão agrária e analisar, a partir da abordagem do PQA, as relações preexistentes à criação das áreas envolvidas dos camponeses e dos diferentes atores da questão agrária nas áreas de estudo: no caso, da ZRCPB, os latifundiários, as guerrilhas, o Estado colombiano, representado pelo exército e, no caso da RDSIB, os seringalistas, as empresas madeireiras e o governo federal.



### 1.1. O problema do campo: entre o capitalismo e a agricultura familiar.

A questão agrária surgiu da contradição estrutural do capitalismo, o qual tem produzido concentração da riqueza e expansão da pobreza e da miséria no campo. Essa desigualdade é o resultado de diversos fatores políticos e da diferenciação econômica dos agricultores, predominantemente camponeses, por meio do condicionamento da renda da terra ao capital (cf. MARTINS, 1981). É por meio dessa diferenciação econômica que prevalece a resistência do campesinato à lógica do capital, que, mediante a expropriação de terras e a recriação do trabalho familiar, produz o movimento de destruição das relações sociais.

Segundo Oliveira (1991) os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do capital e do campesinato – de monopólio do território camponês – são motivados pela expansão do capitalismo através de: (i.) processos de compras de terra (acumulação e especulação fundiária); (ii.) do trabalho assalariado (transformação do trabalho familiar) e (iii.) pela acumulação do capital no meio rural.

Fernandes (2000) aponta a luta pela terra como outra condição de criação e recriação do trabalho camponês. O autor assegura que é por meio da ocupação da terra que, historicamente, o campesinato tem enfrentado a lógica do capital. A ocupação e conquista de uma pequena porção de território capitalista (latifúndio) significa a destruição – no território ocupado – da relação social capitalista; permitindo a criação ou recriação das relações sociais familiares ou camponesas. Esses processos de ocupação ou “retomada” do território permitem a formação camponesa, por si mesma, fora da lógica capitalista. Mas para o mesmo autor, esse também é o seu limite, dado que a nova formação camponesa não possui o controle político das relações econômicas (cf. FERNANDES, 2000).

A análise da questão agrária tem sido orientada a partir de diferentes paradigmas. Para Fernandes (2001, p.23), por exemplo, a questão agrária é “o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção”. Para Machado (1998, p. 23), a questão agrária é “*el conjunto de problemas estructurales que le impiden a la sociedad rural potenciar su desarrollo y alcanzar un proceso dinámico de crecimiento con modernidad, además de proyectarse en condiciones de equidad al ámbito nacional e internacional*”. Nessa análise da questão, Fernandes (2005) identifica os dois principais paradigmas na análise do rural: o *paradigma da questão agrária - PQA* e o *paradigma do capitalismo agrário - PCA*.

Outros autores têm estudado e aportado ao debate dos paradigmas PQA e PCA. Para a análise do tema, neste trabalho tomamos alguns dos autores mais representativos do paradigma da questão agrária, tais como: Martins (1979; 1981; 1984 e 1994); Kautsky (1986);

Lenin (1985); Oliveira (1991); Fernandes (1999; 2001; 2002; 2008; 2009); Ploeg (2008) e Sabourin (2009). E como representantes do paradigma do capitalismo agrário: Silva (1981; 1988); Veiga (1991); Abramovay (1992; 1998); Schneider (2006); Wanderley (2009) e Navarro (2010).

O paradigma da questão agrária – PQA estuda principalmente a renda da terra, o processo de criação e caracterização do campesinato e os conflitos e os efeitos negativos decorrentes do desenvolvimento do capitalismo no meio rural. A solução da expansão do capitalismo no campo, de acordo com o PQA, é o desenvolvimento de uma agricultura camponesa, que se opunha as leis gerais do capitalismo (cf. GIRARDI, 2008). Por outro lado, a teoria do PCA vem a afirmar que a agricultura familiar dos países desenvolvidos surgiu do resultado de uma mudança em que o camponês se tornou um agricultor familiar, como consequência de uma adaptação ao avanço do capitalismo no setor (cf. ABRAMOVAY, 1992). De acordo com o mesmo autor, se permitirmos o progresso do capitalismo no campo, ao nível em que ele considera um grau ótimo, pode-se resolver o problema da agricultura de base familiar (cf. ABRAMOVAY, 1992; 1998).

Observa-se, então, que o principal ponto de divergência entre os dois paradigmas é o posicionamento em torno do capitalismo, embora marquem convergência no assunto da importância da agricultura de base familiar para o sistema produtivo alimentar. Com relação à divergência entre os dois paradigmas, Girardi (2008, p.4) aponta o seguinte:

O PQA busca analisar os conflitos e as desigualdades geradas pelo capitalismo no campo, enfatizando a luta contra o capital como forma de sobrevivência e desenvolvimento do campesinato. Para este paradigma os problemas no campo são estruturais e inerentes ao capitalismo...[enquanto que], o PCA busca entender as melhores formas dos agricultores se integrarem ao sistema capitalista, sendo inútil a luta contra ele. Os problemas do campo são conjunturais, solucionáveis pelo próprio desenvolvimento do capitalismo.

Concorda-se com o fato de que o aumento desmesurado do capital em atividades agropecuárias tem aprofundado e agravado o problema do campo. Mas também que o desenvolvimento de empresas agropecuárias de base familiar pode vir a ser a solução dessa problemática. Porém, tal solução necessita ser acompanhada de uma profunda reforma agrária, em que não só exista uma redistribuição equitativa das terras, mas também acesso fácil ao crédito, assistência técnica de boa qualidade, mercado e comercialização de produtos e uma equitativa concorrência com o agronegócio. Essa reforma agrária precisa vir seguida de serviços, não só básicos, mas também daqueles em que o Estado passa a garantir acesso a serviços de boa qualidade, tais como: educação, saúde, infraestrutura, acesso a tecnologias e informação e promoção de atividades de lazer que permitam que as pessoas que habitam as zonas rurais permaneçam nas suas terras. Deve haver uma forte intervenção do Estado nas

áreas rurais, de tal forma que se invalide os efeitos negativos da expansão do capital no setor.

Nesse sentido, Sabourin (2008) sugere um projeto de campesinato contrário a um desenvolvimento rural fundamentado na dependência, concorrência, exploração e troca de capital. Esse projeto de campesinato, segundo o autor, baseia-se em três atributos importantes: a) autonomia, b) cooperação e c) qualidade de vida. São esses atributos: de autonomia (produção para autoconsumo, de segurança alimentar, e de comercialização de produtos e acesso ao mercado); de cooperação (associativismo, cooperativismo para acesso ao crédito e a assistência técnica, projetos de produção solidaria); e de qualidade de vida (acesso à educação e saúde, infraestrutura física, serviços básicos, proteção dos recursos naturais). Todos eles enfocando a reivindicação dos direitos dos camponeses e de oposição do camponês ao modelo de inserção da agricultura familiar no sistema capitalista (cf. AUBERTIN E PITON, 2006).

De acordo com Kautsky (1986), os principais problemas da exploração e expansão do capital no setor agrícola têm a ver com: a concentração fundiária, a “proletarização” e a submissão do campesinato. No seu estudo sobre a produção capitalista e as relações de trabalho não capitalistas nas fazendas de café, Martins (1979, p. 74) constatou que “a propriedade capitalista da terra assegurava ao [latifundiário] a sujeição do trabalho e, ao mesmo tempo, a exploração não capitalista do trabalhador”.

Entenda-se que as relações de trabalho não capitalistas sugerem uma subordinação do camponês ao capital, coagindo-o a trabalhar em troca de alimentos, de uma pequena porção de terra, de moradia e, em alguns casos, de salários muito baixos. Essa subalternidade apresentada na dependência do camponês ao sistema capitalista gera as condições propícias para a desterritorialização do camponês, permitindo ao latifundiário a subjugação da mão-de-obra camponesa e o monopólio do território em favor do capital. O caráter contraditório do sistema capitalista tem a ver com fato de que, ao mesmo tempo que as relações não capitalistas são destruídas, o sistema as recria e as aproveita para o seu crescimento. Ainda de acordo com o mesmo autor, o capitalismo seria considerado como uma fase transitória para o socialismo, e que a solução para os problemas apresentados pelo capitalismo no campo seria dada por uma espécie de estágio superior, a saber: o dos grandes estabelecimentos agropecuários socialistas.

As análises de Ploeg (2008) e Sabourin (2009) oferecem importantes visões sobre a metamorfose do campesinato, esse entendido como um processo por meio do qual os camponeses geram diferentes alternativas para afrontar o avanço e controle do capital nas suas áreas, ampliando sua autonomia e retomando o controle do território. Para Felicio (2010, p.67), esse processo de metamorfose ou de novo campesinato:

consiste numa tentativa de redefinir o campesinato, ou melhor ainda, em redefinir a recriação do campesinato na busca de autonomia e de protagonismo frente à exclusão social cada vez mais crescente. Consiste em uma população que luta para sobreviver, unindo-se para manter o controle dos meios de produção como a terra, a água e os recursos naturais, os quais correspondem cada vez menos às suas necessidades de existência.

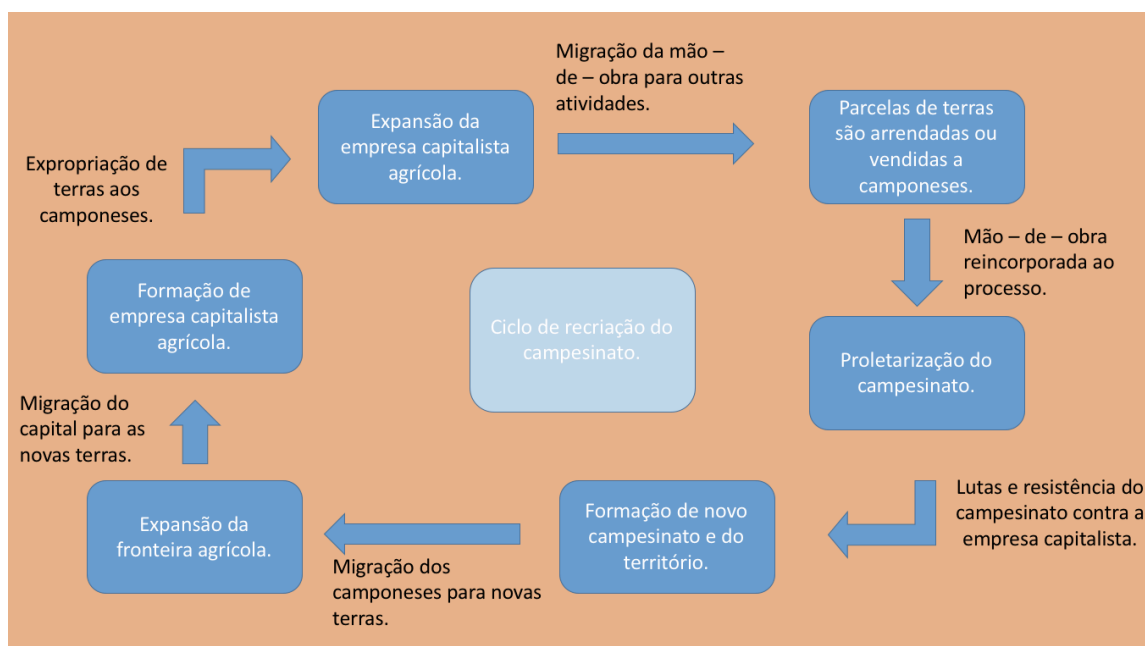
É por meio da organização social e da resistência que o campesinato consegue sobreviver à imposição do sistema capital, retomando o controle da terra e do território. Esses processos de transformação do campesinato deram origem a novas formas de existência dos moradores das áreas estudadas, que por meio de processos de luta organizada e resistência pela reivindicação dos seus direitos conseguiram reconquistar o controle de seus territórios, livrando-se dos grandes proprietários de terra; no caso da ZRCPB, as empresas madeireiras, e os seringalistas, no caso da RDSIB. É mediante a heterogeneidade presente no território camponês que o desenvolvimento do campesinato adquire força, e é por meio dessa diversidade que o camponês enfrenta a força do capital no seu próprio território (cf. MAZOYER E ROUDART, 1998).

A recriação do campesinato acontece *pari passu* o aumento da concentração fundiária (vide figura 4), mediante expropriação de terras de camponeses contíguas a empresas capitalistas agrícolas. Na medida em que o camponês é expulso da terra, leva consigo a mão de obra empregada na produção agrícola; desenvolvendo atividades complementares (pluriatividade<sup>2</sup>) para suprir as necessidades da sua família. A partir desse momento o sistema capital, ao ver-se desprovido da mão de obra, tem a necessidade de reverter o processo, arrendando ou vendendo as terras expropriadas, ou porções dela, aos camponeses; recriando uma nova forma de campesinato e novas formas de apropriação do território ou reterritorialização, pelo qual os camponeses são movidos à colonização de novas áreas, ampliando a fronteira agrícola e provocando, conseqüentemente, o desenvolvimento de novas empresas capitalistas agrícolas nas novas terras colonizadas (cf. KAUTSKY, 1986).

---

<sup>2</sup> O termo de pluriatividade refere-se às atividades não agrícolas exercidas pela população rural e que incluem: artesanato, mineração, manufatura, indústria, turismo e comércio em geral. Este tipo de atividades econômicas geram uma nova fonte de renda, embora não estejam ligadas à produção agrícolas, dando, assim, maior dinamismo e coesão aos territórios rurais (Vélez, 2013).

**Figura 2 – Processo de recriação do campesinato.**



**Fonte:** Elaboração própria do autor, baseado em Kautsky (1986); Oliveira (2001); Silva (1981).

Para Oliveira (1981), a expansão do capital no campo se dá, fundamentalmente, pela submissão da renda da terra ao regime capitalista, especificamente, pela compra de terras para explorar ou vender e pela subordinação dos camponeses ao novo modelo de produção, mudando o recriando um novo tipo de relações entre os camponeses. O mesmo autor aponta para o fato de que essa expansão do capital no campo destrói o sistema de produção não capitalista e, também, “cria e recria [ao sistema de produção não-capitalista] para que sua produção seja possível e com ela possa haver também a criação, de novos capitalistas” (OLIVEIRA, 2001, p. 20). De acordo com Veiga (1981), a expansão da fronteira agrícola aumenta a produção, mas não necessariamente redistribui a propriedade agrária. Isso significa que existe uma multiplicação da pequena propriedade rural no primeiro momento da expansão da fronteira agrícola, já que, posteriormente, essa nova propriedade rural é absorvida pela migração do capital para as novas terras, em função da ascensão acíclica da economia.

É muito importante esclarecer, que o processo de criação e recriação do campesinato depende de variáveis temporais e espaciais. Essas variações fazem com que esse fenômeno seja diferente em países como a Colômbia, já que para além das forças do capitalismo e do campesinato, existem outros fatores que entram no conflito pela terra, tais como as guerrilhas, os narcotraficantes, capitalismo familiar e os paramilitares. No Brasil, o conflito se afirma geralmente entre as forças do capitalismo (representadas pelo agronegócio, pela mineração,

pelos madeireiros etc.) e o campesinato (representado por camponeses, ribeirinhos, extrativistas, etc.). Nesse último contexto nacional, são as forças do capitalismo as que fixam, nos territórios, os modelos de desenvolvimento e, conseqüentemente, das formas de organização social, fazendo com que os conflitos pela terra se tornem conflitos contra a imposição dos modelos de desenvolvimento capitalista.

Outro fator importante considerado por Kautsky (1986) articula a produção capitalista e a camponesa. Segundo ele, a renda do camponês provê o “mais-produto”, e não a “mais-valia”, como no caso do sistema capitalista. Ele aborda o tema da seguinte maneira:

Sob o regime da produção simples de mercadorias o mais-produto assume a forma de mercadoria e um valor que não pode ser chamado ainda de mais-valia, porque nesse estágio da força humana de trabalho, se bem que ela produza valores, ainda não acusa nenhum valor próprio (pelo fato de não constituir mercadoria). (...) O valor decorrente do mais-produto então reverte ao trabalhador; ele pode utilizá-lo para melhorar o bem-estar de sua família, para adquirir bens de consumo mais ou menos refinados, para acumular reservas, ou mesmo para formar um tesouro, ou para aperfeiçoar, ainda, seus meios de produção. (...) Parece óbvio, no entanto, que o comerciante, ao invés de extorquir a mercadoria do produtor livre, de obtê-la dele por um preço abaixo do valor da mesma, prefira aproveitar-se na situação difícil do trabalhador, e o transforme em produtor a serviço do capitalismo, em assalariado que não produz em sua própria empresa, mas na empresa do capitalista; que o transforme em assalariado que não vive da venda do seu produto, mas da venda da própria força de trabalho. (...) Essa força de trabalho se transforma, assim, em mercadoria e, como tal, adquire um valor equivalente ao valor dos alimentos necessários à manutenção e à propagação dessa força. Reverter integralmente para o industrial capitalista o produto criado pelo trabalhador assalariado a seu serviço. O valor desse produto é equivalente ao do valor dos meios de produção manipulados – matérias primas, desgaste de maquinaria, instalações e correlatos – mais o valor da força de trabalho do operário, ou seja, em termos bem populares, o salário do trabalhador acrescido da mais-valia. É esta última que constitui o lucro (KAUTSKY, 1986, p. 63-64).

No excerto textual citado acima, as diferenças entre o sistema capitalista de produção (agronegócio) e o sistema camponês são assinaladas por Kautsky (1986). Enquanto o agronegócio produz com mão de obra assalariada, apropriando-se da mais valia, o camponês produz com mão de obra familiar, gerando o mais-produto.

O sistema de produção capitalista é o modo de produção da mais-valia – e, não necessariamente, um modo de produção e transformação de mercadorias – que se aproveita das relações não capitalista para gerar riqueza, as quais são fundamentais à sua reprodução (cf. MARTINS, 1979; OLIVEIRA, 2001).

O Quadro 2 faz observar que o sistema de produção capitalista é definido pela fonte da mão de obra (assalariada, majoritariamente de camponeses expropriados), pela a apropriação da mais valia (já que mesmo que a produção seja coletiva, o capitalismo ainda consegue se

apoderar da renda gerada pelo produto) e pelo controle dos meios de produção (as terras e o território).

**Quadro 2** – Diferenças e similaridades entre a produção capitalista e a camponesa.

<b>Sistema de produção capitalista</b>	<b>Sistema de produção camponês</b>
<b>Mão- de – obra assalariada.</b>	Mão – de – obra familiar.
<b>Gera e apropria-se da mais – valia.</b>	Gera o mais – produto.
<b>Produção coletiva.</b>	Produção coletiva.
<b>Geração de capital para o capitalista.</b>	Geração de renda familiar.
<b>Situação fundiária estável (terras próprias).</b>	Situação fundiária estável o instável (terras arrendadas, ocupadas ou próprias).
<b>Reprodução social homogênea</b>	Reprodução social heterogênea.

**Fonte:** Elaboração própria (2017).

De acordo com o que foi anteriormente exposto, adota-se a seguinte a definição de camponês:

O trabalhador que vende produtos agrícolas, mas não emprega assalariados, senão em pequeno número, por vezes algum camponês que não seja capitalista, mas simples produtor de mercadorias. Este é um trabalhador que não vive da renda que traz sua propriedade; vive do seu trabalho [...]. Ele necessita da terra como meio de transformar o seu trabalho em garantia de sua existência e não para a obtenção de lucro ou renda fundiária. Posto que o resultado de sua produção lhe reembolse as despesas e também lhe pague o trabalho investido, ele terá a sua condição de existência garantida. (Kautsky, 1986, p.151).

Lênin (1985) divide o campesinato em três grupos: ricos, médios e pobres. Para ele, os camponeses ricos apresentam uma maior probabilidade de se tornarem em capitalistas, devido a que contam com a renda suficiente para expandir a sua produção. Por outro lado, os camponeses médios possuem uma renda que lhes permite manter a sua produção estável e proporcionar o sustento de sua família, empregando ou não outros tipos de mão de obra na sua produção. Já o camponês pobre é aquele que não possui renda suficiente para satisfazer as necessidades de sua família, e que por isso se vê obrigado a buscar outras fontes de renda para suprir as necessidades do seu núcleo familiar. Ainda segundo esse raciocínio, o camponês pobre pode se tornar assalariado do camponês rico e, eventualmente, do camponês médio; o que implica uma transformação de “camponês” em “proletário”.

Como representantes do PQA, Kautsky (1986) e Lênin (1985) enfatizam que o problema da pobreza e da desigualdade no campo se deve à desintegração do campesinato e ao avanço do capitalismo. Essas duas características criam o que os esses autores chamam de “processo conflitivo”. Tal processo seria resultado do enfrentamento entre duas classes ou sistemas (capitalismo *versus* campesinato). Por um lado, o capital expropria e exclui e, por outro, o campesinato ocupa a terra. Ainda dentro da proposta do PQA, Sabourin (2009) defende a conceito de integração parcial do camponês ao sistema capitalista como possibilidade de desenvolvimento. Contrariando o que expõe Abramovay (1998, p.129), para quem “o capitalismo é por definição avesso a qualquer tipo de sociedade e de cultura parciais”, ou seja, há uma divergência entre a inclusão parcial do campesinato e do capitalismo. Ainda de acordo com Sabourin (2009), mesmo que exista parcialidade no caráter das comunidades camponesas, elas são sempre sujeitas à evolução e transformação.

Contrariando o PQA, são afirmados os princípios do PCA. Abramovay (1992), autor-chave deste paradigma, diferencia os conceitos de camponês e agricultor familiar. O camponês, segundo Abramovay (1992) é atrasado, pobre e dependente, envolvido, parcialmente, num sistema de mercado imperfeito. Essa inserção parcial permite ao camponês “uma certa flexibilidade nas relações com o mercado, do qual o camponês pode frequentemente se retirar, sem, com isso, comprometer sua reprodução social” (ABRAMOVAY, 1992, p. 104). É essa flexibilidade que permite ao camponês vender sua produção ou então consumi-la, levando em conta a suas necessidades ou as condições do mercado. Para Girardi (2008), por exemplo, essa flexibilidade não significa independência ou soberania do camponês, mas, sim, um reflexo do mercado imperfeito, no qual o camponês se encontra inserido.

Contrariamente ao camponês, o agricultor familiar é definido por certas características, tais como: o dinamismo técnico, a capacidade de inovação e a completa inserção ao mercado, sendo a única ligação entre camponeses e agricultores familiares o uso maioritário da mão de obra familiar. Segundo Veiga (1991), a agricultura familiar nas sociedades modernas precisa se adaptar à conjuntura econômica e social, o que a obrigando a modificar a sua forma de reprodução da sua vida social.

Para Veiga (1991), existem algumas características e elementos que permitem diferenciar o “camponês” do “agricultor familiar”, tais como: a integração ao mercado, o papel do Estado no desenvolvimento e implementação de políticas públicas e o nível de incorporação de tecnologias no sistema produtivo. Ainda de acordo com ele, o Estado brasileiro optou pelo agricultor familiar como principal alvo do desenvolvimento rural, impulsionando esse desenvolvimento por meio de políticas de uso de tecnologias modernas.



Segundo Abramovay (1992, p. 160), “é totalmente infundada a associação tão frequente entre agricultura familiar e pequena produção ou produção camponesa”. Já que, segundo o autor:

O ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele que vai asfixiar o camponês, obrigá-lo a se despojar de suas características constitutivas, minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social. Aí reside então a utilidade de uma definição precisa e específica de camponês. Sem ela é impossível entender o paradoxo de um sistema econômico que, ao mesmo tempo em que aniquila irremediavelmente a produção camponesa, ergue a agricultura familiar como sua principal base social de desenvolvimento (ABRAMOVAY, 1998, p. 131).

Enfim, a agricultura familiar surgiu da “aniquilação” dos camponeses por parte do sistema capitalista, nos países desenvolvidos. Essa metamorfose ocorreu graças ao desenvolvimento superior do capitalismo no campo e à forte intervenção do Estado no mercado, que veio a transformar o camponês em agricultor familiar (cf. ABRAMOVAY, 1992). O desenvolvimento do capitalismo no campo tem como objetivo a industrialização da agricultura, “o significado do desenvolvimento das forças produtivas no campo não é outro senão o de transformar a terra, de uma dádiva da natureza, num elemento do próprio capital, produto das relações sociais de produção” (SILVA, 1981, p. 45). A intenção do capital consiste em dominar todas as relações sociais e controlar todas as esferas da produção, movimento através do qual a reprodução do campesinato afirma sua relação indireta com o capital “cujos termos são dados pela polarização autonomia-subordinação, isto é, a busca incessante de um espaço de autonomia pelos camponeses, face aos mecanismos de subordinação do capital” (WANDERLEY, 2009, p. 15).

Mas admitir as ideias defendidas pelo PCA é admitir também a incapacidade do camponês de adaptar-se e transformar-se; é negar a sua heterogeneidade e diversidade, especialmente em países como o Brasil e a Colômbia, onde o campesinato se apresenta de diversas formas (ribeirinhos, colonos, extrativistas, assentados, pescadores etc.), em diversas regiões e em contextos de tempos e espaços diferentes. Falar de homogeneização do campesinato é negar a diversidade cultural e as reproduções no modo de vida inseridos no campo; é pretender moldar o setor rural aos padrões do mercado, tal qual o faz o capitalismo. É essa forma produtiva heterogênea e diversa do campesinato que contrasta com a forma produtiva do capital, o qual procura homogeneizar os seus mecanismos de produção (cf. WANDERLEY, 2009). Ainda de acordo com a autora, não há incoerência em admitir que existam, no meio rural, categorias sociais tão diferentes entre si, enquanto ao seu modo de vida, à forma de produzir e à visão do mundo. Essa diversidade sugere a capacidade de entender como diferentes grupos ou indivíduos constroem o seu próprio caminho, visando a

construção geral da sociedade e a busca de materialização das percepções de família, de trabalho, de qualidade de vida e bem-estar, de associativismo e de cooperação.

Em relação à ideia de metamorfose sofrida pelo camponês, Carvalho (2005, p. 25) aponta o seguinte: “O camponês metamorfoseado em agricultor familiar perde a sua história de resistência, fruto da sua persistência, e se torna um sujeito conformado com o processo de diferenciação que passa a ser um processo natural do capitalismo”.

Para Abramovay (1992), o campesinato apresenta características feudais, as quais não sofreram processos de mudança ou adaptação aos avanços técnicos e sociais acontecidos até hoje. Nesse sentido, as ideias de Abramovay (1992) negam, contundentemente, as teorias de Kautsky (1986) e Lênin (1985) no que diz respeito à diferenciação do camponês, a sua classificação e o papel do sistema capitalista na recriação de novas formas de campesinato. É importante esclarecer que, embora as ideias de Kautsky e Lênin tenham especificidades de tempo, de espaço e de contextos políticos, é impossível recusar o aporte destes autores para o entendimento da questão agrária na atualidade.

Outros autores, a exemplo de Ellis (1988), Neves (2005) e Carvalho (2005), também utilizam o termo de agricultor familiar em seus estudos. O uso da palavra está inserido em um contexto de análise que tem permitido sustentar a base de políticas públicas para o setor rural, essas fundamentadas no crédito, na assistência técnica e no acesso ao mercado; processos que procuram apoiar os princípios da reforma agrária. Desse modo, o termo agricultura familiar:

Consagra-se para dar visibilidade ao projeto de valorização de agricultores e trabalhadores rurais sob condições precárias de afiliação ao mercado e de reprodução social, diante de efeitos de interdependência entre agricultura e indústria e do processo de concentração da propriedade dos meios de produção no setor agropecuário. Nessa conjunção de investimentos políticos, os porta-vozes de tal projeto fizeram demonstrativamente reconhecer a racionalidade econômica e social da pequena produção agrícola; a capacidade adaptativa dos agentes produtivos a novas pautas éticas de conduta econômica (NEVES, 2005, p.15).

Finalmente, é importante ressaltar o fato de que o sistema de produção campesino precisa de cuidado especial do Estado para o seu avanço, reconhecendo a sua heterogeneidade na formulação e implementação das políticas públicas de desenvolvimento e inserção no mercado. O setor rural e o campo devem ser vistos não simplesmente como o local de produção de alimentos ou mercadorias ao serviço do sistema capitalista, mas também como um espaço de construção e reprodução social e cultural que estão em constante processo de mudança e adaptação. De acordo com Shanin (2005, p. 14), “o termo campesinato não implica a total semelhança dos camponeses em todo o mundo. [Eles] diferem necessariamente de uma sociedade para outra... e refletem, relacionam-se e

interagem com não–camponeses; trata-se da autonomia parcial do seu caráter”. Para ressaltar essas qualidades, o Quadro 3 apresenta uma síntese das diferenças entre o “campesinato” e “agronegócio”.

**Quadro 3** – Índices comparativos entre o agronegócio e o campesinato.

<b>Agronegócio</b>	<b>Campesinato</b>
<b>Centralização:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Controle centralizado da produção, processamento e mercado;</li> <li>• produção concentrada, estabelecimentos agrícolas maiores e em menor número, o que acarreta um menor número de agricultores e de comunidades rurais.</li> </ul>	<b>Descentralização:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior ênfase na produção, processamento e mercado locais/regionais;</li> <li>• produção pulverizada (maior número de estabelecimentos e agricultores), controle da terra, recursos e capital.</li> </ul>
<b>Dependência:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Abordagem científica e tecnológica para produção; dependência de experts;</li> <li>• dependência de fontes externas de energia, insumos e crédito;</li> <li>• dependência de mercados muito distantes.</li> </ul>	<b>Independência:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Unidades de produção menores, menor dependência de insumos, fontes externas de conhecimento, energia e crédito;</li> <li>• maior autossuficiência individual e da comunidade;</li> <li>• ênfase prioritária em valores, conhecimentos e habilidades pessoais.</li> </ul>
<b>Competitivo:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Competitividade e interesse próprio;</li> <li>• agricultura é considerada um negócio;</li> <li>• ênfase na eficiência, flexibilidade, quantidade e crescimento da margem de lucro.</li> </ul>	<b>Comunitário:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior cooperação;</li> <li>• agricultura é considerada um modo de vida e um negócio;</li> <li>• ênfase em uma abordagem holística da produção, otimizando todas as partes do agroecossistema.</li> </ul>
<b>Domínio da natureza:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ser humano é separado e superior à natureza;</li> <li>• a natureza consiste principalmente em recursos a serem utilizados para o crescimento econômico;</li> <li>• imposição das estruturas e sistemas do tempo humano aos ciclos naturais;</li> <li>• produtividade maximizada através de insumos industrializados e modificações científicas;</li> </ul>	<b>Equilíbrio com a natureza:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O ser humano é parte e dependente da natureza;</li> <li>• a natureza provê recursos e também é valorizada para o próprio bem;</li> <li>• trabalha com uma abordagem ecológica/de ambiente fechado – desenvolvendo um sistema diferenciado e balanceado;</li> <li>• incorpora mais produtos e processos naturais;</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• apropriação de processos naturais por meios científicos e substituição de produtos naturais pelos industriais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• usa métodos culturais para cuidar do solo</li> </ul>
<b>Especialização:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Base genética limitada utilizada na produção;</li> <li>• predominância da monocultura;</li> <li>• separação entre agricultura e pecuária;</li> <li>• sistemas de produção padronizados;</li> <li>• predominância de uma abordagem científica especializada.</li> </ul>	<b>Diversidade:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampla base genética; incorporação da policultura, rotações complexas;</li> <li>• integração entre agricultura e pecuária;</li> <li>• heterogeneidade de sistemas agrícolas;</li> <li>• interdisciplinaridade (ciências naturais e sociais), sistema participativo (inclusão de agricultores).</li> </ul>
<b>Exploração:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ênfase nos resultados de curto prazo em detrimento a consequências ambiental e social de longo prazo;</li> <li>• dependência de recursos não renováveis;</li> <li>• consumismo impulsiona o crescimento econômico;</li> <li>• hegemonia do conhecimento científico e da abordagem industrial sobre conhecimento e cultura indígenas/locais.</li> </ul>	<b>Abdicação:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• custo total contabilizado;</li> <li>• resultados de curto prazo igualmente importantes;</li> <li>• amplo uso de recursos renováveis e conservação de recursos não renováveis;</li> <li>• consumo sustentável, estilo de vida mais simples;</li> <li>• acesso equitativo a necessidades básicas;</li> <li>• reconhecimento e incorporação de outros conhecimentos e práticas permitindo uma base de conhecimento mais homogênea.</li> </ul>

**Fonte:** Elaboração própria, baseado em Desmarrais (2007).

Observa-se que o quadro figura o agronegócio e o campesinato como sistemas quase opostos. Enquanto o latifúndio e agronegócio abarcam grandes extensões de terra, exploração do trabalho, empresas capitalistas, produção contra natura, produção desmesurada, concentração de terras, violência contra comunidades, atividades de grilagem etc., o campesinato compreenderia o oposto do que o sistema capitalista representa. Atividades de cooperativismo, mão de obra familiar, proteção do meio ambiente, pequenas porções de terras (com ou sem a posse dela), ocupações de terras e assentamentos agrários seriam, nesse sentido, representativos dos territórios camponeses. É essa dicotomia entre “sistema capitalista agrário” e “sistema camponês” que dá conteúdo à questão agrária no Brasil e na Colômbia. São essas diferenças de ideias e concepções de território que se

afirmam como as grandes geratrizes dos conflitos no campo; esses não só de ordem fundiária, mas também relativos à forma como a reprodução social, comercial e cultural é concebida.

Adota-se, então, neste trabalho, o conceito de campesinato como foi concebido no paradigma da questão agrária. Essa opção permite adaptar o termo camponês às diferentes realidades das comunidades analisadas nesta tese. Admite-se, portanto, o uso sinonímico do termo camponês para as comunidades ribeirinhas e extrativistas que habitam a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupá – Baquiá; agrupando-os, dentro de uma mesma categoria de análise, que também vem a representar os colonos e os camponeses que habitam a Zona de Reserva Campesina El Pato – Balsillas.

## **1.2. A questão agrária na Zona de Reserva El Pato – Balsillas: entre a colonização e a violência do Estado.**

Os processos de colonização não podem ser vistos como simples migrações ou assentamentos em um território qualquer. Esses tipos de fenômenos abrangem também a possibilidade de construção de territórios e de seus novos moradores, de novas relações entre os “expulsos” (convertidos em novos donos do território) e o Estado; uma relação na qual são assumidas práticas renovadas de socialização entre esses atores. De acordo com Gonzalez (1998, p.70), o processo de colonização:

*...deja de ser exclusivamente un proceso de ampliación de la frontera (política y agraria), para revelar el más inquietante y dinámico proceso de creación de nuevos y disímiles asentamientos humanos y de formación de escenarios propios para la generación de multiplex posibilidades de sobrevivencia social.*

O processo de ocupação de novos territórios, visto como um conjunto de relações sociais e não exclusivamente como uma simples ocupação do solo, permite entender a forma como os membros do novo conjunto social vão construindo a representação de uma nova ordem própria e legítima que responda às necessidades mesmas do processo colonização.

Para Gonzalez (1998), a colonização não é um processo fácil nem pacífico. Cada momento do processo se consolida no espaço e no tempo, produzindo dinâmicas internas de sociabilidade (entre a mesma população) e ao mesmo tempo desenvolvendo diversos graus de articulação com o Estado, através dos quais a nova comunidade demanda os benefícios correspondentes ao exercício de seus direitos como cidadãos.

Essas relações entre os colonos e o Estado não depende apenas da colonização, mas sim de fenômenos como a gestão estatal pela ação (políticas de impulso à colonização) ou pela omissão (zero intervenção política, econômica e social por parte do Estado). É nessa última categoria em que se encaixa o processo colonizador da zona de El Pato – Balsillas.

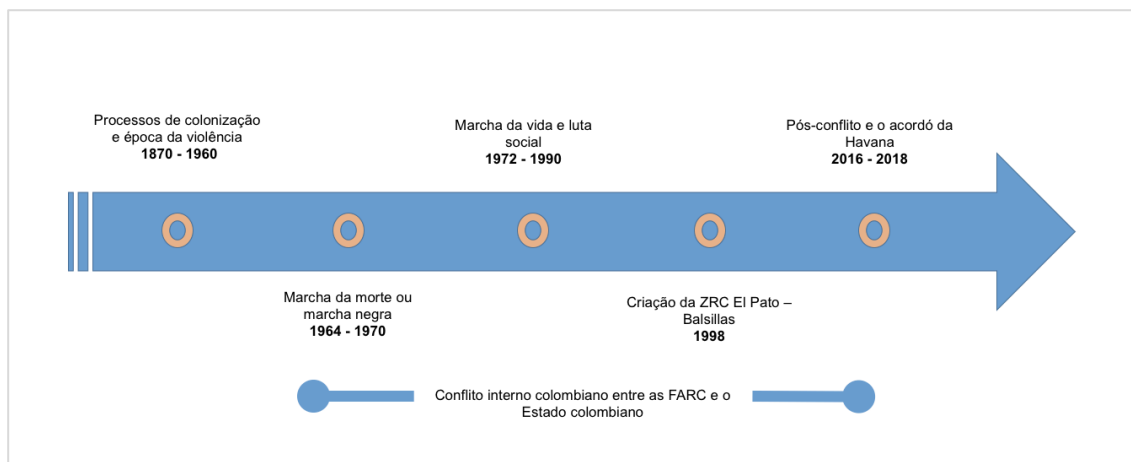
A história da ocupação e da colonização de El Pato – Balsillas reflete um conjunto de processos de ordem social, econômica e política que se resumem em quatro aspectos: a) a extrema debilidade do capital social; b) aos altos níveis de violência, associados à presença de atores armados organizados (Guerrilhas e Exercito); c) o incremento de uma economia rural baseada no cultivo, processamento e trafico de culturas ilegalizadas e d) a uma alta fragilidade ambiental na região (ecossistema de transição entre os Andes e a Amazônia) (cf. AMCOP, 2012).

El Pato – Balsillas é uma região emblemática para a compreensão histórica do conflito agrário e da violência que tem se perpetuado ao longo do tempo na Colômbia. Como parte da Amazônia, a região de El Pato vem compartilhando diversas dinâmicas econômicas, políticas e sociais, além de lutas que os camponeses e os colonos têm protagonizado em vista do direito à terra e da vida digna. Fenômenos que caracterizam esse território como uma área com precária presença do Estado, diferente do que ocorre à intervenção local dos militares.

Todas essas inequidades contrariam os desejos dos colonos e camponeses – que decidiram, obrigatoriamente ou por livre eleição, transpassar a fronteira geográfica que representa a “*Cordillera Oriental*” – de terem melhores condições de vida; dados esses que fazem parte do tecido histórico usado pelos moradores da ZRCPB para tentar transformar suas condições atuais. São todas essas experiências de vida que lhes lembram a dívida histórica que o Estado colombiano tem para com eles e para com os seus similares de lhes oferecer proteção, bem-estar e, no caso específico da região de El Pato – Balsillas, de transformar a percepção que se tem dentro do imaginário coletivo colombiano de que aquela é uma mera zona geradora de conflito (cf. LEGRAND, 1994).

Essas lembranças históricas são relatadas pelos seus moradores, que, identificados com essas narrativas, acabam se tornando protagonistas e figurantes de duas realidades territoriais. Todo esse tecido histórico pode ser dividir em cinco diferentes épocas resilientes nas recordações dos habitantes daquela região (vide Figura 3).

**Figura 3** – Linha do Tempo dos processos históricos (ZRC El Pato – Balsillas).



**Fonte:** Elaboração própria, 2018.

### 1.2.1. As origens da colonização e ocupação de El Pato – Balsilla (1890 - 1960).

As riquezas do ecossistema amazônico têm impulsionado diversas explorações e conquistas desde o século XVI até os dias de hoje, as quais vêm marcando a sua história em termos de exploração dos recursos e de processos de colonização nessa zona (cf. Ariza, 1998). Foi o auge da *cinchona*<sup>3</sup> (*Cinchona officinalis*), na década de 1870, que marcou o início do período extrativo em El Pato – Balsillas. A extração da planta gerou um grande impacto econômico e aumento da população na zona, na medida em que a sua exploração envolveu a migração de colonos do interior do país, que, interessados na exploração da região, atravessaram a cordilheira que divide os ecossistemas andino e amazônico na Colômbia.

Logo após a queda do preço da quina no mercado mundial nas últimas décadas do século XIX, abriu-se espaço para o auge da borracha abriu espaço (cf. Ariza, 1998). De acordo com Gonzalez (2011), houve uma grande migração laboral de “*tercieros*” (pessoas que carregavam a borracha nas costas) e colonos de diversas regiões do país destinados a extrair a borracha. O mesmo autor caracteriza este período da colonização de El Pato – Balsillas como um “*poblamento antecedente*”, o que significa que não houve maiores assentamentos de colonos na região entre finais do século XIX e início do século XX; embora durante esse período tenham sido criadas as bases para posteriores processos de colonização, ocupação e apropriação produtiva do território (GONZALEZ, 2011, p. 118).

Na década de 1920, foram registrados os primeiros assentamentos pecuários na área

<sup>3</sup> A cinchona é uma planta medicinal nativa da América do Sul também conhecida como quina-amarela, quina o quinina. É um remédio natural que sempre foi usado para combater todas as formas de malária.

de Balsillas, esses incentivados por parte de colonos provenientes do Departamento<sup>4</sup> de Huila. Eles chegaram na região após uma caminhada de seis meses por uma trilha, que era percorrida devido à sua condição estratégica de circulação e ao comércio da borracha com o resto do país (cf. AMCOP, 2016). Devido às novas explorações de gado na zona, algumas populações deixaram de ser seringueiras e se tornaram em colonas, ou seja, se assentaram. De acordo com Tovar (1995, p. 78):

*las gentes que acudían a la región amazónica, a finales de siglo XIX y comienzos del XX, podían catalogarse básicamente en dos grupos: por una parte, quienes iban a quedarse como pobladores y colonos; por otra quienes se lanzaban al territorio en busca de fortuna para regresar lo más pronto posible enriquecidos.*

Na década de 1930 e início da década de 1940, surgiram novos fluxos migratórios desde o Estado de Tolima e Huila. Esses colonos se assentaram e fundaram as veredas de Rovira e El Oso, tornando-as o centro da colonização. Dava-se início a um paulatino processo de ocupação com migrações periódicas de baixa intensidade, devido à dificuldade do acesso à região (cf. León, 1995).

Outro importante fluxo migratório se deu por conta do colono Rafael González, oriundo do Estado de Huila. Rafael aventurou-se com os seus filhos Martiniano, José Domingo e Carlos Julio numa expedição que durou aproximadamente cinco anos por territórios “*que caucheros trashumantes les habían descrito como regiones maravillosas en las que se encontraban todos los climas*” (Briñez, 1998, p.39). Essa expedição motivou a chegada de novos colonos que procuravam terras inexploradas para trabalhar, e que também traziam a esperança de possuí-las. Ante a inserção de novas terras para a exploração agrícola, surgiu uma pequena economia entre os colonos assentados, tornando-se numa importante frente pecuária e agrícola (cf. LEÓN, 1995).

A década de 1950 marcou o início do período conhecido como “*La Violencia*”, especialmente na zona andina do país, o que motivou que grandes quantidades de pessoas procurassem refúgio nas terras amazônicas. A respeito dos efeitos *La Violencia* da década de 1950 teve para a região, comenta Artunduaga (1984, p.65):

*Esta calamitosa situación fue la causa directa que ocasionó el poblamiento rotundo del Caquetá, territorio que en 1932 tenía quince mil habitantes (15.000) y diez años después apenas había aumentado su población a veinte mil (20.000), inicia su portentoso crecimiento poblacional a finales de los 40*

---

<sup>4</sup> O termo Departamento refere-se à unidade política administrativa diferente ao termo Estado no Brasil, diferenças marcadas pela estrutura colombiana como república unitária e o a estrutura brasileira como república federativa. Essas estruturas desdobram em competências distintas para suas unidades territoriais. É preciso esclarecer que a ZRC está constituída por varias Veredas do Municipio de San Vicente del Cagúan.



*y en el censo de 1951 registró cuarenta y seis mil quinientos ochenta y ocho (46.588) habitantes, es decir, un crecimiento del 122% con relación al censo de 1938.*

Neste período, El Pato – Balsillas foi o refúgio de pessoas originárias dos Departamentos de Huila, Tolima e do Planalto Oriental, ou região da Orinoquia, que procuravam fugir da crescente violência nesses territórios. Porém, naquele novo contexto acabaram se reproduzindo dinâmicas dessa mesma violência, como consequência da chegada de bandidos, de ex-guerrilheiros e do assentamento das autodefesas rurais conhecidas como *“Columnas de marcha”*. De acordo com Briñez (1998), o movimento guerrilheiro, constituído na primeira conferência das “Fuerzas Revolucionarias de Colombia - FARC”, em 1952, desmembrou-se no final da década de 1950; favorecendo a consequente organização do movimento agrário. Ainda de acordo com Briñez (1998, p. 42) *“el movimiento guerrillero se convierte en movimiento agrario. Se acaba la estructura militar, se acaban los grados y denominaciones, y todo el mundo se dedica a trabajar la tierra”*.

Mesmo após o caráter camponês que tinha adquirido a organização, ataques armados do exército, da polícia e de grupos políticos (denominados *“limpios”*) foram apoiados por fazendeiros da região. Esses ataques motivaram, junto ao movimento agrário, a criação das autodefesas camponesas, *“para lo cual disciplinaron y entrenaron militarmente a treinta jóvenes campesinos atentos a lo que pudiera pasar para entrar a operar como guerrilla profesional”* (BRIÑEZ, 1998, p. 44).

Até o início da década de 1960, as condições importas por essas dinâmicas políticas marcaram a vida dos moradores da região. Embora essas manifestações de violência nunca tivessem adquirido as características que tiveram aquelas do interior do país, alguns efeitos chegaram até a zona, devido, entre outros fatores, à presença de alguns comandantes guerrilheiros; entre eles, Alfonso Castañeda, conhecido como o Mayor Richard (cf. Briñez, 1998). A chegada de “Richard” à zona marcou o começo de uma época de guerra contra o Estado, iniciada no ano de 1964 com a chamada “Operación Marquetalia”, em Tolima.

### **1.2.2. A marcha da morte ou marcha negra (1964 - 1970).**

O dia 14 de junho de 1964 ocorreu uma investida militar contra os grupos de resistência camponeses nas zonas conhecidas como Marquetalia e Rio Chiquito. Os ataques intensos na área obrigaram a população local a se deslocar para zonas como El Pato – Balsillas. De acordo com um dos entrevistados, em abril de 1965:

*los cielos patunos se enlutaron por causa de una flota de helicópteros que*

*arrojaron artefactos de muerte- bombas Napalm, que, luego de explotar en el aire, cayeron como lluvia de fuego sobre la tierra calcinando seres humanos, cultivos y animales. Así mismo, por tierra, aproximadamente 4.000 soldados del batallón Colombia asaltaron la región dejando a su paso una estela de destrucción y muerte (Entrevistado 4, Vereda El Oso, 2016).*

Com uma duração de seis meses, a chamada “operación Pato” ainda é lembrada como um período tenso para a região, marcado pela violência militar contra a população, demonstrando “*la manera como el Estado colombiano deseó integrar estas zonas a la construcción nacional*” (Entrevistado ONG Cagúan Vive, 2016).

La presencia militar na área e o medo de novos bombardeios impulsaram os moradores do lugar a procurar refúgio em áreas de mato e floresta. Durante mais de 65 dias de marchas intermináveis, escassez de alimento, das doenças próprias da floresta e da perseguição militar à população camponesa, que “*bajo el supuesto de ser habitante de la zona implicaba, a su vez, hacer parte de la guerrilla, hicieron parecer a un número incalculado de campesinos, entre los cuales habían ancianos, mujeres y niños*” (Entrevistado 4, vereda El Oso, 2016).

Esses deslocamentos ainda permanecem latentes na memória da população local e são chamados de “Marcha de la muerte”. O entrevistado 5, Vereda Guayabal, oferece um testemunho marcante sob o acontecido na época:

*En El Pato se combatió de una forma completamente atroz, es decir, aquí no se discriminó. Aquí se dijo que todos los que vivían aquí eran bandoleros; aquí no se les dio ni siquiera lugar a que la gente se saliera, ni siquiera se le dijo: los que no son guerrilleros salgan. Aquí se taponó Balsillas, se taponó por Vegalarga, se taponó Guacamayas. se taponó San Vicente. Entonces las personas que iban a salir se encontraban con el ejército; niños y niñas se perdieron. De pavor de encontrarse con el ejército se tiraban de las bestias y cogían el monte. El ejército acabó con todo lo que había a su paso sementeras, ganado, cultivos etc. La gente salió, unos cogieron hacia el Meta y otros hacía la cordillera. Las mismas madres tiraban los niños al río, preferían que se les ahogaran.*

Um outro testemunho pode se somar às muitas histórias de horror vividas durante esse período triste da história de El Pato – Balsillas e da história do país. Ele foi dado pelo entrevistado 6, Vereda Alto Avance, em 2016, que narra o seguinte:

*Tuvimos que abandonar la región. Duramos tres meses huyendo entre el monte perseguidos por el ejército. Perdimos hijos porque se nos murieron de hambre. Perdimos reses, burros, sementeras, perdimos todo, solo pudimos regresar en el año 79. Muchas de nuestras mujeres dieron a luz en el monte; ellas y nuestros hijos murieron. Como el hambre era atroz, muchas madres prefirieron ahogar a sus hijos en los ríos, evitándoles así la agonía de una muerte segura. Muchos de nuestros familiares y amigos murieron intentando cruzar las caudalosas aguas de los ríos; otros acosados por el hambre murieron al comer frutos de la selva que resultaron ser venenosos, fue una*

*época de muchas aflicciones y de mucha tristeza para nosotros.*

Muitos dos colonos mais antigos lembram com horror a angústia sofrida durante essa época violenta. Como resultado das operações militares, a região de El Pato – Balsillas ficou virtualmente despovoada por um período de oito anos. De acordo com Trujillo (1977), a população na zona diminuiu de uns 9.000 habitantes, em 1964, para 890 habitantes, em 1976.

Mas o medo do deslocamento e a uma segunda “Marcha de la muerte” motivaram o deslocamento da comunidade de El Pato – Balsillas até a cidade de Neiva, no Departamento de Huila. Essa mobilização teve como objetivo principal informar às autoridades governamentais e à sociedade em geral a respeito dos fatos violentos que aconteciam, além de reivindicar o seu direito da permanência naquele território (cf. BRIÑEZ, 1998).

### **1.2.3 A marcha da vida, que ainda continua.**

No ano de 1972, logo após uma das muitas pressões exercidas por parte dos moradores de El Pato, começou o retorno dos sobreviventes e alguns novos colonos para a zona. Continuando com as suas vocações de camponeses, dedicaram-se a cultivar a terra, esperançosos de que o governo cumprisse suas promessas de zerar os ataques e bombardeios. Mas pouco tempo depois, no ano de 1979, o Exército da Colômbia instalou uma base militar em Balsillas, trazendo novos desafios para os camponeses (VARGAS, 2008). Com a instalação da nova base militar foram exigidos salvo-condutos dos moradores para restringir a livre circulação. A medida também tinha o propósito de lhes obrigar a abandonar terras. Esses salvo-condutos impediram os colonos de titularem suas terras através do INCORA. A análise de Briñez (1998, p.53) permite dimensionar o impacto que a exigência dos salvo-condutos teve na população. Segundo ele:

*La Exigencia de salvoconductos para impedir la libre movilización o negación de los mismos para algunos pobladores con el fin de obligarlos a abandonar la región, vedándoles así el derecho a la titulación de tierras que en ese momento adelantaba el Instituto Colombiano de Reforma Agraria; malos tratos verbales; sindicaciones indiscriminadas contra hombres y mujeres de ser guerrilleros o auxiliares de la guerrilla, amenazas de muerte, detenciones, torturas, desapariciones; requisas a remesas o mercados durante los cuales los militares destruían los víveres que los colonos habían adquirido en Neiva para su subsistencia, llegando en muchos casos al extremo de mezclar la sal y el azúcar con el propósito de inutilizar estos ingredientes necesarios para la alimentación.*

A pesar das medidas, outros atos de violência foram registrados: ações indiscriminadas contra os camponeses (homens e mulheres), ameaças de morte, detenções ilegais, torturas, desaparecimentos e destruição das colheitas fizeram parte do dia a dia dos

habitantes do lugar (cf. Vargas, 2008).

Na metade da década de 1980, houve, na região, o auge produtivo da amapola (*Papaver somniferum*), que estabeleceu uma nova dinâmica econômica local, ao tempo que também ativou novas migrações na procura de riqueza; embora esses “novos” tenham deixado a região logo após o auge.

Por outro lado, muitos dos antigos moradores continuaram com as suas culturas tradicionais (milho, mandioca, café, banana, tomate etc.). Embora outros tenham sido tentados a participar do ascendente cultivo da amapola, devido aos ganhos garantidos pela cultura. De acordo com um dos entrevistados:

*el cultivo de Amapola dejaba ganancias que ningún otro producto habia dejado hasta el momento, pero tambien, pero tambien ese cultivo trajo consigo múltiples fumigaciones aéreas que afectaron la salud de la nuestra gente, de las tierras y la proliferacion de la violencia en la comunidad (Entrevistado AMCOP, 2016).*

Nessa mesma década (1980), os colonos uniram-se em cooperativas e associações chamadas “Juntas de Acción Comunal” com o objetivo de analisar a situação da região. Então, decidiram empreender a chamada Marcha Blanca até a cidade de Neiva, a fim de denunciar, ante a opinião pública, os crimes que estavam sendo cometidos contra eles. Após 19 dias de marcha e 80 quilômetros percorridos, os camponeses chegaram à sede do governo Estadual do Huila. Para Briñez (1998), a marcha “Blanca” foi um claro exemplo de organização moral e de força, tornando-se um referente para outras mobilizações sociais desse tipo.

Depois de três meses de negociações e de muitas promessas governamentais, os colonos voltaram para sua região com a esperança de um futuro digno para eles e para seus filhos (cf. VARGAS, 2008). Entre as demandas formuladas pelos camponeses, encontravam-se:

*Solicitar garantías y seguridad para los marchistas y la suspensión inmediata de las fumigaciones, el pliego de peticiones pretendía la condonación de las deudas crediticias de los agricultores con las entidades estatales; el fomento de transferencias tecnológicas para las comunidades campesinas de acuerdo con los programas agropecuarios de productos tradicionales existentes; la construcción, terminación y recuperación de la red vial que incluía la terminación de las carreteras troncales que los comuniquen con el interior del país y otros departamentos (MESTIZO, 2001, p.24).*

A comunidade de El Pato – Balsillas tem resistido, embora as dificuldades e atropelos por parte do governo estadual e nacional, por meio das organizações sociais e seus dirigentes, na procura de melhores condições vida, deixando de lado a marginalização à que têm sido submetidos durante décadas.

**Figura 4** – Casa pichada pelas FARC, na vereda Balsillas.



**Fonte:** Foto de David Alejandro Sepúlveda Vélez, 2016.

De acordo com Vargas (2008), as lutas dos colonos têm por objeto o reconhecimento dos trabalhadores agrícolas, que possam se ver livres do objeto das estigmatizações sociais e da marginalização que a história insiste em lhes relegar (*vide* Figura 4). Operando, a partir daí transformações regionais e locais que lhes permitam viver dignamente.

#### **1.2.4 O Acordo de Havana e o pós-conflito**

A importância da mobilização social em locais de conflito tem sido estudada extensamente (cf. Gago, 2012; Garcia, 2005; Serrano *et al*, 2013). Esses autores assinalam a necessidade de uma vinculação direta entre a sociedade civil e o Estado para realizar processos de reconstrução satisfatória do pós-conflito em áreas abandonadas pelo Estado, mas eivadas de conflitos civis. De acordo com Beristain (2003), processos de paz bem-sucedidos devem ser replicados em todos os níveis da sociedade, com o propósito de conquistar legitimidade social e galgar duradouros períodos de pós-conflito.

Após vários meses de pré-negociações de paz realizadas secretamente entre delegados do Governo da Colômbia e da guerrilha das FARC, no dia 04 de setembro de 2012 foi anunciado, oficialmente, o início dos acordos entre as duas partes. Pouco tempo depois, no dia 18 de outubro de 2012, foram instaladas as mesas de negociação, na cidade de Oslo, Noruega, que foram em seguida concretizadas, finalmente, na cidade de Havana, Cuba.

O acordo baseia-se em seis pontos, os quais foram negociados pelas duas partes (FARC e o Estado colombiano). Eles são: a) *Hacia un Nuevo Campo Colombiano: Reforma Rural Integral*; b) *Participación política: Apertura democrática para construir la paz*; c) *Acuerdo sobre Cese al Fuego y de Hostilidades Bilateral y Definitivo y Dejación de las Armas entre el Gobierno Nacional y las FARC-EP*; d) *Solución al Problema de las Drogas Ilícitas*; e) *Acuerdo sobre las Víctimas del Conflicto: “Sistema Integral de Verdad, Justicia, Reparación y No Repetición”, incluyendo la Jurisdicción Especial para la Paz*; y *Compromiso sobre Derechos Humanos* e f) *Implementación, verificación y refrendación* (cf. COLOMBIA, 2016).

As delegações que participaram da negociação se tornaram signatárias do “Acuerdo Final para La Terminación del Conflicto y La Construcción de una Paz Estable y Duradera”; acordó firmado na cidade de Bogotá, no dia 24 de novembro de 2016. Com a assinatura desse acordo, pôs fim a um conflito de mais de cinco décadas entre as guerrilhas das FARC e o Estado colombiano, dando-se início a um período chamado de pós-conflito.

No acordo, foram indicadas como causas históricas do conflito na Colômbia a questão não resolvida da posse da terra e, em particular, a concentração fundiária, a exclusão do campesinato e o atraso das comunidades rurais (cf. COLOMBIA, 2016). Nesse sentido, o primeiro ponto do acordo – La Reforma Rural Integra (RRI) – objetivou transformar as zonas rurais do país, integrar as regiões, erradicar a pobreza, incentivar a igualdade e a garantia de todos os direitos, para todos os cidadãos. Esse primeiro ponto do acordo visa transformar estruturalmente o campo, a fim de impulsionar o desenvolvimento do país, que deverá se basear em três pilares: a inclusão do campesinato, a integração das regiões e a segurança alimentar (cf. COLÔMBIA, 2016).

Além disso, espera-se a reversão das causas e efeitos do conflito armado, como a concentração da propriedade da terra e o atraso rural. Para tanto, são incentivadas medidas que promovam a restituição da terra aos seus verdadeiros proprietários e os seus usos adequados, priorizando a formalização da propriedade e sua distribuição equitativa. Em Havana, foram definidos instrumentos como a criação de um banco de terras, que inclui expropriação por motivos sociais, e a criação de novas áreas de reservas rurais, bem como subsídios e incentivos ao investimento rural. O Estado está empenhado em financiar e promover planos de desenvolvimento rural para fornecer infraestrutura, saúde, assistência técnica, educação, alimentação e recreação.

O acordo reconhece às ZRC como figuras parceiras do Estado na promoção da economia campesina, também contribuindo com a diminuição da expansão da fronteira agrícola e a produção de alimentos:

*Las ZRC son iniciativas agrarias que contribuyen a la construcción de paz, a la garantía de los derechos políticos, económicos, sociales y culturales de los campesinos y campesinas, al desarrollo con sostenibilidad socio-ambiental y alimentaria y a la reconciliación de los colombianos y colombianas. En consecuencia, el Gobierno Nacional, en concertación con las comunidades, y teniendo en cuenta lo planteado en los principios de Bienestar y Buen Vivir y Participación de la Reforma Rural Integral, promoverá el acceso a la tierra y la planificación de su uso en las ZRC, haciendo efectivo el apoyo a los planes de desarrollo de las zonas constituidas y de las que se constituyan, en respuesta a las iniciativas de las comunidades y organizaciones agrarias que éstas consideren representativas, de manera que cumplan con el propósito de promover la economía campesina, contribuir al cierre de la frontera agrícola, aportar a la producción de alimentos y a la protección de las Zonas de Reserva Forestal. Se promoverá la participación activa de las comunidades — hombres y mujeres— que habitan en las ZRC en la ejecución de sus planes de desarrollo (COLÔMBIA, 2016, P. 20).*

No acordo também foi estabelecido que o Governo Nacional dará apoio aos planos de desenvolvimento das zonas constituídas e das zonas que no futuro serão constituídas, em resposta às iniciativas das comunidades e das organizações agrárias, além de promover a participação ativa das comunidades na execução desses planos. No desenvolvimento e execução desses planos “*contribuyen los campesinos, las campesinas y las comunidades indígenas... y demás comunidades étnicas en sus territorios, con un ordenamiento socio-ambiental sostenible. Para ello es necesario el reconocimiento y apoyo a las Zonas de Reserva Campesina (ZRC) y demás formas de asociatividad solidaria*” (COLÔMBIA, 2016, p. 11).

É importante esclarecer que o acordo de Havana ou “*Acuerdo final para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera*” foi assinado em dezembro de 2016. Portanto, ainda são desconhecidos, pormenorizadamente, os reais impactos que o chamado período de pós-conflito tem exercido na ZRC El Pato – Balsillas. Embora se possa asseverar que durante o andamento das negociações de paz entre o Estado colombiano e as FARC, a violência na ZRCPB diminuiu consideravelmente naquela região.

### **1.3 A questão agrária na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã – Baquiá: uma história entre o ciclo da borracha e a sustentabilidade.**

De acordo com Oliveira (1991a), o município de Gurupá exemplifica a história da ocupação e exploração dos recursos naturais na Amazônia. O extrativismo de produtos da

água e da floresta tem marcado a dinâmica econômica naquele município que foi fundado em 1663 como capitania real. Na prática e no desenvolvimento dessas atividades, estabeleceram-se algumas relações sociais de produção durante o período de valorização econômica do primeiro ciclo da borracha (1830-1912), dinâmicas essas que continuam até os dias de hoje, a exemplo do “aviamento”<sup>5</sup>. Essas relações socioeconômicas podem ser caracterizadas em três distintos períodos, que são descritos a seguir.

### **1.3.1 O ciclo da borracha e o regime de aviamento.**

Este primeiro marco temporal teve início durante o primeiro ciclo da borracha, estendendo-se até a década de 1970. Durante esse período, o governo federal incentivou a extração da borracha natural e o controle de grandes extensões de terras públicas que eram exploradas com base no trabalho semiescravo dos chamados “fregueses”; negócio deveras lucrativo em uma região que sobrevivia graças a extração vegetal (cf. IIEB, 2006).

O fenômeno econômico provocou uma migração de pessoas vindas de várias regiões do país, principalmente do nordeste brasileiro e, conseqüentemente, também do distrito do Itatupã; território onde hoje se localiza a reserva. Junto com os extratores da borracha, vieram algumas famílias tradicionais, que se denominaram de “seringalistas”. Essas famílias, por sua vez, construíram grandes barracões e passaram a financiar bens de consumo e utensílios para quem quisesse extrair a borracha. Como nessa relação não havia qualquer controle de custo destes financiamentos por parte dos extratores, nem tão pouco qualquer organização social que permitisse uma relação um pouco mais justa entre as partes, os seringueiros jamais conseguiam quitar suas dívidas ao final da safra (cf. ICMBIO – Gurupá, 2016).

Nessa relação de pura escravidão e subordinação, os trabalhadores que chegavam aos seringais tinham transporte, alimentação, moradia e ferramentas, todos eles pagos pelos patrões com o volume da goma produzido. Assim, os seringueiros acabavam iniciando seus trabalhos já devendo aos patrões. Como o volume de goma produzido era menor do que a conta devida, no final da safra essa dívida se tornava impagável.

Não conseguindo voltar para a terra natal, os seringueiros acabaram estabelecendo residência na região, abandonando assim suas famílias de origem e construindo outras novas, além de outras relações socioeconômicas; agora com uma dívida que se prolongava ano após

---

<sup>5</sup> O aviamento, termo cunhado na Amazônia, é um sistema de adiantamento de mercadorias a crédito. Começou a ser usado na região durante a época colonial, mas foi no ciclo da borracha que se consolidou como sistema de comercialização e se constituiu em termo identitário da sociedade amazônica. Depois do ciclo da borracha, o aviamento passou a ser reformulado em termos menos policiais, mas continuou sendo igualmente dominante em todas as esferas da produção (cf. LIRA, 2007).



ano. O fenômeno acabou provocando uma nova dinâmica de povoamento na zona (cf. ICMBIO – Gurupá, 2016). De acordo com um dos entrevistados:

eles (os patrões) chegaram na região e autodenominaram-se os donos da terra, eles não eram os donos não, mas todo isso foi com ajuda do governo de lá de Brasília [Governo Federal, com sede naquela época na Cidade do Rio de Janeiro], então nós ficamos meio abandonados. Eles (os novos donos) começaram a explorar o pessoal daqui da região, alugando-nos as nossas terras e não tivemos mais opção que trabalhar para eles e assim pagar o aluguel, das terras que eram nossas, ao patrão (Entrevistado 16, Santo Antônio do Baquiá, 2017).

A produção da borracha baseada no regime de avivamento não conseguiu atender às demandas de quantidade e qualidade exigidas pelos mercados internacionais, que passou a ser atendido pela borracha produzida na Ásia, levando o início da luta pela terra e a expansão da exploração madeireira a partir da década de 1970 ao colapso (cf. CAMELY, 2004; Lira, 2017). Pouco tempo após a desvalorização da borracha, na região das ilhas, em especial na área na RDS – IB, surge um novo período de exploração dos recursos naturais: dava-se início ao ciclo da madeira.

### **1.3.2 O ciclo da exploração madeireira e o início da luta.**

A desvalorização da borracha teve um impacto significativo na economia local. Os extratores de borracha estavam cada dia mais endividados, o que os obrigavam a procurar por emprego na cidade de Santana. Foi assim que, no início da década de 1970, houve uma redução acentuada na população na zona da RDS. Nesse período, os chamados seringalistas também tiveram uma forte descapitalização devido a perda da principal força de trabalho (cf. ICMBIO – Macapá, 2016).

A região estava empobrecida e com uma diminuição populacional vertical. No entanto, no decorrer da década vários acontecimentos marcaram a vida econômica do lugar: foi aberto o mercado para a compra de madeira branca, principalmente da virola (*Virola surinamensis*), e instalou-se na cidade de Santana – Amapá, uma empresa de laminado e faqueado chamada BRUMASA MADEIRAS S/A (*idem*). Segundo um dos entrevistados:

quando o patrão, que era o dono das terras, vendeu-as para a BRUMASSA, a empresa começou a explorar-nos, tirando toda a nossa coleta. Então nos deixamos de trabalhar as nossas terras para trabalhar para eles, mas não era um trabalho não, nos estávamos escravizados na nossa própria terra, ficamos muito dependentes da BRUMASSA, esse foi o nosso grande erro (Entrevistado 17, Santa Maria da Foz do Tauari, 2016).

A implementação e operação de grandes empresas processadoras de madeira e palmito foram financiadas pelo Estado brasileiro, destinando a maior parte de sua produção ao mercado internacional. Ressalta-se o fato de que estas empresas se articularam com alguns seringalistas restantes do ciclo da borracha; e estes, por sua vez, agindo como mediadores da nova produção extrativista, subjugaram a família produtora ao sistema de “aviamento” (Oliveira, 1991a). Dava-se início a um novo ciclo de escravidão.

Como o distrito do Itatupã era rico em virola, despertou-se o interesse dessa empresa em adquirir terras na região. A posse da terra estava em poder dos seringalistas, que com a saída dos seringueiros, não tiveram outra opção, que não a de vender as suas propriedades para a empresa, que passou a ter o controle do 70% das terras do distrito de Itatupã (cf. ICMBIO – Macapá, 2016).

Os moradores (seringueiros), que se assentaram ao longo dos cursos dos rios e igarapés (áreas de várzeas ou planícies de inundação), ficaram como espectadores do mercado de terra que fora instalado. Enquanto viviam das atividades econômicas ribeirinhas, essas baseadas na extração de recursos naturais e pela produção agrícola voltada para o autoconsumo. Pouca ou nenhuma modificação ocorreu no modo como os recursos naturais eram explorados e processados. Apenas se intensificou o ritmo de extração de madeira em determinados períodos, que foi dependente das condições do mercado (cf. MMA, 2016).

Segundo um dos entrevistados, a empresa BRUMASA MADEIRAS S/A passou a ter o controle do meio de produção e da mão de obra dos seringalistas, além de outros migrantes laborais atraídos para a região, que passaram a ser financiados com bens de consumo. O fenômeno fez ressurgir o regime de “aviamento” (cf. Entrevistado 18, ICMBIO – Macapá, 2016).

O sistema de aviamento resultou na dominação e exclusão econômica e social dos trabalhadores rurais no município de Gurupá, ao mesmo tempo em que incentivou as lutas de resistência contra a subordinação a que estavam submetidos pelo grande capital e a devastação a que eram submetidos os recursos naturais locais. Como consequência dessas lutas sociais, os trabalhadores enfrentam a violência dos seringalistas e do poder público e judiciário cooptado pela empresa. O objetivo dessas manifestações era o resgate e a valorização do trabalho rural, princípios que passaram a ser apoiados pelos representantes da Igreja Católica local a partir da década de 1980. Estas iniciativas de resistência “encontraram no movimento sindical um canal de articulação e de organização, construindo alternativas reais de desenvolvimento econômico, social e ambiental” (Entrevistado 18, ICMBIO – Gurupá, 2016).

Como resultado do processo de resistência, as organizações sociais de produção desenvolveram novas formas organizativas do trabalho (familiar e comunitário) e comercial

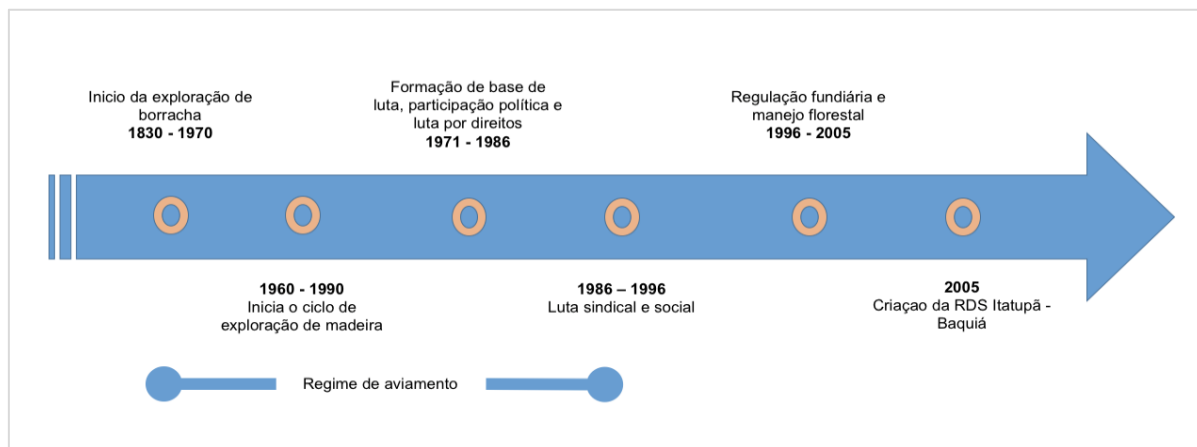
que incentivaram a organização política dos trabalhadores rurais. Questões importantes foram confrontadas pelos movimentos a fim de mudar o quadro de exploração e dependência dos trabalhadores rurais (cf. MMA, 2016). Dentre essas questões, ressalta-se: a) posse da terra; b) diversidade na produção agrícola e de formas alternativas de produção c) demarcação de áreas de reserva florestal e exploração controlada dos recursos florestais (madeira, açaí e palmito) e aquícolas e d) o incentivo de novas formas de comercialização e articulação com as entidades governamentais como ações do município (cf. MMA, 2016).

Ao longo de muitos anos surgiram na região algumas organizações sindicais (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gurupá) e de extrativistas (Organização de Trabalhadores Rurais Extrativistas de Gurupá) com o objetivo de incentivar a resistência e a luta pelo direito da posse das terras que eram exploradas por empresas e patrões. Essas entidades passaram a pressionar o governo como as pautas da regularização fundiária e da exigência de políticas de desenvolvimento econômico. É importante apontar que no imaginário coletivo, essas regulações fundiárias objetivavam garantir não apenas garantir a subsistência econômica extrativista, mas, também, aspectos como: moradia; saúde, educação, saneamento básico e cuidado com o meio ambiente; posto que décadas de exploração da borracha haviam degradado os ecossistemas locais.

### 1.3.3. Mobilização Social, luta sindical e regulação fundiária.

Durante as últimas quatro décadas, a região tem experimentado processos importantes de mobilização social e sindical. Esses processos podem ser divididos em três fases diferentes (*vide* Figura 5): a formação de base, a luta sindical e a regularização fundiária.

**Figura 5** – Linha do Tempo dos processos históricos na RDS Itatupã – Baquiá.



**Fonte:** Elaboração própria, baseado em IIEB (2006), 2016.

A primeira fase teve início a partir da década de 1970, com um importante envolvimento da Igreja Católica. Essa fase de formação de base das organizações apresenta marcos temporais significativos, que levaram aos processos de conformação da luta sindical. Dentre esses marcos, destacam-se: a) formação de comunidades eclesiais, as quais estiveram fundamentadas na teologia da libertação; b) criação do Conselho paroquial com lideranças comunitárias e agentes de pastoral para mobilização social; c) criação de encontros comunitários para a reivindicação de direitos; d) a intensificação da luta pela posse da terra, entre patrões e comunidade local; e) enfraquecimento do regime de aviamento e a conquista, por parte das comunidades extrativistas e rurais, da coordenação do STR. Vitória que teve um significado especial para os trabalhadores rurais da região, momento de disputa eleitoral em que os comerciantes e o poder político local lutaram, muitas vezes por meios ilícitos, para não perderem poder (cf. MMA, 2016).

A conquista dos trabalhadores rurais no STR deu início à segunda fase da mobilização social. Após a vitória da chapa dos trabalhadores rurais na eleição do STR, criaram-se 20 delegacias sindicais (representações a nível comunitário), fazendo do STR um canal de articulação e organização entre as diferentes formas de resistência econômica. Um outro fato importante na consolidação da luta sindical foi a realização do Seminário “O trabalhador rural de Gurupá em busca de alternativas”, realizado no início de 1989, naquele município. O evento incentivou um posicionamento firme contra a depredação dos recursos naturais e a favor da melhoria das condições de vida e de trabalho na região. Estas disposições ficaram expressas na chamada “Carta de Gurupá” (cf. IIEB, 2006). É importante assinalar o acompanhamento da Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional – FASE na realização do encontro.

Tempos depois, no ano de 1992, foi aprovado o projeto Bem-te-vi, financiado pela União Europeia. O projeto “alcançou alguns resultados importantes na busca de melhorias econômicas para os associados do STR, mas na sua implementação foram identificados problemas e limitações, como por exemplo o fato de que o projeto absorvia quase todo o tempo dos dirigentes sindicais” (IIEB, 2006, p.22). Os resultados do projeto também apontaram para a necessidade de uma melhor qualificação da população extrativista e de suas organizações, principalmente nos aspectos econômicos envolvidos na transformação, processamento e comercialização dos produtos agroextrativistas. Ainda no ano de 1992, as lideranças comunitárias se engajaram na campanha eleitoral e elegeram um trabalhador rural prefeito do município. Esse fato marcou o avanço da luta do movimento social em Gurupá.

A nova gestão municipal priorizou demandas dos trabalhadores rurais, tais como assistência técnica, alfabetização de adultos e qualificação de professores. O trabalho unificado junto às lideranças locais permitiu, ao longo desses anos, obter respostas sólidas,

no sentido de dar dignidade e qualidade de vida aos cidadãos locais, especialmente das áreas rurais.

O início da parceria entre a FASE e o STR em projetos de regulação fundiária marcou o começo da terceira e última fase da mobilização social. O projeto FASE – Gurupá permitiu a elaboração de um retrato da estrutura fundiária local, possibilitando a formulação de estratégias de ação para a sensibilização das comunidades beneficiárias do projeto.

A atuação mais concreta da FASE se deu a partir de meados de 1998, com a identificação de questões estruturais que deveriam ser superadas com o objetivo de viabilizar a gestão ambiental e a organização de cadeias produtivas dos produtos florestais para a realidade amazônica e, em especial, para aquela vivenciada pela população do estuário do rio Amazonas (IIEB, 2006, p. 23).

Ainda de acordo com IIEB (2006), é preciso reconhecer a importância do projeto FASE – Gurupá na regularização fundiária da zona, embora tenha sido STR o verdadeiro bastião da luta.

Com base no histórico de posse das terras, o STR continuou a negociar junto ao poder público – Instituto de Terras do Pará e a Delegacia de Patrimônio da União – a regularização fundiária da posse de 90 famílias, criando perspectivas em todos seus associados, no tocante a regularização de suas terras. Os processos de regulação fundiária foram intensificados em várias partes da região, como em que Camutá do Pucuruí – PA. Nessa zona, foram criadas as áreas das comunidades de remanescentes de quilombos e o Projeto de Assentamento Agroextrativista do Camutá do Pucuruí, para as quais foram assinados os termos de concessão de direito real de uso e entrega do título para essas localidades: 85.469 hectares na áreas dos Quilombolas e 17.853 hectares para o assentamento agroextrativista, que beneficiaram aproximadamente 400 famílias nas áreas quilombolas e 24 famílias em Camutá do Pucuruí (cf. ICMBIO – Gurupá, 2016).

Processos de regularização fundiária também ocorreram em outras áreas: Ilha de Santa Bárbara – PA (no ano 2000), com uma área total de 1.306 hectares, beneficiando 15 famílias, e o plano de manejo florestal comunitário do Marajoí – PA, o primeiro plano de manejo de açais do Pará, beneficiando 24 famílias. De 2003 a 2006, a mesma dinâmica continuou em outras regiões, onde comunidades residentes em terra firme ou várzeas deram entrada no processo de reconhecimento de suas terras, especificamente na Região das Ilhas.

#### **1.4 . Notas Finais.**

Este capítulo apresentou os conceitos e as visões relacionadas ao tema da questão agrária em geral, além da sua abordagem nas áreas específicas de estudo. Notamos as

diferenças entre os dois paradigmas de questão agrária, com relação ao papel do campesinato na estrutura agrícola atual. Na medida em que foram analisadas essas diferenças, percebemos que distintas visões voltadas à solução das crises no setor rural. Enquanto o PQA analisa os conflitos no campo gerados pelo avanço do capitalismo, dando ênfase à luta contra o capital como solução aos problemas de pobreza e de desenvolvimento camponês, o PCA trata da incorporação dos camponeses, que se tornaram agricultores familiares como consequência da incapacidade de evoluir ao longo do tempo em sistemas agrícolas capitalistas; além disso, o PCA entende o sistema capitalista como a única solução para resolver o problema no campo, inutilizando a luta contra o capital.

Devido as diferenças entre esses dois paradigmas, optou-se neste trabalho pela adoção do PQA e a noção de campesinato proposta por ele, pois permite uma melhor análise e uma maior abrangência do termo dentro da pesquisa, além de permitir o entendimento teórico das relações existentes entre o camponês representado pelas comunidades estudadas (colonos, ribeirinhos, agroextrativistas) e o sistema capitalista, representado pelos grandes proprietários de terra (na Colômbia) e pelos seringalistas e madeireiros (no Brasil).

A região de El Pato – Balsillas caracterizou-se por ser um cenário permanente de expressões de violência. Naquele contexto, coexistiam as FARC e o Exército colombiano, colocando a população como partícipe de um conflito que envolve violência e esquecimento político. Nessa realidade, a população vem convivendo com “políticas” precárias, marginalização social e violência.

No segundo contexto nacional analisado, o regime de aviamento resiliente nas práticas produtivas da região de Itatupã não permitiu o desenvolvimento social e econômico das comunidades locais, que se tornaram uma população cada vez mais oprimida e escravizada.

Vemos, então, que as dinâmicas sociais são geradas através de processos históricos de apropriação do território, dinâmicas essas que incentivaram as lutas pela reivindicação dos direitos, especialmente do direito à terra. Essas lições aprendidas ao longo de muitas décadas geraram uma população enfadada dos ciclos de esquecimento, discriminação e opressão promovidos pelo Estado. Como pode ser visto pelos relatos, trabalhando coletivamente, muitas dessas populações e comunidades conseguiram obter o direito à posse da sua terra pelo qual tanto ansiaram ao longo dos anos de luta.

## Capítulo 2. ESTRUTURA FUNDIÁRIA E REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL E NA COLÔMBIA: Uma luta contra a concentração de terras.

*“A terra era um bem comum, pertencente a todos, e muito longe se achavam os seus donos de suspeitar que pudesse alguém pretender transformá-la em propriedade privada”  
(Guimarães, 1977, p. 9)*



**Figura 6** – Camponês colombiano na Zona Reserva Campesina El Pato – Balsillas.  
**Foto:** David Alejandro Sepúlveda Vélez, 2016.

## **Introdução**

O objetivo principal deste capítulo é apresentar os principais conceitos sobre reforma agrária, com base no debate de diferentes autores a propósito do assunto. Além disso, visa discutir as principais políticas públicas nos países que levaram à criação das “Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS” e das “Zona de Reserva Campesina – ZRC”, como maneiras legais de execução da reforma agrária.

Devido à importância que têm a RDS e a ZRC como formas jurídicas de reestruturação fundiária e de reforma agrária e as muitas lutas, esforços e demandas dos ribeirinhos e dos camponeses para obter a posse e propriedade de terras historicamente habitadas por eles, é necessário aprofundar no histórico da questão agrária no Brasil e na Colômbia que levaram à criação dessas áreas.

A distribuição de terras tem sido um problema histórico e estrutural na América Latina. A questão agrária tem provocado, há mais de dois séculos, guerras civis, populações deslocadas, conflitos sociais, fome e desigualdade. Emiliano Zapata já reivindicava a posse da terra para quem nela trabalhava, durante a Revolução Mexicana. A disputa pela terra deu origem também ao conflito armado na Colômbia, há mais de meio século, e ao Movimento Sem Terra, no Brasil.

Na América Latina dos tempos posteriores às independências e ao surgimento de novos países, a propriedade da terra esteve baseada na estrutura de grandes latifúndios herdados do período colonial (cf. Aprile, 2007). Entretanto, ao longo da história, conhecemos diferentes de relações de trabalho e de posse da terra, a exemplo daquele que associava agregados e moradores sob o jugo do proprietário das terras que ocupavam. Existiam também os posseiros, constituídos de mestiços e de escravos fugidos ou libertos, que ocupavam áreas inexploradas e desenvolviam uma agricultura de subsistência.

É nesse contexto que a maior parte da América Latina, especialmente o Brasil e a Colômbia, tem procurado uma reforma agrária com o propósito principal de transferir a propriedade da terra de minorias latifundiárias para pequenos agricultores e trabalhadores agrícolas, objetivando melhores desempenhos nos medidores da igualdade social maior, melhor distribuição do poder político e condições de ordem econômica.

### **2.1 A reforma agrária, muito além da redistribuição da terra.**

O estudo da reforma agrária faz parte tanto do imaginário popular quanto do debate acadêmico. Mesmo que se mostrem divergências a respeito, também se afirmam consensos quanto a um conceito possível de política de reforma agrária entre o estado da arte dos



autores e literaturas. Esse consenso concentra-se, especificamente, em características como: segurança e autonomia alimentar, desconcentração da terra, melhora na qualidade de vida (educação, saúde e moradia), acesso ao crédito e assistência técnica; esses são fatores inerentes da política que são reconhecidos por diferentes vozes autorais.

Sob um apuro clássico, o conceito de reforma agrária é definido como:

*[the] legislation intended and likely to directly redistribute ownership of, claims on, or rights to current farmland, and thus to benefit the poor by raising their absolute and relative status, power, and/or income, compared with likely situations without the legislation (Lipton, 2009, p. 328).*

Assim, esse conceito pretende pensar uma redistribuição justa da propriedade e clamar pela solução da estrutura fundiária via direitos legais da terra, sempre em benefício da população economicamente menos favorecida.

Porém, contextos e condições devem ser relevados na hora de instituir e implementar as políticas de reforma agrária em um dado território, tais como: uma distribuição altamente desigual da propriedade; níveis altos de miséria e pobreza rurais, cercados por altíssimos níveis de riqueza; estancamento econômico e instabilidade política e social (cf. Machado, 2000). No entanto, *“el argumento mayor para una reforma rural sigue siendo el que la sostenibilidad social y política del modelo de desarrollo capitalista pasa por los corredores rurales”*. (MACHADO, 2000, p. 90).

O problema central da reforma agrária é o sistema de propriedade rural e de posse e concentração da terra; que pode ser solucionado mediante uma política séria que implique em uma mudança radical no direito de propriedade, dos ingressos e da qualidade de vida no meio rural em benefício dos pequenos agricultores e trabalhadores agrícolas (cf. Carrol, 1965; Warriner, 1957). Essas mudanças devem ser implementadas mediante políticas de desconcentração fundiária e assistência social, embora exista:

*un buen número de economistas que teóricamente mantienen que las reformas agrarias podrían llevarse a cabo por métodos indirectos, evitando así los grandes costes sociales de programas drásticos, y las injusticias que van implícitas con una distribución radical de los recursos (CARROL 1973, p. 331).*

Para Delgado (1965), ações indiretas com o propósito de levar a cabo uma política agrária não são suficientes. O autor assinala que a reforma agrária é, essencialmente:

*la acción de los poderes públicos dirigida a lograr la redistribución de los recursos productivos; lo anterior conlleva la redistribución del ingreso y del poder político, además del mejoramiento del status social en beneficio de la población rural. Estas metas se alcanzan en algún grado a través de la ejecución de un conjunto de medidas dirigidas a lograr: a) la apertura rápida*

*y masiva de la accesibilidad a los recursos productivos (tierra, água, capital) para una parte significativa de la población agrícola activa, y b) la abolición drástica de la servidumbre en las relaciones laborales, lo que requiere ser garantizado mediante controles efectivos. Como un corolario, debería obtenerse una mayor remuneración de la fuerza de trabajo bajo formas de salariado, junto con el establecimiento o mejoramiento de los servicios de seguridad social campesina (DELGADO, 1965, p. 13-14).*

Esse conceito de reforma agrária é defendido por diversos autores (cf. Carrol, 1965; Garcia, 1967; Barraclough, 1968). Segundo eles, uma reforma agrária deve substituir e modificar a estrutura agrária<sup>6</sup> tradicional, através de diversos fatores, tais como: a redistribuição da terra, dos ingressos e do poder político. Machado (2000) define a situação que deu início às reformas agrárias de características redistributivas, na América Latina. Entre esses elementos, encontram-se:

*La desigual distribución de la propiedad rural, la concentración del poder político en manos de los terratenientes, las pocas posibilidades de ascenso social de las capas rurales, la extendida pobreza rural, el analfabetismo, la baja productividad y las dificultades de acceso a la propiedad por campesinos sin tierras... (MACHADO, 1999, p. 1).*

Ações rápidas na redistribuição – não só da propriedade, mas dos recursos produtivos em geral (água, terra e capital) – levariam a um aumento na renda e no poder político da população rural. A redistribuição desses fatores resultaria na formação de novas estruturas sociais, culturais e políticas camponesas e em novas relações de poder; permitindo aos camponeses, sem ou com pequenas porções de terra, abrir as vias ao desenvolvimento no campo. Em suma, o conceito de reforma agrária é definido por diversas contribuições autorais como:

- O processo de transformação socioeconômica, dependente de vontade política, que permita o acesso à terra e aos meios de produção (cf. Oslak, 1971);
- O conjunto de operações, com o propósito de transformar o território mediante a alteração das relações sociais; um processo de reivindicação social e econômica fundamentado na determinação política (cf. Jean Le Coz, 1976);

---

<sup>6</sup> Ao analisar a estrutura agrária na América Latina, observa-se uma grande concentração do modelo da propriedade privada. Grandes porções de terra nas mãos de poucos proprietários e um grande número de unidades muito pequenas no outro extremo da escala. Embora seja muito difícil generalizar, por ser uma região extensa e variada, os sistemas de propriedade agrária têm grande similaridade na maioria dos países latino-americanos. De um modo geral, as principais características da estrutura agrária são: 1) A importância dos latifúndios; 2) O grande número de pequenas propriedades; 3) A situação especial das comunidades, e 4) A forma peculiar de trabalho agrícola, que é conhecido como sistema de colonos (CARROL, 1973, p.300).

- A transformação da estrutura agrária que permita uma distribuição mais igualitária da terra e da renda, com uma intervenção firme do Estado; mudando, assim, as relações de força entre capitalismo e campesinato (cf. Veiga, 1984);
- A reforma agrária deve ser entendida a partir de uma visão holística, ou seja, como um conjunto de fatores que afetam o desenvolvimento social, econômico e político. Entre esses elementos incluem-se: a distribuição da terra, a gestão econômica dos bens, as relações sociais e o sistema de poder (cf. Garcia, 1986);
- É um tema político que implica a inclusão dos excluídos no sistema. Um ato cujo objetivo que tende à desconcentração da terra (quando a estrutura fundiária cria um obstáculo para o desenvolvimento social do camponês), viabilizando o trabalho nela, por parte dos camponeses (cf. Martins, 2000);
- Processo motivado por diversas pressões entre as quais encontram-se: a improdutividade de grandes extensões de terra, alta densidade de conflitos fundiários, trabalho assalariado baixo condições de exploração, o colapso do Estado nas áreas rurais de enorme pobreza (cf. Cox *et al*, 2003);
- As diversas políticas que buscam oferecer acesso à terra e aos meios de produção aos camponeses (que não possuam ou possuam insuficiente porções de terra). Essas políticas têm um impacto positivo (social e econômico) nas comunidades e sociedades onde a política é implementada (cf. Ranieri, 2003);
- Finalizando, Ortega e Palau (2009) define a reforma agrária como um processo colonizador que permite a distribuição de terras. Segundo os autores, esse processo deve ser socialmente integral, prevendo todos os elementos necessários para garantir o desenvolvimento das comunidades atingidas pelas políticas. Esses elementos incluem: infraestrutura social, disponibilidade creditícia, investimentos tecnológicos e de maquinaria, assistência técnica ilimitada, acesso a mercados e autonomia nos territórios.

A implantação da reforma agrária exige duas políticas fundamentais: a política fundiária e a política agrícola. Segundo Oliveira (2012), a política fundiária nada mais é do que um conjunto de princípios que diferentes sociedades definem como aceitável ou justo para limitar a apropriação de terra. A política agrícola refere-se ao conjunto de ações que o governo implanta nos assentamentos, como programas de assistência social, implementação de técnicas, estímulo à produção e à comercialização, entre outras iniciativas.

Embora existam diversas definições para o conceito de reforma agrária, é inegável a convergência dos autores com relação a abrangência dessas políticas. Os autores concordam que o maior problema a resolver é a concentração de grandes extensões de terra, propondo

como solução uma redistribuição das mesmas. Mas, para garantir o sucesso das políticas de reforma agrária, deve também ser assegurados os elementos que são mencionados em cada uma das definições, tais como: infraestrutura física, acesso ao crédito e ao mercado, assistência técnica especializada, assim como garantia de qualidades sociais e equidade econômica são disposições essenciais à garantia do sucesso de políticas dessa natureza.

## **2.2 Reforma agrária: breve olhar às propostas acadêmicas.**

Um rápido olhar sobre as propostas das políticas dirigidas ao propósito da reforma agrária nos faz perceber a diversidade das perspectivas. As diferentes análises das políticas públicas que deveriam ser incluídas na reforma agrária variam desde melhorar o funcionamento do mercado de terras até a recuperação da reforma agrária clássica de tipo redistributivo. Porém, existem, também, propostas novas que estimulam o debate sobre o tema; algumas delas são mencionadas a seguir.

Para o Centro de Estudios Ganaderos y Agropecuários – CEGA (1986), as políticas de reforma agrária devem promover as condições necessárias para a redistribuição e acesso aos recursos produtivos. Para garantir essas condições, o CEGA propõe duas estratégias: a) promover uma estrutura de tenência e distribuição da propriedade rural, mediante a criação de unidades agrícolas ligadas ao proprietário e ao produto; b) garantir aos pequenos produtores o acesso adequado e satisfatório aos recursos de capital, assistência técnica e comercialização de produtos.

Diago (1988) propõe uma reforma agrária regional que permita encontrar um equilíbrio entre elementos econômicos e sociais. Sobre a distribuição de terras, esta deve ter em conta estudos regionais que permitam ver a viabilidade da política em determinada área; uma reforma agrária que opera no plano regional, mas que se baseie em um marco de soluções globais. O ordenamento territorial, a consolidação do território e a proteção dos recursos naturais e da biodiversidade constituem o foco da proposta da Misión Rural (1998):

*La reforma agraria debe inducir una redensificación de las regiones ya incorporadas a la frontera agrícola invirtiendo los flujos de migración desde las zonas de reserva forestal e inclusive desde las áreas marginales urbanas, hacia regiones de reforma agraria. Así la redistribución de tierras cumple una función de consolidación de territorios y la utilización óptima de la infraestructura, creando mejores condiciones para la protección de los recursos naturales y la biodiversidad afectados por colonizaciones de pobre impacto social y alto impacto ambiental (MISION RURAL, 1998, p. 133).*

O desenvolvimento das comunidades camponesas é a proposta de Mondragón (2001a). Esse desenvolvimento inclui: o fortalecimento das comunidades camponesas; o incentivo do cooperativismo e o associativismo; crédito massivo especial para camponeses;

valorização da produção, mediante um sistema de preços justos e conservação dos recursos naturais renováveis através de contratos com comunidades rurais que habitam zonas de importância ecológica. O objetivo da reforma deve ser desativar a renda especulativa e absoluta da terra, mediante a expropriação de propriedades subutilizadas e que sejam aptas para a prática da agricultura, usando o solo de acordo com o seu potencial agroecológico (cf. MONDRAGÓN, 2001a).

Por outras iniciativas analíticas, a reforma agrária ou “reforma rural” é vista como um processo de mudança e transformação das estruturas rurais e das relações do campesinato com o agronegócio e o setor financeiro e comercial. Essas mudanças devem ter como alvo criar as condições para um desenvolvimento rural equitativo, inclusivo, sustentável e eficiente (cf. Machado, 2001). Para esse autor, a reforma rural (termo usado por ele, para referir-se à reforma agrária) compreende o acesso aos recursos produtivos, a formação de capital social, o engendramento de um novo marco institucional para o setor, além de uma reforma no sistema de comercialização de produtos, de acesso ao crédito, assim como de transferência de tecnologia apta para as necessidades do campesinato. Essa reforma rural também envolve planos de manejo ambiental e o cuidado com os recursos naturais e com a biodiversidade (cf. MACHADO, 2001).

Finalmente, Fajardo (2009a, p.5) propõe uma política agrária orientada a *“reorganizar el uso y ocupación de los espacios rurales para lograr el bienestar de la población en términos de seguridad alimentaria y calidad de vida”*. Assim, imagina-se uma reforma direcionada à reconstrução do equilíbrio entre os espaços rurais e urbanos, ao incremento do emprego e da renda, à eliminação do minifúndio e dos monopólios sobre a propriedade territorial e à reestruturação da pequena propriedade, mediante a democratização do acesso à terra; tolhendo, dessa maneira, as estratégias de sua apropriação violenta e indevida (cf. FAJARDO, 2009a).

### **2.3 Reforma agrária: um olhar às propostas dos camponeses.**

O objeto central das políticas de reforma agrária é o campesinato. Já que ele configura o foco de implementação das políticas agrárias, é importante conhecer as propostas e visões sobre o assunto que esses programas devem levar em conta.

De acordo com a Associação Nacional de Zonas de Reserva Campesina – ANZORC, a expulsão violenta dos camponeses das suas terras tem sido uma constante ao longo da história. Nesse processo de expulsão está incluído o Estado, através de leis e políticas que tem favorecido a acumulação de terras e a ascensão do capital privado no campo. Fatores como a concentração da propriedade, a violência, a pobreza e as políticas de contrarreforma

tem sido obstáculos ao desenvolvimento do setor. Dado que, *“nosotros los campesino no tenemos un reconocimiento de nuestros derechos, como si lo tiene las comunidades afro o los indígenas, es mucho más difícil para nosotros nuestra lucha trascienda y sea valorada”* (Entrevistado ANZORC, 2016). Para esses atores, o único caminho viável é a luta por uma reforma estrutural, por *“un cambio transcendental de lo rural, que ponga limites a la propiedad privada y al acaparamiento de tierras”* (Entrevistado ANZORC, 2016). Movimento de reforma agrária que deve *“poner fin a la estructura latifundista y en su lugar combinar la propiedad individual con la colectiva, mediante la expropiación de predios que no cumplan una función social y ambiental”* (Entrevistado ANZORC, 2016).

Os camponeses reclamam um uso coerente dos solos, de acordo com a sua vocação natural, a conservação dos recursos naturais e dos ecossistemas e reversão do que eles chamam “proceso de ganaderización”<sup>7</sup> da terra, a fim de aumentar a área de agricultura camponesa de pequena escala e a diversificação das culturas. Para a ANZORC, a futura criação de um “Sistema Nacional de Zonas de Reserva Campesina” contribuirá ao processo de implementação da reforma agrária na Colômbia e no desenvolvimento sustentável dos territórios camponeses. Nesse sistema participarão autoridades ambientais e agrárias, acadêmicos e pequenos produtores rurais (cf. Entrevistado ANZORC, 2016).

A realidade brasileira não difere muito da colombiana. Para a liderança da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã – Baquiá – RDSIB, a reforma agrária deve estar cimentada no apoio ao beneficiário da política. Segundo um entrevistado da RDSIB, os planos de reforma agrária no seu território devem implicar não só a regulação fundiária ou posse da terra, mas também ajuda nos canais de comercialização dos produtos derivados das atividades extrativistas. Segundo aquele entrevistado, *“a posse da terra já está garantida, pelo menos pelos próximos cinquenta anos, mas nós precisamos, além da garantia da terra, que nos ajudem com a comercialização dos nossos produtos. A gente está aqui largada, o mercado; o que nós temos são os revendedores do açaí e eles pagam pouco e ganham muito”* (*idem*).

A assistência técnica contínua também é um elemento importante da reforma agrária: *“nós aqui na comunidade temos um projeto de manejo sustentável do açaí. A gente está muito empolgada com o projeto, mas o pessoal da EMBRAPA não voltou para a reserva. Eles ensinaram muita coisa para a gente, mas nunca mais vieram por aqui. A última visita deles foi há mais de 6 meses. Nessa visita mostraram o projeto para uns professores do Macapá e mais nada. Foi mais uma visita de turismo”* (Entrevistado RDSIB, 2016).

O problema da terra não parece ser um problema para os moradores da RDSIB, mas fatores como os mencionados anteriormente, além de outros citados ao longo do

---

<sup>7</sup> Ou seja, a terra reduzida a um meio de exploração extensiva para o gado.

desenvolvimento dos demais, ocupam um lugar importante na lista das necessidades que a política de reforma agrária carece de resolver.

## **2.4 Noções teóricas sobre a estrutura agrária**

Antes de analisar com especificidade os conceitos de “estrutura agrária” (EA), é necessário fazer uma breve descrição da definição adequada de estrutura. A definição de estrutura é comparada com a definição de sistema, que se refere a um conjunto de elementos que encontram sustento em sua pertença ao todo, de tal forma que *"las relaciones entre los elementos más que los elementos mismos, son los que definen la estructura, cuyas notas características son la interdependencia y la finalidad interna"* (MACHADO 2002, p.17).

Estas duas características de interdependência e finalidade interna também estão ligadas a dois elementos principais de qualquer estrutura social: a) a existência de um núcleo no qual os outros elementos são ordenados e b) a invariabilidade nos fundamentos dos elementos e suas inter-relações.

A primeira característica consiste na existência de um núcleo no complexo espaço rural, esse que é um dos principais elementos do debate em torno do conceito de EA. Desde o final dos anos sessenta e início dos anos setenta do século passado, Garcia (1973) caracterizou uma EA baseada em núcleo que correspondia à propriedade sobre a terra, sendo este o epicentro no qual as relações foram estabelecidas. Posteriormente, a proposta de Agronegócio (Sistemas Agroindustriais) de Machado (2002) alterou o núcleo da EA e suas relações, não sendo mais a propriedade na terra o elemento central, mas, sim, o conhecimento e a tecnologia.

A explicação para essa transição corresponde ao fato de que o núcleo destas relações *"se halla fuera de la agricultura, en el aparato agroindustrial financiero y tecnológico"* (MACHADO, 2002, p. 218). Assim, atores como o setor financeiro e as grandes empresas especializadas na produção agropecuária e florestal adquirem grande importância na dinâmica produtiva rural, ao mesmo tempo em que é dada especial atenção às transformações que implicam um aprofundamento do mercado e das finanças no campo, particularmente devido aos efeitos do livre comércio, da especialização produtiva e da mudança tecnológica.

Entretanto, sem ignorar as importantes transformações ocorridas nos aspectos políticos, econômicos e sociais nos últimos anos, na Colômbia e no Brasil, um pressuposto subjaz a esse exercício teórico-comparativo: a existência de inércia da EA "clássica", no

sentido de que as relações parecem atreladas a um núcleo definido que é a propriedade da terra, o que atenuou a expansão do agronegócio.

Para Gutelman (1969), a estrutura agrária é a relação de apropriação da terra que materializa as estruturas de poder e as forças de uma sociedade. Este autor coloca o fator terra como o núcleo no qual se estrutura a sociedade, sua hierarquia e sua função com a natureza. Porém, uma definição mais precisa da estrutura agrária é fornecida por García (1973, p. 117), que a estabeleceu como:

*Un sistema de interrelaciones económicas, sociales, culturales y políticas cuyo núcleo central [sic] está constituido por la propiedad sobre la tierra y sobre los recursos para utilizarla, de acuerdo con patrones históricos de economía y de organización social. Dentro de este concepto, la propiedad sobre la tierra implica el dominio sobre los recursos para su utilización económica y política - la infraestructura física, las instituciones de transferencia de crédito y de tecnología, los mecanismos de comercialización agropecuaria en los diversos tipos de mercado- definiéndose el esquema de uso de acuerdo con la función histórica que desempeña la tierra como: bien de producción, como bien de inversión, o como elemento de poder y de dominación social.*

Garcia (1973) definiu como principal motivo para o subdesenvolvimento no campo a existência de uma estrutura agrária bimodal, ou seja, ao mesmo tempo em que existe um latifúndio com usos na pecuária (com grandes porções de terras improdutivas), na produção de commodities (monoculturas) e outras atividades especulativas, existe também, do outro lado do espectro, um setor dedicado a atividades produtivas com pouco acesso à propriedade da terra e à representação social e política. Da mesma forma, o agronegócio supõe o desaparecimento de relações precárias (com vestígios coloniais e feudais) em questões econômicas, já que é uma estrutura com uma propriedade emergente e qualitativamente diferente da estrutura agrária: a relação dominante não é mais a de proprietário/peão, mas, sim, de agricultura-indústria/trabalho assalariado, dentro de um esquema de desenvolvimento de capital monopolista no conjunto social (MACHADO, 2002, p. 219).

Para Oliveira (2007), o capitalismo compra a terra com o propósito de adquirir, de forma antecipada, a renda sobre a terra, destacando a concentração da propriedade como uma característica inerente ao seu sistema de produção. De acordo com o autor, a “grilagem”<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> O termo grilagem vem da descrição de uma prática antiga de envelhecer documentos forjados para conseguir a posse de determinada área de terra. Os papéis falsificados eram colocados em uma caixa com grilos. Com o passar do tempo, a ação dos insetos dava aos documentos uma aparência envelhecida. No entanto, atualmente, artifícios mais sofisticados substituem a ação dos grilos. Com o registro no cartório de títulos de imóveis, o grileiro repete o mesmo procedimento nos órgãos fundiários do governo (INCRA, na esfera federal, e órgãos de controle estaduais) e perante a Receita Federal. Através do cruzamento de registros, o grileiro tenta dar uma aparência legal à fraude. A grilagem acontece até hoje devido às deficiências encontradas no sistema de controle de terras no Brasil. Apesar das diversas propostas, o governo ainda não implementou um registro único de terras ou ao menos um cadastro específico para as grandes propriedades. Também não há



de terra é “o caminho ‘gratuito’ do acesso à renda; do acesso ao direito antecipado de obter o pagamento da renda, sem mesmo ter sequer pago para poder auferi-la”. Enquanto a posse é “o ato de quem não quer pagar a renda ou não aceita a condição de que para produzir tenha que pagá-la.” (OLIVEIRA, 2007, p. 99). Desta forma, conclui-se que o latifúndio e o agronegócio – para os quais a concentração da terra é indispensável – exercem a exploração capitalista de duas formas, na realidade do campo: a) através da especulação e compra antecipada da renda no latifúndio e b) pela apropriação da mais valia no agronegócio.

Os estudos sobre a estrutura agrária desenvolvidos por Jonshton e Kilby (1980) e García (1973) conseguiram caracterizar três tipos de EAs que compunham o espectro de possibilidades para um período específico: unimodal, bimodal e multimodal. A definição de cada um deles e sua correspondência com a dinâmica socioeconômica real dependem, em grande parte, do grau de desenvolvimento do capitalismo no espaço rural. O Quadro 5, que foi extraído de Machado (2002), resume os elementos definidores de cada uma dessas três tipologias.

**Quadro 3** – Elementos das diferentes tipologias de estrutura agrária.

Característica	Tipo de estrutura agrária		
	Bimodal	Unimodal	Multimodal
<b>Concentração da propriedade.</b>	Alta concentração e índice GINI alto.	Baixa concentração da propriedade e índice GINI baixo.	Baixa concentração da propriedade e índice GINI baixo.
<b>Conflitos pela terra.</b>	Estrutura conflitiva. Pequena e grande propriedade não se relacionam, vivem em conflito.	Estrutura não conflitiva.	A pequena e meia propriedade dominam a estrutura, não existem relações conflitivas pela posse da terra. Houve uma reforma agrária.
<b>Crescimento e desenvolvimento econômico.</b>	Baixo potencial de crescimento e desenvolvimento, especificamente para o pequeno proprietário,	Alto potencial de crescimento e desenvolvimento. Homogeneidade tecnológica e alto acesso ao mercado.	Alto potencial de crescimento e desenvolvimento.
<b>Vinculação com a agroindústria.</b>	Baixo nível de vinculação.	Alto nível de vinculação.	Alto nível de vinculação.

---

articulação e cruzamento de dados entre os órgãos fundiários nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal). Some-se a isto a existência de diversos títulos de propriedade para uma mesma área e fiscalização ineficiente junto aos Cartórios de Registro Imobiliário (cf. WWF, 2016).

<b>Acesso ao crédito e investimentos.</b>	Baixo nível de acesso ao crédito e investimentos.	Alto nível de acesso ao crédito e investimentos.	Alto nível de acesso ao crédito e investimentos.
<b>Associativismo e cooperação.</b>	Dificuldade de associação e cooperativismo.	Facilidade de associação e cooperativismo.	Facilidade e associação e cooperativismo.
<b>Titulação e posse da propriedade.</b>	Baixo nível de titulação e acesso à posse da terra.	Alto nível de titulação e acesso à posse da terra.	Alto nível de titulação e acesso à posse da terra.
<b>Desenvolvimento institucional.</b>	Baixo grau de desenvolvimento organizacional e institucional.	Alto grau de desenvolvimento organizacional e institucional.	Alto grau de desenvolvimento organizacional e institucional.
<b>Relações sociais e de trabalho.</b>	Alto grau de informalidade nas relações sociais e de trabalho.	Alto grau de formalidade nas relações sociais e de trabalho.	Alto grau de formalidade nas relações sociais e de trabalho.
<b>Uso da terra.</b>	Alto uso especulativo da terra. Pouco uso produtivo da terra. Há um uso ineficiente do solo.	Alto uso produtivo da terra. Há um uso eficiente do solo. Estrutura agrária sustentável.	Alto uso produtivo da terra. Há uma alta diversidade na estrutura produtiva e no uso eficiente do solo.
<b>Presença do Estado</b>	Estado fraco e políticas públicas discriminam ao campesinato.	Estado forte e políticas públicas não são discriminatórias.	Estado forte, e políticas públicas não são discriminatórias.

**Fonte:** Elaboração própria, baseado em Machado (2002).

O quadro mostra a diversidade de elementos, relações e instituições que determinam o tipo de estrutura agrária. Nos casos específicos da Colômbia e do Brasil identifica-se, em termos gerais, uma estrutura agrária bimodal; tendo como principal elemento a concentração da terra, também apresentando características como o elevado número de conflitos entre pequenos e grandes proprietários, a resistência do latifúndio à organização camponês, o baixo grau de titulação e posse da terra, a escassa da presença do Estado e de políticas públicas focadas, especificamente para os camponeses, os baixos níveis de acesso ao crédito, investimento e crescimento; fatores que, de acordo com Garcia (1973), são elementos que denunciam um uso mais especulativo do que produtivo da terra.

A estrutura agrária de um país deve obedecer às necessidades do desenvolvimento da sociedade, especialmente da sociedade rural, fortalecendo as relações sociais e políticas de uma economia ajustada ao sistema agrário. A Colômbia e o Brasil apresentam uma estrutura agrária bimodal que, como afirma Machado (1998, 2002), tem muita conflitualidade, exclusão, desigualdade e pouca integração. Nesses contextos:

*La estructura bimodal representa una de las características que han derivado, en la gran mayoría de los países de América Latina, de la transición de la hacienda a la empresa agrícola capitalista, ha sido la coexistencia de una agricultura empresarial y una campesina. Esta combinación plantea problemas complejos a la difusión del progreso técnico, considerada como condición necesaria para el logro del crecimiento con equidad, pues, mientras en una estructura homogénea, una opción tecnológica congruente con la dotación relativa de recursos de la economía es válida para la gran mayoría de las unidades productivas, en las estructuras bimodales, es improbable que una opción válida para la gran empresa agrícola moderna lo sea también para la agricultura familiar. (PÉREZ, 2004, p. 68).*

Em suma, a estrutura bimodal presente na Colômbia e no Brasil resulta em uma agricultura comercial, capitalista, empreendedora e em uma agricultura camponesa não capitalista e pouco moderna. Essa estrutura bimodal, comparada com a estrutura dos países desenvolvidos (Unimodal), trouxe consigo o subdesenvolvimento do setor rural e tem sido a causa da crescente concentração e desigualdade no campo colombiano e brasileiro. Esta estrutura bimodal faz com que a sociedade agrária dos países aqui estudados não se desenvolva, e que os problemas agrários em torno da terra e do trabalho rural se acentuem progressivamente, trazendo consigo o resultado do “*empowerment*” dos proprietários de terras (latifundiários), com o apoio do Estado e de poder político institucional.

As outras duas modalidades de estrutura agrária são do tipo “multimodal” e “unimodal”, sendo o primeiro ideal para o contexto colombiano e brasileiro. O Unimodal contempla, entre outros aspectos, um sistema produtivo altamente eficiente e um Estado forte e moderno, sob uma estrutura não conflituosa; fatores esses que se afastam das realidades colombiana e brasileira, com seus múltiplos problemas de violência (no caso da Colômbia) e conflitos pela posse da terra que são originados pela desigualdade dos fatores de produção.

Outras questões específicas sobre a estrutura fundiária no Colômbia e no Brasil voltarão a ser tratadas seção seguinte.

## **2.4 A reforma agrária e a estrutura fundiária na Colômbia.**

Para discutir o assunto do desenvolvimento rural na Colômbia, é preciso entender as estruturas nas quais as decisões econômicas e políticas têm sido enquadradas nos últimos séculos, especialmente, no que diz respeito à concentração da propriedade da terra. A questão agrária no país se centra em torno da dimensão do setor rural na economia e na sociedade colombiana, na difícil situação da posse e concentração da terra, no nível de pobreza da população rural, na economia ilegal e na falta de políticas públicas claras focadas para esse setor, no qual residem 25% da população do país (cf. PNUD, 2011).

Naquele país, existem várias condições (sociais, econômicas e políticas, também ambientais e culturais) que têm influenciado a posse da terra, e que, historicamente, tem determinado e limitado o acesso a ela por parte da população camponesa. Entre essas condições, encontram-se:

- a grande concentração fundiária do país (grandes áreas de terra em mãos de poucos proprietários);
- a violência histórica - um conflito interno com mais de 50 anos de duração, onde grupos armados ilegais (chamados guerrilhas) tem forçado deslocamentos de camponeses, que fogem para as cidades e deixando de lado as suas terras;
- o aumento do narcotráfico associado à acumulação de terras, configurando uma realidade em que milhares de hectares de terra foram usurpados dos camponeses, que posteriormente passaram a se dedicar à cultura econômica da comercialização de produtos ilegais;
- os processos de reformas agrária mal sucedidos, seguidos da fraqueza das instituições encarregadas das políticas públicas nas áreas rurais do país (cf. BOHORQUEZ, 2013);

Um dos aspectos mais importantes do desenvolvimento desigual na Colômbia, especialmente nas áreas rurais, reside nas tensões históricas que envolvem o arrendamento e a posse da propriedade. Para enfrentar verdadeiramente essas tensões, se faz necessária a reforma agrária e uma distribuição igual e equitativa da terra. Tal reforma deve levar em consideração as atividades agrícolas produtivas, os meios de vida e as dinâmicas territoriais dos camponeses; população que deve sempre ser levada em consideração, dado que essas dinâmicas foram muitas vezes agravadas pelo conflito armado que atingiu as possibilidades de reprodução da vida social desses indivíduos.

Estas tensões provocaram uma serie de deslocamentos, que acabaram afetando, negativamente, o desenvolvimento e a estrutura fundiária no meio rural. Outro fator que influenciou a transformação da vida rural colombiana foi a chegada dos traficantes de drogas e dos mineiros ilegais. Eles agiram juntos no campo colombiano, incentivando o deslocamento e as mudanças sociais, transformado os valores, a organização social e os comportamentos (cf. Bohorquez, 2013).

Por isso, para se entender o significado das reformas agrárias na Colômbia, é importante abordar as questões específicas relacionadas à propriedade e à produção da terra que têm sido levantadas nos últimos séculos.

Infelizmente, ao longo das últimas décadas as intenções de recompor a estrutura fundiária no país têm oscilado entre reformas e contrarreformas, ou seja: no momento que uma lei de reforma agrária vigente começa a mudar a realidade rural, uma nova já é sancionada, freando, assim, as perspectivas de mudança mudanças e impedindo o avanço do setor.

A continuação dessa discussão se apresenta na forma de uma breve história da estrutura fundiária na Colômbia, das reformas agrárias e das contrarreformas que tentaram mudar o modelo fundiário no país.

### **2.1.1 O legado colonial.**

O processo de reforma agrária na Colômbia não difere muito do caso brasileiro, pelo menos não no seu início. Tendo as lutas pelo acesso à terra uma das mais importantes características, as estruturas agrárias colombianas podem ser acompanhadas desde os tempos da colonização espanhola no país.

Como muitos outros países colonizados pela Espanha, a Colômbia se caracterizou por uma distribuição inicial de terras e de outros recursos econômicos de acordo com os critérios de linhagem e castas. Modelo que operava dentro de uma sociedade segmentada entre brancos, caboclos (mistura entre brancos e índios), índios e negros (na sua maioria, escravos).

Com a chegada dos conquistadores, no início do século XVI, foram concedidas grandes extensões de terras e direitos sobre as comunidades indígenas que ali moravam ao colonos (cf. Castillo, 2015; Thomson, 2011). Segundo Reyes (1995), existem registros históricos que relatam os conflitos ocorridos entre os nativos e os conquistadores espanhóis depois que os nativos foram notificados de que as terras que habitavam pertenciam, a partir de então, ao Rei Carlos I da Espanha. Os indígenas que moravam no norte do país foram perseguidos após a se negarem a abandonar suas terras. Resistência que levou ao extermínio de 80% da população da cultura Tairona (cf. CORREA, 2000).

Com as “Capitulaciones de Santa Fé”, tornou-se possível a aquisição de terras do Reino da Espanha por parte da nobreza espanhola. Esse acordo firmado entre os reis da Espanha e Cristóvão Colombo autorizava a apropriação autoritária de terras (geralmente latifúndios) descobertas pelos espanhóis, a formação de novas cidades em nome do reino e o aproveitamento dos recursos naturais (cf. FRANCO e DE LOS RIOS, 2011). Já em 1538, as “*Cédulas Reales de El Pardo*” permitiram regular a compra ilegal de terras, iniciando-se a concentração e a desigualdade na distribuição fundiária da colônia (cf. FRANCO e DE LOS RIOS, 2011). Como lembram os registros históricos, essas novas terras “*debían ser pagadas*

*a la Corona, pero a precios muy bajos, que fácilmente eran abonados por los terratenientes, evitando alguna mejoría a esta problemática*” (cf. FRANCO e DE LOS RIOS, 2011 p. 101).

Durante os quatro séculos seguintes, a estrutura fundiária chamada de *Hacienda*<sup>9</sup> manteve o modelo de organização econômica dos sistemas agrários dentro do sistema colonial espanhol. Ou seja, durante quatrocentos anos, a estrutura fundiária no país manteve as suas características concentradoras e latifundiárias (cf. Bohorquez, 2013; Thompson, 2011).

Entre os anos 1680 e 1821, novos elementos foram acrescentados à questão agrária na Colômbia, tais como: a) trabalhar e habitar a terra para justificar a sua posse e b) a venda ou ocupação de terras, sem limite de extensão e sem possuir os títulos de propriedade. Esses elementos favoreceram a concentração da propriedade e permitiram a existência de terras públicas ou terras sem dono (cf. Ocampo *et al*, 1996). É importante lembrar que os títulos de propriedade, durante a época colonial, eram concedidos pela Coroa Espanhola. Os resultados dessa prática de titulação de terras foram muito desiguais, já que pessoas influentes, oficiais do exército e trabalhadores com altas posições hierárquicas no governo poderiam receber grandes parcelas de terra, incluindo o poder sob as pessoas que moravam nas áreas entregues a eles (cf. CASTILLO, 2015).

Na segunda década do século XIX, a Lei 13 de 21 de outubro de 1821, instituiu como “terreno baldio” qualquer terreno que não tivesse um título de propriedade. Esta lei permitiu ao governo tomar posse das terras sem titulação e vendê-las a qualquer pessoa em condições de compra-las. Isso permitiu aos grandes donos de terra adquirir novas propriedades, além de ampliar as áreas que já lhe pertenciam, deixando os pequenos proprietários sem possibilidades de obter a posse legal da terra (cf. FRANCO E DE LOS RIOS, 2011). De acordo com Ocampo (1996), essa nova lei obrigou os proprietários a trabalhar nas suas terras e torná-las produtivas como forma de justificativa de sua posse.

Em meados do século XIX, quando a independência do país foi declarada, o modelo da *hacienda* permaneceu em vigor e continuou firme na vida econômica, política e social na Colômbia. Esse tipo de organização econômica foi perdendo força na medida em que a fronteira agrícola se expandia. Essa colonização de novas terras, que se iniciou nas últimas décadas do século XIX, foi feita por pessoas provenientes de segmentos pobres da sociedade, que se descolava das grandes *haciendas* na direção de assentamentos habitados

---

<sup>9</sup> “*Hacienda*, uma propriedade agrícola constituída por um proprietário de terra que a administrava e uma força de trabalho subordinada a ela, organizada para abastecer um mercado de pequena escala por meio de um pequeno capital, e onde os fatores de produção são usados não apenas para acumulação de capital, mas também para sustentar as aspirações do *status* do dono”. (Wolf y Mintiz, 1975, p. 493).

por comunidades indígenas, mestiços, quilombolas e pobres brancos; seguindo o exemplo de outros colonos que se estabeleceram fora dessas propriedades (cf. CASTILLO, 2015).

### **2.1.2 A cultura do café e a colonização da fronteira agrícola.**

A colonização da fronteira agrícola foi parcialmente impulsionada pelo emergente mercado do café. No início da década de 1930, as decisões políticas apoiavam sobremaneira os grandes proprietários de terra. Tais decisões favoreceram o crescimento do cultivo do café, tornando-o o produto mais importante da expansão e consolidação do capitalismo agrário colombiano até a década de 1950. O café tornou-se a marca da economia colombiana, para o qual foram realizados investimentos públicos, como a construção de estradas, portos e ferrovias; sempre com o propósito de responder à demanda internacional de café (cf. BOHORQUEZ, 2013).

A indústria cafeeira na Colômbia está localizada na região chamada de *Región Andina*. Foi nessa região onde também se instalou a maior parte da colonização cafeeira, onde a produção se concentra nas mãos dos grandes proprietários conhecidos como “*latifundistas*”. Enquanto o restante da produção era dominado pelos pequenos camponeses, que trabalhavam de forma independente e ameaçavam a posição dominante dos maiores produtores.

Os grandes empresários, procurando reter o monopólio do café – devido ao *boom* econômico acelerado por um produto que representava até 80% das exportações colombianas no ano de 1925 (cf. Pécaut, 2008) – começaram a pressionar os camponeses a venderem ou limparem suas terras, encontrando uma forte resistência por parte deles. Essas tensões podem ser explicadas pela expansão da cultura do café e pelo seu apogeu econômico. Essas rusgas entre camponeses e latifundiários que desejavam se apropriar da terra dos primeiros aumentaram vertiginosamente ao longo dos anos, resultando em um número crescente de confrontos cada vez mais violentos (cf. BOHORQUEZ, 2013: THOMSON, 2011).

No início do século XX, esses conflitos se acirraram ainda mais. Até o ano 1935, ocorreram 450 enfrentamentos. De acordo com a Lei 61 de 01 de julho de 1874 e a Lei 48 de 31 de agosto de 1882, se:

*mantiene el principio de que la propiedad de las tierras baldías se adquiere por el cultivo, cualquiera que sea la extensión, y ordena que el Ministerio Público ampare de oficio a los cultivadores y pobladores en la posesión de dichas tierras, de conformidad con la ley 61 de 24 de junio de 1874 (Colômbia, 1884, p.1).*

Segundo essas leis, os colonos deviam permanecer nas terras ocupadas e trabalhadas, embora esses fossem quase sempre expulsos pelos latifundiários antes de obterem o título de propriedade (cf. PÉREZ, 2004). Ainda de acordo com Pérez (2004), esses conflitos pela terra criaram dois tipos de ocupação: o “latifúndio” e o “minifúndio campesino” ou pequenas propriedades.

O latifúndio *“utilizaba distintos modelos de trabajo en los que se hacía uso de mano de obra indígena, mestiza y negra, con una fuerte sujeción del campesino sin tierra”* (Gilhodès, 1988, p. 54). Já os donos dos minifúndios ou “pequenas propriedades” experimentaram contínuos processos de diferenciação: alguns consolidaram-se como produtores médios (mediante a incorporação de tecnologia no sistema produtivo), enquanto outros só conseguiram produzir para a subsistência. Nota-se que a estrutura bimodal de posse da terra foi mantida durante todo o século XX sem nenhum tipo de alteração.

### **2.1.3 Tentativas de reforma agrária no século XX.**

Foi apenas na década de 1920 que a questão agrária entrou na agenda política nacional. O conflito agrário estava crescendo: os trabalhadores das fazendas cafeeiras começaram a desafiar o poder dos proprietários das terras, instigando um movimento em que o proletariado rural passava a exigir melhores salários e condições de trabalho dignas. Enquanto isso, os grandes proprietários de terras continuaram suas tentativas de ampliar seu controle territorial expulsando os colonos que viviam nas terras não cultivadas. Para se protegerem, os camponeses passaram a se unir em uniões agrárias e ligas camponesas (cf. Thomson, 2011).

Com o propósito de eliminar ou diminuir esses conflitos agrários, o Estado colombiano estabeleceu os fundamentos legais das colônias agrícolas em seis dos 32 estados do país que poderiam garantir o acesso à terra aos camponeses, por meio do decreto 1110 de 14 de junho 1928 (cf. Thomson, 2011). Esse decreto constituiu o modelo de colônias agrícolas, abrindo assim a possibilidade de criar assentamentos camponeses. Para esse fim, o decreto destinou para o estabelecimento das colônias agrícolas *“las tierras baldías y las que por cualquier concepto hayan vuelto al dominio de la Nación, así como los excesos denunciables de tierras...”* (Decreto 1110 do 14 de junho de 1928, artigo primeiro).

Na prática, o Decreto 1110 de 1928 não teve nenhuma ação redistributiva – a não ser no aspecto da divisão de novas terras entre os camponeses –, dado que não foi retirada a posse da terra dos latifundiários. Segundo Orjuela (2013), as colônias agrícolas foram importantes para o desenvolvimento das comunidades camponesas, dando-lhes a oportunidade de ter a posse da terra e obter seus territórios regularizados. Embora o decreto



tenha sido criado, pouco foi feito para executá-lo. A ideia de criar territórios camponeses só foi reavida em 1990, dessa vez sob a forma de Zonas de Reserva Campesina.

No decorrer do século XX, algumas leis e instituições foram criadas com o propósito de reformar a estrutura fundiária no país. O primeiro esforço significativo para organizar a propriedade da terra, desde que a colonização terminou, ocorreu com a criação da Lei 200 do 16 de dezembro de 1936; que se tornaria a principal norma da organização da propriedade da terra na Colômbia. Pela primeira vez na história do país foi introduzido o conceito de “função social da terra”. Segundo Pérez (2004), a lei chamava de “terras devolutas” aquelas que não tivessem sido exploradas pelos seus proprietários no decurso de dez anos. Com isso, Lei 200 pretendeu:

*Corregir la problemática de dominio y concentración de la propiedad rural y estableció la figura de “extinción de dominio” de terrenos baldíos, lo cual llevó a un período de improductividad de diez social para el uso económico, y también se reconocieron los derechos de los trabajadores rurales al dominio de las tierras (Franco e De Los Rios, 2011, p. 102).*

De acordo com Bohorquez (2013), a lei não atacou o problema da redistribuição da terra, mas reforçou a propriedade privada, objetivando, com isso, modernizar o setor agrário e estimular a produção. No seu artigo primeiro, a Lei 200 define claramente que a posse da terra “*consiste en la explotación económica del suelo por medio de hechos positivos propios del dueño, como las plantaciones o sementeras, la ocupación con ganados y otros de igual significación económica*” (Artigo primeiro, Lei 200 de 16 de dezembro de 1936). Ou seja, o dispositivo legal deu maior importância à exploração econômica da terra, favorecendo visivelmente aqueles que a exploravam economicamente, tornando tal capacidade um requisito fundamental para aqueles que quisessem possuir terras. Como resultado, o mecanismo acabou deixando as populações camponesas pobres e sem possibilidade alguma de concorrer à posse legal das suas propriedades.

Ainda de acordo com Bohorquez (2013), infelizmente, isso levou a mais turbulências. Em muitas regiões, os proprietários violentamente tentaram expulsar camponeses e “invasores” de suas terras. Em última instância, o regulamento não estimulou a produção agrícola, mas, sim, deu um impulso à criação extensiva de gado, pois, em concordância com a lei, essa era a maneira mais fácil de ocupar as grandes extensões de terra e usá-las para a produção econômica.

Sobre o conceito de reforma agrária, a lei determinava que ele continua sendo um mecanismo para a recuperação da posse de terras baldias e a sua redistribuição com fins de exploração econômica. Diferentes autores consideram a redistribuição de terras como o

principal fundamento dos conceitos clássicos e tradicionais de reforma agrária (cf. MACHADO, 2004; FAJARDO, 2009).

Durante este período, o Estado demonstrou sua vontade de apoiar o desenvolvimento capitalista de terras em larga escala e de proteger um modelo de aspirações mais democráticas, deixando fora o projeto da redistribuição de terras como principal característica de uma reforma agrária profunda. Esse alinhamento do Estado colombiano ficou bem ilustrado com a tendência dos chamados “juízes da terra”, que mediavam as disputas sobre a terra, sempre favorecendo às elites e mantendo os latifúndios intactos (cf. CASTILLO, 2015).

Embora a maioria dos latifúndios permaneceram intactos, os membros da classe dominante tradicional sentiram-se ameaçados, o que os levou a expressar um forte sentimento antirreformista. Tais reações coagiram o governo a desfazer muitas das mudanças que foram introduzidas durante os anos anteriores, especificamente com a Lei 200 (cf. De Los Rios, 2011). Como resultado, o estabelecimento da Lei 1000 de 31 de dezembro de 1944 assegurou aos grandes proprietários o controle sobre a terra.

A Lei 1000 de 1944 foi criada com a intenção de estabelecer contratos de arrendamento e parcelamento para uso público; dando lugar à exploração participativa da terra e aumentando o período de vigência de improdutividade da terra de dez anos – estabelecido pela Lei 200 – para quinze anos. No entanto, se os arrendatários quisessem plantar culturas perenes, eles deveriam requerer a permissão dos proprietários da terra. Ao mesmo tempo, a atividade de longo prazo era obrigatória se alguém quisesse solicitar o título de propriedade de terra. Isso diminuiu o potencial de redistribuição das propriedades, já que o domínio da terra e o que fazer nela foi dado ao proprietário, que era o único com o capital suficiente para explorá-la economicamente, ou pelo menos para mantê-la no seu poder (cf. CASTILLO, 2015; BOHORQUEZ, 2013; THOMSON, 2011).

A política agrária de 1944 não incluiu o propósito da redistribuição da propriedade latifundiária, e sim visou consolidar a transformação da “*hacienda* tradicional” em uma “*hacienda* capitalista”, deteriorando a condição social e econômica do campesinato. O agravamento da situação ocorreria alguns anos depois, quando a realidade do campo colombiano se tornou o palco de violentos confrontos promovidos pelas elites dos partidos políticos tradicionais.

A concentração contínua e os direitos precários em torno da propriedade da terra, bem como os baixos níveis de educação e os conflitos políticos – em que membros dos partidos políticos, o conservador e o liberal, enfrentavam-se pelo poder político – alimentaram uma crescente insatisfação entre os camponeses. Isso culminou em grandes tumultos na cidade de Bogotá, em 1948, depois que Jorge Elcer Gaitan, líder do Partido Liberal apoiado por

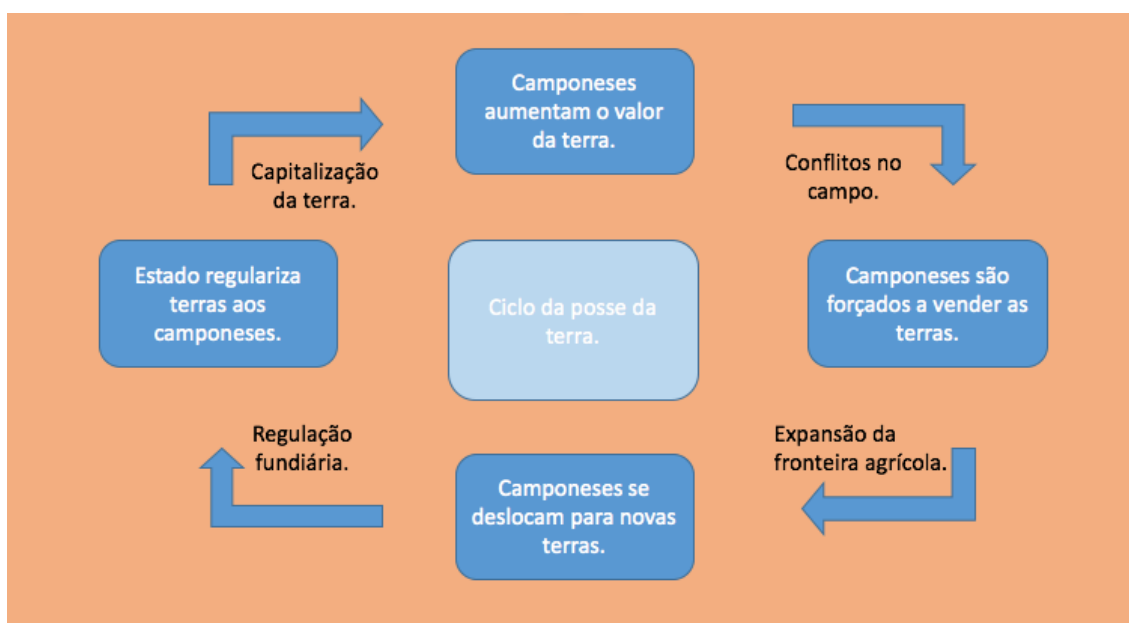
muitos dos camponeses, foi assassinado, marcando o início daquela era de violência (cf. CASTILLO, 2015).

No início da década de 1950, começou uma era conhecida como “violência”. Concentrada nas regiões produtoras de café andino, mais de 200 mil pessoas morreram e cerca de duas milhões foram deslocadas (cf. Bohorquez, 2013). O conflito originou-se nas lutas entre os simpatizantes do Partido Conservador e do Partido Liberal. De acordo com Thomson (2011), esse conflito induziu muitos camponeses a fugir do campo, levando-os para comunidades de resistência armada existentes ou recém-formadas que apoiavam reformas na estrutura fundiária do país. Gradualmente, o conflito foi se transformando em luta de classes que envolvia camponeses contra grandes proprietários de terra.

Na tentativa de parar a violência política, o governo liberal de Alberto Lleras Camargo (1958-1962) chegou a um acordo com os grupos guerrilheiros liberais sob as seguintes condições: se eles entregassem as armas, o governo lhes concederia títulos de propriedade, bem como acesso a cuidados de saúde e educação (cf. BOHORQUEZ 2013; THOMSON, 2011).

Infelizmente, depois de vários anos, muitas dessas terras acabaram nas mãos de empresários e comerciantes, que obrigaram os novos camponeses a vendê-las. Isso levou ao ciclo da posse da terra (*vide* Figura 7), situação em que os camponeses obtinham e melhoravam as suas terras, aumentando assim os seus valores; o que acabava induzindo os empresários e os comerciantes a adquiri-las, tornando-as um negócio e ocasionando novamente o deslocamento migratório da população rural.

**Figura 7 – Ciclo da posse da terra.**



**Fonte:** Elaboração própria, 2017.

As pessoas deslocadas passaram a encontrar novas terras, especialmente no contorno entre da região Andina e a Amazônia, o que levou a uma expansão da fronteira agrícola, abrindo novas áreas para o mercado de terras e iniciando um novo ciclo.

#### **2.1.4 A modernização do setor agrícola.**

Durante a década de 1960, a Colômbia e outros países da América Latina passaram a obter apoio econômico dos Estados Unidos, através da chamada “Aliança para o progresso”<sup>10</sup>. O objetivo principal deste programa foi de garantir a estabilidade política e democrática no continente, além de impedir a propagação do socialismo. Os projetos que foram iniciados sob a bandeira deste programa refletiram muitos dos pontos de vista da escola estruturalista latino-americana, a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), que adquiriu forte influência na região. Esta escola descreveu como, em toda a América Latina, os problemas econômicos eram frequentemente ligados ao domínio das poderosas elites proprietários da terra, que controlavam as estruturas agrárias de características desiguais. As políticas agrárias, incluindo reformas que levaram à distribuição igualitária da terra, foram vistas como um elemento-chave para estimular o desenvolvimento econômico (cf. BOHORQUEZ 2013; THOMSON, 2011).

Na década de 1960, o início do conflito interno, com o surgimento das guerrilhas, dizimou a produção agrícola e acelerou o deslocamento da população rural para as grandes cidades e para outras terras, que eram ocupadas na forma de “invasão” (cf. Franco e De Los Rios, 2011). Foi neste contexto que nasceu a Lei 135 de 13 de dezembro de 1961, ou Lei de Reforma Social Agrária, com a qual foi criado o Instituto Colombiano de Reforma Agrária – INCORA.

O INCORA foi um organismo público criado no ano de 1961 para lidar com as questões públicas em torno da terra. Entre suas principais diretrizes estavam: conceder terras aos camponeses que não tinham acesso a ela, adaptar a terra para incorporá-la à produção agrícola e a oferta de serviços sociais básicos da população camponesa (cf. Benítez, 2005). Embora tais medidas possam ser vistas como tentativas de resolver a crise agrária, pouco foi feito para redistribuir as terras aptas para a agricultura. Ao invés disso, o governo incentivou a colonização das terras não cultivadas, provocando um aumento no número de colonos nas

---

<sup>10</sup> A Aliança para o Progresso foi um projeto político executado pelo governo dos Estados Unidos durante a presidência de John F. Kennedy. O objetivo era integrar os países da América nos aspectos político, econômico, social e cultural frente à ameaça soviética, vista como um regime comunista pelo continente.

áreas pouco exploradas do país, aquelas sem nenhuma vocação agrícola). Tal fenômeno não era surpreendente, visto que a maioria dessas leis de reforma agrária surgiram através da negociação entre o governo e os representantes políticos das classes dominantes, deixando de fora outros grupos sociais como o campesinato (cf. Bohorquez, 2013).

No final da década de 1960, 96% dos títulos de terras que foram concedidos pertenciam a terras públicas e a áreas recentemente colonizadas. No entanto, o INCORA também concedeu títulos aos grandes proprietários em áreas estabelecidas para novas colonizações. Como resultado, a distribuição de terras ampliou a desigualdade em certas regiões, ao invés de neutralizá-la (cf. BOHORQUEZ 2013; THOMSON, 2011).

Nessa lei também foi definida a “unidade agrícola familiar” (UAF), permitindo a vinculação da força de trabalho familiar e créditos para o pagamento da dívida originada pela compra da terra, com o objetivo de melhorar de forma gradual o nível de vida da população rural (cf. ROSAS, 2005). Outro fator importante na criação do INCORA foi o surgimento do Fondo Nacional Agrario – FNA. Baseados nas estatísticas do INCORA, Balcázar *et al.*, (2001) determinaram que 357.861 hectares de terra (0,36% do território nacional da Colômbia) – 25% corresponderam a terras compradas, 72% a terras cedidas e 2% a terras expropriadas – ingressaram no FNA, o que é pouco, se comparado com a superfície total do país (114.2 milhões de hectares).

Nas décadas posteriores foram introduzidas modificações na Lei 135 que permitiam expropriar por via administrativa terras sub-exploradas, entregando-as a camponeses dispostos a ocupá-las. Porém, tal objetivo redistributivo não foi completamente cumprido (cf. MACHADO e SUAREZ, 1999). Pelo contrario, como afirma Mondragón (2001, p. 54), *“los propietarios de tierras desalojaron a los campesinos para evitar que éstos solicitaran su adjudicación, o bien iniciaran reclamaciones por el pago de mejoras realizadas por ellos en los predios.”*. Pulecio (2006) menciona que devido ao deslocamento dos camponeses e à pobreza nas áreas rurais, eles iniciaram um novo negócio: as primeiras plantações ilícitas de maconha em áreas do norte do país. Porém, o crescimento dos grupos armados e dos cultivos ilegais da maconha e da coca, além da formação de uma nova classe social rica (os narcotraficantes), provocaram um novo ciclo de concentração da propriedade e constituição de novos latifúndios.

No fim da década de 1960, os Estados Unidos, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento criaram uma agenda para a produção agrícola da Colômbia, a fim de estimular o desenvolvimento do setor. Os cultivos dedicados à produção de bens para exportação receberam alta prioridade. Empréstimos dessas instituições que foram direcionados aos setores comerciais, pecuária e mecanização. As atividades de produção agrícola em pequena escala constituíram um mal-uso, uso indevido e subutilização

da terra e do trabalho. Em vez disso, foi favorecido um modelo de desenvolvimento que trabalhou para o crescimento de uma grande quantidade de agroindústrias em larga escala e o estímulo da migração das áreas rurais para áreas urbanas (cf. CASTILLO, 2015). A modernização agrícola, ou seja, a incorporação de novas tecnologias da chamada “revolução verde”<sup>11</sup>, provocou uma diminuição da oferta de mão de obra e um alto desemprego rural.

Segundo Thomson (2011), com o apoio dos fundos internacionais e nacionais, as grandes propriedades modernizadas e mecanizadas diminuíram seus gastos com mão de obra e se transformaram em segmentos comerciais especializadas na cana de açúcar e no arroz. Posteriormente, os projetos de exportação comercial incluíram o cultivo da palma africana, da soja e do algodão, recebendo uma quantidade crescente de dinheiro. Através desses projetos, a produção da agricultura comercial em larga escala passou a representar 13,4% da produção total, em 1950, para 42,6%, em 1976.

Mas enquanto a produção agrícola para exportação subia, o cultivo de alimentos para o mercado doméstico sofria uma queda e o preço dos alimentos básicos aumentava drástica e rapidamente. No final da década de 1960, cerca de 75% da população colombiana usava metade de sua renda para obter alimentos. Além disso, a desintegração do campesinato estimulou uma enorme migração rural-urbana; população para a qual as cidades ofereciam poucos empregos (cf. Thomson, 2011). Seguindo essa lógica, as oportunidades de emprego nas áreas rurais também diminuíram à medida que a produção agrícola se tornou mecanizada e as atividades de criação de gado se expandiram.

Mais uma vez, a resistência e a agitação estavam crescendo entre as comunidades camponesas, bem como outros grupos sociais. Nesse contexto, os grupos de guerrilhas recentemente formados eram incentivados a ameaçar o governo e as elites do país. Em 1968, o Presidente Carlos Lleras Camargo tentou apaziguar as tensões propondo intensificar e expandir a tarefa do INCORA, que incluiria a redistribuição obrigatória da terra dos latifúndios. Mas, de novo, os grandes proprietários conseguiram diluir a reforma agrária por meio de um gesto burocrático por meio de pressões e de *lobby* político, como acontecera com as tentativas de reforma agrária de 1936 e 1961 (cf. THOMSON, 2011).

O presidente Lleras acreditava que a reforma agrária construtiva não viria dentro do *establishment* político. Ele continuou com suas tentativas de contrariar a influência “latifundista” sobre as políticas agrárias ao criar a Associação Nacional de Usuários Camponeses - ANUC (Asociación Nacional de Usuarios Campesinos). Esta seria uma plataforma organizacional através da qual os camponeses seriam capazes de participar de

---

<sup>11</sup> Com a “revolução verde” vieram as inovações tecnológicas na agricultura para a obtenção de maior produtividade através do desenvolvimento de pesquisas em sementes, fertilização do solo, utilização de agrotóxicos e mecanização no campo para o aumento da produtividade.

processos de legislação, como a reforma agrária. Em 1971, a organização atraiu um enorme número de seguidores, o que fez com que a entidade se tornasse menos dependente do governo (cf. CARDONA, 2015).

Infelizmente, o sucessor de Lleras, o conservador Misael Pastrana Borrero (1970-1974), não compartilhava da visão reformista do seu antecessor. O novo presidente viu a produção tradicional realizada pelos camponeses como um impedimento importante para o desenvolvimento econômico nacional. Seu governo lançou ofensivas que se caracterizaram pelo uso de tortura, assassinato, sequestro e prisão coletiva. A expropriação de terras dos proprietários ausentes foi restrita, enquanto o apoio institucional e financeiro à agricultura industrial em grande escala continuou (cf. CASTILLO, 2015).

O ano de 1976 marcou o lançamento do programa de Desenvolvimento Rural Integrado – DRI. O programa refletiu as visões da política global do seu tempo, que encontrou na transferência de tecnologia para pequenos agricultores da chamada “revolução verde” um meio possível para aliviar a pobreza rural. O objetivo do programa incluía o incremento dos salários, o aumento da produtividade na cultura de alimentos básicos, atrelando a economia camponesa a mercados mais amplos e proporcionando a prestação de serviços sociais como a saúde e a educação nas regiões rurais (cf. Vargas Del Valle, 1999).

De acordo com as análises de Vargas Del Valle (1999), naquele momento, a economia camponesa representava 44% da produção agrícola total da Colômbia, motivo pelo qual foi visto pelas multinacionais e instituições financeiras como um mercado inexplorado e atraente para os investimentos de capital. Como tal, os beneficiários do programa foram incentivados a usar novos tipos de sementes, pesticidas e fertilizantes, cujo preço estava muito acima do preço dos insumos tradicionais. De acordo com Thomson (2011), a única maneira de garantir que os camponeses aceitem esses novos insumos foi a promessa de serviços sociais e infraestruturais, tais como cuidados de saúde, educação, apoio alimentar, construção e reforma de estradas.

A ANUC criticou as políticas contra-reformistas e as táticas repressivas que do governo, ao declarar que o DRI não era, de forma alguma, uma solução para os problemas dos camponeses (cf. Cardona, 2015). Dado que o governo não respondeu ao pedido de negociação da reforma agrária, novas campanhas de invasão de terras foram iniciadas, bem como as manifestações em massa, às quais o governo se voltou com repressão. No final da década, a já havia se ANUC desintegrando lentamente, o que, combinado com a campanha de terror por parte do governo, foi visto como um dos fatores que contribuíram para o crescimento do conflito armado; que até então havia permanecido bastante invisível (cf. VARGAS DEL VALLE, 1999).

### 2.1.5 O caminho da criação das Zonas de Reserva Campesina.

Na década de 1980, a Colômbia, assim como muitos outros países da América Latina, sofreu um forte declínio econômico. A concentração de terra e a dependência da tecnologia estrangeira contribuíram com a crise da estrutura agrária do país. Durante esse período, houve uma ausência contínua de apoio institucional ao desenvolvimento agrícola nas regiões rurais. A vulnerabilidade social nessas áreas demarcada pela concentração da propriedade da terra incidiu diretamente no incremento dos plantios ilegalizados com participação de trabalhadores rurais empobrecidos.

Em última instância, como o cultivo de culturas legais se tornaram pouco rentáveis e a marcada ausência do Estado, muitos camponeses recorreram ao cultivo ilegal de folhas de maconha (*Cannabis sp.*) e coca (*Erythroxylum coca*), com última opção. O rápido crescimento de uma economia baseada nas drogas ilegalizadas, na Colômbia, pode ser visto como o resultado do caminho para o desenvolvimento agrário que o país havia seguido nas décadas anteriores (cf. Bohorquez, 2013). De acordo com o mesmo autor, o resultado das políticas agrária anteriores foi um grande número de pessoas pobres nas áreas rurais, indivíduos que foram expulsos de suas terras e empurrados para áreas rurais isoladas que eram perfeitas para o cultivo de culturas ilícitas (*idem*).

Entre 1980 e 1987, os camponeses passaram a lutar pelo reconhecimento dos seus direitos e pelo cumprimento das demandas de reforma agrária. Primeiro, os movimentos camponeses realizaram uma série de marchas (as quais foram abordadas no capítulo anterior), conclamando tanto os camponeses produtores de alimentos quanto aqueles envolvidos no cultivo de culturas ilícitas. Em segundo plano, em 1985, as discussões entre o governo e as comunidades rurais foram realizadas com o objetivo de tentar avançar no planejamento territorial do setor rural e também buscar alternativas em vista dos novos processos de colonização e expansão da fronteira agrícola (cf. ILSA, 2012).

As discussões entre o governo e os camponeses tiveram como resultado a assinatura de um acordo entre o Ministério do Meio Ambiente e as Juntas de Ação Comunal da região da baixa e média Cagúan, em vista da implementação de uma primeira tentativa de legislação territorial para a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais (cf. ILSA, 2012). Foi estabelecido no acordo, a extração sustentável de recursos da floresta, da fauna e da flora e a gestão sustentável da pesca, projetando um esquema que asseguraria tarefas específicas de conservação aos produtores individuais dentro do contexto de desenvolvimento regional (*idem*).

Outro passo importante para a criação do modelo ZRC foi realizado pelas comunidades do Parque Natural Sarrania de la Macarena (no Departamento del Meta), que queriam, entre outras coisas, a titulação de suas terras, acesso a políticas sociais, crédito e assistência



técnica. Eles exigiram títulos de terras para as áreas de tamanho médio. Em contrapartida, se comprometiam a ajudar na conservação dos recursos florestais (*ibidem*). Desse acordo, foi criada a ideia original das Zonas de Reserva Campesina, articulando a complementação e formalização do modelo. No capítulo três deste estudo é abordado o estatuto normativo (Lei 160 de 1994).

No ano de 1991, registrou-se a criação de uma nova constituição no país. Uma parte importante desta constituição propunha que o Estado colombiano reconhecesse e protegesse a diversidade étnica e cultural do país, reconhecendo a sua e a importância de outros atores – entres os quais encontrem-se as comunidades camponesas, indígenas e afrodescendentes – na tarefa de proteger a riqueza natural e cultural da nação colombiana.

Este novo olhar foi especialmente visível na proclamação de territórios coletivos para comunidades indígenas e afrodescendentes (cf. Castillo, 2015). A população camponesa, no entanto, não recebeu ferramentas institucionais para executar o plano e que pudessem utilizar em seus próprios benefícios. Da sua parte, as comunidades camponesas e colonizadoras tomaram a iniciativa de iniciar processos de demanda política. Uma das iniciativas propostas pelos movimentos camponeses ocorreu no início da década de 1990, como parte de um programa de incentivo de uma nova reforma agrária deveria surgir.

O objetivo deste sistema de reforma agrária nacional que o governo promoveu foi baseado em premissas neoliberais, conforme desejado pelas instituições internacionais financiadoras, que incluía recomendações, tais como, deixar o preço da terra com base nos princípios de oferta e demanda impulsionados pelo mercado livre. Em vista dessa proposta, o movimento campesino entrou no processo de criação de uma reforma agrária renovada, após a introdução do modelo ZRC (cf. CASTILLO, 2015; ILSA, 2012).

#### **2.1.6 Novo século, novas esperanças.**

No início do século XXI, com a desapareção do INCORA e a formação de um novo instituto, os camponeses colombianos viram uma nova possibilidade de reforma agrária no país. Foi no dia 23 de maio de 2003 que o Decreto 1.300 criou o Instituto Colombiano para el Desarrollo Rural, o INCODER. Palou (2008, p.15) afirma que:

*El objeto fundamental de esta institución es ejecutar la política agropecuaria y de desarrollo rural, facilitar el acceso a los factores productivos, fortalecer a las entidades territoriales y sus comunidades y propiciar la articulación de las acciones institucionales en el medio rural, bajo principios de competitividad, equidad, sostenibilidad, multifuncionalidad y descentralización, para contribuir a mejorar la calidad de vida de los pobladores rurales y al desarrollo socioeconómico del país.*

Este “decreto” foi consolidado com a promulgação da Lei 1152 de 25 de julho de 2007, o Estatuto de Desarrollo Rural. A partir dele, a política agrária e a reforma agrária passaram a ser definidas como:

*El conjunto sistemático e integrado de principios, objetivos, normas, lineamientos de política, mecanismos y procedimientos a través de los cuales el Estado colombiano promoverá y ejecutará las acciones orientadas a lograr un desarrollo humano sostenible y el bienestar del sector rural, en condiciones de equidad, competitividad y sostenibilidad (Estatuto de Desarrollo Rural - Ley 1152 de día e mês de 2007).*

De acordo com a Procuradoria da Colômbia – a Procuraduría General de la Nación (2002) –, uma política inteligente de ocupação do território deve repensar as concepções tradicionais que alegam como provas de ocupação da terra a “derrubada e a queima de florestas e o plantio de culturas e pastagens”. Para aquele órgão, nas áreas de fronteira agrícola da Amazônia colombiana existem seis problemas gerais que ocorrem aos camponeses que vivem nessas zonas: (i) ausência de coordenação entre as autoridades e as comunidades tradicionais no que diz respeito a políticas de posse da terra; (ii) falta de infraestrutura e presença do Estado na região; (iii) falta de competitividade com os produtos agrícolas brasileiros e falta de mercado para esses itens produtivos; (iv) inexistência de uma reforma agrária integral que proteja o interesse das comunidades locais da região amazônica; (v) fraca execução do programa de doação de terras (Programa de Reforma Agrária); (vi) inexistência de compromisso político para resolver o problema da terra e da qualidade de vida por parte do Estado (cf. PROCURADORIA, 2012).

A falta de políticas públicas rurais, a execução falha e a descontinuidade dos poucos programas fazem com que as populações camponesas e indígenas estejam desprotegidas, relegando suas lutas por sobrevivência e suas tradições ao esquecimento. Apesar da violência a qual são geralmente submetidos e da política governamental favorecedora de grupos de interesse poderosos, há três razões que asseguram a sobrevivência dos pequenos produtores colombianos: a produção de alimentos baratos para a crescente população urbana, a possibilidade eventual da venda de sua força de trabalho para os latifundiários e as estratégias políticas de sobrevivência para os produtores, seja mediante uma resistência pacífica, seja através da luta organizada pela terra (cf. ALBUQUERQUE e FRICKMANN; 2000).

Uma regularização fundiária que permita o acesso seguro à terra e que evite a concentração ainda é uma questão de resolução inconclusa. Há décadas, o Estado colombiano tem emitido um importante número de leis e normas regulamentares sobre o tema

que constituem ganhos importantes para a legislação agrária vigente. No entanto, esse marco jurídico não é suficiente, dado que os processos de concentração da propriedade rural e expulsão dos indivíduos de suas terras continuam acontecendo (cf. HUERTAS, *et al.*, 2013).

Hoje, a estrutura fundiária no país privilegia de maneira constante os grandes proprietários de terra em detrimento do pequeno produtor rural, consolidando a empresa agrícola capitalista e aumentando a desigualdade social e os conflitos fundiários no país. A concentração da propriedade rural na Colômbia atingiu, no ano 2016, um índice GINI de 0,897 (o maior índice até hoje). Esse índice de concentração evidencia que a Colômbia é um dos países com maior desigualdade e exclusão rural do mundo.

Além disso, no período entre 1980 e 2010, a população rural foi despojada de aproximadamente 6,6 milhões de hectares de terra (5,25% do território colombiano) (cf. Garay *et al.*, 2011). O despojo de terras e o deslocamento dos camponeses são consequência de um processo histórico, no qual convergem, além de políticas públicas, elementos como as forças de mercado, a ação do narcotráfico e a atuação dos grupos armados (cf. PNUD, 2011).

A prova dessa desigualdade na concentração fundiária na Colômbia se encontra na evolução do índice GINI<sup>12</sup>, que aumentou significativamente entre as décadas de 1960 e 2016.

Na Figura 8, observa-se que a desigualdade sobre a posse da terra no setor rural colombiano, medida pelo coeficiente GINI, tem aumentado vertiginosamente desde a década de 1960. Isso ratifica que a Colômbia tem muita terra rural (terras aptas para a produção agrícola) concentrada em poucas mãos, e que os esforços por estabelecer uma estrutura fundiária equitativa não têm tido o sucesso esperado, devido em parte, às pressões exercidas por grandes posseiros sobre o governo colombiano.

---

<sup>12</sup> “O índice de GINI é utilizado para medir o grau de concentração de um atributo (renda, terra, etc.) em uma distribuição de frequência. Ele foi inicialmente adotado como indicador em estudos sobre a desigualdade na distribuição de rendas. Analogamente, empregou-se a mesma metodologia sobre o atributo “terra”, estabelecendo-se, assim, o mais difundido indicador dos níveis de desigualdade na distribuição de terras. No índice de Gini (“R”), que se insere no intervalo de 0 a 1, quanto maior for a concentração, mais próximo o índice estará de 1 (um), valor este que representaria a concentração absoluta” (INCRA, 2001, p. 9).

**Figura 8** – Evolução do índice GINI de concentração de terra na Colômbia de 1960 a 2016.



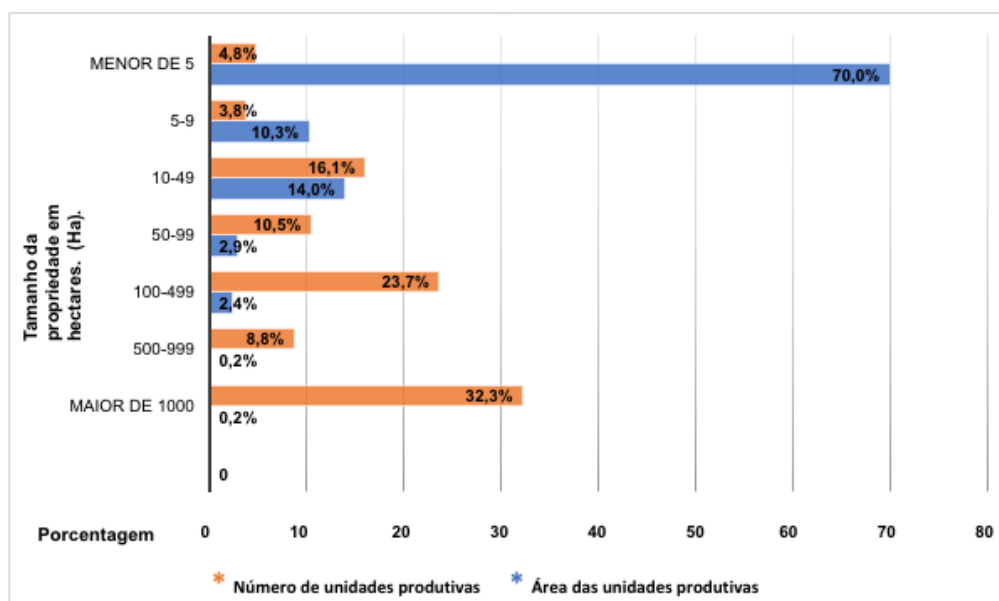
**Fonte:** Elaboração própria com dados do Instituto Geográfico Agustín Codazzi – IGAC, 2017.

Esses dados revelam que o índice Gini para a concentração de terra na Colômbia passou de 0,54, no ano 1960, para 0,897 pontos, no ano 2016. Este aumento mostra que as tentativas de reforma agrária por parte do Estado colombiano não foram muito bem-sucedidas, já que em quase sessenta anos o índice Gini esteve acima de 0,8 pontos; confirmando que a maior parte da terra rural na Colômbia está concentrada nas mãos de poucos proprietários.

Outros dados importantes que fazem visualizar o fenômeno da concentração de terras na Colômbia figuram no número de propriedades de acordo com o tamanho da área ocupada (*vide* Figura 8). É importante ressaltar que, no ano 1960, a área total das unidades produtivas na Colômbia era de 27,4 milhões de hectares, aumentando para 113 milhões de hectares em 2014 (cf. DANE, 2016).

De acordo com os dados apresentados na Figura 8, 70% das propriedades agrícolas da Colômbia são menores de cinco hectares e ocupam uma porcentagem de 4,8% do total das áreas dedicadas às atividades agrícolas no país. É importante ressaltar que 0,4% das unidades agrárias maiores de 500 hectares ocupam uma área de 32,3%. Estes dados mostram que a estrutura agrária colombiana continua apresentando um grande número de unidades produtivas com pouca área, enquanto que um pequeno número de unidades produtivas com porções territoriais significativamente grandes.

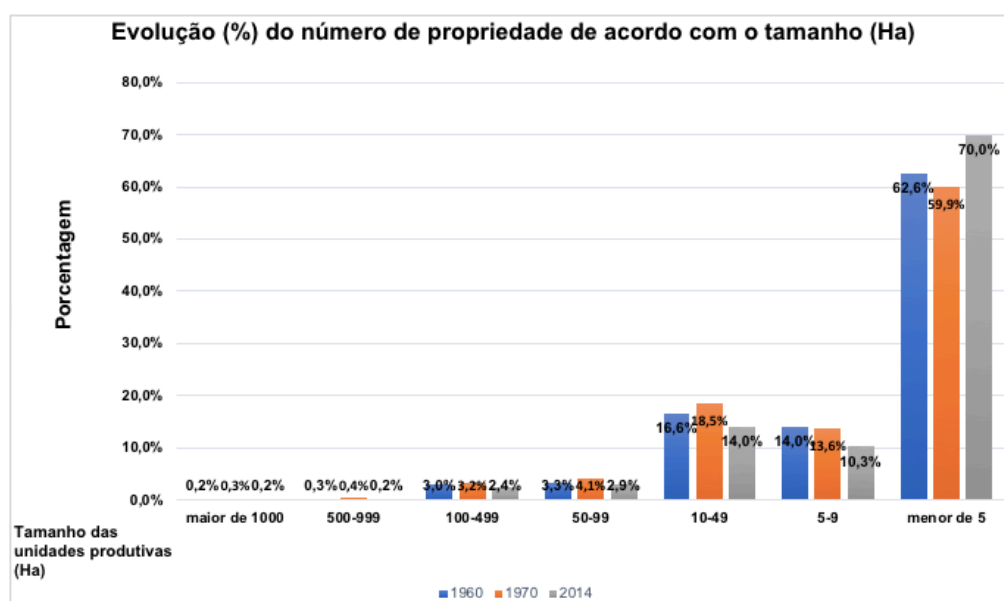
**Figura 9** – Distribuição percentual do número e área de unidades produtivas de acordo com o tamanho (Ha) na Colômbia.



**Fonte:** Elaboração própria, baseado em dados do DANE, 2016.

A respeito da evolução do tamanho das propriedades entre 1960 e 2014, observa-se que a concentração fundiária ainda é persistente, mesmo com o aumento no número de propriedades menores de 5 hectares, que passaram de 62,6%, em 1960, para 70%, em 2014.

**Figura 10** – Evolução percentual do número de unidades produtivas de acordo com o tamanho (Ha.).



**Fonte:** Elaboração própria, baseado em dados do DANE, 2016.

Este incremento no número de propriedades menores de 5 ha não é significativo, se comparado com a evolução da área das unidades produtivas de acordo com o tamanho. O percentual das áreas das unidades produtivas maiores de 500 hectares foi de 40,4%, no ano de 1960, de 40,8%, no ano de 1970, chegando a 41,1%, no ano de 2014; ou seja, as áreas desse tipo aumentaram 0,7% num período de 54 anos.

Por outro lado, a área das unidades produtivas menores de 10 hectares passou de 8,8%, no ano de 1960, para 7,2%, no ano de 1970, e, finalmente, para 8,6%, no ano de 2014; o que significa uma diminuição de 0,2% no mesmo período de 54 anos. Embora, no mesmo período, tenha aumentado o número desse tipo de propriedade (cf. DANE, 2016). Estes dados são o reflexo da implementação das políticas de reforma agrária nas últimas cinco décadas, demonstrando que no país se privilegiou a estrutura fundiária a favor dos grandes proprietários, da expansão da fronteira agrícola e da colonização de novas áreas para a exploração agropecuária; ações que operaram em detrimento da proposta de redistribuição equitativa da terra.

## **2.2 A reforma agrária e a estrutura fundiária no Brasil.**

O Brasil é um país que ainda está tentando resolver o problema fundiário. As raízes dos problemas rurais nesse país podem ser compreendidas a partir da construção histórica da propriedade privada. Essa herança provém da própria dinâmica de funcionamento da colônia e das leis vigentes naquele período. Essas leis introduziram as disparidades na distribuição de terras e, posteriormente, na concepção do mercado da terra (cf. FURTADO, 1989).

De acordo com Medeiros (2003), no Brasil, distinguem-se três etapas consecutivas da questão agrária e da luta pela terra, segundo sua história recente. A primeira delas transcorre das décadas de 1950 a 1970, e corresponde às lutas dos rendeiros ou foreiros dirigidas pelas Ligas Camponesas e o Partido Comunista, concentradas principalmente no Nordeste do país; onde as relações semifeudais eram dominantes. A Segunda dessas lutas (1975) diz respeito às ações dos posseiros e das ocupações ilegais de terras. Nessa luta, milhares de camponeses ocuparam terras de colonização no Oeste do país, principalmente nos Estados de Mato Grosso, Pará e Amazonas. A terceira e última se gesta na década de 1980, concentrando-se na trajetória dos chamados “sem-terra”; movimento protagonizado por seringueiros e camponeses desprovidos e/ou expulsos de suas terras. As mobilizações dos “sem-terra” deram origem a um dos movimentos camponeses mais importantes do Brasil contemporâneo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Portanto, para proceder em uma análise da estrutura fundiária no Brasil nos dias atuais, é preciso levar em consideração a perspectiva histórica da questão agrária no Brasil.

### **2.2.1 Entre as sesmarias e o Brasil republicano.**

Uma vez descobertas pelos portugueses, as terras brasileiras foram anexadas ao patrimônio do Império Português e, logo, do Rei de Portugal, que dada a sua condição, detinha o direito de vendê-las ou de doá-las. De acordo com Cabral (1943, p. 38), “não há dúvida que a propriedade das novas terras descobertas era uma propriedade privada da coroa portuguesa, ou, melhor, do Rei de Portugal”.

Investida desse poder, a Coroa concedeu “extensas doações de terra, as chamadas sesmarias; esse que foi o único meio de obtenção de terras e títulos de propriedade durante todo o período colonial” (NOZOE, 2006, p.1). De acordo com o autor, a questão referente às sesmarias foi regida, na colônia, pelas ordenações Manuelinas<sup>13</sup>, especificamente nas partes que tratavam da distribuição de terras.

Os conquistadores portugueses tinham clareza sobre quais eram os seus objetivos nas novas terras: “a missão confiada aos colonizadores era a de submeter o índio, apropriar-se de suas terras e bens, impor-lhe suas concepções e transformá-lo num agente dócil de seus objetivos de domínio” (Guimaraes, 1977, p.14).

Para os portugueses recém-chegados aos novos e vastos territórios brasileiros, era importante estabelecer leis e formar princípios legais de apropriação do território, já que “a transformação da terra conquistada em colônia de exploração exige novas instituições jurídicas, novas formas de propriedade” (*idem*). De acordo com Silva (1997), esse período, chamado “sesmarial” – que vai de 1530 a 1850 –, caracterizou-se pela concessão de grandes extensões de terras aos pleiteadores de propriedades no novo território português, assim como pela exploração agrária mediante um regime escravista baseado na importação de mão de obra africana.

Em relação às dimensões da terra concedida, a legislação não estabeleceu o número exato. De acordo com Germani (1997, p.3), “*los sexmos en Brasil tenían en general grandes extensiones, tanto por la abundancia de las tierras, como por las exigencias del cultivo*”.

---

<sup>13</sup> As Ordenações Manuelinas são três diferentes sistemas de preceitos jurídicos que compilaram a totalidade da legislação portuguesa de 1512 a 1603. Fizeram parte do esforço do rei Manuel de Portugal para adequar a administração no Reino ao enorme crescimento do Império Português na era dos descobrimentos. Consideradas como o primeiro corpo legislativo impresso no país, elas sucederam as pioneiras Ordenações Afonsinas, ainda manuscritas, e vigoraram até a publicação das Ordenações Filipinas, durante a União Ibérica. Representam um importante marco na evolução do Direito português, consolidando o papel do rei na administração da Justiça e afirmando a unidade nacional (DIAS, 2012).

*implantado - la caña de azúcar - y para servir de atractivo al futuro sexmero*". Durante os séculos XVII e XVIII, esse tipo de concessões em forma de sesmarias, como processos de vinculação da terra a pessoas, ajudaram na consolidação de uma estrutura fundiária bastante concentrada (cf. SILVA, 1997).

As primeiras terras concedidas no Brasil foram entregues em 1532. O primeiro beneficiário desta concessão foi o capitão Martin Afonso de Souza. Estas concessões deram início à formação das capitanias hereditárias, terras sobre as quais os capitães donatários tinham direito apenas sobre uma parcela, comprometendo-se "a distribuir o restante sob a forma de sesmarias" (NOZOE, 2006, p. 4). Ou seja, o Rei dava a terra "para os donatários administrá-la como província, ao invés de propriedade privada" (HOLANDA, 1972, p. 99).

Segundo Pombo (1963, p.142), a terra sob o formato de sesmaria poderia ser outorgada "a quaisquer pessoas, de qualquer condição, com tanto que fossem cristãos". As sesmarias eram dadas em caráter vitalício aos sesmeiros e a seus descendentes (cf. DIAS, 1924).

Também foi Martin Afonso de Souza quem estabeleceu o primeiro engenho de cana de açúcar na Vila de São Vicente. Com isso, estavam plantadas as bases da nova política territorial e econômica brasileira, baseada nas concessões de sesmarias (política territorial) e nos engenhos de cana de açúcar (política econômica); esses que formaram os pilares da antiga sociedade colonial (cf. Germani, 1997).

Ainda de acordo com Germani (1997) os engenhos transformaram-se em algo mais do que uma simples empresa industrial. Os engenhos eram unidades produtoras autônomas, com diversas atividades e pessoas objetivadas a produzir açúcar e seus subprodutos. Além das instalações produtivas, haviam a denominada "casa grande" (lugar onde morava o proprietário do engenho e sua família), as "senzalas" (lugar de residência dos escravos) e os espaços destinados às atividades complementares (cf. GERMANI, 1997). Este modo de produção baseado na monocultura de cana-de-açúcar combinava o monocultivo, o latifúndio e o mercado explorador (cf. MORISSAWA, 2001).

O início do século XIX marcou a era das independências na América Latina. A exemplo do que ocorrera ao Brasil, que se tornou "independente" da Coroa Portuguesa em 1822, entrando no seu "período imperial". Também é nessa década que tem início o processo de extinção do período sesmarial, com a resolução de S.M.I de 17 de julho de 1822; embora, como se saiba, tenham sido concedidas algumas sesmarias depois dessa data (cf. VIANNA, 1962).

Na metade do século XIX, foi aprovada uma lei de legitimação de terras no Brasil, a chamada "Lei de Terras": a Lei nº 601, promulgada em 18 de setembro de 1850, também conhecida como Lei Euzébio de Queiroz (cf. ALCANTARA e OLIVEIRA, 2009). Entre a



expedição da resolução de S.M.I e a aprovação da lei Nº 601, o Brasil ficou sem uma legislação referente às terras públicas. Como recorda Nozoe (2006, p. 17), “durante este longo interregno, marcado por uma grande ampliação da área territorial e economicamente explorável, a posse, ou ocupação, constituiu, na prática, o principal modo de aquisição do domínio privado sobre aquelas terras” (NOZOE, 2006, p. 17).

Esses quase trinta anos (1822 a 1850) entre a derrubada do regime sesmarial e a instituição de uma nova lei ficariam conhecidos como “Império de posses” ou “fase áurea do posseiro”. É importante ressaltar que em uma área territorial tão extensa como a brasileira foi muito difícil controlar os escravos que fugiam das grandes propriedades, alguns deles ocuparam ilicitamente pequenos lotes de terra, o que deu início à figura dos posseiros; momento de consolidação de comunidades de escravos fugidos como o Quilombo Palmares-Zumbi (1604-1695) (cf. Silva, 1997). Não havendo qualquer tipo de normatização e regulamentação de terras, a posse tornou-se a única forma de sua aquisição. Nesse período, cresceu o número de posseiros e de grandes propriedades, formando-se as oligarquias rurais (*idem*).

A seguir, expõem-se, de forma breve, as pretensões da Lei de Terras, de acordo com Da Silva (2009, p.51):

- Fixou-se a proibição da posse de terras devolutas por qualquer outro meio que não fosse de compra, aplicando-se punição de multa para os que se apossassem de terras devolutas ou de alheios.
- As terras devolutas passaram, então, a serem aquelas que não estariam aplicadas a algum uso público nacional, provincial ou municipal. As que não tinham título que as legitimasse pelas condições de medição, confirmação e cultura e aquelas que não se achavam ocupadas por posses foram legitimadas por esta Lei.
- As terras que tivessem posse mansa e pacífica, achando-se cultivadas ou com princípio de cultura e moradia seriam legitimadas.
- O princípio de cultura não era considerado para os simples roçados, derrubadas ou queima de matos era necessária a comprovação da permanência.
- O Governo determinaria o prazo para a “legalização” das terras, podendo as províncias prorrogá-lo.
- A terra não medida no prazo perderia seu título de posse e o possuidor ficaria sem a posse de toda a terra inculta que antes estava sobre seu poder.
- O governo reservaria parte das terras devolutas para colonização dos indígenas, para fundações de povoações, abertura de estradas, construção naval e outras que julgasse necessário. As vendidas estariam sempre sujeitas a ônus, se nelas fossem encontradas; a venda, preferencialmente para os possuidores de terra com cultura e criação, contanto que tivessem meio de aproveitá-las.

A Lei 601 institui no sistema brasileiro de apropriação de unidades fundiárias o preço da terra e, junto como ele, o registro imobiliário; criando definitivamente a propriedade privada da terra e solidificando os latifúndios existentes. Com essa medida, a ocupação como meio de aquisição de terras ficava, aparentemente, abolida. O que não impediu a continuidade do fenômeno de apropriação de terras por parte dos chamados posseiros e a prática de grilagem como formas constitutivas da estrutura fundiária brasileira (cf. ALCANTARA E OLIVEIRA, 2009).

Após a Lei 601, só mediante a compra de um pedaço de terra devoluta alguém conseguia se tornar dono de uma fazenda, por exemplo. Com isto, encerrou-se qualquer possibilidade de o camponês pobre ter acesso à terra. Somente as pessoas providas de capital econômico poderiam ter acesso a uma propriedade; medida que fez expandir os latifúndios e a concentração da terra (cf. Baldez, 1997). Segundo Martins (1981), o propósito da lei não era de democratizar o acesso à propriedade rural, mas, sim, o de assegurar o monopólio do Império sobre as terras, incluso aquelas terras que não tinham sido ocupadas ou exploradas economicamente.

A lei impossibilitou o acesso à posse da terra aos pequenos trabalhadores rurais, impedindo-os de aferir lucros sobre a terra para eles próprios e os incentivando a trabalhar para os grandes proprietários. Apenas os pequenos posseiros que de maneira pacífica e mansa ocuparam as terras, especialmente no período entre 1822 e 1850, obtiveram legitimadas as suas posses. Após a extinção das sesmarias, em 1822, a “humilde posse como cultura efetiva se impregnou do espírito latifundiário (...) Depois de 1822, sobretudo, as posses passam a abranger fazendas inteiras e léguas a fio (...) extinto o regime das sesmarias, a posse começa a servi-lhe de veículo” (cf. LIMA, 1988).

Para Graziano Da Silva (1980), a Lei de Terras tem uma importância crucial na história do Brasil, na medida em que, mediada por dela, instituiu-se juridicamente uma nova forma de propriedade da terra que era mensurada exclusivamente pelo valor de mercado.

Para o trabalhador rural, por outro lado, a mencionada lei significou o “cativeiro”, enquanto que para o grande proprietário, era a sua “liberdade”. Como na época das posses, a terra não estava livre – sem lei ou norma que regulamentasse o seu modo de aquisição – para ser ocupada. Pelo contrário, estava livre para ser transformada em mercadoria e ser adquirida pelos que tivessem as condições (capital econômico) para isso; enfim, a terra estava livre para gerar renda ao capitalista e pobreza ao assalariado.

Para Nozoe (2006), a lei de terras provocou profundas mudanças na visão da propriedade da terra e na estrutura fundiária, já que com a extinção do período sesmarial – que distribuía as posses de acordo com o parecer do capitão-donatário e o prestígio social do beneficiário –, passou-se a ver a terra como uma mercadoria a ser adquirida “na proporção

do poder econômico de seu comprador” (NOZOE, 2006, p. 18). Ainda de acordo com Nozoe (2006), a lei 601 aperfeiçoou o conceito de “terras devolutas”<sup>14</sup> e identificou o Estado como proprietário desses bens.

Del Priore e Venâncio (2001) distinguem outro fator importante na história fundiária do Brasil: a libertação dos trabalhadores escravizados, oficializada pela Lei Áurea de 13 de maio de 1888. As disposições sobre a aquisição de terras e a proibição da posse de terras devolutas na Lei 601 impediu que os escravos se transformassem em camponeses, pois estes não tinham recursos suficientes para adquirir parcelas de terra. Tanto a Lei de Terras quanto a Lei áurea não permitiram a inserção do negro na sociedade de direitos, o que lhe deixou à margem do poder político e social gozado pelos brancos.

Após a abolição, a vida dos negros não sofreu alterações, uma vez que não houve preocupação política em integrá-los a uma sociedade. Alguns ex-escravos plantaram pequenas roças de subsistência. Os que não quiseram permanecer na atividade agrícola migraram dos campos para os grandes centros à procura de emprego, precários em sua grande maioria, inaugurando, dessa forma, a mão de obra marginalizada. O mercado de trabalho nas capitais não conseguiu absorver todo o contingente, o que levou, naturalmente, a um grande o número de desempregados e subempregados. Assim, os negros foram considerados preguiçosos, malandros e vadios pelas elites, juízos de valor que, em certa medida, persistem, numa evidência de que o preconceito é continuamente alimentado por uma situação de inferioridade (BRAICK, MOTA, 2007, p. 488-489).

Assim, esses ex-escravos (pobres e despossuídos) passaram procurar as cidades portuárias, onde ofereciam a sua força física como única ferramenta de trabalho. A Lei de Terras proibia que eles tomassem posse de terrenos e construíssem moradias. Foi dessa forma que esses trabalhadores partiram em busca dos menos valorizados terrenos urbanos (morros, manguezais, beiras de rio); já que os mais valorizados haviam sido privatizados pelo restante da sociedade.

Igualmente é importante registrar que, no primeiro momento, foi o sistema de posses o instrumento que abriu o caminho para a formação da pequena propriedade no Brasil. Foram as populações pobres do campo as que, empreendendo uma luta contra os “senhores da

---

<sup>14</sup> Segundo o artigo 3º da Lei 601, ficava-se entendido como terras devolutas: "As que não se acharem aplicadas a algum uso público nacional, provincial ou municipal; as que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral Provincial, não incursas em comisso por falta de cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura; as que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em comisso, forem revalidadas por esta Lei e; as que não se acharem ocupadas por posse, que apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas por esta lei".

terra”, abriram um precedente histórico que possibilitou a existência de unidades agrícolas pequenas, que fossem cultivadas exclusivamente pelos camponeses e suas famílias.

### **2.2.2 O início da Era Republicana e o esquecimento do campo.**

A concentração da propriedade, mediante os sistemas de sesmaria e dos chamados posseiros, além dos grandes proprietários de terras que vieram depois deles, configurou a estrutura fundiária, com claro domínio dos latifúndios. Movimento que tem início no período de formação da república (1889) e durante as primeiras décadas do século XX. Em fevereiro de 1891 foi aprovada a primeira Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, a partir da os estados passaram a exercer um novo papel político (cf. Machado, 1989).

Nesta nova era, a estrutura fundiária do país se manteve igual, salvo o fenômeno da expropriação de terras, por necessidade ou utilidade pública, mediante indenização previa (cf. Germani, 1997). Outra alteração que sofreu a estrutura fundiária no início do período republicano diz respeito aos bens nacionais: aqueles que não eram necessários para a União, passaram ao domínio de cada estado. Dessa forma, as terras devolutas passaram a ser propriedade de cada estado, passando a União a controlar os territórios das fronteiras, também aqueles destinados à construção de fortificações, edifícios militares e ferrovias (cf. Germani, 1997). Foi nesse período que o país se lançou ao projeto de colonização agrícola do interior. Primeiro, no Sul do país e no Estado do Mato Grosso, posteriormente, na Amazônia (cf. MARTIN, 2001).

Segundo Germani (1997), a partir da nova constituição, os Estados foram adaptando as suas leis aos princípios básicos da Lei de Terras de 1850. Foram cedidas aos novos municípios as terras necessárias para a formação das cidades, vilas e povoados. Cada um dos estados desenvolveu sua política de concessões de terra. Essas novas políticas legitimaram as ocupações de terras – as chamadas “posses” – e transferiram grandes propriedades para fazendeiros e empresas interessadas na especulação imobiliária (cf. MARTINS, 1981).

O ano 1916 marcou o momento da criação do Código Civil (Lei Nº 3.071, do 01 de janeiro de 1916). Neste novo código, ficava proibida a revalidação das concessões sesmarias e a legitimação das ocupações ilegais ou “posses”. Qualquer pessoa que não tivesse regularizada sua propriedade, deveria regularizá-la, mediante a figura de “usucapião”<sup>15</sup>, no prazo máximo de dez anos e numa área máxima de até dez hectares. Esse direito de usucapião foi ratificado na Constituição de 1934 e modificado pela Constituição de 1946, quando se elevou em até 25 hectares a área máxima de usucapião. Mais tarde, a Lei Nº 6.969

---

<sup>15</sup> Modo de adquirir o título de propriedade da terra, mediante o uso contínuo da mesma.

de 10 de dezembro de 1981 diminuiria para cinco anos o prazo para obtenção do direito de propriedade sobre a terra ocupada (cf. SILVA, 1989).

Segundo Germani (1997), as limitações impostas pelo Código Civil não apresentaram nenhum obstáculo para que os Estados continuassem com a prática de outorgar grandes quantidades de terras em benefício das elites regionais. Essas concessões de terras (cedidas na intimidade das práticas de poder), junto com a necessidade de regularizar os limites das fazendas e a especulação imobiliária geraram graves conflitos, primeiro entre os próprios fazendeiros e, logo, entre estes e os antigos ocupantes das terras; conflitos que, até os dias de hoje, pululam em todo o território brasileiro.

É importante ressaltar que, ao longo da história do Brasil, mesmo durante o período colonial, foram surgindo leis que limitaram as concessões sesmarias. De acordo com Lima (1988), em 27 de dezembro de 1695 foi expedida uma ordem real que determinou o pagamento de impostos sobre as semarias. Valores que seriam cobrados proporcionalmente à extensão e a qualidade novas concessões. Um outro decreto expedido no dia 20 de outubro de 1753 estabeleceu que a confirmação das concessões sesmarias dependeriam da confirmação judicial das terras (cf. NOZOE, 2006). Ainda de acordo com o autor, um outro decreto aprovado no dia 03 de janeiro de 1781 ordenou que “as medições e demarcações – requisitos tornados obrigatórios, a partir de 1753, para confirmação de concessões – deveriam ser feitas sem prejuízo de quaisquer possuidores que tivessem culturas no terreno” (NOZOE, 2006, p. 12).

Devido a todas essas circunstâncias, não é mera casualidade perceber que as primeiras lutas camponesas no Brasil coincidiram com o período entre o final do Império e o início da República. Lutas como a “Guerra de Canudos” (1893-1897), no Estado de Bahia, e a “Guerra do Contestado” (1912-1916), nos Estados de Paraná e Santa Catarina, são algumas experiências políticas camponesas fundamentadas por essas transformações.

### **2.2.3 Do Estatuto da Terra à política agrária atual.**

Entre 1889 e 1964, anos de vigência do Estatuto da Terra, o problema da legitimação de posses foi posto em plano secundário pelos governos de turno. Em 1891, é instituída uma lei que aprovava a emissão de propriedade por parte dos estados, retirando, com isso, a autonomia da União. A mudança tornava flagrante a omissão do Estado em relação à estrutura fundiária nacional (cf. Alcantara e Oliviera, 2009). Sobre esse período, Barreto (2005) observa que existiam diversos conflitos entre camponeses (através de grupos organizados ou não) e latifundiários. Uma visada retrospectiva na história fará lembrar que

“em 1964, com o golpe militar, a maior parte dos movimentos camponeses foram aniquilados e alguns foram para a clandestinidade” (BARRETO, 2005, p. 7).

O desenvolvimento nacional no Brasil ganhou impulsão após a II Guerra Mundial. O *boom* desenvolvimentista experimentado durante o Governo Vargas – quando se implementou novos projetos de colonização do território – só seria alcançado, nesses termos:

(...) desde que fossem aplicadas políticas estatais apropriadas. Estas abrangiam a totalidade do leque ideológico, da facilidade para o fluxo irrestrito de capital, mercadorias e mão-de-obra através das fronteiras nacionais (num extremo) ao absoluto controle estatal de atividades produtivas e de intercâmbio dentro de fronteiras geralmente fechadas (no outro extremo) (WALLERSTEIN, 2002, p. 122).

O processo de desenvolvimento nacional no Brasil estava em sintonia com novas ideologias e medidas, tais como, “mudanças radicais engendradas pela expansão do comércio mundial e pela crescente incorporação do Brasil ao mercado mundial como exportador de produtos” (DIACON, 2006, p. 19). Cabe destacar que, segundo o mesmo autor, “a expansão da agricultura exportadora trouxe para a órbita econômica nacional, terras interioranas outrora isoladas” (*idem*); o que levou a uma onda de expedições de títulos para esses territórios desconhecidos, impactando a relação existente entre os povos dali originários e as suas formas de organização social e cultural. Impactos que se sucediam na medida em que se inseriam novas empresas, sistemas e relações sociais de produção e transformação nesses territórios.

Nesse sentido, as economias de consumo e de produção de bens voltaram sua atenção para ecossistemas como Amazônia: a última fronteira com terras suficientes grandes para fornecer matérias-primas essenciais para o crescimento econômico do país, para o seu desenvolvimento e para o fortalecimento de suas exportações.

A região amazônica não ficou longe dessas relações econômicas que Milton Santos denominou de “financieirização do território”, no qual o “nível mundial dita as formas de vida das sociedades (...) e as firmas hegemônicas comandam o território (amazônico) com o apoio do Estado”; tudo isso “legitimado pela ideologia do crescimento” e do desenvolvimento (SANTOS, 1994, p.99;131). Essa ideologia fica claramente exemplificada em projetos de desenvolvimento como a Fordilândia e a “tentativa de reproduzir a América na Amazônia” que levou “à terceirização da Amazônia pela América” (GRANDIN, 2010, p.357).

A “financerização do território” acontece em cenários nos quais as relações econômicas e de poder no mundo são reajustadas, aparentemente em favor das potências emergentes dos países em desenvolvimento e nos países exportadores de matérias-primas.

No discurso dominante, a questão do desenvolvimento econômico estava vinculada à “autodeterminação do povo”, imbuído da superação da sua condição periférica e do uso de políticas públicas voltadas à geração do desenvolvimento nacional. A crença corrente é de que, “se havia vontade e investimento, se podia modernizar aceleradamente a tecnologia e elevar assim o nível de vida geral” (WALLERSTEIN, 2002, p. 123).

A intensidade da exploração dos recursos naturais renováveis e não renováveis, o avanço dos grandes projetos de infraestrutura rodoviária, portuária e de geração de energia hidráulica e o avanço contínuo da fronteira agrícola e da pecuária, tudo isso sob o discurso do desenvolvimento e bem-estar, alertam de maneira inevitável as populações sobre o perigo que a ideologia desenvolvimentista pode trazer para a comunidade em geral; principalmente na sua relação com o espaço habitado e com a natureza.

Estes grandes projetos – tais como o projeto Jarí no Pará, o projeto da zona franca de Manaus, o projeto Carajás –, impulsionados pelo apoio do governo federal, trouxeram como consequência “a expulsão dos camponeses e trabalhadores do extrativismo da suas posses e glebas. Nesse movimento, milhares de famílias foram retiradas dos seus lares” (SOUZA, 1994, p.165). Ainda de acordo com Souza (1994), como resultado destes projetos e dos deslocamentos populacionais, os conflitos pela terra aumentaram a partir da década de 1970, especialmente nos Estados de Pará, Rondônia e Acre.

Em 30 de novembro de 1964, durante o governo de Humberto de Alencar Castelo Branco, instituiu-se a Lei nº 4504. Conhecida como Estatuto da Terra, a lei declarava que a função social da propriedade da terra é atendida quando:

- i) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam;
- ii) mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- iii) assegura a conservação dos recursos naturais; e
- iv) observa a legislação trabalhista.

Desta forma, a posse da terra foi legitimada num contrato social e legal, e não em dogmas ou em fatos históricos. Mas, ao não atender a sua função social, justifica-se a intervenção da sociedade e do Estado para garantir que este contrato seja cumprido. É nessa intervenção que nasce a expressão “política agrária”, que inclui tanto a política agrícola como a política de terras e de reforma agrária.

A reforma agrária e a política agrícola brasileira são regulamentadas no primeiro artigo do Estatuto da Terra:

Art. 1º Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.

§ 1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de

sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

§ 2º Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país” (Lei 4.504 de 1964).

Criado durante a ditadura militar, o Estatuto resultou do temor que assolava o novo governo e as suas elites de que, no Brasil, eclodisse “uma revolução camponesa, espelhada no espectro da revolução cubana de 1959” (Guerrero, 2014, p.4). Os objetivos principais da lei foram “estabelecer um sistema de relações entre homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e o latifúndio” (GUERRERO, 2014, p.4).

Na década de 1970, os Projetos Integrados de Colonização (PICs) embasaram as principais políticas de colonização da Amazônia pelo Estado brasileiro. Durante o período militar, as ações estatais na região se resumiam na chamada “Operação Amazônia”, constituída por “uma serie de investimentos e políticas destinadas a ocupar, desenvolver economicamente e atender”, sempre sob às prerrogativas do discurso de segurança nacional” (RABELLO *et al.*, 2005, p. 1). Estas ações se basearam em políticas anteriores que haviam criado em 1953 a Superintendência de Desenvolvimento de Amazônia (SUDAM).

As diretrizes para a colonização da região se encontram expostas no artigo 53 da lei de criação da SUDAM, onde se lê: “(...) b) definição dos espaços econômicos suscetíveis de desenvolvimento planejado, com a fixação de polos de crescimento capazes de induzir o desenvolvimento de áreas vizinhas; (...) e) adoção de política imigratória para a Região, com aproveitamento de excedentes populacionais internos e contingentes selecionados externos”. Quanto ao papel do Estado na implementação das políticas:

as etapas e os papéis a serem cumpridos mantinham determinações importantes: o papel do Estado, enquanto agente financiador do desenvolvimento na região; ideia de vazio demográfico, implicando na impossibilidade do desenvolvimento pretendido; no perigo político para a política de Segurança Nacional, que poderia significar a ausência de uma ocupação mais densa na região, propondo como alternativa da migração de povoamento (RABELLO, 2005, P. 1).

Para ajudar na colonização das zonas menos povoadas, o governo baixou o Decreto-Lei Nº 1.164, de 1 de abril de 1971, onde se lê, no seu artigo primeiro:

Art. 1º São declaradas indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais, na região da Amazônia Legal, definida no artigo 2º da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, as terras devolutas situadas na faixa de 100 (cem)



quilômetros de largura, em cada lado do eixo das seguintes rodovias, já construídas, em construção ou projeto” (cf. BRASIL, 1971).

As terras devolutas para a garantia do desenvolvimento e a segurança do país, na Amazônia, se estenderiam por um total de 3.571.000 Km<sup>2</sup>, perpassando todos os estados da Amazônia Legal. Elas seriam utilizadas em programas diversos, abarcando 70% da Amazônia Legal e 42% do território nacional (cf. RABELLO *et al.*, 2005).

Apesar desses dados, a área não foi utilizada em sua totalidade; embora os primeiros anos daquela década tenham marcado a atuação intensiva do INCRA na região, onde incentivava políticas de colonização através de dois projetos distintos: os PADs e os PICs.

Os Projetos de Assentamento Dirigido (PADs) tiveram como público-alvo os “agricultores com maior nível de capacitação profissional, experiência quanto à obtenção de crédito bancário e um mínimo de recursos financeiros” (RABELLO *et al.*, 2006, p. 7). Já os Projetos Integrados de Colonização (PICs) ficaram restritos à faixa da população de baixa renda, sem acesso à terra e cuja mais fonte da força de trabalho era a familiar.

Nas áreas de abrangência destes projetos, o INCRA foi o responsável pela seleção dos beneficiários, loteamento e titulação das terras, assim como pela infraestrutura física dos novos assentamentos. Enquanto que atividades relacionadas à assistência técnica, comercialização, saúde e educação foram implementadas pelos órgãos responsáveis por esse tipo de políticas agrícolas no nível federal, estadual e municipal (cf. RABELLO *et al.*, 2006).

A reforma agrária emergiu com a necessidade de diminuir problemas sociais por meio da desconcentração da propriedade de terras. Tinha como objetivo promover a distribuição de terras e impulsionar o desenvolvimento nacional por meio do fortalecimento da agricultura e do crescimento econômico e social no meio rural (cf. Holanda *et al.*, 2015). Assim, o Estatuto da Terra foi a primeira legislação a estabelecer um plano sistemático de intervenção e de desapropriação, além de prever a indicação de “áreas prioritárias de reforma agrária”. Para cumprir esses objetivos, governos posteriores ao regime militar criaram os assentamentos e as zonas de desenvolvimento sustentável, como formas jurídicas de implementação da reforma agrária (cf. Holanda *et al.*, 2015).

Quanto à política fundiária, o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) criou um programa de desapropriação, aquisição e legalização de terras ilegalmente ocupadas, pelo qual foram assentadas 287.998 famílias no seu primeiro mandato (1995-1998) e outras 252.710 famílias no segundo (1999-2002) (cf. INCRA, 2016). Porém, os oito anos do mais amplo programa de reforma agrária já vistos no Brasil, até então, ocorreram durante os dois mandatos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010).

No primeiro mandato daquele presidente (2003-2006), um total de 381.419 famílias foram assentadas (93.421 famílias a mais do que no primeiro mandato de Cardoso) e outras 232.669 famílias no seu segundo mandato (cf. INCRA, 2016). Registrou-se, durante os oito anos do governo Lula, o maior número de assentamentos de famílias da história do Brasil.

**Quadro 4** – Número de famílias assentadas do período militar até o governo Rousseff.

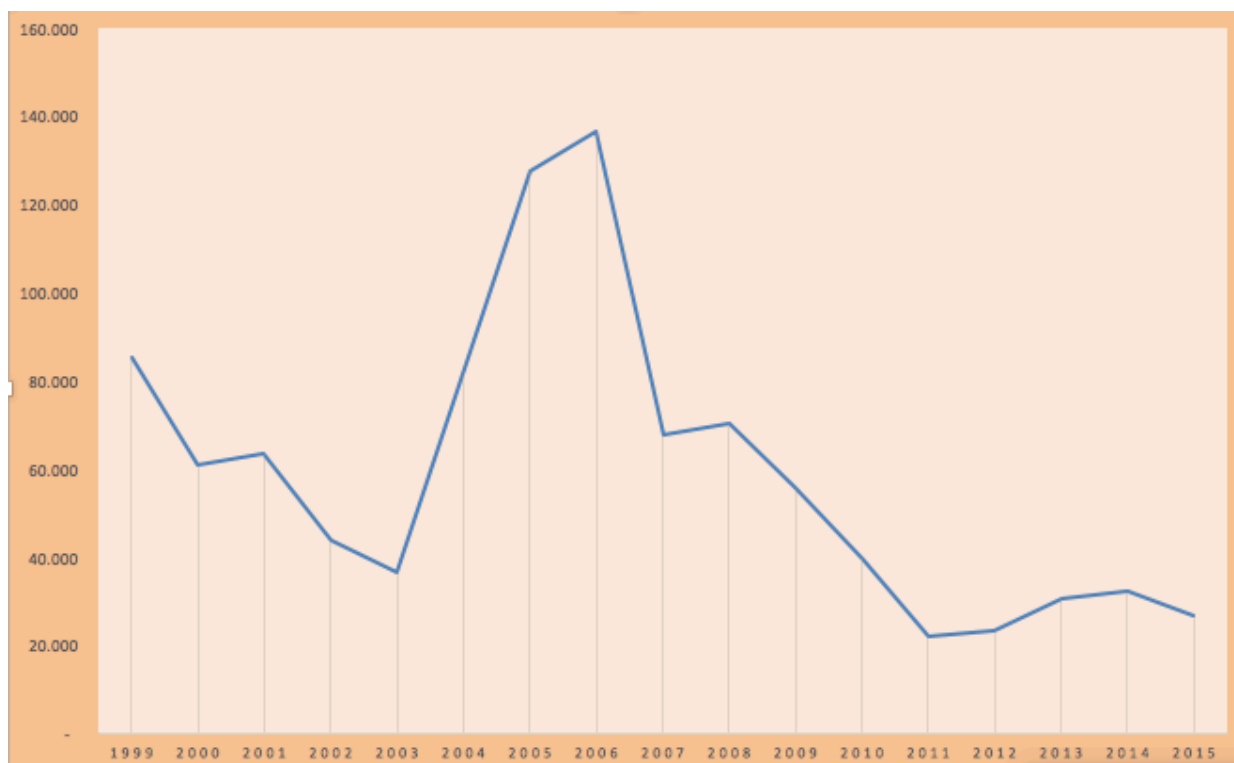
<b>Governo</b>	<b>Número de famílias assentadas</b>
<i>Ditadura Militar (1964-1985)</i>	77.475
<i>Samuel (1985-1989)</i>	93.455
<i>Fernando Collor (1990-1992)</i>	42.030
<i>Itamar Franco (1992-1994)</i>	14.627
<i>Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)</i>	540.704
<i>Luiz Ignácio Lula da Silva (2003-2011)</i>	614.088
<i>Dilma Rousseff (2012-2015)</i>	133.689
<b>Total</b>	1.516.069

**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados do INCRA e de Guerrero (2014).

Já entre 2011 a 2015, na gestão de Dilma Rousseff, um número bem menor de famílias foi favorecido pela política de assentamento: 133.689 famílias, nos seus 5 anos de governo (cf. INCRA, 2016).

O Quadro 4 acima revela que a reforma agrária em termos de famílias assentadas é uma decisão política que demonstra graus diferentes de esforço em prol da desconcentração fundiária. Desde 2006, os números de beneficiados pelos assentamentos vêm apresentando uma tendência decrescente (*vide* Figura 11). Esta figura mostra também as variações de comportamento assimétrico na comparação entre os governos de FHC e Lula. No cômputo geral, ao longo dos quase 20 anos, período dos últimos três mandatos presidenciais (FHC, Lula e Dilma), 737.100 famílias (3,7 milhões de pessoas, aproximadamente) foram beneficiadas com propriedades rurais, configurando um movimento de reforma agrária inédito na história brasileira.

**Figura 11** – Brasil: Famílias assentadas em lotes da reforma agrária pelo INCRA, por ano, 1995 até 2015.



**Fonte:** Elaboração própria com base em dados do INCRA, 2016.

Apesar deste número elevado de assentados, Holanda *et al.* (2015) afirmam que no Brasil nunca houve um programa de reforma agrária verdadeiro. Para Fernandes (2008), os governos federais recentes não querem fazer uma reforma agrária que crie insatisfação ou crie conflitos com proprietários privados em geral e com o agronegócio, em particular. Por isso, vem privilegiando a colonização de terras públicas na Amazônia, desde a década de 1970, quando os Projetos Integrados de Colonização (PICs) se tornaram políticas de Estado. Isto faz com que o agronegócio e as ocupações camponesas avancem simultaneamente nessa região, o que nos faz antever o acirramento de disputas territoriais, à medida em que a fronteira agrícola se aproxime do seu limite.

As políticas de reforma agrária no Brasil apresentam um notável inimigo: o agronegócio. Este complexo sistema de latifundiários brasileiros e corporações multinacionais pressiona os governos, desafia os movimentos camponeses e cria impedimentos à reforma agrária (cf. Fernandes, 2008). Cabe afirmar também que “apoiada pela oligarquia fundiária e pelo setor da agricultura patronal, grande parte da classe política e empresarial brasileira é

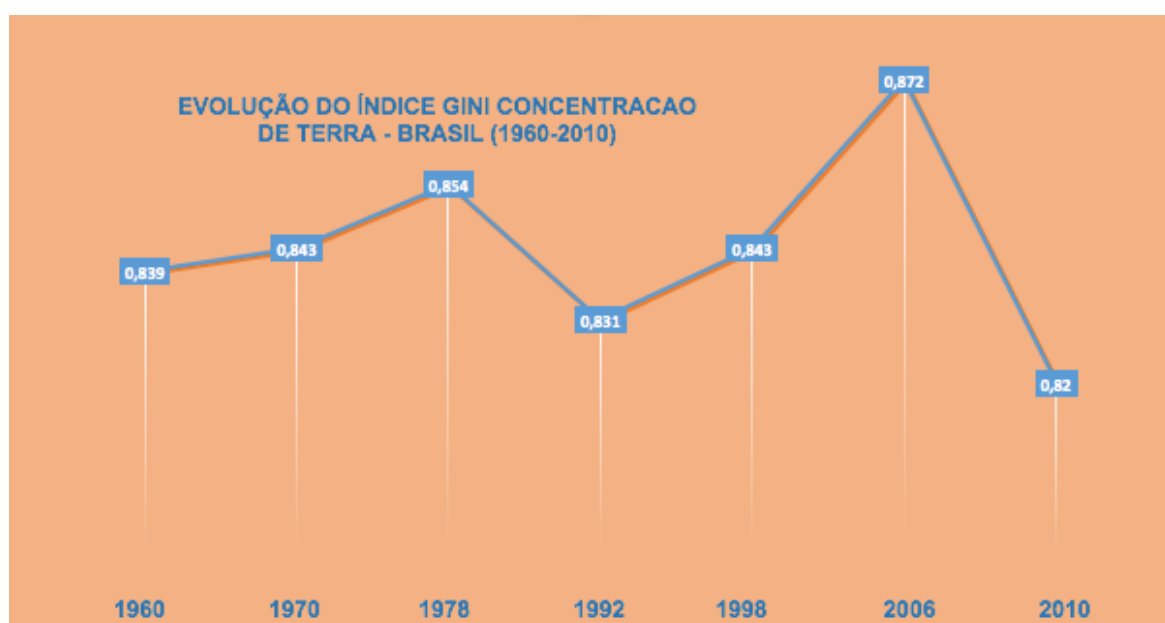
contra a reforma agrária, seja por princípio e medo, seja por defender seus privilégios, ou mesmo por preconceito contra os pobres” (SABOURIN, 2008, p. 163).

Devido às mobilizações indígenas, movimentos tradicionais e ambientalistas em geral vêm se mobilizando em torno da proposta das reservas extrativistas amazônicas (SANTILLI, 2005). De acordo com esse autor, o modelo de reservas extrativistas “passou a ser considerado por cientistas e formuladores de políticas públicas como uma via de desenvolvimento sustentável e socialmente equitativo para a Amazônia” (SANTILLI, 2005, p. 33).

Na década de 1990, o ambientalismo se delineou como uma tendência contra o esgotamento da Amazônia em fronteira agrícola, isto é, como fronteira de expansão econômica e demográfica do território nacional. Para Sawyer (1991), as “fronteiras no Brasil são normalmente percebidas e analisadas em termos de expansão de economia, ocupação de novas terras e absorção de imigrantes e outros “fluxos”. Junto como esses movimentos, começaram a aparecer processos contrários de “refluxos” na Amazônia Brasileira. Segundo Menezes (2009, p.79), “a redução das áreas de florestas tropicais amazônicas é resultado direto de um processo de ocupação humana e transformação da paisagem, associado a um movimento de expansão da fronteira de colonização e produção agropecuária”.

Em meio as esses prognósticos e avaliações, são muitos os autores que afirmam que a reforma agrária não contribuiu para melhorar o problema da concentração da terra; a prova de afirmações como essa se refletem nos dados reportados pela Figura 12.

**Figura 12** – Evolução do índice GINI no Brasil desde o ano 1960 até o ano 2010.



**Fonte:** Elaboração própria com dados do INCRA e do IBGE, 2017.

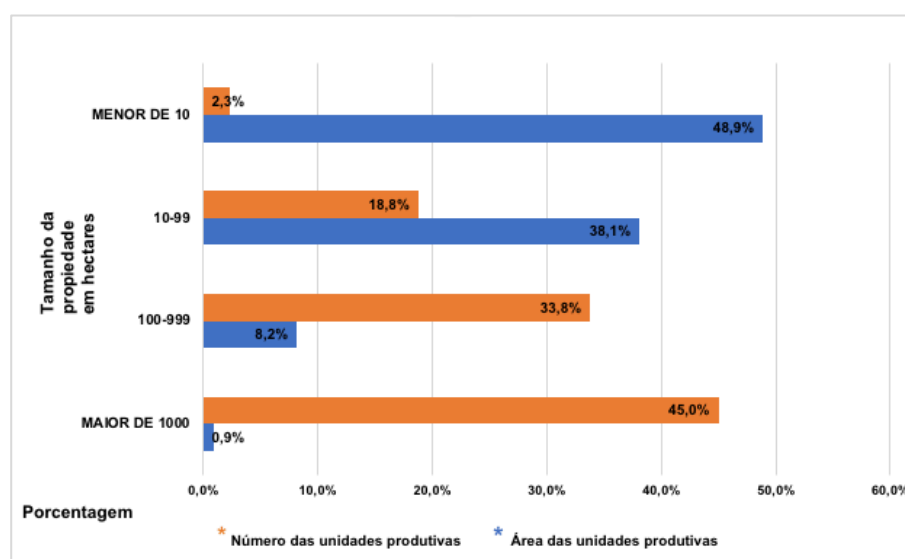
O grau de desigualdade fundiária no território brasileiro, entre os anos de 1960 a 2010, permaneceu praticamente inalterado. O índice de Gini registrado para 2010 foi de 0,82; não muito diferente do mesmo índice para os anos 1960, 1970, 1978, 1992, 1998 e 2006, que foram, respectivamente, de 0,839; 0,843, 0,854, 0,831, 0,843 e 0,872. Durante as últimas cinco décadas, o índice GINI, que mede a concentração de terras, só diminuiu 0,19 pontos, mantendo-se sempre estável, em torno de 0,8; embora tenha havido um aumento de 74,7 mil produtores agrícolas com menos de 10 ha (crescimento do minifúndio) e uma clara diminuição do número de agricultores com área a partir de 100 ha (cf. INCRA, 2012).

Este aumento no número de produtores agrícolas é resultado da elevação da quantidade de assentamentos agrícolas criados em novas porções de terras públicas (colonização), e não como resultado de uma política fundiária focada na redistribuição equitativa da terra (reforma agrária). Isso se reflete em uma altíssima concentração de propriedade; problema que não tem sido solucionado pelas tentativas de reforma agrária.

Historicamente, o Estado brasileiro favoreceu a colonização de terras públicas, em detrimento das políticas de reforma agrária, como sua principal política fundiária, modificando, assim, a dinâmica territorial e assegurando a não redistribuição das terras que estão concentradas nas mãos dos grandes proprietários.

Outros dados que confirmam o alto nível de concentração fundiária no Brasil mensuram a distribuição do número de propriedades de acordo com o tamanho da área (*vide* Figura 13).

**Figura 13** – Distribuição percentual do número e área de unidades produtivas de acordo com o tamanho (Ha) no Brasil.



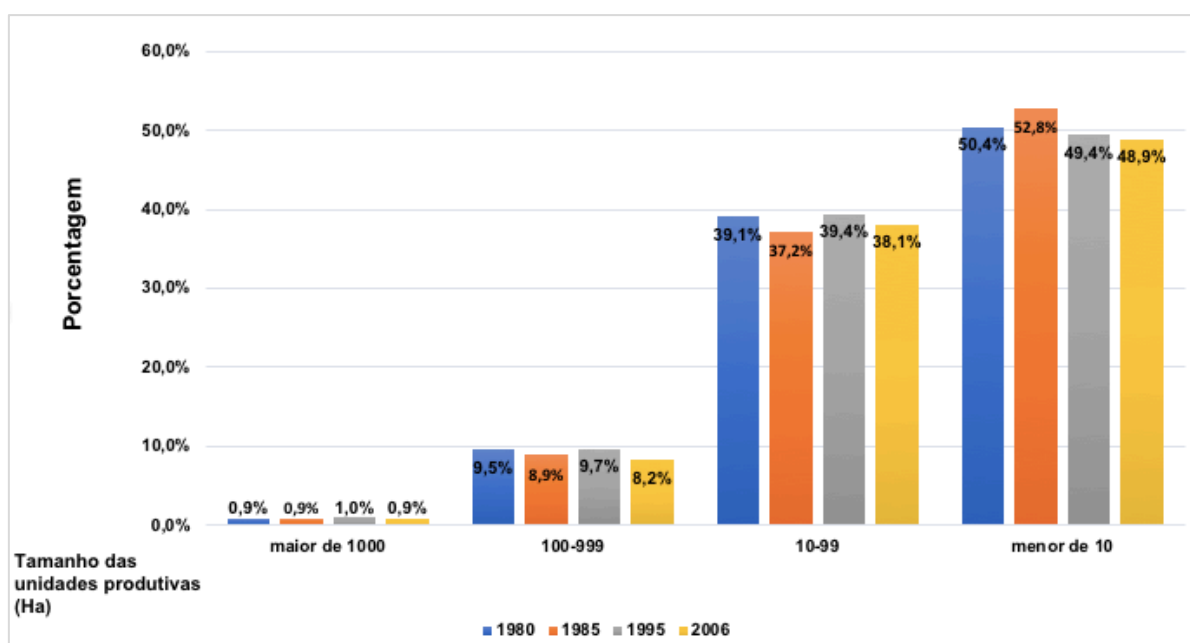
**Fonte:** Elaboração própria, baseado em dados do IBGE, 2006.

No ano de 1975, a área total dos estabelecimentos agropecuários foi de 324 milhões de hectares, atingindo seu patamar mais alto em 1985, com uma área de 375 milhões de hectares. Isso ocorreu durante o período de expansão da fronteira agrícola regulado pela modernização conservadora e pela integração industrial, que formou o denominado complexo agroindustrial brasileiro. De acordo com os dados do último censo agropecuário no Brasil, nos anos que se seguiram até 2006, houve uma inflexão no crescimento para 333 milhões de hectares.

Segundo Hoffmann (2010), houve um aumento do número de chácaras e sítios para atividades de lazer e moradia que não dependem das atividades agropecuárias para sobreviver, especificamente entre os anos 1995 e 2006. Estas unidades foram computadas no Censo Agropecuário de 2006 por terem algum tipo de exploração agropecuária, florestal ou aquícola, mesmo quando a terra “é cultivada apenas para produzir alimentos mais saudáveis para o autoconsumo” (HOFFMANN, 2010, p. 45).

De acordo com os dados representados na Figura 14, 48,9% das propriedades agrícola no Brasil são menores de dez hectares e ocupam uma porcentagem de 2,3% do total das áreas dedicadas às atividades agrícolas no país. É importante ressaltar que 0,9% dos imóveis maiores de 1000 hectares ocupam uma área de 45%. Estes dados mostram que a estrutura agrária brasileira continua caracterizando-se por ter um grande número de unidades produtivas com pouca área, enquanto que um pequeno número de unidades produtivas com porções altíssimas de terra.

**Figura 14** – Evolução percentual do número de unidades produtivas de acordo com o tamanho (Ha).



**Fonte:** Elaboração própria, baseado em dados do DANE, 2016.

Do ano de 1980 até 2006, observa-se que o percentual do tamanho das unidades produtivas tem permanecido relativamente estável aos longos dessas últimas três décadas. Ao comparar a evolução no número de propriedades com a evolução da área das unidades produtivas pelas suas dimensões, observa-se que: o percentual das áreas das unidades produtivas maiores de 1000 hectares foi de 45,1%, no ano de 1980, de 43,8%, no ano de 1985, mantendo-se em torno de 45%, no ano de 2006; ou seja, as áreas desse tipo de propriedade permaneceram estáveis em um período de 26 anos. No entanto, a área das unidades produtivas menores de 10 hectares passou de 2,5%, no ano de 1980, para 2,7%, no ano de 1985, e, finalmente, para 2,3%, no ano de 2006; permanecendo estáveis, com variações de 0,2% para acima e para baixo, em um período de 26 anos (cf. IBGE, 2006). Estes dados são o reflexo da implementação das últimas políticas de reforma agrária, demonstrando que no país se privilegia a estrutura fundiária a favor dos grandes proprietários, da expansão da fronteira agrícola e da colonização de novas áreas; especialmente de terras públicas para a exploração agropecuária, e não em favor de uma verdadeira redistribuição equitativa da terra.

No próximo capítulo se caracterizará a Zona de Reserva Campesina El Pato – Balsillas (localização, tipo de acesso ao assentamento, clima, geologia e relevo, hidrografia, tipo de solo, vegetação e fauna predominante) e serão analisados aspectos sociais, tais como: moradia, educação, saúde, infraestrutura física e os diferentes sistemas de associação; também pensando as mudanças provocadas na ZRC El Pato – Balsillas pela consequente implantação da zona.



**CAPÍTULO 3. O INÍCIO DA LUTA: Zona de Reserva Campesina El Pato - Balsillas -  
História e os contextos sociais e econômicos.**

*“Oh libertad que perfumas las montañas de mi tierra, deja que aspirem mis hijos, tus  
olorosas esencias, oh libertad, oh libertad” (Epifanio Méjia).*



**Figura 15** – As montanhas e o Rio, O início desta viagem.  
**Foto:** David Alejandro Sepúlveda Vélez, 2016.



## Introdução.

No ano de 1994, em uma tentativa final do Estado colombiano de responder às necessidades e demandas das comunidades camponesas, foi apresentada a Lei 160 de 5 de agosto de 1994. Essa lei tornou-se o fundamento jurídico do modelo de Zonas de Reserva Campesina – ZRC; especificamente o seu capítulo XII, intitulado: “*Colonización, Zonas de Reserva Campesina e Desarrollo Empresarial*”.

As Zonas de Reserva Campesina estão consagradas na Lei 160 como uma figura de ordem territorial cujos objetivos são:

- a) Conter a extensão da fronteira agrícola; corrigir os fenômenos de concentração desigual, ou fragmentação não econômica da propriedade;
- b) Criar as condições para a consolidação adequada da economia camponesa;
- c) Regular a ocupação e o uso sustentável de terras não cultivadas, dando preferência em sua adjudicação aos camponeses ou colonos de escassos recursos;
- d) Criar e constituir uma proposta integral para o desenvolvimento humano sustentável, a organização territorial e a gestão política e,
- e) Facilitar a execução integral das políticas de desenvolvimento rural, fortalecer os espaços de coordenação social, política, ambiental e cultural entre o Estado e as comunidades rurais, garantindo sua participação adequada nos órgãos de planejamento e decisão locais e regionais.

Após longas batalhas, os esforços cooperativos e as demandas dos camponeses e colonos para obter o direito à terra resultaram na criação da Lei, a qual foi concebida e projetada pelas próprias comunidades camponesas (cf. BOHORQUEZ, 2013; ILSA, 2012). Para a ANZORC, “*fue un proceso muy largo y de mucha estigmatización social y política, pero finalmente se logro incorporar el modelo de ZRC como mecanismo para garantizar el derecho a la tierra por parte de las comunidades campesinas*” (Entrevistado ANZORC, 2016).

Neste capítulo, trazemos o marco jurídico e legal que permitiu a criação e o estabelecimento da Zona de Reserva Campesina El Pato – Balsillas, assim como a caracterização da zona (localização, divisão político administrativa, rotas de acesso, fatores abióticos e bióticos), onde se identificam-se e se analisam as mudanças causadas pela criação da área, focalizando aspectos sociais, tais como: moradia, educação, saúde. Quanto aos sistemas de organização social e aspectos econômicos, observa-se: sistemas produtivos, renda, assistência técnica, acesso ao crédito e aos mercados.

### 3.1 Estabelecimento da legislação.

A criação e o estabelecimento legal do modelo de ZRC foi impulsionado por dois fenômenos. O primeiro, a crescente preocupação do Estado colombiano com relação à rápida degradação do ambiente natural em regiões habitadas por colonos e camponeses deslocados. Essas áreas de colonização costumavam estar em zonas de conservação ambiental.

O segundo fenômeno diz respeito às pressões geradas pelos camponeses em busca de solucionar os problemas relacionados às culturas ilícitas, da intensificação do conflito armado e da falta de serviços sociais; tais como saúde, educação infraestrutura (cf. BOHORQUEZ, 2013). Como afirmou um dos entrevistados da ANZORC, a criação da Lei 160 de 1994:

*fue el resultado de un proceso que inicio en la década de 1950. Desde esa época han habido muchas marchas y muchas luchas. Nosotros somos el resultado de muchos años de lucha contra el Estado y el status quo; esas luchas tuvieron como final las Zonas de Reserva. Lamentablemente, todavía seguimos en esa lucha, ahora la lucha es contra la discriminación que hay en las zonas. La gente cree que somos guerrilleros y por eso estamos tan estigmatizados, ojalá con este proceso de paz con las FARC (Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia) las cosas mejoren (Entrevistado ANZORC, 2016).*

Para Moreno (2014, p. 29), o caso da ZRC El Pato – Balsillas resume-se em um espaço de atribuição de uma identidade em que instaura-se uma “*zona marginal, conflictiva, guerrillera, en la que la mayoría de los procesos o experiencias organizativas adelantadas por las comunidades, especialmente rurales, han sido estigmatizadas como ilegales o de carácter subversivo*”. Foi essa marginalização da sociedade e do Estado, ligada à sua proximidade geográfica, física e política dos movimentos guerrilheiros, que fez com que estes colonos continuassem sendo excluídos dos espaços de exercício democrático e de poder na tomada de decisão local e regional. Essa exclusão histórica e persistente dos círculos democráticos ajudou a reforçar um processo de organização autônoma, permitindo-lhes pressionar o governo a solucionar os problemas fundiários; movimento que acabou derivando a criação das ZRC.

A Lei 160 de 1994 reivindicou a necessidade de melhorar progressivamente o acesso à propriedade da terra para a população rural. Na ausência de uma reforma agrária que instituía condições de igualdade, o modelo ZRC tornou-se de grande importância para os camponeses colombianos, que veem as ZRC como: a) uma forma de redistribuir a terra justamente; b) de diversificar o uso da terra e de melhorar o seu capital humano; c) de garantir seus direitos, especialmente de território, da terra e da segurança jurídica da posse da terra e d) de oferecer a assistência geral para alcançar o bem-estar das comunidades camponesas, nos territórios e nas regiões em que vivem.

Embora o quadro constitucional colombiano não ofereça muitas referências aos direitos do campesinato, as organizações camponesas se apropriaram de vários artigos constitucionais

para criar um modelo que possa ajudar a legitimar a criação do ZRC (cf. ILSA, 2012). O Quadro 5 apresenta um resumo do marco constitucional utilizado pelos camponeses colombianos na legitimação dos seus direitos e na criação das ZRC.

**Quadro 5 – Marco constitucional para o modelo de ZRC.**

<b>Marco constitucional colombiano para o Modelo de Zonas de Reserva Campesina</b>	
<b>Artigo 2.</b>	Afirma os princípios e direitos como objetivos essenciais do Estado.
<b>Artigo 7.</b>	Marca o reconhecimento e proteção da diversidade étnica e cultural do país, por parte do Estado <sup>16</sup> .
<b>Artigo 8.</b>	O Estado deve proteger a riqueza natural da nação.
<b>Artigo 13.</b>	Todas as pessoas são livres e iguais perante a lei.
<b>Artigo 25.</b>	O direito ao trabalho deve ser protegido pelo Estado.
<b>Artigo 51.</b>	Todos os colombianos têm o direito a uma vida digna.
<b>Artigo 58.</b>	Refere-se à função social da propriedade, a qual está ligada a uma função ecológica.
<b>Artigo 60.</b>	Coloca ao Estado, como principal ator na promoção do direito à propriedade.
<b>Artigo 64-</b>	Refere-se à obrigação do Estado de: promover o acesso à terra para os trabalhadores rurais, garantir as condições para a produção e a garantia dos direitos econômicos, sociais e culturais, com o objetivo de melhorar seus ingressos e a sua qualidade de vida.
<b>Artigo 79.</b>	Estabelece o direito da população a ter um ambiente sano.
<b>Artigo 80.</b>	Prescreve a responsabilidade do Estado respeito à exploração e manejo dos recursos naturais e a prevenção e controle do deterioro ambiental.

**Fonte:** ILSA 2012, traduzido pelo autor, 2017.

A Lei 160 de 1994 foi criada durante o governo de Cesar Gaviria Trujillo (1990-1994), em um contexto de globalização da economia do país. O governo de Gaviria caracterizou-se pela ênfase na disseminação do neoliberalismo e na abertura econômica colombiana; o que acabou provando um direcionamento das atividades agrícolas pelas leis do mercado (cf. ILSA, 2012).

Nesse contexto implantou-se o modelo de ZRC, permitindo aos colonos e camponeses acesso à terra, mas com condições desiguais ou inexistentes de acesso a mercados, assistência técnica e crédito; além dos sérios problemas de estigmatização social e estatal.

Nas cláusulas daquela lei, foram estabelecidos vários objetivos que deveriam assistir os propósitos da ZRC. Eles incluem:

<sup>16</sup> Os resguardos indígenas como instituição de origem colonial de distribuição de terras para os indígenas (decretada pela Lei 88 de 25 de novembro de 1980) e reconhecidos pela Constituição de Colômbia de 1991 ampararam a demanda dos camponeses pelo reconhecimento do direito ao acesso à terra.

- a) regular os processos de colonização, com ênfase específica em evitar a concentração da propriedade da terra em áreas colonizadas;
- b) combater os efeitos da erosão do solo em zonas florestais;
- c) proteger o meio natural em zonas estratégicas;
- d) regulamentar o acúmulo de propriedade privada mediante a entrega de direitos sobre os territórios aos camponeses e comunidades colonizadoras;
- e) estabelecer apoio governamental em atividades produtivas por essas comunidades para ajudar no desenvolvimento humano integral e sustentável (cf. LEI 160 de 1995).

Em vez de ser um modelo para gerenciar a redistribuição de terras, as ZRC funcionam limitando a continuação do monopólio da propriedade da terra; modelo marcante do sistema de propriedade de terras vigente na Colômbia há mais de um século. A lei ainda estabelece que o modelo deve ser especialmente destinado à aplicação em terras públicas e em regiões onde uma gestão ambiental especial é necessária (cf. BOHORQUEZ, 2013; ILSA, 2012).

Porém, para a *Asociación Municipal de Colonos del Pato – AMCOP* esses objetivos estão muito longe de serem reais.

*Con la creación de la Zona aquí en El Pato a muchos de los habitantes nos legalizaron las tierras; sentimos una seguridad jurídica en relación a nuestra tierra, y si bien es cierto, nosotros somos responsables por el cuidado de los recursos naturales en esta zona, no recibimos del gobierno central ninguna ayuda para hacerlo. Tampoco hay apoyo para la producción. Nosotros aquí estamos solos, porque no recibimos ayuda de crédito, ni de asistencia técnica para la producción, ni de mercado para lo que producimos, nos toca a nosotros mismo, por medio de la Asociación (Entrevistado AMCOP, 2016).*

Embora a Lei 160 tenha sido criada em 1994, poucas ações foram realizadas para executar e alocar os recursos necessários para implementá-la. Com o propósito de fazer vale seu cumprimento, a lei precisou de uma forte pressão popular, por parte dos camponeses e agricultores de folhas de coca (*Erythroxylum coca*) que moravam na área “*del Pato – Balsillas*”.

Camponeses, colonos e trabalhadores rurais envolvidos na produção de coca pressionaram o governo colombiano para o estabelecimento e o cumprimento dos objetivos da nova lei. Segundo Castillo (2015), essas mobilizações populares tiveram vários propósitos: a) a implantação dos objetivos da Lei 160; b) o reconhecimento da importância das ZRC como plano de desenvolvimento alternativo para as zonas marginalizadas em termos de investimento social; c) o fim das fumigações aéreas realizadas pelo governo para destruir as culturas de coca, mas que simultaneamente destruíam a única alternativa econômica de muitos agricultores: o cultivo

de culturas alimentares como mandioca, banana, feijão e milho; e finalmente, d) alternativas de produção diferentes à produção de coca, que fossem economicamente viáveis, assim como apoio à comercialização de seus produtos.

Esses camponeses passaram a ver no modelo das ZRCs um esquema funcional que permitia que mudassem de suas culturas ilegalizadas para os legais. Suas manifestações resultaram em uma intensa onda de estigmatização dos camponeses residentes na área. Associados aos grupos guerrilheiros e narcotraficantes presentes na zona, esse estigma permanece até os dias de hoje em alguns setores políticos e sociais.

Embora essa estigmatização, as demandas dos camponeses foram ouvidas pelo governo e um passo à frente foi dado com a criação do Decreto 1777 de 04 de outubro de 1996 (cf. CASTILLO, 2015; ILSA, 2012).

O Decreto 1777 de 1996 estabeleceu o regulamento do modelo das ZRC, concebidas na Lei 160, especificamente no Capítulo XIII. O decreto mantém a mesma definição que a lei, enfatizando que: as zonas serão constituídas e especificadas pelo Conselho de Administração do INCORA; que serão estabelecidas em zonas de colonização e em regiões com terras devolutas predominantemente não utilizadas; áreas cujas características agroecológicas e socioeconômicas requerem regulação, limitação e legislação em matéria de propriedade e arrendamento de terras rurais (cf. COLÔMBIA, 1996).

Uma emenda do Decreto 1777 permitiu a criação das ZRCs em áreas de contorno, tais como os Parques Nacionais. Além disso, o regulamento afirma que o seu objetivo principal é o de *“fomentar y estabilizar la economía campesina, superar las causas de los conflictos sociales que las afecten y, en general, crear las condiciones para el logro de la paz y la justicia social en las áreas respectivas”* (Decreto 1777 de 1996, artigo 1).

Outros objetivos da lei incluem: a) controlar a expansão da fronteira agrícola; b) corrigir os fenômenos consequentes da concentração e fragmentação da propriedade camponesa; c) criar as condições para a adequada consolidação da economia campesina e dos colonos nas áreas de influência da ZRC; d) regular a ocupação e o aproveitamento das terras devolutas, dando preferência na adjudicação aos camponeses e os colonos pobres; e) constituir uma proposta integral de desenvolvimento humano sustentável, de ordenamento territorial e de gestão política; f) facilitar a execução das políticas de desenvolvimento rural; g) fortalecer os espaços de concentração social, política, ambiental e cultural entre o Estado e as comunidades rurais, garantindo a sua adequada participação nas instancias de planificação e decisão local e regional.

Em meio a todos esses objetivos, a principal intenção do governo parecia ser a de cuidar, através da consolidação da economia campesina, das áreas colonizadas que foram afetadas pela violência, pelas culturas ilícitas, pela pobreza e exclusão social (cf. VELASCO, 2014).

O primeiro passo para a concretização do modelo ZRC – conforme propuseram a Lei 160 e o Decreto 1777 – foi dado com a aprovação da criação de projetos-piloto do ZRC, com o apoio do Ministério da Agricultura e do Banco Mundial. Duas ZRCs deveriam ser criadas no país, e isso serviria como uma forma de mensurar as contribuições positivas do modelo nas comunidades camponesas e para desenvolvimento rural em geral. Os projetos piloto foram criados em El Pato-Balsillas (Estado de Caquetá) e em Calamar (Estado de Guaviare); todos foram convertidos em ZRCs que existem até os dias de hoje.

Uma das principais conclusões deste projeto foi a confirmação de que o ZRC poderia, de fato, ser um catalisador para o desenvolvimento rural local, desde que os planos de desenvolvimento associados estivessem em correspondência com as realidades locais e com as instituições envolvidas no seu desenvolvimento (cf. BOHORQUEZ, 2103; VELASCO, 2014).

Até os dias de hoje foram estabelecidas seis ZRC, em regiões colonizadas; áreas que antes configuraram cenários de conflitos pela a terra, situadas em zonas de fronteiras agrícolas e pecuárias, locais altamente afetados pelo conflito armado onde a presença do estado era limitada.

As zonas estão espalhadas por todo o país e cobrem ecossistemas muito diferentes: desde planícies até a floresta amazônica, o Páramo<sup>17</sup>, regiões de floresta tropical e áreas ribeirinhas. A maioria das ZRC surgiram através de pedidos de organizações camponesas, que viram no modelo uma alternativa para a resolução de seus problemas socioeconômicos; também como uma forma de substituir o cultivo de culturas ilícitas e como uma estratégia de limitação da dinâmica violenta que antes caracterizava esses territórios. Com as associações e organizações camponesas trabalhando juntas em uma rede, muitos dos processos para o estabelecimento do ZRC foram bem-sucedidos (cf. ILSA, 2012).

### **3.2 Caracterização da área de estudo.**

A proposta de criar uma Zona de Reserva Campesina na área de El Pato chegou à região através da *Corporación para el Desarrollo de Sur de la Amazonía* – CORPOAMAZONÍA e do *Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas* – SINCHI. Na década de 1990, pesquisadores do SINCHI e CORPOAMAZONÍA apresentaram propostas do Estado que

---

<sup>17</sup> O Páramo é um ecossistema de montanha alta localizado em altitudes entre os 2.800 e 4.500 metros sob o nível do mar. Este tipo de ecossistema limita-se às regiões andinas da Colômbia, o Equador e a Venezuela.

respondiam às demandas dos camponesas radicados na região. Entre essas propostas estavam a titulação de terras, recursos financeiros, assistência técnica e infraestrutura. A comunidade de El Pato, que já estava organizada socialmente, teve muitas dúvidas sobre o projeto de Zonas de Reserva Campesina. Com o passar do tempo, gerados laços de confiança, feitas análises e reparadas certas condições da proposta, a comunidade finalmente aceitou a proposta do governo (cf. AMCOP, 2012).

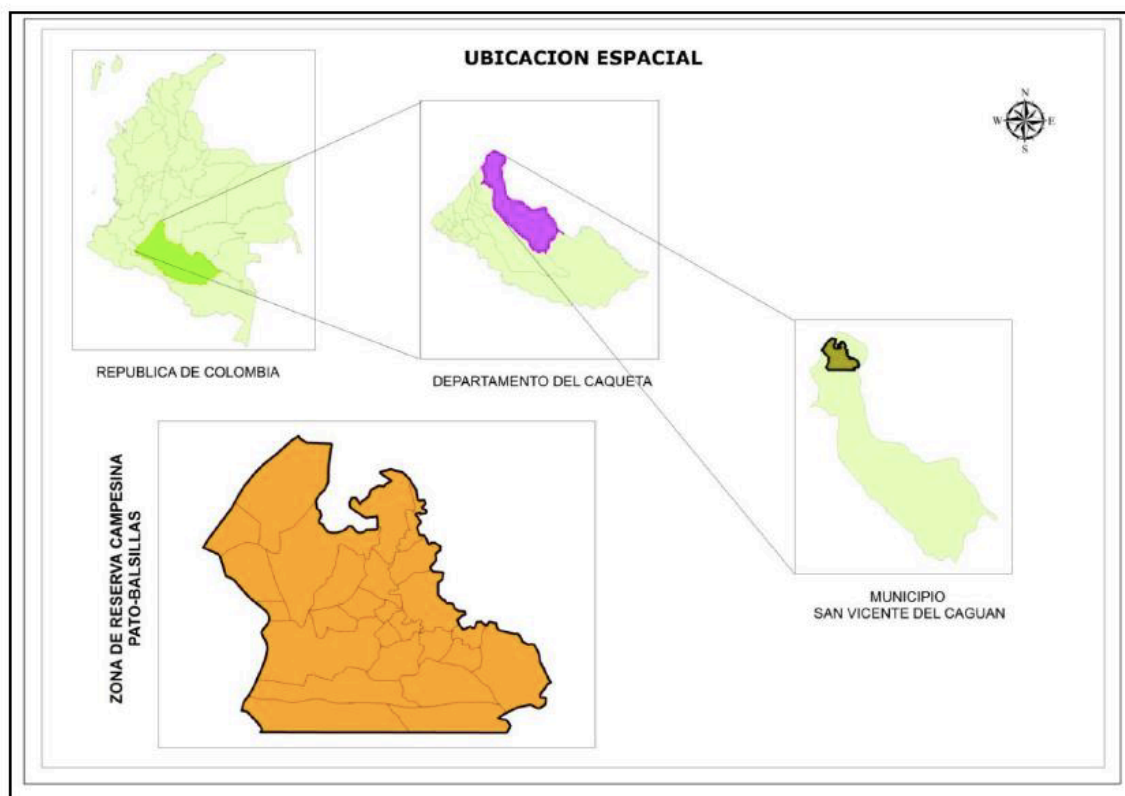
Algumas das condições manifestadas pelos colonos foram as seguintes: o estabelecimento de novos limites do Parque Nacional Los Picachos, devido a que 250 famílias que moravam em suas áreas internas estavam impossibilitadas a aceder ao processo de titulação de terras e um processo de reforma agrária integral com acesso ao crédito, infraestrutura, mercado e canais de comercialização dos produtos e assistência técnica.

Com a nova delimitação do Parque Los Picachos e a titulação de algumas terras, a comunidade aceitou a figura de ZRC como uma nova alternativa de “melhoraria de sua qualidade de vida” (cf. AMCOP, 2012). E, assim, no ano de 1997 foi criada pela Junta Diretiva do Instituto Colombiano de Reforma Agrária – INCORA, por meio da “Resolución” número 00055 do 18 de dezembro de 1997, a Zona de Reserva Campesina El Pato – Balsillas.

### **3.2.1 Localização Geográfica.**

A ZRCPB está localizada no “Piedemonte amazônico”, ao Noroeste do departamento do Caquetá (vide Figura 16), fazendo parte do município de San Vicente del Caguán (6,6% da área total do município), com uma extensão de 145.155 hectares (87.956,7 hectares de terra ocupada e 57.198,3 hectares de zona ambiental protegida).

**Figura 16** – Mapa de localização geográfica da Zona de Reserva Campesina El Pato – Balsillas.



**Fonte:** AMCOP, 2012.

A ZRCPB está limitada a Nordeste com o “Parque Nacional Natural Cordillera de los Picachos”, a Sul pelo rio Caguán e a inspeção das Guacamayas, a Leste com o departamento de Meta e a Oeste com o departamento do Huila (cf. AMCOP, 2012).

### 3.3.2 Divisão político-administrativa.

O território da ZRCPB se encontra dividido em 26 “veredas”<sup>18</sup>, que abrangem 60.59% do território da ZRC (*vide* Quadro 6), as quais foram divididas cartograficamente com a participação de todas as comunidades que habitam o território. *“Nosotros tomamos la decisión de construir nuestra propia base cartográfica, es muy básica, pero nos ayuda a fortalecer*

<sup>18</sup> As veredas são divisões do território municipal decretadas pelo Conselho de vereadores do município com o propósito de melhorar a prestação dos serviços do Estado e assegurar a participação da cidadania nos assuntos públicos de caráter local. As veredas constituem uma molécula do Estado e a primeira expressão territorial, social e econômica do município (cf. Sociedade Colombiana de Geografia, 2016).



*nuestro sentido de pertenencia y evita problemas y peleas por el territorio”* (Entrevistado 1, vereda San Jorge, 2016).

**Quadro 6** – Divisão político administrativa da ZRC El Pato – Balsillas.

<b>Nome da vereda</b>	<b>Área (Hectares)</b>
<i>San Jorge</i>	4.434,8
<i>Cristo Rey</i>	2.009,1
<i>La Abeja</i>	2.865,7
<i>Guayabal</i>	495,9
<i>El Roble</i>	1285,4
<i>El Lago</i>	1.475,3
<i>Miravalle</i>	6.497,1
<i>La Union</i>	5.531,8
<i>El Oso</i>	8.964, 4
<i>Libertad</i>	792,1
<i>La Paz</i>	3.847
<i>Venado</i>	832,2
<i>Los Andes</i>	1.310,4
<i>Chorreras</i>	2.533,6
<i>Lucitania</i>	4.610,5
<i>Vista hermosa</i>	1,229,5
<i>Las Morras</i>	4.495,8
<i>La Esperanza</i>	1.847,4
<i>Cristalina</i>	1.140,2
<i>Alto Avance</i>	6.845,2
<i>Linderos</i>	627,7
<i>Pueblitos</i>	8.440,1
<i>Libertadores</i>	1.590,7
<i>Balsillas</i>	7.151
<i>Toscana</i>	662,5
<i>Rovina</i>	6.451,1
<b>Total da área em hectares</b>	87.956,7

**Fonte:** Elaboração própria com dados de Equipe técnica – AMCOP, 2017.

De acordo com outro dos entrevistados, *“al no contar con una buena base cartográfica, nos vemos limitados, en el sentido de que no sabemos bien nuestra situación predial. Es claro que existe un desconocimiento del territorio por parte de la administración municipal y de las instituciones gubernamentales, eso dificulta mucho la distribución de los proyectos y de la inversión”* (Entrevistado 2, vereda San Jorge, 2016).

### 3.2.3 Rotas de acesso.

Por estar localizada numa zona de alta montanha, o acesso à ZRCPB é uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos moradores do lugar. As principais rotas de acesso são as estradas Neiva – Balsillas – Las morras e San Vicente del Cagúan - Las morras – Balsillas. Existem também algumas conexões terciárias, tais como: Guayabal – San Luis del Oso; Guayabal – Alto Pato; Los Andes – El venado; Lusitania – Miravalle; Chorreras – La unión – Alto avance; Balsillas – La división. Todos estes caminhos encontram-se deteriorados por razão da pouca ou inexistente intervenção estatal.

**Figura 17** – As estradas do lugar, Vereda Lusitania.



**Foto:** David Alejandro Sepúlveda Vélez, 2016.

De acordo com um dos entrevistados “*en la época de lluvias, se dificulta mucho la entrada o la salida de la zona, porque esas trochas (Estradas sem pavimento, ver figura 17) se llenan de pantano y los carros se quedan atascados; a ningún transportador le gusta llevar*

*o traer gente de la zona*” (Entrevistado 7, Vereda Balsillas, 2016). O deterioração das estradas constituindo um dos principais obstáculos para a comercialização dos produtos agrícolas na zona, especialmente no período chuvoso.

### **3.2.4 Fatores bióticos e abióticos.**

#### **3.3.4.1 Fatores abióticos**

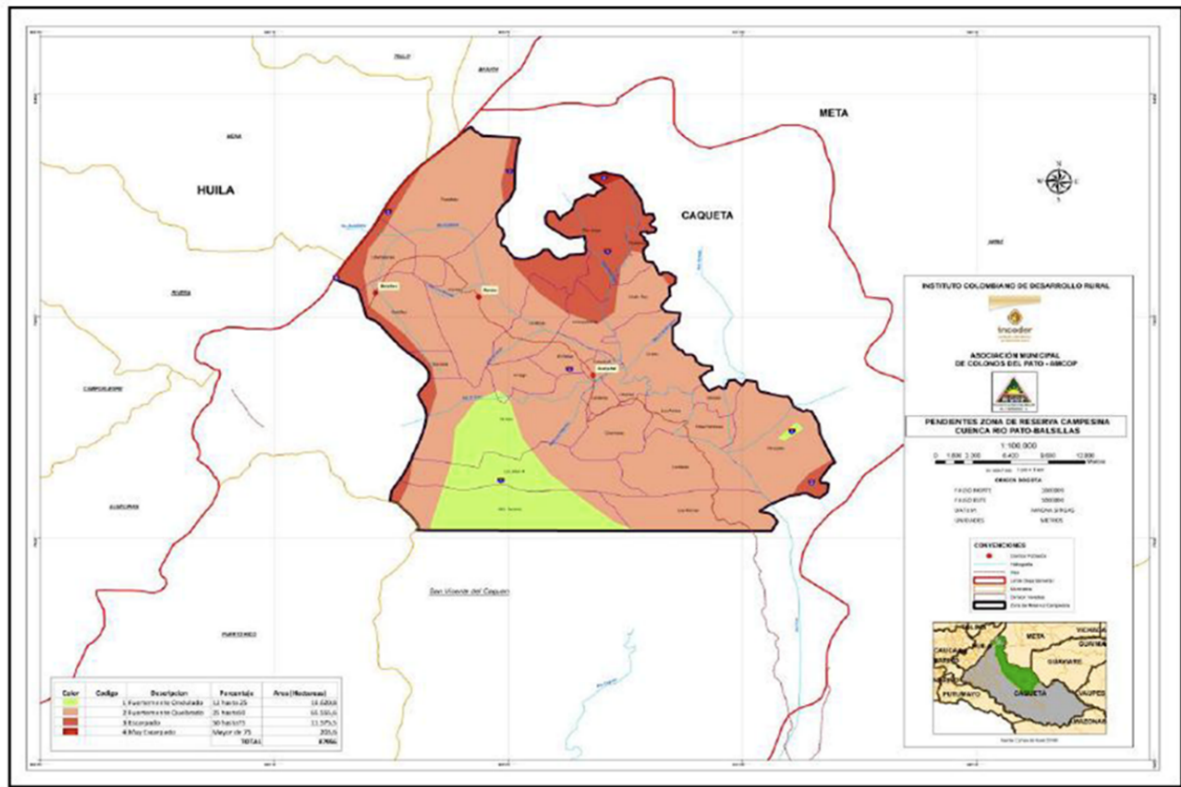
##### Clima:

A região em geral apresenta climas frios (uma média anual de 18 °C) e húmidos, próprios das montanhas altas. As precipitações na zona apresentam dois períodos bem definidos, atingindo mais incidência nos meses de abril, maio e junho, e diminuem de dezembro a janeiro. Na temporada, chuvosa as precipitações podem atingir valores entre os 2.800 e 3.000 mm, nas regiões de maior altitude, até 2.300 mm, na parte baixa. Essas precipitações de períodos definidos fazem com que os camponeses planejem as suas colheitas, de modo a terem que comercializar durante o período seco (cf. BioColombia, 1999).

##### Geologia e relevo:

A formação geológica na zona de El Pato – Balsillas data de 575 milhões de anos, período pré-cambriano, ocupando uma extensão que vai do escudo das Guianas e ao escudo primitivo da cordilheira central. A paisagem da região é composta de relevos monoclinais fortemente empinados (vide Figura 18) e vales abruptamente marcados (cf. IGAC, 1987).

**Figura 18** – Mapa topografico da ZRC El Pato – Balsilla.



Fonte: ANCOP, 2012.

As rochas ígneas metamórficas predominantes são os granitos severamente meteorizados, com inclusões de arenito em lugares como o “Macizo de Garzón”, apresentando ladeiratos maiores que 50%. Na parte baixa da cordilheira, predominam as rochas sedimentarias de origem do terciário e quaternário, com ângulos de inclinação unidirecionais maiores que 50% nas áreas de erosão e de 12-25-50% em outras áreas (vide Quadro 7); característica que representa a maior parte da área da ZRCPB (cf. IGAC, 1987).

**Quadro 7** – Distribuição percentual do relevo na ZRC El Pato – Balsillas.

<b>Descrição</b>	<b>% de inclinação</b>	<b>Área (Hectares)</b>
<b>Ondulado</b>	12 até 25	10.620,8
<b>Fortemente ondulado</b>	25 até 50	65.555,6
<b>Escarpado</b>	50 até 75	11.575,5

<b>Fortemente escarpado</b>	Maior de 75	203,6
	Total	87956

Fonte: AMCOP, 2012.

A paisagem de montanha andino-amazônica se caracteriza pelo seu relevo abrupto, escarpado, desigual e com tendência à erosão rápida; motivo pelo qual criam-se cânions profundos, especialmente nas ladeiras do vale do rio “El Pato”.

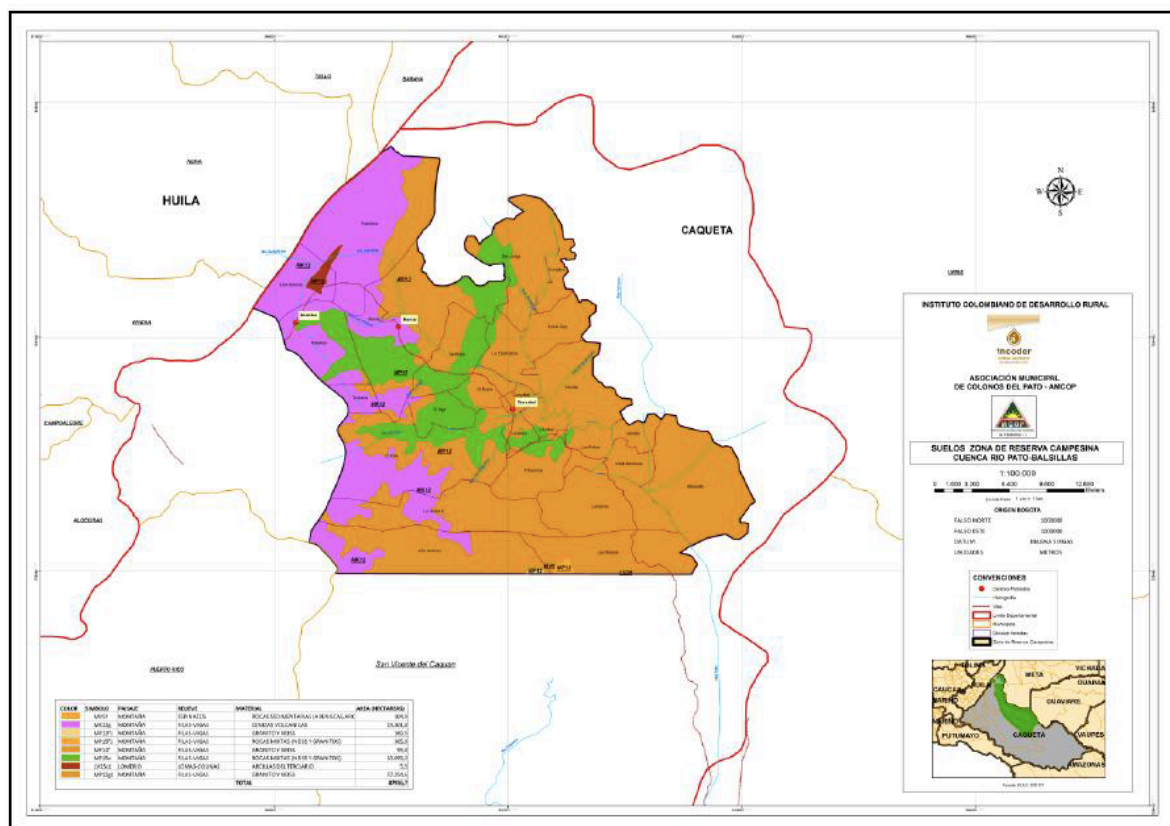
#### Solos:

Na região, predominam os solos superficiais, com erosões leves, excessivamente drenados e com inclinações que vão desde moderadas até fortemente escarpadas; com maior incidência dos solos udortênticos ou Udorthents. Esses solos de montanha (99,9% dos que encontramos na ZCR) se distinguem por serem excessivamente drenados, muito ácidos, com altos percentagens de alumínio e de baixa fertilidade (cf. IGAC, 2013).

Por conta dos desmatamentos indiscriminados das áreas de floresta e da queima da cobertura vegetal para uso agrícola e pecuário, este tipo de solo se torna susceptível de apresentar altos graus de erosão e de movimento.

Outros tipos de solos encontrados na ZRCPB (cerca de 0,1%), pertencem às áreas de ladeira, os chamados “*solos de lomerío amazónico*”, que são bem drenados, muito ácidos de baixa fertilidade e compostos por argila, em sua grande maioria (cf. IGAC, 2013). Esses solos são profundos e, em razão de sua baixa fertilidade, restritos ao uso agrícola e pecuário.

**Figura 19 – Mapa dos solos na ZRC El Pato – Balsillas.**



**Fonte:** IGAC, 2013.

Em geral, os solos da ZRCPB têm uma textura franco arenosa e franco argilosa, com um pH entre 5.0 e 5.6; apenas 12% dos solos se encontra embaixo dessa faixa. São encontrados valores médios a baixos de conteúdo de matéria orgânica; com rica composição de fósforo e alumínio e baixas taxas de potássio (cf. AMCOP, 2012).

### Hidrografia:

O sistema hídrico da região é formado pelos rios Balsillas e El Pato, esse que é o principal eixo articulador da bacia hidrográfica (*vide* Figura 19). A calha do rio El Pato flui na direção do rio Caguán, principal afluente do rio Caquetá, por sua vez desemboca no Amazonas.



[illegible]

Essa rede hídrica está integrada por enormes fontes captadoras de águas superficiais de diferentes caudais e longitudes, transformando a área num importante núcleo produtor de água doce. Tal fonte se encontra disponível para o uso humano e para a manutenção dos diversos ecossistemas terrestres e aquáticos (cf. AMCOP, 2012). As altas precipitações na zona, especialmente em áreas elevadas, favorecem a produção de água nas bacias do rio Balsillas e do rio El Pato. Infelizmente, a região carece de estudos acadêmicos que permitam detalhar o potencial hídrico nessas bacias.

Flora;

131

ZRCPB variam desde florestas (florestas primárias intervindas e florestas secundárias), culturas agrícolas (transitórias e permanentes), pastagens (cultivados e naturais), restolho e vegetação própria de terras úmidas (cf. IGAC, 2013). Na região prevalece a floresta tropical úmida (florestas com árvores altas e precipitações durante a maior parte do ano).

De acordo com o *Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas* – SINCHI (2010), entre as espécies predominantes na região, distinguem-se: o Bambus (*Bambusa sp*), a helicônia (*Heliconia sp*), a árvore-de-coral (*Erythrina poeppingiana*), a mamufeira (*Ceiba pentandra*), a cajazeira (*Spondias mombim*), a quaxinduba (*Ficus glabratta*), a luehea (*Luehea seemannii*), a copaíba (*Copaifera officinalis*), e árvores próprias de florestas de galeria como a açacurana (*Erythrina fusca*) e a ingá (*Inga sp*).

#### Fauna:

Os animais representam uma importante fonte de recursos para as famílias que moram na ZRCPB, sendo a principal fonte de proteína da dieta familiar tradicional. A fauna na ZRCPB é variada, podendo ser dividida em: fauna silvestre, que é própria daquele ecossistema, e fauna doméstica, composta de animais de estimação e de criação.

A fauna silvestre presente na área é diversa e abundante. Segundo o SINCHI (2010), entre os mamíferos, destacam-se espécies como: a paca (*Agouti paca*), a cutia (*Dasyprocta Sp*), o tatu (*Dasypus Sp*), o macaco-barrigudo (*Lagothrix lagothricha*), o macaco de cauda longa (*Cebus sp*) e o urso-de-óculos (*Tremarctos orntus*). Na opinião de um dos entrevistados da AMCOP (2016), “la fauna en el lugar es variada y abundante, pero el proceso de conservación y de equilibrio de los ecosistemas que tenemos en la zona ha sido fuertemente presionado por los procesos colonizadores; la fauna silvestre del lugar, desafortunadamente, ha sido muy presionada para resolver el problema alimenticio”.

No que diz respeito às aves, a população é abundante e diversa. Embora não existam registros nem estudos acadêmicos que permitam conhecer a totalidade das espécies, muito menos suas dinâmicas de *habitat* dentro da floresta. Entre as espécies mais importantes estão: as araras (*Ara macao*, *Ara ararauna*) os papagaios (*Brotogeris sp*) e as ciganas ou jacus (*Penelope sp*) (cf. SINCHI, 2010).

A riqueza hídrica permite uma significativa população de peixes, sendo os mais conhecidos e explorados a truta-arco-íris, (*Oncorhynchus mykiss*), a enfermeirinha (*Aphyocharax alburnus*), a jatuarana (*Brycon cephalus*) e a *Acestrorhynchus heterolepis* (cf. SINCHI, 2010).

Além de mamíferos, aves e peixes existem na região uma quantidade inumerável de anfíbios, répteis e outros animais aquáticos. A falta de informações precisas sobre essas



espécies se deve, em parte, devido aos problemas de segurança que, por décadas, o local enfrentou o local.

Observa-se que na ZRCPB existem pessoas que conhecem a fauna, porém muitas vezes esse conhecimento se limita aos animais de caça, às aves mais vistas e alguns peixes que compõe algum interesse alimentício e econômico. Animais de pequeno porte, especialmente anfíbios e répteis, são menos conhecidos.

### 3.3 Zona de Reserva Campesina e o contexto do social.

#### 3.3.1 Aspectos demográficos da ZRC El Pato – Balsillas

A ZRCPB está localizada no município de San Vicente del Caguan, numa região de transição entre o ecossistema Andino e o Amazônico. Segundo dados do Departamento Administrativo de Estadística – DANE da Colômbia (DANE, 2015), o município de San Vicente del Caguan possui 69.214 habitantes, com estimativas de crescimento de 74,191 habitantes até o ano 2020.

No que refere-se à situação domiciliar da população do município, registra-se que a maioria reside no meio urbano (69,2% da população), enquanto que 26.064 habitantes (30.8% da população) habita as áreas rurais. A população na ZRCPB é de, aproximadamente, 6.609 habitantes, 9.5% dos residentes no município. Considerando que a população da ZRCPB é predominantemente, verifica-se que esta representa 25,3% dessa faixa populacional do município. Esse contingente está distribuído entre 26 comunidades (Veredas) que compõem a área em estudo.

**Tabela 3** – População total estimada da ZRC El Pato – Balsillas.

Nome da comunidade.	Número de habitantes.	Nome da comunidade.	Número de habitantes.
Lusitania	149	Miravalle	359
Las Morras	293	Rovira	405
Pueblitos	81	Linderos	139
La Libertad	196	Unión II	137
Alto Avance	104	Chorreras	240
El Venado	57	Vista Hermosa	63
Los Andes	321	Guayabal	678

<b>La Abeja</b>	194	<b>La Paz</b>	172
<b>San Luis del Oso</b>	569	<b>El Lago</b>	74
<b>El Roble</b>	147	<b>Balsillas</b>	1532
<b>Libertadores</b>	43	<b>Toscana – Playon</b>	143
<b>San Jorge</b>	146	<b>La Cristalina</b>	76
<b>Cristo Rey 1</b>	140	<b>La Esperanza</b>	151
<b>População total</b>			6609

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados levantados na pesquisa de campo (2016).

As densidades demográficas do município de San Vicente del Caguán e da ZRC El Pato - Balsillas são baixas, acompanhando a situação do próprio Estado de Caquetá, que é pouco povoado. No Quadro 8, observam-se as densidades territoriais do município e da ZRCPB.

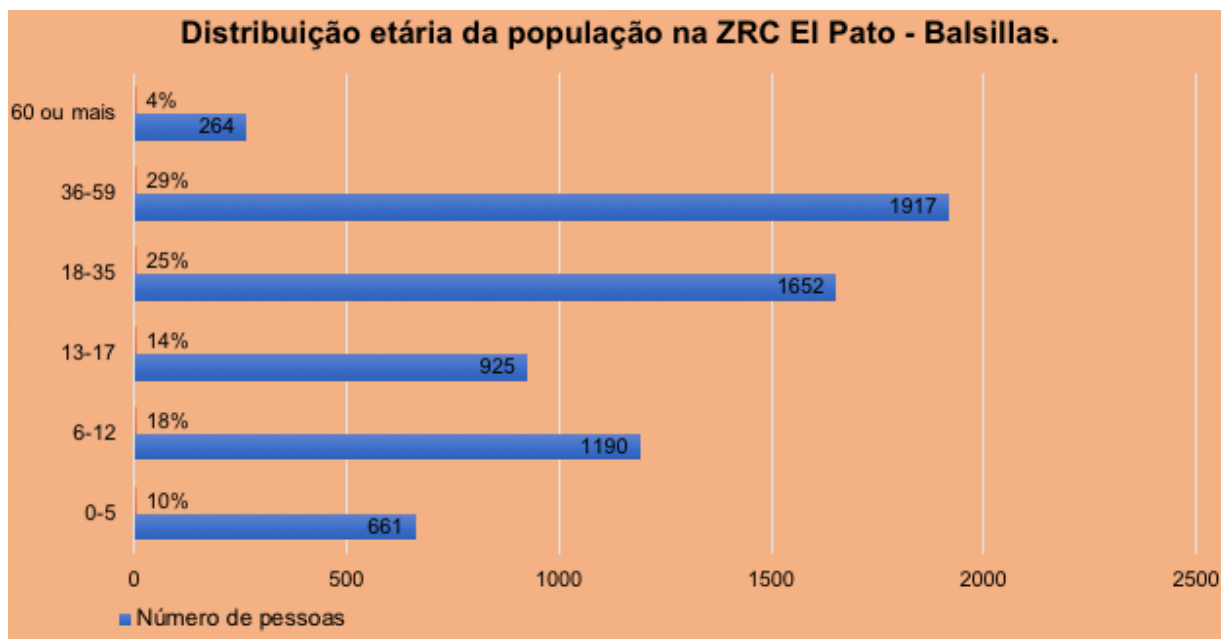
**Quadro 8** – Área territorial, população e densidade demográfica do município de San Vicente del Caguán e da ZRC El Pato – Balsillas.

	<b>San Vicente del Caguán</b>	<b>ZRC El Pato - Balsillas</b>
<b>Área territorial (Km<sup>2</sup>)</b>	21.923	1451,15
<b>População estimada</b>	69.214	6.609
<b>Densidade demográfica (Hab./km<sup>2</sup>)</b>	3.16	4.55

**Fonte:** Elaboração própria, baseado em dados do DANE (2016).

Quanto ao perfil etário da ZRCPB, observa-se que esta possui um percentual maior de população economicamente ativa; ou seja aquela que se encontra entre 18 e 59 anos de idade, representando 55% da população da zona. A população de idosos (maiores de 60 anos) é 3% e de crianças e adolescentes (entre 0 – 17 anos) atinge os 42% (vide Figura 21).

**Figura 21** – Distribuição etária da população da ZRC El Pato – Balsillas.



**Fonte:** Elaboração própria, a partir de dados levantados na pesquisa de campo (2016) e da AMCOP.

No que diz respeito à religião, observa-se que a maior parte (86% das pessoas entrevistadas) professa a religião católica (*vide* Figura 21), o restante da dividi-se entre evangélicos (8%); cristãos (5%) e outras religiões (1%). Essa religiosidade se expressa nos aspectos mais gerais do dia a dia da comunidade. Todos os domingos, a igreja se transforma em um local de encontro que lhes permite compartilhar, além do espaço, suas crenças, suas vivências cotidianas e fortalecer suas relações sociais e religiosas.

**Figura 22** – Igreja Católica; vereda Balsillas.



**Fonte:** Foto de David Alejandro Sepúlveda Vélez, 2016.

Segundo um dos entrevistados: *“para nosotros es muy importante la religión; cada domingo venimos a la iglesia, escuchamos la misa, rezamos y agradecemos a Dios por nuestra tierra. Venir a la iglesia se ha convertido en un ritual, donde no solo nos reunimos a rezar, también venimos a compartir con los vecinos y con los amigos, hablamos de nuestras experiencias durante la semana y de nuestros problemas, si es que los hay. Cada domingo es un día de encuentro de la comunidad”* (Entrevistado 8 Vereda Balsillas, 2016).

### **3.3.2 O contexto do social**

#### **3.3.2.1 Relações entre os diferentes atores da estrutura fundiária na ZRCPB.**

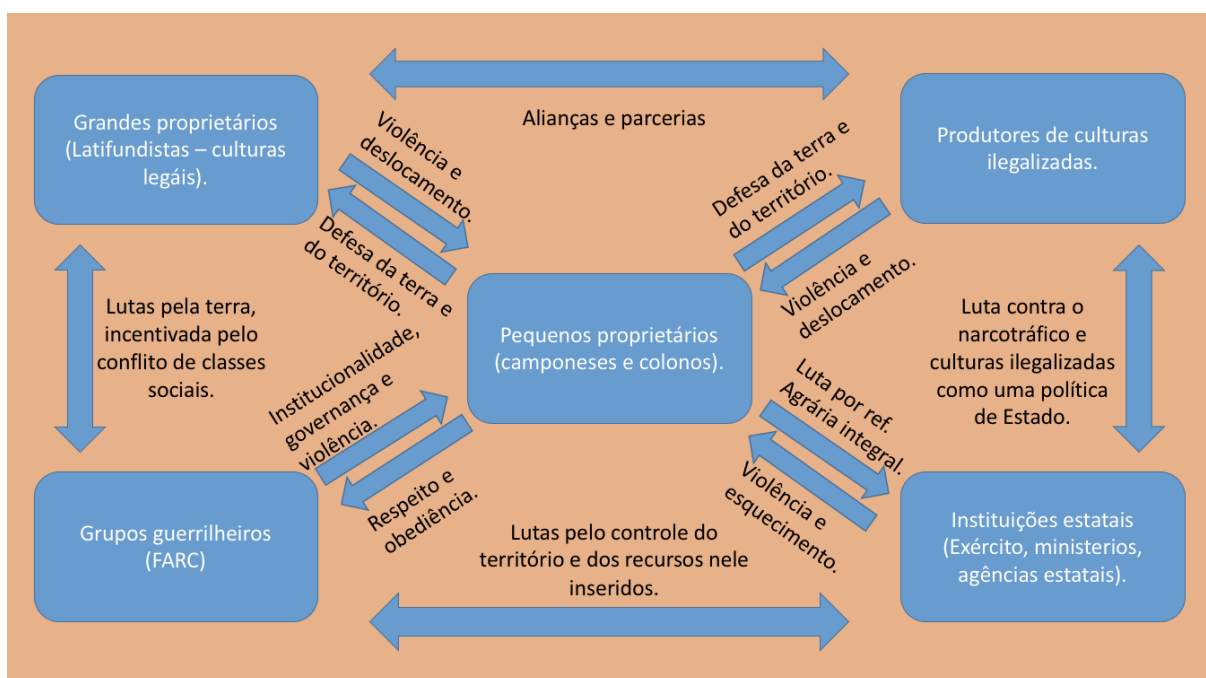
A base teórica e ideológica das políticas de reforma agrária na Colômbia utiliza abordagens e postulados neoliberais que refutam a ideia de que a terra pode ser considerada como um fator de poder no comportamento do setor agrícola. Machado (1998), por exemplo, interpreta a estrutura fundiária colombiana como “bimodal”: uma parte constituída pela grande propriedade ou latifúndio e a outra pela pequena propriedade, composta, em sua maioria,

agricultores familiares.

De acordo com a hipótese de Garcia (1970; 1982), a compreensão das inter-relações funcionais e dinâmicas entre a grande e a pequena propriedade nos permite entender que *“la concentración de la propiedad es el factor que impide a una población rural creciente en términos absolutos establecerse como pequeña productora en una economía campesina”* (Garcia, 1982, p.15).

É importante ressaltar que até o ano 2016, existiam cinco diferentes atores históricos envolvidos na estrutura fundiária e no controle da terra e do território da ZRC El Pato – Balsillas.

**Figura 23** – Atores e relações na estrutura fundiária na ZRC El Pato – Balsillas.



**Fonte:** Elaboração própria, a partir de dados levantados na pesquisa de campo (2016).

Na Figura 23, apresentam-se os diferentes atores históricos que constituem as relações dentro da ZRCPB. Observa-se que no meio das lutas se encontram os pequenos proprietários. São eles que estiveram, por muitas décadas, em meio às pressões e lutas pela terra e pelo controle do território. A seguir são descritas as relações existentes dentro desse universo de atores.

#### 3.3.2.1.1 Relações entre grandes proprietários e os narcotraficantes.

De acordo com Reyes (1996), a Lei 160 de 1994 possibilitou uma maior inserção de

recursos financeiros privados no setor rural, provocando a conversão da lógica de domínio e propriedade. A chegada de mais capital ao setor permitiu a concentração da terra e do poder em setores vinculados à econômica do narcotráfico. Em parceria com os grandes proprietários existentes na região, os narcotraficantes compraram muitas porções de terra.

Segundo a opinião de um dos entrevistados, *“muchos de los nuevos propietarios de las tierras se aliaron con los terratenientes de la región. Esa alianza permitió legalizar activos provenientes del lavado de dólares, la generación de áreas para la producción de coca y la ampliación de la producción ganadera extensiva en la ZRCPB y sus alrededores”* (Entrevistado 9, ONG Caguán Vive).

#### 3.3.2.1.2 Relações entre os grandes proprietários e os guerrilheiros.

O problema da posse da terra na ZRCPB esteve ligado, primeiro, à fragmentação do domínio territorial por parte das guerrilhas, dos narcotraficantes e dos “paramilitares” (grupos de defesa privada criados pelos grandes proprietários e narcotraficantes) e, segundo, ao ausente controle militar, político e administrativo devido pelo Estado; benefícios que devem ser recuperados, caso se queira garantir uma política de reforma agrária integral e uma distribuição equitativa e eficiente da terra.

A relação violenta entre os grandes proprietários e os grupos de guerrilhas (FARC) estimulou o surgimento de novas formas de violência não conhecidas na região. A criação de grupos paramilitares investidos na defesa dos grandes proprietários levou a uma luta pelo domínio territorial e pelo acesso aos recursos. Diante dessa nova onda de violência, os grandes proprietários venderam suas terras aos camponeses que ficaram na área.

#### 3.3.2.1.3 Relações entre os grupos guerrilheiros e o Estado.

Existem várias hipóteses a respeito do surgimento do conflito armado colombiano. Para Fajardo (2002), o tema agrário foi o fator de ativação das contendas entre o Estado e as Guerrilhas, já que a posse da terra está intimamente relacionada a três necessidades básicas: moradia, alimento e trabalho/renda. Quando o Estado falha em garantir essas necessidades, legitima o direito à rebelião dos cidadãos, atingindo o seu nível mais elevado quando conformada em grupos de guerrilha.

A ZRCPB não é alheia a esse fenômeno de esquecimento estatal e de luta (armada e não armada). Uma outra explicação ao surgimento do conflito é apresentada por Duncan (2006). Para esse autor, as variáveis exclusão/desigualdade configuraram as dinâmicas dos grupos insurgentes que redefinem as relações entre o centro e a periferia. Como o Estado foi

incapaz de oferecer uma proteção efetiva nas regiões, especialmente nas mais afastadas, tornou-se impossível deter a construção de estruturas alternativas de poder nesses territórios (cf. DUNCAN, 2006).

Quando essas novas estruturas de poder dominaram a região de El Pato – Balsillas, o Estado tentou reverter a situação não com programas sociais, nem com políticas públicas para a população camponesa, mas, sim, com violência e repressão. No ano 2016, o Estado colombiano e as guerrilhas das FARC assinaram o “*Acuerdo final para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera*”, na cidade da Havana, Cuba, inaugurando uma nova era de relações e acordos, após mais de 50 anos de conflito.

#### 3.3.2.1.4 Relações entre o Estado e os narcotraficantes.

O narcotráfico é uma das principais causas da prolongação do conflito armado na Colômbia. Sua influência na ZRCPB e as interações entre as guerrilhas e os grupos paramilitares têm sido fundamental para sustentar a guerra, a violência e o pouco ou nulo investimento estatal. As relações entre Estado e narcotráfico se limitam a impedir (violentamente) o financiamento dos movimentos subversivos e o cultivo de culturas ilegalizadas na zona; política repressiva que parte de acordos históricos existentes entre os Estados Unidos e o Estado colombiano.

#### 3.3.2.1.5 Relações entre os camponeses, os grandes proprietários e os narcotraficantes.

Segundo um dos entrevistados, *“todas estas tierras eran de nuevos patrones. Si uno les preguntaba a los campesinos que de quien eran esas tierras, ellos respondían que de nuevos patrones. Les tocó salir a muchos campesinos que por no tener recursos se vieron obligados a vender la poca tierra que tenían. Fue mucha plata la que esa gente (narcotraficantes) invirtió en tierra. Después vino el ganado y los cultivos de coca y se comenzó a ver la plata por todas partes. El campesino vendía y se iba para otros municipios a dedicarse al comercio, otros cedían su pedacito de tierra y conseguían trabajo con los nuevos patrones, así terminamos muchos campesinos dedicados al ganado o para la seguridad de las fincas. Pero con la creación de la zona de reserva pudimos nuevamente recuperar nuestras tierras, ahora tenemos el título de propiedad y eso nos brinda una seguridad, que antes no teníamos”* (Entrevistado 9, ONG Caguán Vive).

#### 3.3.2.1.5 Relações entre os camponeses e o Estado.

A presença do Estado na região teve um efeito praticamente nulo, à exceção dos relatos mencionados no capítulo dois desta tese. Foi a partir das lutas dos camponeses pela posse da terra, de políticas públicas de reforma agrária integral e do reconhecimento dos seus direitos, que se logrou a criação da ZRCPB. De acordo com um dos entrevistados:

*después de la creación de la zona, nada más se ha hecho por nosotros. La titulación de la tierra fue un gran paso para nosotros, pero necesitamos más que eso. Necesitamos vender nuestros productos, que nos ayuden a mejorar las técnicas de cultivo, que inviertan en infraestructura, en educación, en salud y si nos toca luchar por conseguir esas cosas, estamos dispuestos a hacerlo* (Entrevistado 10 Vereda Las Morras, 2016).

#### 3.3.2.1.6 Relações entre os camponeses e as guerrilhas.

Nesta zona do país, os camponeses e as guerrilhas convivem pacificamente; o que incomum, se comparado ao que acontece no restante do país. A população em geral se acostumou com a presença dos guerrilheiros entre a comunidade, a ponto que o poder territorial nessa região foi assumido por eles. Para 90% dos entrevistados, a convivência com as FARC tem sido muito tranquila, apesar dos conflitos entre os guerrilheiros e o Exército Colombiano; disputas que têm atingido a população civil.

Segundo um dos entrevistados, *“las FARC son parte de nuestra rutina. Son ellos la única institución que conocemos en esta zona. Ellos nos han defendido de las incursiones militares, han evitado muchas violaciones y robos en nuestras comunidades. Si tuviéramos que elegir entre el Ejército y las FARC, muchas personas por aquí erigiríamos a las FARC, sin pensarlos dos veces”* (Entrevistado Vereda La Esperanza, 2016).

Para qualquer colombiano, essas palavras podem ser chocantes, pelo fato que as FARC mergulharam o país em ciclos intermináveis de violência por mais de 50 anos. Milhares de deslocados e massacres em várias regiões do país são alguns dos resultados do que a organização chamada de “revolução”. Porém, para os da ZRCPB, as FARC têm representado a única institucionalidade existente, dentro de um contexto regional onde a presença do Estado nunca existiu; ou, quando muito, se apresentou na forma de uma violência extrema.

#### 3.3.2.2 Posse da terra e moradia.

Quanto à posse da terra, constatou-se que 83% dos camponeses são proprietários e residem na unidade produtiva onde trabalham, enquanto 13% se identificaram como cuidadores ou zeladores dos prédios que habitavam. Apenas 4% são arrendatários e esperam o processo de titulação. Nestes aspectos, mudanças significativas aconteceram. De acordo com um dos moradores da zona, *“esta zona siempre fue un territorio en disputa. Pero con la*



*creación de la ZRCPB comenzó la titulación de tierras, demoró un poco, pero la gran mayoría de nosotros ahora tiene un pedazo de tierra para vivir y cultivar*” (Entrevistado 10, Vereda La Esperanza, 2016).

No que concerne à moradia, verificou-se que a maioria dos habitantes da ZRCPB (83%) moram em casas feitas de madeira, cobertura de telha de amianto e piso de barro ou madeira (vide Figura 24), sem nenhum tipo de acabamento e em condições precárias de salubridade. O restante da população (10%) mora em casas feitas de tijolo, teto de telha de amianto e piso cimentado (vide Figura 20), em condições físicas regulares ou ruins. Outro fator importante é que os domicílios possuem em média 5 residentes, sendo a grande maioria das famílias (74%) compostas, basicamente, por pai, mãe e filhos. Sendo noras, genros, sobrinhos e primos tidos como membros agregados (cf. Entrevistado AMCOP, 2016).

É importante ressaltar a relação existe entre a “posse da terra” e o “estado estrutural da moradia”. Segundo um dos entrevistados *“la seguridad que les brinda ser propietarios de la tierra, hace con los campesinos hagan mejoras en sus viviendas, contrario a lo que pasa con los que son arrendatarios, los cuales esperan tener sus parcelas para poder construir unas buenas viviendas”* (Entrevistado 11, ONG Plataforma Sur, 2016).

De acordo com os moradores, a criação da ZRCPB trouxe, além da seguridade da terra, muitas mudanças nos imóveis, *“pues la tierrita era nuestra, sabemos que difícilmente no la van a quitar y con el poco dinero que nos queda, poco a poco vamos arreglando la casita”* (Entrevistado 12, vereda Pueblitos, 2016).

**Figura 24** – O contraste entre moradias da Zona de Reserva El Pato – Balsillas.



**Foto:** David Alejandro Sepúlveda Vélez, Vereda Miravalle, 2016.

Quanto à forma de aquisição da moradia, descobriu-se que a maioria dos moradores asseveram que eles próprios construíram suas *vivendas* (posse) (65%), 25% que receberam por herança e 10% por outras formas não especificadas.

Na maioria das moradias, os alimentos são cozinhados em fogões de lenha (83%). Apenas 10% dos domicílios usam o fogão a gás, sem contar com nenhum tipo de rede de distribuição. Os 7% restantes preparam seus alimentos usando fogão a vapor de gasolina ou eletricidade.

O acesso ao serviço de energia elétrica é proporcionado de forma parcial nas comunidades de Rovira, Pueblitos, Jardin e Balsillas. As 22 outras comunidades não têm acesso ao serviço em suas áreas. Os moradores dos setores sem eletricidade usam geradores, energia solar, velas ou lamparinas.

### 3.3.2.3 Educação.

No aspecto das infraestruturas educacionais, a região possui características similares às de outros setores rurais do país (*vide* Figura 25). Neste estudo, foram identificados múltiplos entraves impostos processo educativo na ZRCPB, entre esses, destacam-se: a alta evasão escolar; os escassos recursos econômicos destinados pelo Estado; as difíceis condições de infraestrutura das escolas; o nível de pobreza da população, que obriga crianças e jovens a ajudem nas diferentes atividades econômicas familiares; as longas distancias que os estudantes precisam percorrer até os centros escolares e as precárias condições das estradas e caminhos. Para ter uma melhor compreensão sobre esses dados, analisaremos

algumas características importantes, no que se refere aos desafios do sistema educacional na ZRCPB.

**Figura 25** – Infraestrutura educativa na ZRC El Pato – Balsillas.



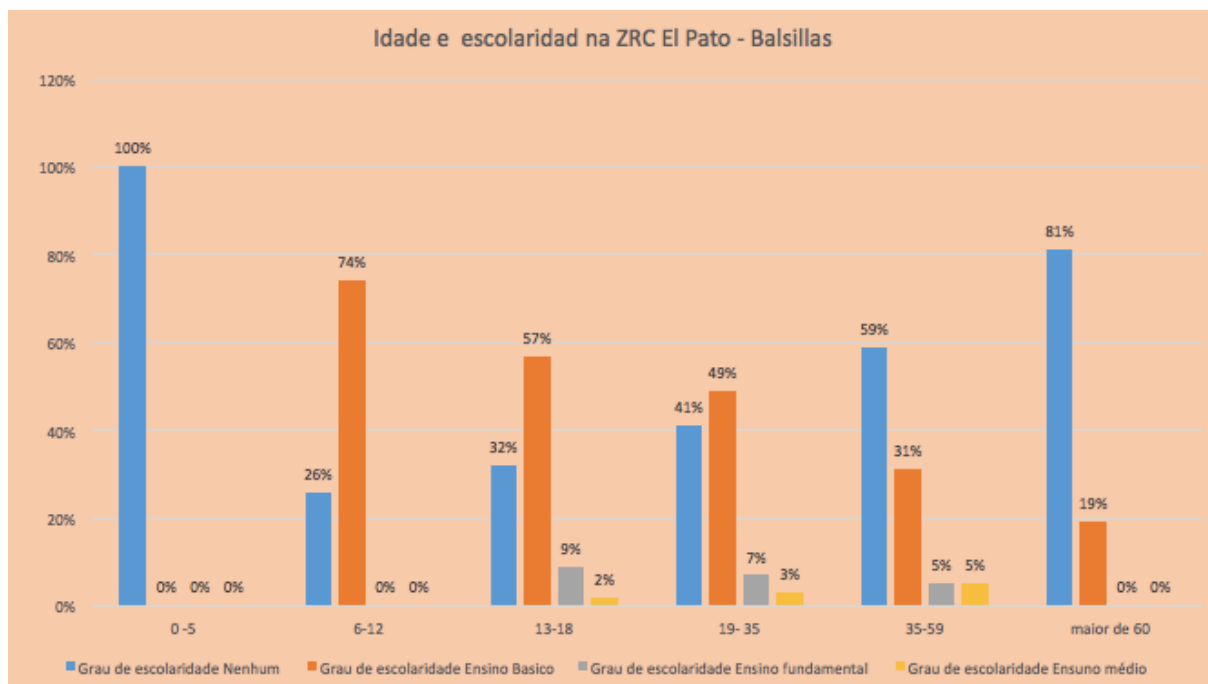
**Fonte:** Foto David Alejandro Sepúlveda Vélez, Vereda San Jorge, 2016.

De acordo com AMCOP (2016), 57% dos habitantes da ZRCPB não apresentam nenhum grau de escolaridade, 38% tem apenas o Ensino Básico, 4% concluiu o Ensino Fundamental e só 2% da população completou o Ensino Médio (*vide* Figura 26). Esses dados dão conta dos baixos níveis de acesso ao sistema de educação e dos altos níveis de evasão escolar.

Um outro achado da pesquisa de campo tem a ver com o apoio dos pais no processo educativo. A maioria dos habitantes afirmaram que em suas famílias existem crianças em idade escolar, mas que não frequentam o sistema formal de educação. Eles justificaram este fato pela ajuda que as crianças e jovens cedem às atividades econômicas domésticas.

Na Figura 26, observa-se o alto nível de evasão escolar provocado pela ausência de política públicas que garantam o ingresso de jovens e crianças nas escolas. É importante lembrar que na região não existe nenhuma política pública de transporte escolar, nem de merendas ou de melhoria infraestrutural dos centros de ensino; dados que explicam os números mencionados anteriormente.

**Figura 26** – População da ZRC El Pato – Balsillas por idade e escolaridade.



**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados levantados em campo, 2018.

O sistema educativo na ZRC – PB está dividido em três núcleos educativos e 22 sedes educativas ou escolas, todas integradas entre si. O Quadro 9 apresenta a localização dos centros de ensino, o número de estudantes e professores e as condições infraestruturais dos prédios.

**Quadro 9** – Resumo do sistema educativo na ZRC El Pato – Balsillas.

<b>Núcleo educativo Los Andes</b>			
<b>Sede educativa</b>	<b>Número de estudantes</b>	<b>Número de professores</b>	<b>Estado da infraestrutura física</b>
<b>Los Andes</b>	90	3 (provisório)	Estado bom das instalações (tijolo, concreto e cimento).
<b>Las Morras</b>	42	2 (provisório)	Estado regular das instalações (Madeira e cimento).
<b>El Venado</b>	20	1 (vinculado)	Estado péssimo das instalações (Madeira e cimento).
<b>Lusitania</b>	17	1 (vinculado)	Estado péssimo das instalações (madeira e cimento).
<b>Miravalle</b>	23	1 (vinculado)	Estado regular das instalações (madeira e cimento).
<b>Alto</b>		1 (vinculado)	Não possui instalações próprias,

<b>Avance</b>	13		as aulas são ministradas no centro comunitário.
<b>La Unión</b>	22	1 (vinculado)	Estado regular das instalações (madeira e cimento).
<b>Chorreras</b>	22	1 (provisório)	Estado péssimo das instalações (madeira e cimento).
<b>Núcleo educativo Balsillas</b>			
<b>Guillermo Rios Mejia</b>	185	15 (vinculados) e 2 (provisórios)	Estado bom das instalações (tijolo, concreto e cimento). Possui a melhor infraestrutura da ZRC - PB.
<b>Playon toscana</b>	51	2 (vinculados)	Estado regular das instalações (madeira e cimento).
<b>Rovira</b>	39	2 (provisórios)	Estado regular das instalações (madeira e cimento).
<b>Núcleo educativo Guayabal</b>			
<b>Guayabal</b>	128	2 (vinculados) e 7 (provisórios)	Estado bom das instalações (tijolo, concreto e cimento).
<b>San Luis</b>	48	1 (provisório)	Estado regular das instalações (madeira e cimento).
<b>La Esperanza</b>	28	1 (vinculado)	Estado regular das instalações (madeira e cimento).
<b>Cristo Rey</b>	10	1 (vinculado)	Estado regular das instalações (madeira e cimento).
<b>San Jorge</b>	10	1 (vinculado)	Estado ruim das instalações (madeira e cimento).
<b>El Roble</b>	12	1 (vinculado)	Estado regular das instalações (madeira e cimento).
<b>La Abeja</b>	27	1 (provisório)	Estado regular das instalações (madeira e cimento).
<b>La Paz</b>	13	1 (vinculado)	Estado regular das instalações (madeira e cimento).
<b>Linderos</b>	15	1 (vinculado)	Estado regular das instalações (madeira e cimento).
<b>La Libertad</b>	17	1 (vinculado)	Estado regular das instalações (madeira e cimento).
<b>La Cristalina</b>	7	1 (vinculado)	Estado ruim das instalações (madeira e cimento).
<b>Total de alunos*</b>	826 *total de alunos matriculados (2016).	Total de professores	51 professores em total, dos quais 19 são provisórios (37%) e 32 são vinculados ao sistema educativo (63%).

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados levantados no campo, 2018.

No quadro anterior, observa-se que, no que diz respeito às condições infraestruturais das escolas (*vide* Figura 27), a maior parte delas, cerca de 59%, se encontram em estado regular, 9% em estado ruim e 14% em péssimo. Apenas 14% das escolas se encontram aptas ao pleno funcionamento. Apenas uma sede educativa, cerca de 4% do total, não possui uma



infraestrutura própria.

**Figura 27** – O estado das escolas na ZRC El Pato – Balsillas.



**Fonte:** David Alejandro Sepúlveda Vélez, Vereda Chorreras e Lusitania, 2016.

Os centros educativos, em geral, carecem de lavatórios e banheiros, sistemas de esgoto. Ali, os resíduos sólidos são despejados diretamente no meio biofísico local, ocasionando vários problemas de saúde e contaminação de recursos do solo. Outro dado importante tem a ver com o acesso à internet e à consulta de fontes bibliográficas: de acordo com a AMCOP (2016), à exceção das comunidades de Rovira e Balsillas, o restante da região não conta com nenhum acesso à rede mundial de computadores, além de não existir nenhuma biblioteca em suas localidades.

No que se refere à qualidade da educação na ZRCPB, verifica-se que a maioria dos habitantes, 49% deles, consideram o ensino péssimo, enquanto 26% consideram regular e só 7% da população o qualificam como bom. O restante – cerca de 18% – não tem uma opinião formada sobre o assunto.

A educação superior não é uma opção para os moradores da região. Não existem universidades na zona e apenas na cidade de Neiva (Estado de Huila), ou na cidade de Florência (Estado de Caquetá), encontram-se algumas universidades públicas, tais como: Universidad de la Amazonia, Universidad Surcolombiana, Servicio Nacional de Aprendizaje – SENA, Escuela Nacional de Administración Pública - ESAP e Universidad Nacional Abierta y a Distancia – UNAD. Além de outros centros privados: Universidad Cooperativa de Colombia e Universidad Antonio Nariño.

Estes fatos nos permitem observar como o dado da falta de escolaridade tem uma razão que vai além da mera constatação de uma evasão escolar. Para boa parte daquela

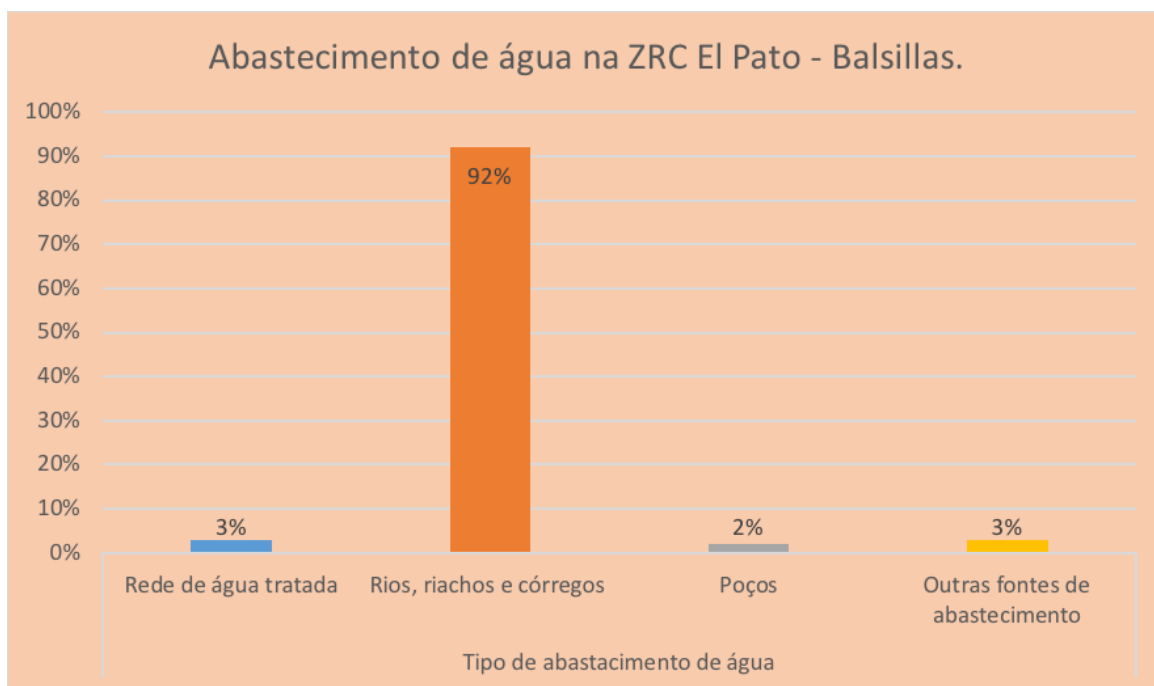
população, outras práticas sociais locais são mais importantes; o que se traduz pelas necessidades de vincular o sentido da escola a outras esferas sociais e comunitárias de convivência.

Além disso, pelo contexto histórico local, no qual as comunidades têm sido as gestoras da construção e manutenção dos seus próprios espaços educativos, a maior parte da população ali radicada não considera a educação um direito que o Estado deve garantir. Por esse motivo, naquele contexto, a ausência de políticas públicas para a educação não é um julgada como uma negligência do poder estatal, mas, sim, como uma responsabilidade administrativa da própria comunidade.

### 3.3.2.3 Saúde

Para produzir uma abordagem mais completa sobre a saúde na ZRC-PB, é preciso fazer observar não apenas o lugar onde os moradores são direcionados em caso de doenças, mas também as condições ambientais e higiênicas das comunidades. Nesse sentido, observou-se que um dos principais problemas que afetam a saúde dos moradores se refere à falta de serviços básicos, tais como: redes de tratamento e distribuição de água e de esgoto e ausência de práticas ambientalmente corretas de manejo do lixo.

**Figura 28** – Fontes de abastecimento de água na ZRC El Pato – Balsillas.



**Fonte:** Elaboração própria, a partir de levantamento de dados de campo, 2016.

Também se verificou o uso intensivo de agroquímicos nas áreas de cultivo a campo aberto, contaminando as fontes hídricas e o ambiente em geral. Devido a sua localização

geográfica, a ZRC – PB conta com um sistema hídrico importante, formado por Rios, riachos e córregos. Água que chega aos moradores através de canos improvisados que fazem a captação das fontes naturais, sem nenhum tipo de tratamento químico (a água para consumo é fervida). Na Figura 28, são apresentados os diferentes tipos de captação de água para consumo da zona.

Embora uma parcela da população manifeste estar satisfeita com a qualidade da água, uma grande a qualifica como ruim ou péssima.

Em termos de casuísticas patológicas, foram identificadas algumas doenças associadas a qualidade da água, tais como: vermes, diarreia, vômitos e gastroenterite. Outras evidenciais patológicas não necessariamente associadas à água são: infecções respiratórias, febre amarela, câncer de pulmão (associado ao consumo de tabaco e ao uso de fogões a lenha) e leishmaniose.

Analisando a situação dos centros de saúde, verificou-se que de cinco postos existentes na zona – a maioria em péssimas condições de infraestrutura –, apenas um se encontra em funcionamento. Esse único posto está localizado na Vereda Balsillas (*vide* Figura 29), e mesmo assim se encontra deteriorado, do ponto de vista da sua infraestrutura predial. O posto também não conta com médicos plantonistas. Apenas uma enfermeira provisória trabalha ali atendendo as ocorrências básicas e realizando atendimentos primários (cf. AMCOP, 2016).

**Figura 29** – Posto de saúde na ZRC El Pato – Balsillas.



**Fonte:** David Alejandro Sepúlveda Vélez, vereda Balsillas, 2016.

Em casos de emergência ou em face da necessidade de um tratamento médico especializado, os moradores da ZRC – PB se deslocam aos hospitais regionais mais próximos,

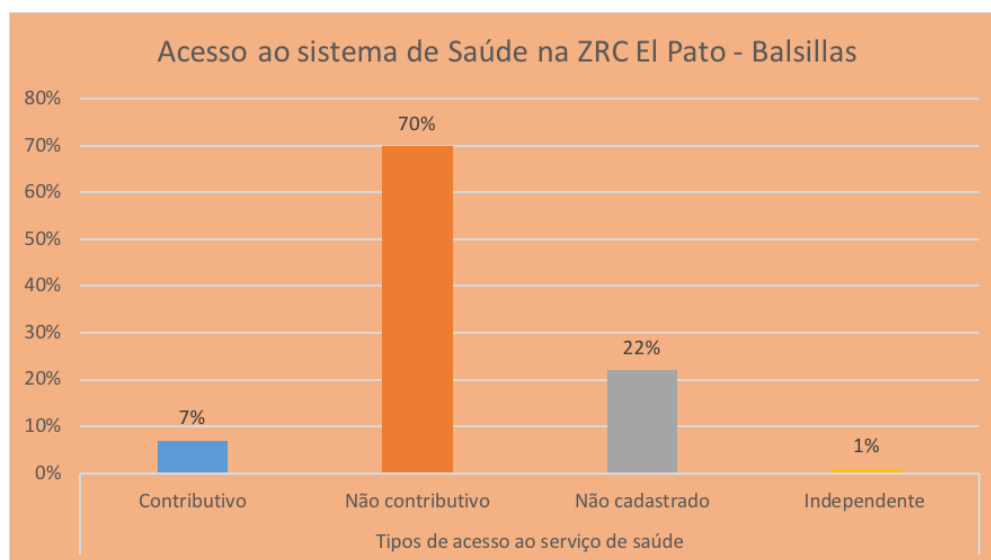


como o hospital do município de San Vicente del Caguán, que fica a três horas de viagem de carro por estrada não pavimentada. Ou para o hospital da Cidade de Neiva, que fica a 5 horas de viagem por uma estrada pavimentada em apenas alguns trechos.

Esses deslocamentos aumentam os custos dos serviços de saúde. Deve-se levar em conta que 22% dos habitantes da ZRC – PB não está vinculado a nenhum serviço de saúde ou tem acesso limitado a ele (*vide* Figura 30).

Sobre a não vinculação dos indivíduos aos serviços privados de saúde (*vide* Figura 30), a população manifestou como causa principal os escassos recursos econômicos. Sobre à vinculação ao sistema não contribuído (subsidiado pelo Estado), a principal dificuldade reside no deslocamento para se cadastrar nos hospitais de San Vicente del Caguán ou na cidade de Neiva. Outro fator importante manifestado pela comunidade é o desconhecimento dos requisitos para o ingresso no sistema não contributivo.

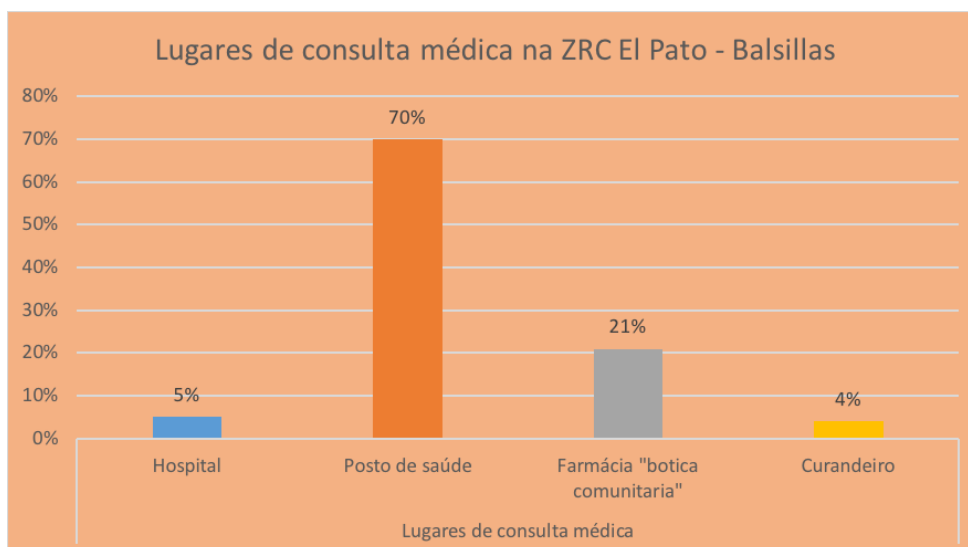
**Figura 30** – Tipos de acesso ao serviço de saúde na ZRC El Pato – Balsillas.



**Fonte:** Elaboração própria, a partir de dados levantados em campo, 2016.

As longas distancias até os hospitais obriga boa parte da comunidade – cerca de 21% – a procurar atenção médico-hospitalar nas chamadas “Boticas comunitárias”. Além de adquirir medicamentos de baixo custo, os moradores da zona também recebem consulta médica nesses “postos”. De acordo com a ONG Plataforma Sur (2016) “*estas boticas no cuentan con el suficiente abastecimiento de medicamentos para la demanda de la región y quienes operan estos lugares no cuentan con lo preparación en términos de medicación ni en primeros auxilios*” (Entrevistado ONG Plataforma Sur, 2016).

**Figura 31.** Lugares de consulta médica na ZRC El Pato – Balsillas.



**Fonte:** Elaboração própria, a partir de dados levantados em campo, 2016.

Outros lugares disponíveis à realização de consultas médicas mencionados pelos moradores da zona foram as residências dos “*curanderos o rezanderos*” (vide Figura 31). De acordo com um dos entrevistados:

*algunos de nosotros hemos visitado a los curanderos, pues el puesto de salud y los hospitales están muy lejos y muchas veces no nos da tiempo de ir hasta allá. Entonces vamos donde ellos y como ellos conocen algunas plantas y ellos saben de eso, nos dan un bebedizo y nos curamos (Entrevistado 12, vereda La Paz, 2016).*

#### 3.3.2.4 Organização social.

A capacidade associativa e de organização social na ZRC – PB encontra-se sob a liderança da Asociación Municipal de Colonos de El Pato. Nela estão representadas as 26 comunidades que constituem a ZRC. Desde a sua fundação, na década de 1990, a AMCOP tem atuado como uma gestora do desenvolvimento da região e mediadora entre a população e o Estado.

Através de suas redes sociais nos níveis local, regional e nacional (articulada com a ANZORC), a associação realiza ações para a defesa dos direitos dos camponeses na região e ajuda no fortalecimento dos laços, vínculos e estratégias adotadas pela população local na direção da busca por melhorias nas condições de vida. Durante a pesquisa de campo, observou-se que o camponês tem um alto grau de identificação com a AMCOP e com a vida em comunidade. Essas dinâmicas sociais dão aos moradores da ZRC esperança e segurança quanto ao futuro.

Um exemplo de associativismo e trabalho em comunidade é o Programa Balsillas, no

qual a comunidade se juntou para planejar estradas, pontes, escolas e hospitais. Segundo a ONG Caguán Vive, *“el programa Balsillas es un modelo de como se debe hacer una verdadera reforma agraria. Hubo inversión del Estado, através de un crédito del Banco Mundial y muchas cosas fueron hechas, se demostró que la comunidad puede organizarse socialmente y hacer las cosas bien”* (Entrevistado 9, ONG Caguán Vive, 2016).

Essas ações coletivas têm ajudado na identificação de diferentes problemáticas sociais, tais como: abusos de autoridade por parte das forças militares; violação dos direitos humanos e civis; perseguição militar e deslocamento forçado; desemprego e insegurança fundiária; permitindo-lhes, como comunidade, a dar soluções a alguns desses problemas.

Levada em conta a militarização da zona e as ações armadas desenvolvidas no território, o Estado colombiano é percebido como inimigo pelas organizações sociais ali presentes. A militarização da área incentivou que os mecanismos de defesa do território se desenvolvessem na forma de lutas, marchas e confrontações violentas, dificultando ainda mais os métodos de protesto e legitimação de direitos dos camponeses. Os direitos e as lutas dos camponeses reivindicados e legitimados com ajuda dos fatores externos (ONG's,) influem na organização, criação e evolução desses fenômenos sociais (CASQUETTE, 1998, IBARRA, 2005). Em meio aos diferentes coletivos sociais, surgiu uma linguagem de resistência ao Estado que se justifica pela crítica à sua negligência e à repressão militar que assolou a região por muitos anos.

É importante ressaltar a influência do conceito de “vítima do conflito”, recentemente incorporado no coletivo social da comunidade como consequência das negociações de paz entre o Estado e as FARC. Essa nova identidade tem provocado uma mudança na percepção cultural a respeito da sua condição perante o Estado. Ao assumir essa identidade, tem-se criado um novo olhar sobre situação da pessoa e do seu coletivo, também alterando os sentidos práticos da luta, da confrontação e da busca por emancipação social.

A adoção dessa nova identidade está relacionada à gestão de recursos e ao nível organizativo da comunidade da ZRC – PB. Na gestão de recursos, tem-se comprovado um aumento no envolvimento dos moradores da ZRCPB nas tomadas de decisão que afetam a própria comunidade. Os recursos humanos também vêm sendo otimizados mediante um *“empowerment”* da comunidade local, do fortalecimento das ideias, do conhecimento dos seus direitos como cidadãos e da participação coletiva.

Segundo um dos entrevistados, *“La gente se informa y actúa en consecuencia de esa información. Se da un aumento del “sí, puedo, sí lo merecemos”* (Entrevistado 9, ONG Caguán Vive, 2016). No que concerne ao nível organizativo, o efeito mais importante foi o fortalecimento da AMCOP. Esta organização tem laços muito fortes com a comunidade. Ela surge em resposta às negligências assistenciais do Estado, tornando-se o principal eixo da

ação social local.

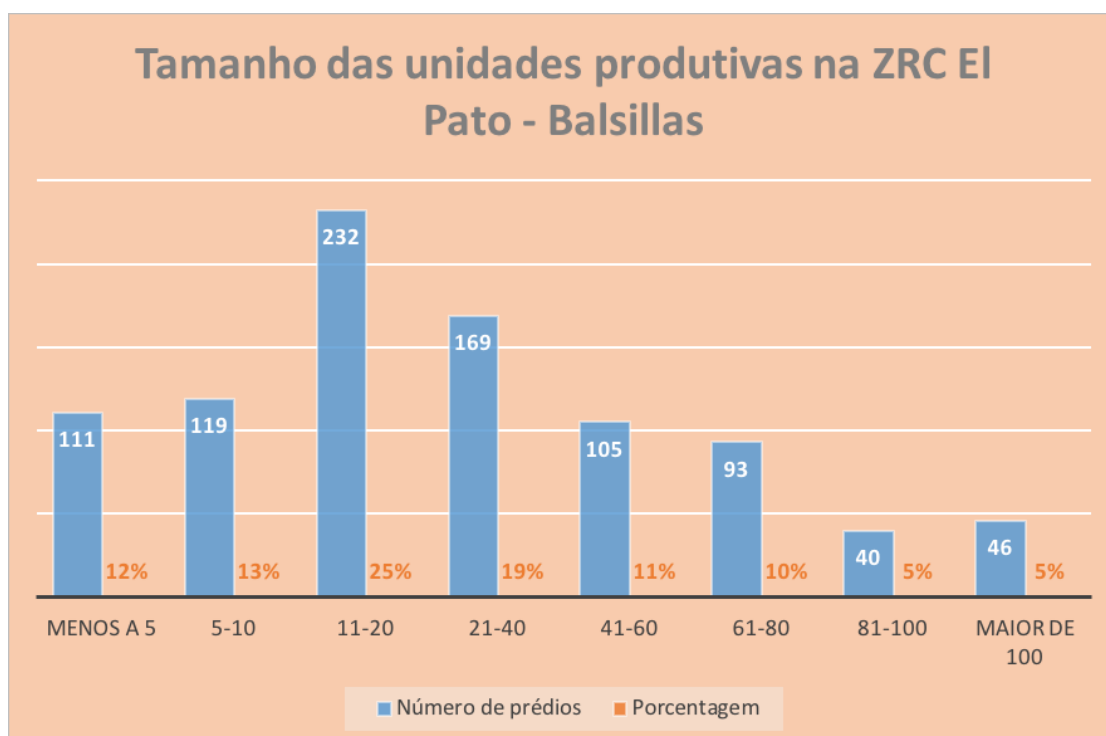
### 3.4. Zona de Reserva Campesina e o problema econômico.

#### 3.4.1. Características da produção agropecuária.

As dinâmicas econômicas e os modos de produção da área se concentram, principalmente, no setor agropecuário; esse que é o principal meio de geração de renda e condições de subsistência.

Na região, existem 915 imóveis dedicados às atividades agropecuárias (*vide* Figura 32). Seus sistemas produtivos podem ser divididos em: atividades agrícolas e atividades pecuárias. O tamanho dessas unidades produtivas encontra-se dividido da seguinte maneira: 111 prédios menores de 5 hectares; 119 prédios entre 6 -10 hectares; 232 prédios entre 11 – 20 hectares; 169 prédios entre 21 – 40 hectares; 105 prédios entre 41 – 60 hectares; 93 prédios entre 61 – 80 hectares; 40 prédios entre 81 – 100 hectares e 46 maiores a 101 hectares.

**Figura 32** – Tamanho das unidades produtivas na ZRC El Pato – Balsillas.



**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados levantados na pesquisa de campo, 2018  
A presença de grandes proprietários na região tem uma incidência baixa; sendo este

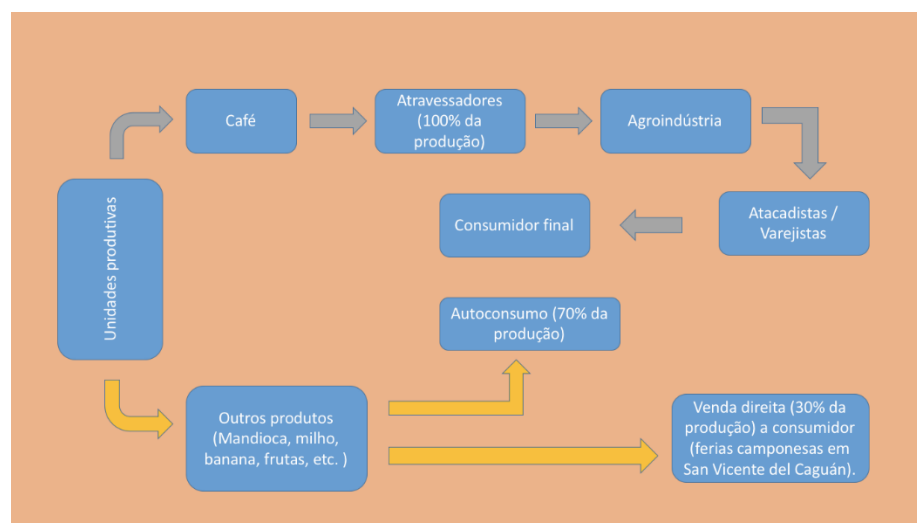
um grande ganho das organizações de base em prol de uma distribuição mais equitativa da terra dentro de um modelo que vem mudando radicalmente a estrutura fundiária em favor dos camponeses e dos pequenos proprietários. Segundo alguns entrevistados do INCODER e do Ministério da Agricultura (2016), essas mudanças são consequências inegáveis da criação da ZRC – PB. Para os moradores da zona, elas também representam o resultado de muitos anos de luta pelo reconhecimento dos seus direitos fundiários.

Quanto às atividades agrícolas, registrou-se que, devido às dificuldades de comercialização dos produtos e ao baixo nível tecnológico das unidades, a produtividade nesse tipo de sistemas vem sendo pouco eficiente. Quanto às atividades pecuárias, estas representam a principal fonte de renda para os moradores da ZRC – PB, sendo a criação de gado de corte a principal delas; complementada em menor proporção por atividades como a suinocultura (criação de porcos), avicultura (criação de frangos e poedeiras) e a piscicultura (criação de peixes). A seguir são descritos os principais sistemas agrícolas e pecuários presentes na região.

#### 3.4.1.1 Sistemas agrícolas na ZRC El Pato – Balsillas.

As atividades agrícolas na ZRC – PB se caracterizam por apresentar culturas de tipo alimentar, sem nenhum tipo de processamento ou industrialização pós-colheita. A infertilidade de alguns solos, o pouco ou nulo investimento tecnológico e a escassa assistência técnica têm como consequência a baixa produtividade.

**Figura 33** – Fluxos de comercialização/consumo dos principais produtos agrícolas produzidos na ZRC El Pato – Balsillas.



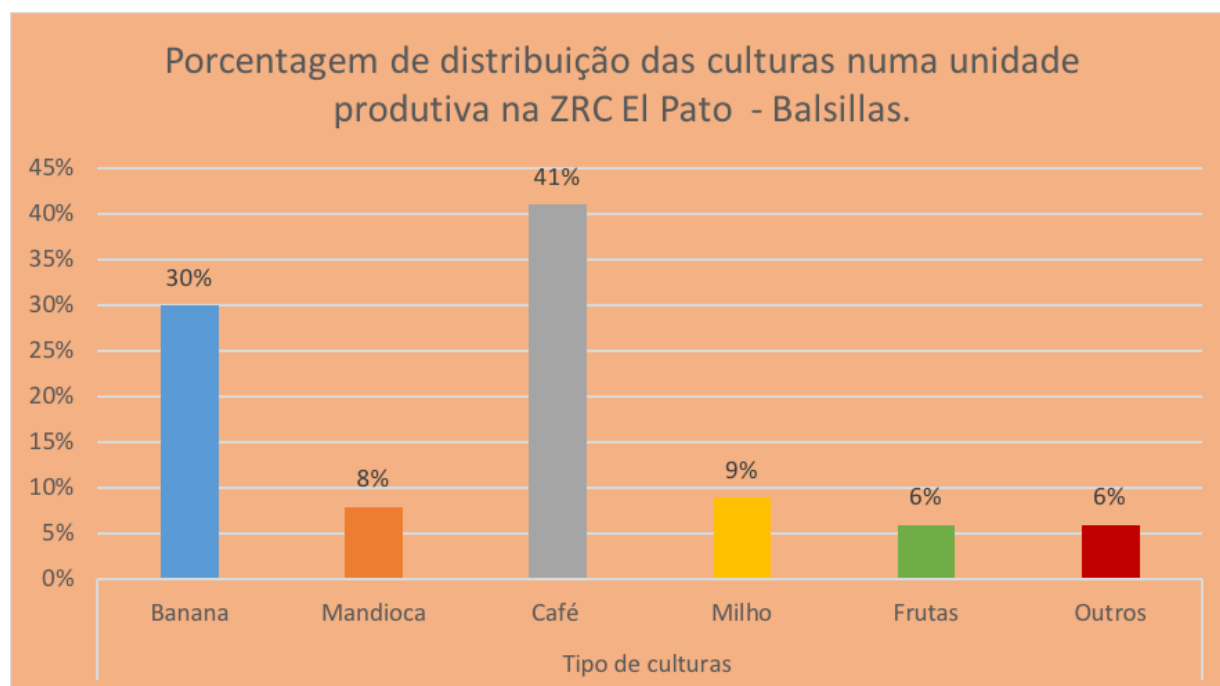
**Fonte:** Elaboração própria, a partir de dados levantados na pesquisa de campo, 2016. Nesse sentido, verificou-se que em 71% das unidades produtivas existem culturas

agrícolas para autoconsumo (40%) – especialmente de produtos como a mandioca, banana, milho, feijão, entre outros – 60% para a venda ou comercialização. 100% do café cultivado na zona é vendido para atravessadores que levam para outras cidades. Outros produtos são vendidos diretamente ao consumidor final em feiras camponesas organizadas aos domingos no município de San Vicente del Caguán (vide Figura 33).

Nesse tipo de sistema, as principais atividades agrícolas identificadas são: produção de café, como principal produto gerador de renda, o cultivo de mandioca, milho, banana e outras frutas em geral, tais como: a arazá ou araçá-boi (*Eugenia stipitata*), cocona, cubiu ou tomate índio (*Solanum sessiliflorum*), copoazú, cacao blanco ou cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*) e maraco ou cacao amazônico ou mocambo (*Theobroma bicolor*), além de outros produtos agrícolas que são aproveitados pelo autoconsumo e pelas atividades complementarias à renda.

A Figura 34 mostra a porcentagem de distribuição da área dedicada ao cultivo destes produtos agrícolas. Técnicas produtivas que ocorrem em uma realidade onde 80% das pequenas propriedades possuem uma área média de até 60 hectares.

**Figura 34** – Porcentagem de distribuição das culturas numa unidade produtiva na ZRC El Pato – Balsillas.



**Fonte:** Elaboração própria com dados levantados na pesquisa de campo, 2016.

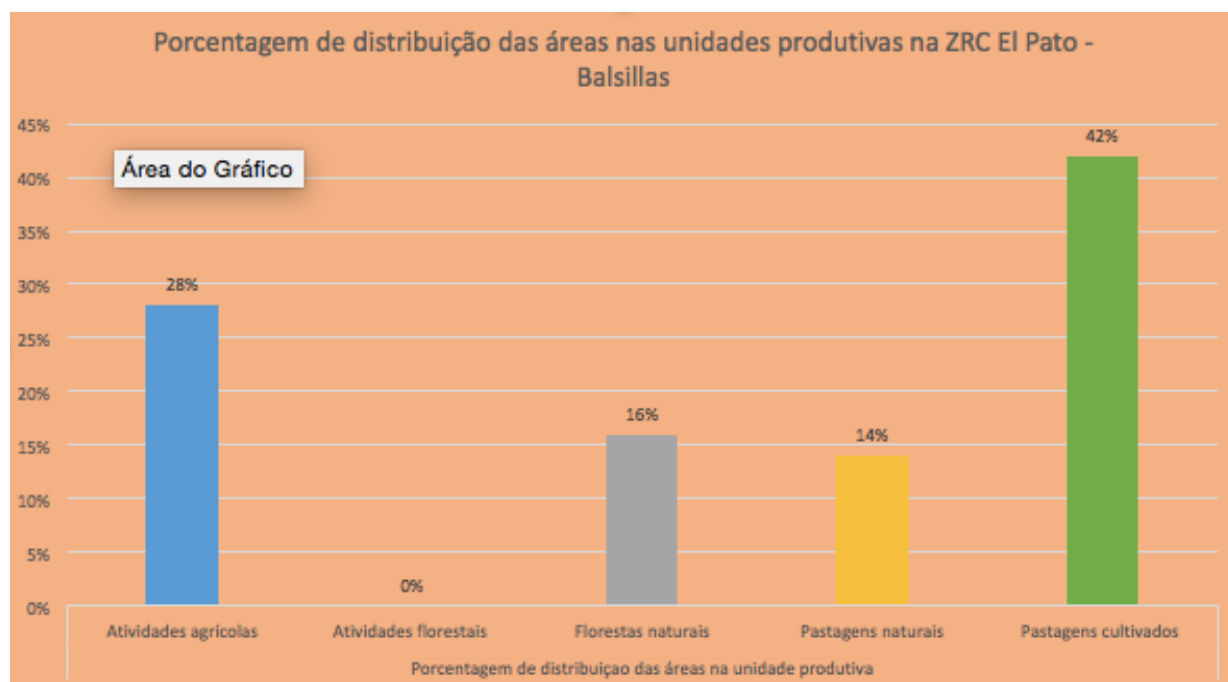
A Figura 34 faz perceber que a maior parte da área nas unidades produtivas está

dedicada à cultura do café (*Coffea sp.*), representando até 41% da área plantada nos prédios, seguido da banana (*Musa acuminata* e *Musa paradisiaca*) (31%), da mandioca (*Manihot esculenta*) (8%), do milho (*Zea mays*) (9%), das frutas (6%), além de outros produtos (6%), tais como feijão (*Phaseolus vulgaris*), ervilha (*Pisum sativum*) e batata (*Solanum tuberosum*); todos eles utilizados para o autoconsumo familiar (cf. Secretaria de agricultura de San Vicente del Caguán, 2016).

É importante ressaltar que na maioria dos imóveis (71%), as atividades agrícolas operam como atividades complementares às atividades pecuárias, especialmente da criação de gado de corte; sendo o cultivo de pastagens para alimentação do gado do gado a principal atividade agrícola integrada ao sistema pecuário. Outro ponto importante de ser ressaltado é que na maioria das unidades agrícolas existem áreas de proteção formadas por florestas e pastagens naturais.

A Figura 35 apresenta essa distribuição produtiva dentro das unidades com até 60 hectares. Os dados ratificam a vocação pecuária das unidades produtivas, que possuem até 42% das suas áreas destinadas ao cultivo de pastagens para alimentação do gado de corte.

**Figura 35** – Porcentagem de distribuição das áreas nas unidades produtivas na ZRC El Pato – Balsillas.

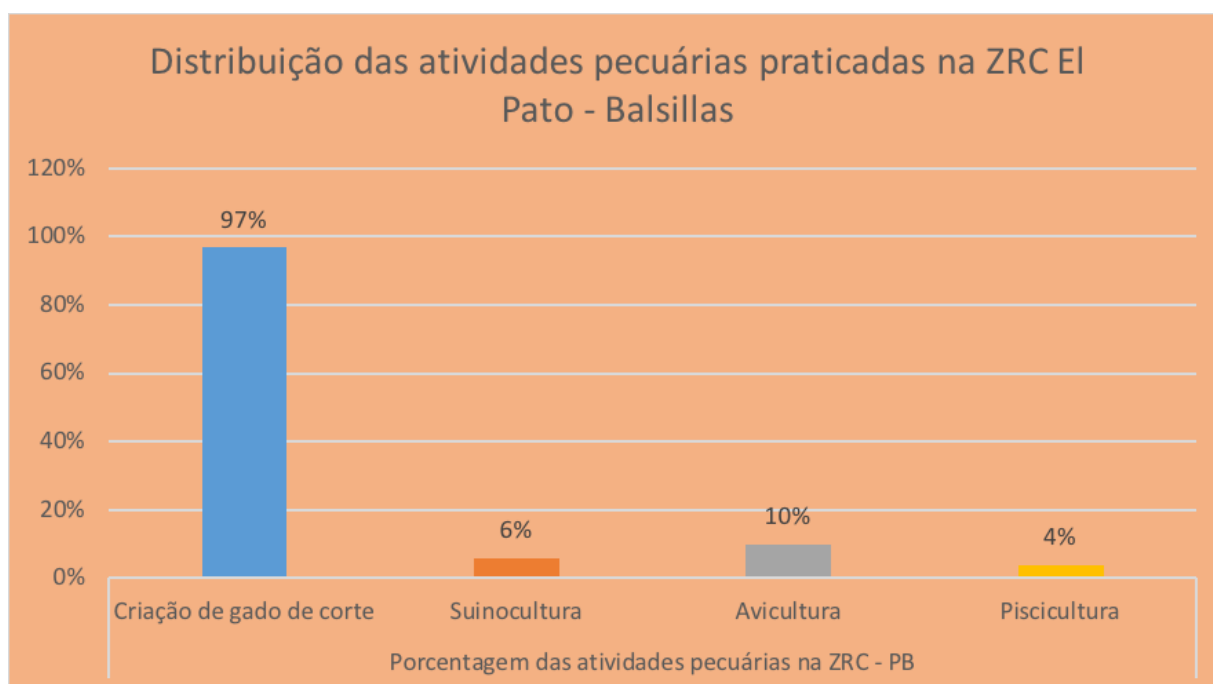


**Fonte:** Elaboração própria, a partir de dados levantados na pesquisa de campo, 2016.

O setor pecuário, representado em sua maioria pela criação de gado de corte, é a principal atividade econômica na zona. Entre os principais entraves que essa atividade pecuária apresenta, encontram-se: o baixo nível tecnológico na produção – agravado pela falta de infraestrutura física nas unidades produtivas e maquinários –; a qualidade das pastagens; a genética do gado; a pouca infraestrutura física na forma de estradas, matadouros, frigoríficos ou lugares de armazenamento; os poucos canais de comercialização e a dificuldade de acesso ao mercado.

Outras atividades pecuárias – tais como a suinocultura (6%), avicultura (10%) e piscicultura (4%) – são encontradas na zona, mas em menor porcentagem (vide Figura 36).

**Figura 36** – Porcentagem de distribuição das atividades pecuárias praticadas na ZRC El Pato – Balsillas.



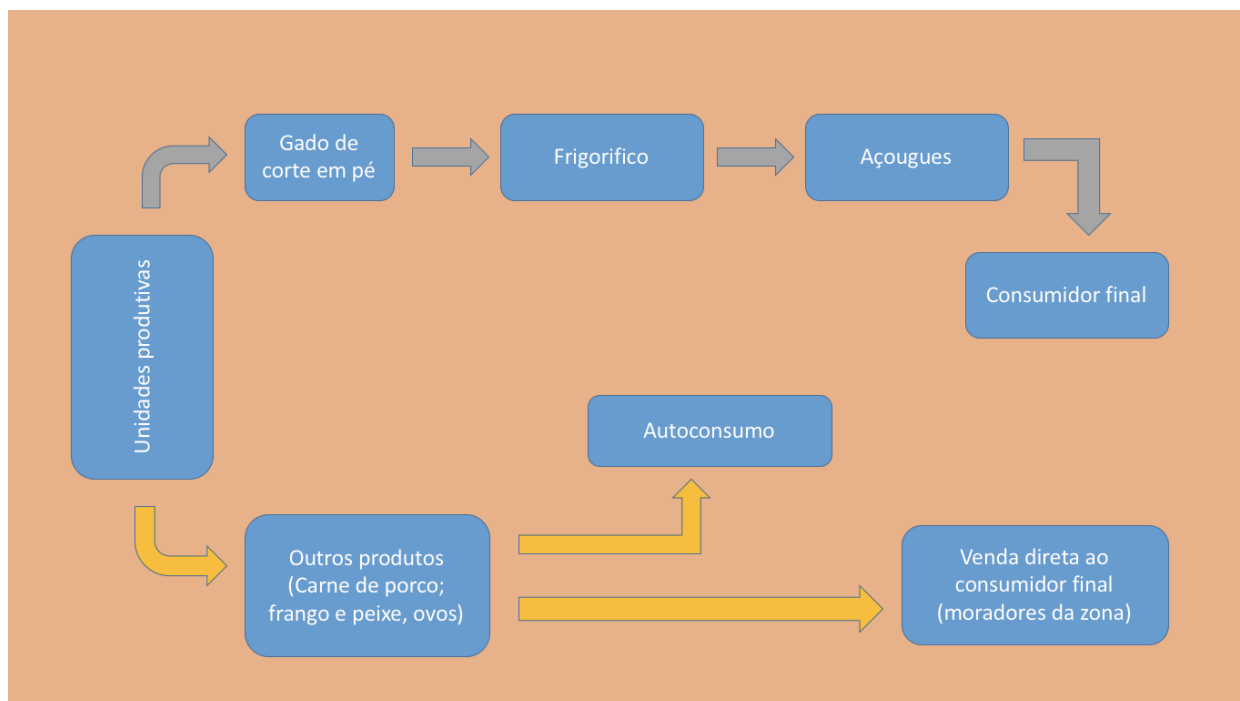
**Fonte:** Elaboração própria, a partir de dados levantados na pesquisa de campo, 2016.

Em termos de produção, é importante ressaltar que nenhuma destas atividades e produtos têm como objetivo a comercialização (*vide* Figura 36): o porco, o frango, o peixe, mesmo os ovos e outros subprodutos de origem animal, à exceção do gado de corte, são todos criados objetivando o autoconsumo ou a venda em pequenos mercados da ZRC – PB.

**Figura 37** – Fluxo de comercialização/consumo dos principais produtos pecuários produzidos



na ZRC El Pato – Balsillas.



**Fonte:** Elaboração própria, a partir de dados levantados na pesquisa de campo, 2016.

Quanto à criação de gado de corte, verificou-se que o método de realização dessa atividade é baseado no sistema de pecuária extensiva, que demanda a criação de grandes pastos e baixos investimentos. Na ZRC – PB existem cerca de 24.171 hectares (27% da ZRCPB) dedicadas ao cultivo de pastagens para alimentação do gado. A atividade é praticada em 97% das unidades produtivas da zona. Quanto à raça predominante entre os rebanhos, tem-se o chamado “*ganado criollo caqueteño*” ou rebanhos crioulos ou cruzados, que resultam da cruzada das raças Sanmartinero, Hartón de Valle e Romosinuano. Também existem outro tipo de cruzamentos com raças como Brahman e o chamada Zebu (cf. Secretaria de agricultura San Vicente del Caguán, 2016), mas esses aparecem em menor quantidade. Cruzamentos com raças de maior produtividade, programas de melhoramento genético do rebanho e técnicas de inseminação artificial não são realizados na zona.

Com relação às atividades sanitárias feitas nos estabelecimentos produtivos, registra-se que campanhas de vacinação contra a aftosa e a brucelose são realizadas periodicamente na zona. Porém, segundo um dos entrevistados, “*el personal de la Secretaria de Agricultura del municipio (San Vicente del Caguán) viene una o dos veces al año y vacuna el ganado. No recibimos mas ayudas del gobierno, ni asistencia técnica, ni nada. Ellos vienen, vacunan y se van*” (Entrevistado AMCOP, 2016).

Sobre as atividades pecuárias, a maior parte dos moradores reconhece que o acesso

à tecnologia e a melhores técnicas de produção não são possíveis, por ora, mas que acreditam que essas devem ser aplicadas mediante o apoio do Estado: *“nosotros necesitamos buenas carreteras, acceso a mejores técnicas de producción, que nos paguen bien por nuestros productos, que vengan y nos enseñen como mejorar la producción; sin ayuda del gobierno, nosotros no podemos”* (Entrevistado 13, vereda La Abeja, 2016).

A seguir, apresenta-se um quadro-resumo das principais características dos sistemas produtivos agrícolas e pecuários na ZRC – PB. Incluem-se dados sobre posse da terra, tipo de mão de obra, participação no mercado e na economia da unidade produtiva, entre outros.

**Quadro 10** – Resumo dos sistemas produtivos agrícolas e pecuários na ZRC El Pato – Balsillas.

<b>Sistemas produtivos na Zona de Reserva Campesina El Pato – Balsillas</b>		
<b>Características do sistema</b>	<b>Sistemas agrícolas de produção</b>	<b>Sistemas pecuários de produção</b>
<b>Principal produto económico</b>	Café	Gado de corte em pé
<b>Participação na economia familiar</b>	Baixa, alto nível de autoconsumo, com exceção do café (alta participação).	Baixa, alto nível de autoconsumo, com exceção do gado de corte (alta participação).
<b>Nível tecnológico</b>	Baixo, poucos investimentos em suprimentos e maquinaria.	Baixo, poucos investimentos em maquinarias, infraestrutura e suprimentos.
<b>Especialização ou diversidade de produtos</b>	Especializada, poucas linhas de exploração para autoconsumo e venda.	Especializada, poucas linhas de exploração para autoconsumo ou venda.
<b>Participação no mercado local</b>	Media, porcentagens altas da produção para autoconsumo, como exceção do Café.	Baixa, porcentagens da produção altas para autoconsumo, com exceção do gado de corte.
<b>Tipo de mão de obra</b>	Predominantemente familiar, com eventual contratação assalariada para a colheita de café.	Especialmente familiar, com pequena contratação sazonal ligada à criação de gado de corte.
<b>Assistência técnica</b>	Pouca ou nula assistência técnica na produção de culturas agrícolas.	Pouca ou nula assistência técnica na criação dos animais e na cultura de pastagens.
<b>Capital de exploração</b>	Baixo, pouco acesso ao crédito, fonte de recursos própria.	Baixo, pouco acesso ao crédito, fonte de recursos próprios ou crédito informal.

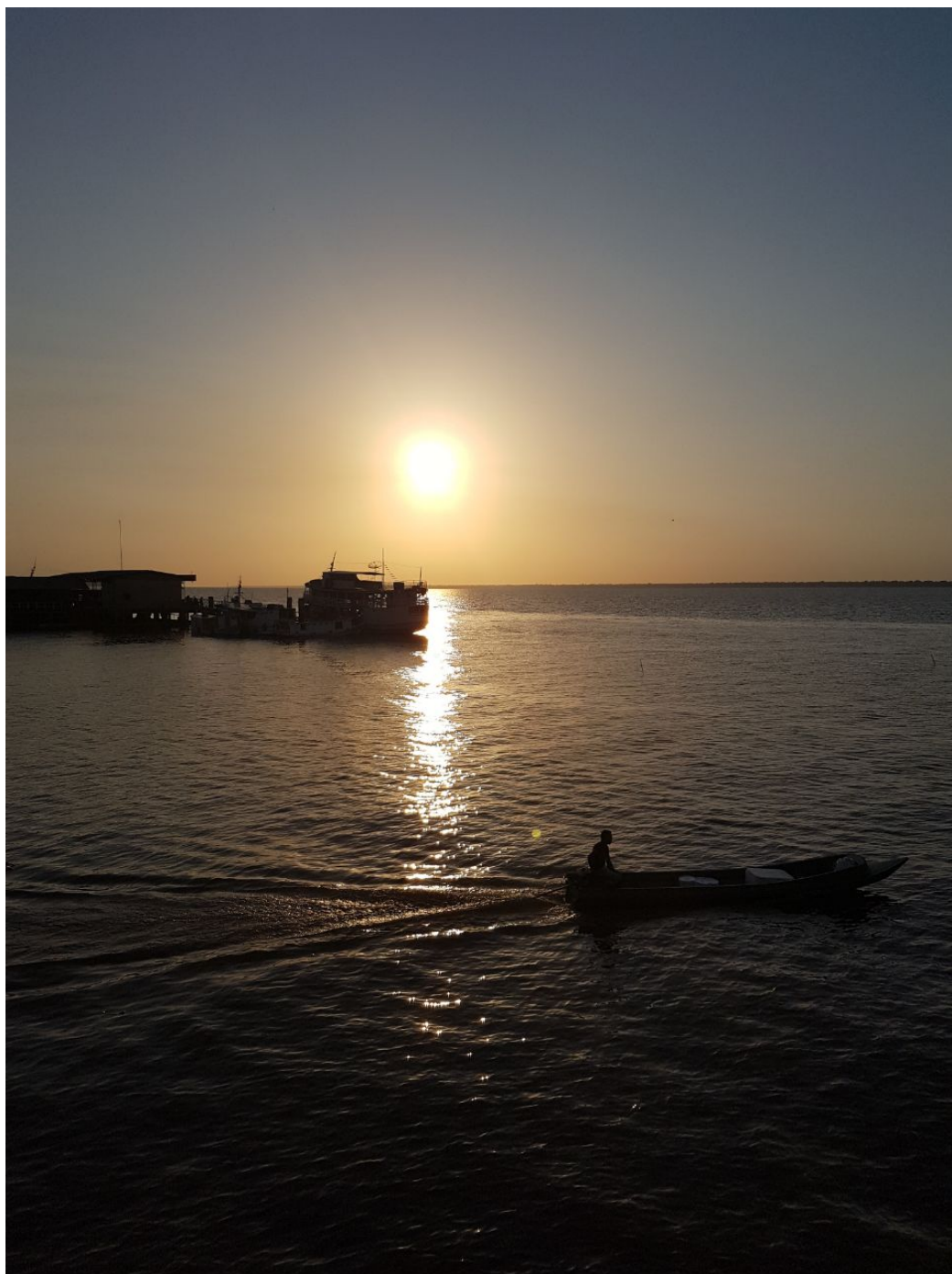
**Fonte:** Elaboração própria, baseado em Velez, 2014.

Este capítulo apresentou os elementos-chave para a compreensão dos aspectos jurídicos e do marco legal que impulsionaram a criação da ZRCPB. Vale ressaltar que as pressões para a sua realização estão intimamente ligadas à evidência da degradação do ecossistema local, ao contexto ocupacional das terras e às necessidades das comunidades de buscarem por melhorias para as suas condições de vida. Essas mobilizações e pressões exercidas por parte dos moradores da zona fizeram com que o Estado – mediante um diálogo prévio com as comunidades – criasse a Lei 160 de 1994, abrindo precedente para a reivindicação de direitos por meio da figura de Zona de Reserva Campesina.

Neste capítulo, também foi caracterizada a ZRC, focalizando os aspectos físicos e geográficos, sociais e econômicos; dados que serão novamente discutidos e comparados ao longo do capítulo cinco desta tese.

#### **CAPÍTULO 4. A Vida e Resistência na Floresta: Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã – Baquiá - caracterização da área de estudo.**

*“Pero los asesinos de la amazonia matan los árboles molestos, y también matan a la gente molesta. Gente como Chico Mendes. Sus padres, esclavos por deudas, habían llegado a las plantaciones de caucho desde el lejano desierto de Ceará. Él (Chico) aprendió a leer a los veinticuatro años, organizó sindicatos y juntó a los solos, peones esclavizados, indios desalojados, contra los devoradores de tierras y sus bandoleros a sueldo. Fue marcado para morir. Los tiros entraron por la ventana” (Eduardo Galeano).*



**Figura 38.** Porto de Santana – Amapá, O início desta viagem.  
**Foto:** David Alejandro Sepúlveda Vélez, 2016.

**Introdução.**

A reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã – Baquiá (RDSIB Pará - Brasil) foi a primeira criada pelo Governo Federal desta categoria. Fundada em 2005 com a finalidade de proteger os recursos naturais e de regularização fundiária da região, a reserva é fruto de um conjunto de demandas históricas da comunidade. O seu processo de instituição surgiu da proosta inicial da Organização Não Governamental Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – FASE, que com o apoio do sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gurupá, levou ao governo federal a ideia de regularizar as terras e normalizar os territórios da região. Para um dos entrevistados:

o processo de criação da Reserva foi um processo longo e muito difícil. Quando a FASE chegou com a ideia ao nosso território, muitos de nós tínhamos muitas duvidas com respeito ao projeto, nenhum de nós viu isso como uma possibilidade certa, mas trabalhamos muito para faze-la uma realidade e agora estamos muito felizes e muito gratos com a FASE (Entrevistado 14, São João de Jaburu, 2016).

Antes da criação da Reserva, na região existia uma dinâmica de exploração da floresta marcada pela intensa presença de empresas madeireiras procedentes, especialmente, de Belém e de Macapá. Todos esses processos de pressão contra a presença dessas empresas deram conteúdo às práticas de resistência das comunidades locais contra a exploração de suas terras. Devido aos danos causados por aqueles atores ao patrimônio público natural, tornou-se necessário resguardá-lo para as gerações presentes e futuras dos que ali residem.

Neste capítulo, apresentamos o marco jurídico e legal que permitiu a criação e o estabelecimento da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã - Baquiá, assim como a caracterização da zona, especificando localização, divisão político-administrativa, rotas de acesso, fatores abióticos e bióticos etc. Foram identificadas e analisadas as mudanças causadas pela da criação da área, em aspectos sociais, tais como: moradia, educação, saúde e sistemas de organização social. Também foram considerados aspectos econômicos relacionados aos sistemas produtivos, renda, assistência técnica, acesso ao credito e aos mercados.

#### **4.1 Legislação e regulamento.**

As reservas de Desenvolvimento Sustentável – RDS foram criadas pela Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação; esse regulado pelo Decreto 4.340 de 22 de agosto de 2002.

Essas unidades conservação estão localizadas em áreas naturais que hospedam populações locais, cujas dinâmicas de sobrevivência estão baseadas na extração de recursos naturais. Esses sistemas extrativistas de exploração são desenvolvidos ao longo de gerações e

adaptados às condições ecológicas locais, desempenhando um papel importante na proteção e manutenção da biodiversidade (cf. Instituto Socioambiental –ISA, 2017).

Cada Reserva de Desenvolvimento Sustentável é gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração; no caso das RDS, pelos estados, e das RDS federais, pelo ICMBio. As reservas são constituídas por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e por membros das populações tradicionais residentes na área; tal como disposto no regulamento que institui o ato de fundação de cada unidade (cf. ISA, 2017).

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as Reservas de Desenvolvimento Sustentável têm como objetivo básico:

Preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é de domínio público, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser, quando necessário, desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei (ISA, 2017, p.1).

As atividades permitidas dentro das áreas das RDS são: a) a visitação pública, em concordância com os interesses locais e com o plano de manejo da Reserva<sup>19</sup>; b) a pesquisa científica com fins conservacionistas e de educação ambiental, melhorando, assim, as relações entre as comunidades locais e o meio ambiente; c) é dever das populações residentes na área de reserva considerar o equilíbrio entre o tamanho da população e a conservação; e d) permite-se a exploração dos ecossistemas naturais, de maneira sustentável, e a cultura de espécies cultiváveis, desde que estejam sujeitas ao plano de manejo da Reserva (cf. Lei 9985 de 2000).

Ainda de acordo com a Lei 9985 de 2000, as RDS são de domínio público, o que lhes permite a desapropriação das áreas privadas existentes dentro da reserva em consonância com as disposições legais. Com isso, objetiva-se garantir a posse e o uso exclusivo e regulado da área às populações locais residentes nos limites estabelecidos.

O uso dessas áreas ocupadas (Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Reservas Extrativistas) é regulado por meio de um contrato entre as comunidades locais, através de

---

<sup>19</sup> O Plano de Manejo, segundo o SNUC, é um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. No caso da Reserva de Desenvolvimento Sustentável, o Plano de Manejo definirá as zonas de proteção integral, de uso sustentável e de amortecimento e corredores ecológicos, e será aprovado pelo Conselho Deliberativo da unidade (Artigo 2, Lei I No 9.985, de 18 de julho de 2000).

associações criadas pelos próprios moradores, e o Governo Federal, conforme o disposto no art. 23 da Lei 9985 de 2000 e sob os seus critérios específicos de regulamentação.

Desse modo, após seis anos depois da criação da Reserva, no dia 02 de dezembro de 2011, assinou-se o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso dos Imóveis (Anexo 1) da área situada nos limites pertencentes à RDS – IB. O documento teve como signatários os funcionários do ICMBio, representando o Governo Federal, e a Associação de Trabalhadores Rurais Agroextrativistas de Itatupã – Baquiá – ATRAEIB.

A garantia do contrato trouxe à região e a aos seus moradores uma certa segurança, como explica um dos entrevistados:

ao assinar o contrato o governo Federal nos entregou a posse da terra por cinquenta anos; isso significou muito para os moradores da Reserva, já que depois de muitas lutas e muito tempo esperando ter regulada a nossa situação fundiária, no final, a nossa luta deu certa (Entrevistado 14, São João do Jaburu, 2016).

Para a ATRAEIB, “a firma do acordo com o governo Federal marcou o fim de uma luta. Por muitos anos todos nós aqui na Reserva tivemos muita incerteza com respeito as terras onde moramos há muito tempo. Essa incerteza veio desde que BRUMASSA<sup>20</sup> [BRUYNZEEL MADEIRAS S.A] chegou na região, foi uma época muito difícil para nós, mas finalmente com a criação da Reserva e a firma desse contrato, todo mudou para o nosso bem” (Entrevistado 15, ATRAEIB, 2016).

Ainda, de acordo, com um dos moradores da Reserva “quando a Brumassa estava aqui na região, a gente se sentia explorada. Eles chegaram e falaram para nós que estas terras eram deles, e, bom, como a gente não tinha muita ideia do assunto, nós acreditamos. Eles nos disseram que era para nós trabalhar para eles e assim poderíamos ficar nas nossas casas; todos nós aceitamos essas condições pelo medo de ficar sem nada e começamos a trabalhar para eles. Foram épocas muito difíceis, praticamente estávamos escravizados nas nossas próprias terras e todo o que tirávamos da terra era para benefício da empresa” (Entrevistado 15, Belo Horizonte, 2016).

---

<sup>20</sup> Em 1968, em Santana, foi instalada a empresa BRUMASA (Bruynzeel Madeireira S. A). Tal empreendimento, que foi originado de um acordo entre a ICOMI e um grupo de empresários holandeses, teve como atividade principal a fabricação de compensados a partir dos recursos florestais locais, como também na exploração da espécie *Virola surinamensis*; hoje esta empresa está desativada e suas instalações integram a fábrica de cavacos, pertencente ao grupo CAEMI.

#### **Quadro 11 – Marco constitucional para o modelo de RDS.**

##### **Marco constitucional brasileiro para o Modelo de Reserva de Desenvolvimento Sustentável**

<b>Artigo 3.</b>	Constitui como direitos fundamentais a erradicação da pobreza e redução das desigualdades sociais.
<b>Artigo 5.</b>	Garante o direito de propriedade, colocando a sua função social dela.
<b>Artigo 5.</b>	Todas as pessoas são livres e iguais perante a lei.
<b>Artigo 6.</b>	Estabelece como direitos sociais: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, entre outros.
<b>Artigo 23.</b>	Compete à União a proteção do meio ambiente e a preservação das florestas, da flora e da fauna.
<b>Artigo 24.</b>	Refere-se à conservação dos recursos naturais e à proteção do meio ambiente.
<b>Artigo 186 – 190.</b>	Disposições sobre política agrícola e reforma agrária.
<b>Artigo 191.</b>	Permite a titulação de terras rurais e urbanas a pessoas naturais que ocupem ou ocuparam terras (tornando-as produtivas) por um período maior de 5 anos, numa área não superior a cinquenta hectares e sem oposição de terceiros.
<b>Artigo 225.</b>	Aludi ao direito ao meio ambiente como essencial à qualidade de vida.

**Fonte:** Elaboração própria, 2017, baseado na Constituição da República Federativa do Brasil.

Com relação à preservação e conservação dos recursos naturais, as populações locais são obrigadas a “participar da preservação, recuperação, defesa e manutenção da unidade de conservação. [É proibido] o uso de espécies localmente ameaçadas de extinção ou de práticas que danifiquem os seus habitats [e de] práticas ou atividades que impeçam a regeneração natural dos ecossistemas” (cf. Lei 9985 de 2000, art. 23).

#### **4.2 Caracterização da área de estudo**

As terras da região em que se localiza a RDS Itatupã Baquiá estão sujeitas às inundações diárias por efeito do regime das marés. Do ponto de vista jurídico-fundiário, essas terras são caracterizadas como “terrenos de marinha”, cuja proprietária é da União (cf. Art. 20, VII da Constituição Federal), sendo permitida somente a celebração de “contratos de cessão de uso”.

A ocupação das terras em função dos recursos naturais é semelhante às demais localidades da região das Ilhas. Secularmente, elas sempre foram ocupadas, mas essa ocupação intensificou-se durante o final do século XIX e início do século XX. Os padrões ou grileiros se estabeleceram na zona, levando consigo seus empregados (dezenas de famílias



vindas de outras regiões, principalmente do Nordeste do país), que se deslocaram para a região com o intuito de extrair o látex, principal produto econômico da Amazônia durante décadas. Chegando na região, essas novas famílias foram logo submetidas ao regime de aviamento (cf. Vieira, 2010).

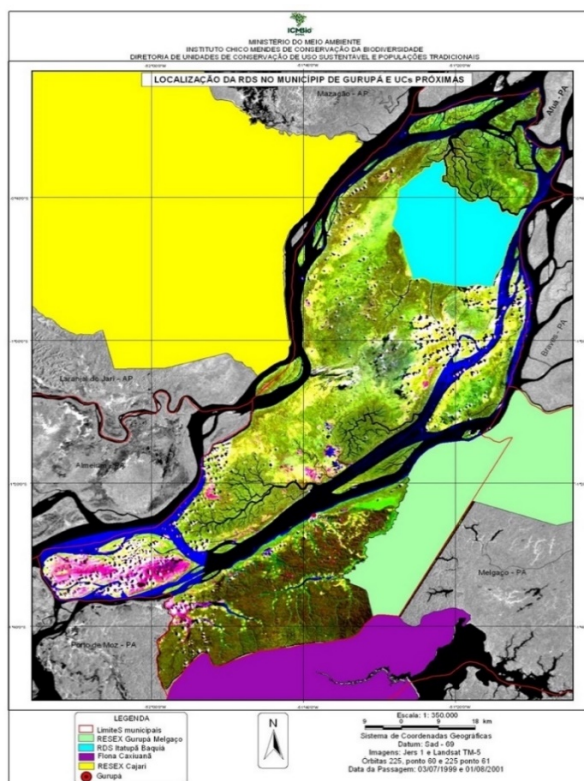
As ações de grilagem se intensificaram com a compra destas áreas pela empresa madeireira Brumassa, dando início a uma disputa entre os moradores da zona e o empreendimento que tinha como foco a exploração de madeira na região. Muitos desses extrativistas foram expulsos do lugar. Essas arbitrariedades provocaram mobilizações sociais pela permanência desses moradores em seus territórios. O resultado dessas pressões, mediante ações junto ao STF, veio com a expedição de concessões de uso da terra, ao final da década de 1990.

O passo seguinte na direção da consolidação do direito ao território foi dado quando, através do Decreto Presidencial S/Nº de 14 de junho de 2005, criou-se a RDS Itatupã – Baquiá, outorgando o termo de concessão de uso da terra à ATRAEIB.

#### **4.2.1 Localização geográfica.**

A RDS Itatupã – Baquiá está localizada na região das Ilhas do Marajó, na microrregião de Portel, ao norte do Estado de Pará (*vide* Figura 39), formando parte do município de Gurupá (7,5% da área total do município), onde ocupa uma extensão de 64.735 hectares.

**Figura 39** – Mapa de localização geográfica da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã – Baquiá.



**Fonte:** MMA, 2016.

A Reserva faz limite a Norte com os rios Jaburu, o furo do Açacu e o rio Tauari. Pelo Leste, com o rio Amazonas (canal Gurupá) e com as primeiras ilhas do município de Braves – PA, a Oeste, com a parte central da Ilha Grande Gurupá e com o rio Amazonas, costeando o Estado de Amapá, no município de Mazzagão. E a Sul, com o Rio Baquiá e o Projeto de Assentamento Agroextrativista Ilha Grande de Gurupá (cf. FASE, 2005).

#### 4.2.2 Divisão político-administrativa.

O território da RDS Itatupã – Baquiá encontra-se dividido em 7 comunidades (*vide* Quadro 12), que estão espalhadas ao longo de todo o território da reserva. Segundo um dos entrevistados, “essas comunidades foram formadas pela Igreja Católica, chamando cada uma delas com o nome de seu Santo o padroeiro e com o lugar ou rio onde se localiza” (Entrevistado 19, Nossa senhora do Perpetuo Socorro, 2017). Esses núcleos comunitários estão divididas em dois distritos: o distrito Itatupã e o distrito Baquiá.

**Quadro 12** – Divisão político administrativa da RDS Itaupã – Baquiá.

Nome da comunidade	Número de famílias residentes
<b>Distrito de Itatupã</b>	
São João do Jaburu	96
Santa Luzia do Urucuri	37
São Francisco de Piracuí	34
<b>Distrito de Baquiá</b>	
Belo Horizonte – São Sebastião do Tauarí	59
Santo Antônio do Baquiá Grande	50
Nossa Senhora do Perpetuo Socorro	18
Santa Maria do Tauarí	37
<b>Total</b>	331 famílias

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados levantados na pesquisa de campo, 2018.

De acordo com o entrevistado “nos estamos muito seguros dos limites de cada um dos prédios e das comunidades, embora, apenas dois das comunidades (Santa Luzia e São Francisco do Piracuí) possuam sua área totalmente incorporada á reserva; somo em total 331 famílias residente na área da RDS” (Entrevistado 20 2016, Santa Luzia do Urucuri, 2016).

#### **4.2.3 Rotas de Acesso.**

Por estar localizada numa zona de várzea, o acesso é feito exclusivamente por via fluvial (*vide* Figura 40). Por esse motivo, o deslocamento é um dos principais problemas a que enfrentam aqueles moradores, visto que dependem dos horários das embarcações para se deslocarem. Os trechos que contam com o transporte fluvial comercial são: RDS – sede municipal de Gurupá (barcos de passageiros saem 7 vezes por semana do porto de Santana – Amapá, com parada na RDS, no porto do Rio Baquiá - Grande); Santana – RDS (barcos de passageiros saem do porto de Santana na terça-feira e quinta-feira, com entrada na Reserva e parada em qualquer prédio da RDS) e RDS Santana (barcos comerciais entram na reserva na segunda-feira e na quarta-feira, com parada no porto de Santana) (cf. ICMBIO – Gurupá, 2016).

**Figura 40** – O transporte fluvial na RDS Itatupã – Baquiá, Belo horizonte.



**Foto:** David Alejandro Sepúlveda Vélez, 2016.

De acordo com um dos entrevistados, “o acesso fica mais complicado, já que a nossa região está sujeita ao movimento estacional e diário do nível das águas. Então se o nível das águas é baixo, muitas vezes é impossível o acesso as nossas casas, devido a que o barco não consegue navegar, é bem complicado para nós” (Entrevistado 21, São João do Jaburú, 2016).

#### **4.2.4 Fatores bióticos e abióticos.**

##### **4.2.4.1 Fatores abióticos**

###### **a) Clima:**

Em geral, a região apresenta um clima equatorial com temperatura média superior a 20 °C, durante o mês mais frio, e média anual de 26 °C. A precipitação anual é sempre superior a 2.000 mm. Embora exista uma estação caracterizada como “seca”, o motante pluviométrico não permite a ocorrência de déficit hídrico na região. As divisões estritas entre estações são inexistentes ou pouco acentuadas. A amplitude térmica é muito fraca e os dias têm a mesma duração em horas que as noites. Nessa região, predomina o centro de massa

de ar equatorial, com incidência de bolsões de ar na foz do rio Amazonas (cf. VIEIRA & SANTOS, 1987).

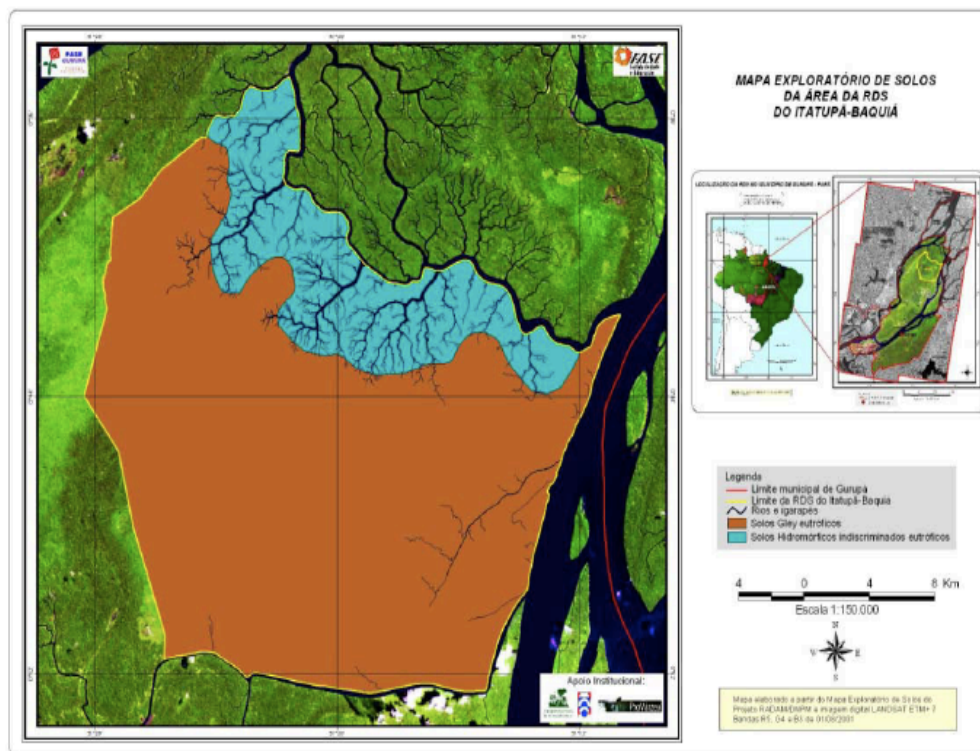
b) Geologia e relevo:

A formação geológica da região data do período quaternário. A estrutura geológica local é composta pelo Arco de Gurupá, estendendo-se entre os Cratons Guianês e Guaporé, sob a ilha Grande de Gurupá. A paisagem da região é inteiramente dominada pela extensa planície amazônica, com bruscas interrupções de aluviões holocênicas na foz do rio Xingu (cf. Brasil, 1974). Sobre a composição rochaosa, são registrados depósitos minerais de ouro, bauxita e caulim, embora não exista nenhum registro de lavra na área.

c) Solos:

Na RDS Itatupã-Baquiá, segundo estudos da FASE (2005), distinguem-se dois tipos de solos: gley eutrófico e solo hidromórfico, indiscriminado eutrófico. O primeiro tipo está localizado na divisa norte da RDS, margeando o rio Tauari. O segundo tipo abrange a maior parte da unidade de conservação, principalmete na região central da RDS.

**Figura 41** – Mapa dos solos na RDS Itatupã – Baquiá.



Fonte: FASE, 2001.

A caracterização química desses solos é básica, de pH acima de 8,2, com predominância de Sódio e Magnésio. Em geral, os solos da RDS – IB têm uma textura argilosa, predominantemente de baixa qualidade, mal drenados, com erosão nula ou quase nula e com 0-2% de declive (cf. FASE, 2005).

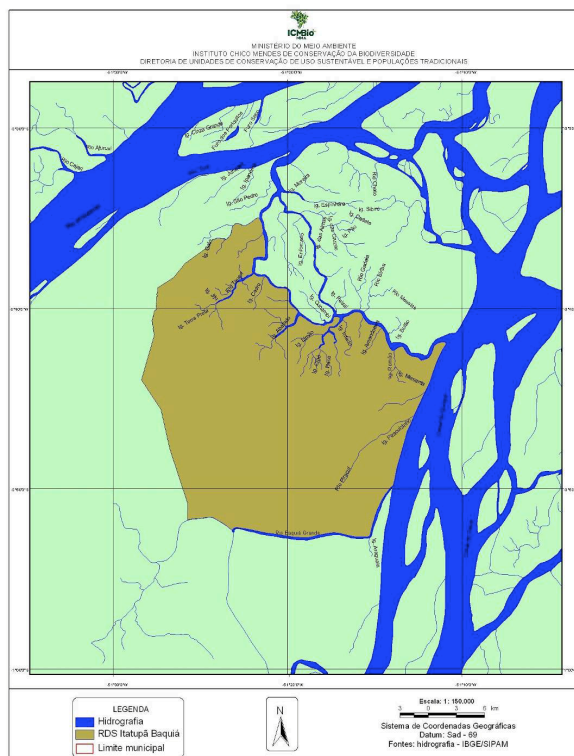
d) Hidrografia:

A hidrografia da região é formada pelos rios Jaburu, Tauari, Piracuí, Baquiá e seus vários igarapés e furos. Sua desembocadura encontra-se no rio Amazonas, porta de entrada da ilha Grande de Gurupá (*vide* Figura 42).

O movimento sazonal e diário das águas, pelas diferenças entre as marés máximas e mínimas, chega a ultrapassar 3 metros. Esse é o principal elemento definidor das paisagens desta região, onde se destacam as várzeas (baixas e altas) e os igapós, localmente denominados de “centros” (cf. MMA, 2016).

A hidrografia regional tem importância vital, com destaque para o seu potencial econômico como: a) único meio de transporte e comunicação entre as cidades e vilas, b) potencial pesqueiro e c) enriquecedor sedimentar das várzeas, através da ação dos rios de água barrenta.

**Figura 42** – Mapa hidrográfico da RDS Itatupã - Baquiá.



**Fonte:** ICMBIO, 2016.



As bacias que influenciam o regime das águas da RDS são formadas pelos rios Tauari, Jaburu, Baquiá e Piracuí, que recebem as águas do rio Amazonas em seu Canal chamado Gurupá. Quanto ao aproveitamento econômico da hidrografia, destaca-se a facilidade da navegação para o transporte de cargas e passageiros – sistema que interliga cidades importantes, como Macapá-Amapá e Altamira-Pará –, além do potencial pesqueiro e o constante enriquecimento sedimentar das várzeas que mantêm as florestas locais (cf. FASE, 2005).

#### 4.3.4.2 Fatores bióticos

##### a) Flora:

A vegetação na região apresenta uma alta diversidade e tem influência direta na hidrografia que define os principais ecossistemas regionais, com predominância das espécies próprias do ecossistema amazônico. Vegetação que também determina o alto nível de precipitações que ocorrem durante a maior parte do ano.

De acordo com (Brasil, 1974), predominam na região a Floresta Ombrófila, de dois tipos comuns à RDS: a Floresta ombrófila densa aluvial latifoliada com palmeiras – com destaque para o Buriti (*Mauratia flexuosa*), murumuru (*Astrocaryum murumuru*) e buçu (*Manicaria saccifera*) – e a Floresta ombrófila densa aluvial com cobertura arbórea, onde predominam espécies como o anai (*Symphonia globulifera*), o tachi (*Sclerolobium* sp), a mamorana (*Ochroma pyramidale*), a cinzeira (*Terminalia amazonica*) e a faveira (*Crudia amazonica*).

De acordo com o MMA (2016), na região existem muitas espécies com valor econômico, tais como: açaizeiro (*Euterpe oleracea*); ucuúba (*Virola surinamensis*); sumaúma (*Ceiba pentandra*); andiroba (*Carapa guianensis*); pau mulato (*Calicophyllum spruceanum*); cedro (*Cedrela odorata*), macacaúba (*Platymiscium filipes*); muiratinga (*Olmedia caloneura*); açacu (*Hura crepitans*) entre outras que ainda precisam ser estudadas e catalogadas.

##### b) Fauna.:

De acordo com levantamentos de dados sobre o perfil da fauna na região, foram encontradas 272 espécies durante as observações de campo (cf. Queiros *et al.*, 2004). Entre essas, foram classificadas 94 espécies de peixes e 83 de aves; dando atenção especial às espécies de crustáceos, devido à importância econômica de algumas delas para a economia da região.

Com relação à fauna aquática local, a enorme riqueza hídrica permite uma alta biodiversidade de peixes. Entre as espécies economicamente relevantes estão: o *Cynoscion*

*leiarchus*, o *Leporinus friderici*, a *Rhamdia quelen*, o *Hoplias malabaricus* e o *Osteoglossum bicirrhosum*.

Algumas espécies de mamíferos são aproveitadas pelos hábitos alimentares da população ali radicada, a exemplo dos veados do gênero *Mazama*, o tatu (*Prionates Maximus*), a mucura ou gambá (*Didelphis marsupialis*), entre outros. Com pouca ou nenhuma importância alimentar e econômica, também faz parte da fauna da RDS uma significativa quantidade de espécies de anfíbios, répteis e aves.

### 4.3 Reserva de Desenvolvimento Sustentável e o contexto social

#### 4.3.1 Aspectos demográficos da RDS Itatupã – Baquiá

A ZRDS – IB está localizada no município de Gurupá, ao norte do Estado de Pará, na região conhecida como Amazônia legal. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2017), o município de Gurupá possui uma população estimada de 32.458 habitantes. No que se refere a situação domiciliar, a maior parte da população do município – cerca de 21.747 habitantes (67% da população) – reside no meio rural, enquanto 33% - cerca de 10.711 municípios – ocupam a área urbana.

**Tabela 4** – População total estimada da RDS Itatupã – Baquiá.

<b>Nome da comunidade</b>	<b>Número habitantes</b>
<i>Distrito de Itatupã</i>	
<i>São João do Jaburu</i>	463
<i>Santa Luzia do Urucuri</i>	179
<i>São Francisco de Piracuí</i>	164
<i>Belo Horizonte – São Sebastião do Tauari</i>	285
<i>Santo Antônio do Baquiá Grande</i>	242
<i>Nossa Senhora do Perpetuo Socorro</i>	87
<i>Santa Maria do Tauari</i>	179
<b>Total</b>	<b>1600</b>

**Fonte:** Elaboração própria, 2018

A população da RDS - IB é de aproximadamente 1600 habitantes, 4.9% dos residentes no município. Considerando que a população da RDS – IB é predominantemente rural, esta



vem a representar 7.4% da população rural de Gurupá. Os moradores da reserva se encontram distribuídos ao longo das sete comunidades compõem a reserva (*vide* Tabela 4).

As densidades demográficas do município de Gurupá e da RDS – IB são consideradas baixas; fenômeno que se repete ao longo de todas as regiões do Estado do Pará. Esses dados aparecem figurados a seguir.

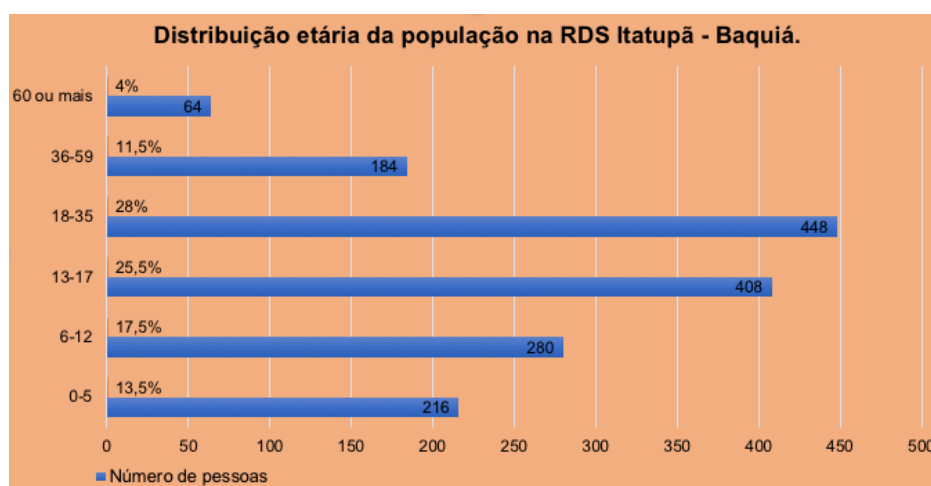
**Quadro 13** – Área territorial, população e densidade demográfica do município de Gurupá e da RDS Itatupã – Baquiá.

	Gurupá	RDS Itatupã – Baquiá
<b>Área territorial (Km<sup>2</sup>)</b>	8.540,11	647,35
<b>População estimada</b>	32.458	1600
<b>Densidade demográfica (Hab./km<sup>2</sup>)</b>	3.80	2.47

**Fonte:** Elaboração própria, baseado em dados do ICMBio (2016).

Quanto ao perfil etário da RDS – IB, observa-se que a população economicamente ativa, aquela entre 18 e 59 anos de idade, representa 39.4% da população total da zona, os idosos (maiores de 60 anos) 4.2% e as crianças e adolescentes (entre 0 e 17 anos) 56.4% (*vide* Figura 43).

**Figura 43** – Distribuição etária da população na RDS Itatupã – Baquiá.



**Fonte:** elaboração própria, a partir de dados levantados na pesquisa de campo (2017).

No que diz respeito à religião, observa-se que a maior parte da população (94% das pessoas entrevistadas) professam o catolicismo (*vide* Figura 43). Esse fervor religioso é facilmente percebido no cotidiano das comunidades e nos seus eventos religiosos, quando

cada povoado se dedica à celebração do dia do seu santo padroeiro. Os evangélicos adventistas formam a segunda confissão religiosa de maior predomínio na zona.

**Figura 44** – Celebração religiosa na comunidade de Santa Luzia do Ururucui.



**Fonte:** Foto de David Alejandro Sepúlveda Vélez, 2016.

Segundo um dos participantes de um grupo focal realizado no distrito de Itatupã, “a religião une as pessoas. Cada domingo a gente se congrega nas nossas igrejas, celebra a sagrada eucaristia, e depois a gente bate um papo com os nossos vizinhos. Devido às distancias entre nós, o domingo é o único dia para a gente se juntar, e a igreja é o local de congregação” (Participante do grupo focal distrito de Itatupã, 2016).

#### **4.3.2 O contexto social**

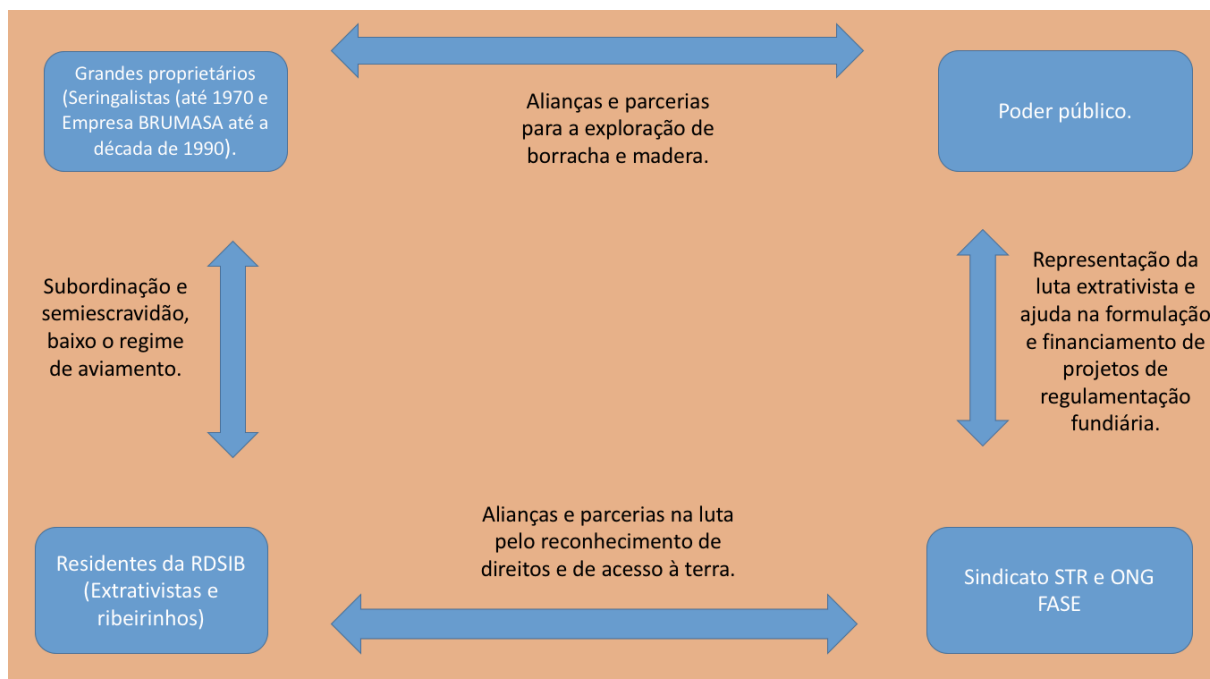
##### **4.3.2.1 Relações entre os diferentes atores da estrutura fundiária na ZRCPB.**

A chamada formação bimodal (cf. Machado 1998) da estrutura fundiária comum no contexto brasileiro foi a que predominou ao longo de várias décadas naquela região: a grande propriedade, representada pelos seringalistas e depois pela Empresa BRUMASA (ambos sistemas de investimento capitalista) e a pequena propriedade, sob o formato de extrativismo, constituído, em sua maioria, comunidades ribeirinhas. Ambos esses atores chegaram na região durante o auge da borracha.

Vários atores históricos que estiveram envolvidos em meio às disputas pelo território nos permitem compreender a estrutura fundiária na zona; eles são: os grandes

empreendedores capitalistas, o poder público, a população ribeirinha e as organizações civis (vide Figura 45).

**Figura 45** – Atores e relações na estrutura fundiária na RDS Itatupã – Baquiá.



**Fonte:** Elaboração própria, a partir de dados levantados em campo (2017).

Na Figura 45, apresentam-se os diferentes atores históricos que conformam as relações existentes dentro RDS – IB. Ressalta-se o fato de que até a década de 1990, os grandes proprietários estiveram presentes na luta pelo controle do território, e que logo após as pressões empreendidas pela população e pelo STR em favor da legalização das terras, esses atores desapareceram da cena política e da estrutura fundiária local. A seguir são descritas essas relações históricas entre esses diferentes segmentos e atores.

#### 4.3.2.1.1 Relação entre grandes proprietários e o poder público.

Durante o ciclo econômico da borracha, o Estado brasileiro protagonizou uma série de investimentos junto ao cenário produtivo regional. Após o declínio desse produto, a região viveu um outro ciclo econômico: agora o da exploração madeireira. Nesse período, o poder público permitiu a ocupação de grandes quantidades de terras por atores do setor, deixando a população extrativista abandonada ao jogo dos grandes investidores.

Ao longo de todos esses dois ciclos produtivos, a relação entre os grandes proprietários da região e o poder público sempre esteve pautada pela conveniência econômica e pelo potencial de exploração e exportação de produtos florestais.

#### 4.3.2.1.2 Relação entre os grandes e os pequenos proprietários.

Como foi explicado anteriormente, a relação entre esses dois atores baseou-se na subordinação e exploração do trabalho, através do regime de aviamento iniciado durante o ciclo da borracha. Essas relações desapareceram na década de 1990, quando, pressionado pelos pequenos produtores associados ao STR e à FASE, o poder público iniciou a regulação fundiária da área.

#### 4.3.2.1.3 Relações entre pequenos proprietários e as organizações civis (STR e FASE).

As relações entre estes atores esta fundamentada na ajuda mútua. Antes de 1986, os trabalhadores rurais não se sentiam representados pelo sindicato, que até então era coordenado pelos comerciantes e pelo poder público de Gurupá. Com a vitória da chapa popular naquele ano, houve uma mudança na representação daqueles trabalhadores. Desde então, o sindicato, em parceria com a FASE, deu início a uma luta pelo reconhecimento dos direitos fundiários dos pequenos proprietários. Segundo um dos entrevistados, “o objetivo dos processos de criação destas áreas foi, primeiramente, sair do patrão, e depois a gente se virava” (Entrevistado 20, São João do Jaburu, 2016). Essas relações aumentaram a confiança dos ribeirinhos e extrativistas, que observaram no associativismo uma forma real de representação social e luta pelos direitos.

#### 4.3.2.1.4 Relações entre as organizações sociais e o poder público

As organizações sociais do município de Gurupá – representadas pelo STR – desfrutaram de relativa aceitação por parte do poder público, em grande parte, devido a pouca ou nula representação dada aos trabalhadores rurais por aquele sindicato. Essas boas relações continuaram ao longo dos anos, mesmo com as mudanças na ordem das prioridades políticas, quando a chapa dos trabalhadores rurais saiu vitoriosa durante as eleições sindicais de 1986. A partir dessa vitória, o STR assumiu a luta dos trabalhadores rurais, passando a atuar diretamente em favor da regulação fundiária do município. Os primeiros frutos dessa engajamento político vieram durante ano de 1998, quando foram criados o assentamento de Camutá e uma área quilombola.

#### 4.3.2.2 Acesso à terra e moradia

Com relação aos dados sobre a residência e o acesso à terra, verificou-se que 83% dos moradores possuem moradia na área, residindo no interior da RDS. No entanto, 17% não são proprietários do imóvel onde habitam, embora possuam algum tipo de vínculo com o proprietário: filho, sobrinho, primo, genro ou nora.

Segundo as informações obtidas no grupo focal realizado no Distrito de Baquiá (2017), 15% dos habitantes afirmaram não entender o significado de morar numa área de reserva. Porém, para os participantes daquele grupo focal, houve mudanças significativas no que diz respeito ao acesso à terra. De acordo com um dos deles, “a criação da zona trouxe uma segurança [fundiária] à região, como nunca antes tivemos. Essas terras que sempre consideramos como próprias, já que muitos de nós nascemos aqui, não eram legalmente da gente. Mas com a assinatura do contrato de uso da terra, todo isso mudou” (Participante grupo focal, distrito de Baquiá, 2017).

Sobre a Concessão do Direito Real de Uso, um alto número de pessoas (acima de 90%) desconhece o documento, o que se reflete na percepção da população acerca do direito de propriedade sobre a terra, que foi outorgado à ATRAEIB por cinquenta anos (cf. ICMBio – Gurupá, 2016).

Sobre a questão da moradia, descobriu-se que a maioria dos moradores da RDS – IB (93%) vivem sob condições de superlotação: são vários os casos de unidades residenciais pequenas compostas por 4-5 membros. As casas são feitas em sua totalidade (paredes e piso) de madeira extraída da zona, com cobertura de telha de amianto (55%), palmeira (26%) e palha (8%), entre outros materiais. Essas casas apresentam condições entre regulares e ruins (*vide* Figura 46).

Com relação à forma de aquisição da moradia, são registrados os sistemas de posse (34.3%), doação (29,3%) ou herança (19.4%). Embora esse percentual do número de proprietários pareça elevado, segundo os cálculos do ICMBio (2016), somente 18% dos moradores de fato possuem o documento de aquisição da moradia cadastrado no INCRA ou no Instituto de Terras Estadual.

**Figura 46** – O contraste das casas na RDS Itatupã – Baquiá.



**Foto:** David Alejandro Sepúlveda Vélez, Comunidades São João do Jaburu (Esquerda) e Santo Antônio do Baquiá (Direita), 2017.

Sobre a forma de cocção dos alimentos, todos os imóveis possuem fogão a lenha. Somente 2% das residências possuem fogão a gás. Mas, mesmo assim, o fogão a lenha ainda é preferencialmente usado nesses contextos domésticos.

Naquelas comunidades, 59.9% da energia elétrica utilizada pelos moradores é acessada através de geradores domiciliares. Outras fontes de energia são as velas ou lamparinas (27.9%), lampião (7.3%), gerador comunitário (4,4%) e a energia solar (0,5%) (cf. ICMBIO – Gurupá, 2016).

#### 4.3.2.3 Educação

No que tange à questão da educação, foram identificadas algumas características que atrapalham ou dificultam o processo educativo na RDSIB. Dentre essas, destacam-se: a precária infraestrutura física (*vide* Figura 47), o agravante da pobreza e os poucos professores disponíveis.

De acordo com o ICMBio – Gurupá (2016), 60% dos habitantes com idade superior a 19 anos da RDSIB não possuem nenhum grau de escolaridade; 20.5% tem somente o Ensino Básico; 11,5% concluiu o Ensino Eundamental e apenas 8% completou o Ensino Médio ou algum curso do Ensino Superior (*vide* Figura 47). Esses dados refletem os baixos níveis de acesso ao sistema educativo na área e o alto nível de evasão escolar iniciados pelos estudos.



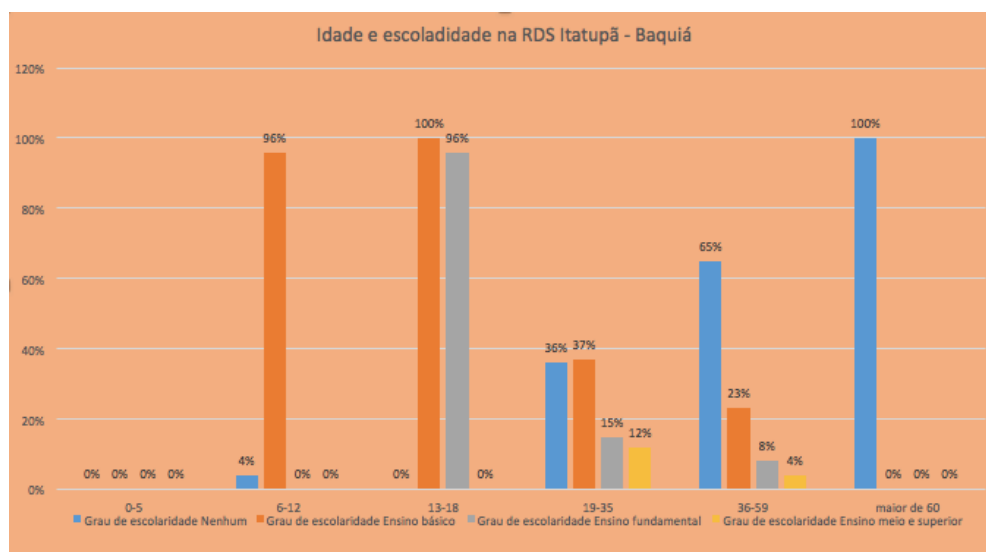
**Figura 47** – Infraestrutura educativa na RDS Itatupã – Baquiá.



**Foto:** David Alejandro Sepúlveda Vélez, Comunidade São Francisco do Piracui, 2017.

Verificou-se, no entanto, o alto grau de comprometimento dos pais com a escolaridade de seus filhos: apenas 4% responderam que mantêm suas crianças longe do ambiente escola; fenômeno justificado pela “falta de documentação” ou porque as crianças “não gostam da escola”.

**Figura 48** – População da RDS Itatupã – Baquiá por idade e escolaridade.



**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados levantados na pesquisa de campo, 2018.

Na Figura 48, verifica-se o baixo nível de evasão escolar da área, esse somado ao baixo nível de escolaridade da população acima de 39 anos; o que nos permite afirmar que nos houve uma alta evasão em períodos anteriores, possivelmente como resultado dos ciclos exploratórios vividos pela região.

Mesmo com uma infraestrutura física precária, as políticas públicas de merenda e transporte escolar e de incentivo à educação, em geral, têm ajudado na diminuição dessas altas taxas de evasão; além, é claro, de fatores como a regularização da situação fundiária, que diminui as pressões sociais existentes sobre os pais dos alunos.

Na região, cada um dos núcleos comunitários possui a sua sede escolar, contabilizando o total de 7 instituições. No que concerne à infraestrutura das escolas, observou-se que cada uma das sedes apresenta poucas salas de aula, algumas são divididas por lonas, a fim de atender, simultaneamente, a diferentes cursos regulares (*vide* Quadro 14). Essas escolas apresentam condições físicas regulares ou boas.

**Quadro 14** – Estado da infraestrutura educativa da RDS Itatupã – Baquiá.

Nome da comunidade – escola	Infraestrutura física
<b>Distrito de Itatupã</b>	
<b>São João do Jaburu</b>	Estado bom da infraestrutura, faltam salas para aulas.
<b>Santa Luzia do Urucuri</b>	Estado regular da infraestrutura, faltam salas para aulas.
<b>São Francisco de Piracuí</b>	Estado regular da infraestrutura, faltam salas para aulas.
<b>Belo Horizonte – São Sebastião do Tauarí</b>	Estado regular da infraestrutura, faltam salas para aulas e outros espaços.
<b>Santo Antônio do Baquiá Grande</b>	Estado bom da infraestrutura, faltam salas para aulas.
<b>Nossa Senhora do Perpetuo Socorro</b>	Estado bom da infraestrutura, faltam salas para aulas e outros espaços.
<b>Santa Maria do Tauarí</b>	Estado bom da infraestrutura, espaços adequados para o ensino-aprendizagem.

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados levantados em campo (2018).

Todos os centros escolares possuem lavatórios e banheiros feitos de madeira, carecendo, no entanto, de sistemas de esgoto e de tratamento de água. Todos os resíduos são despejados diretamente nos rios.



Outro dado importante tem a ver com o acesso à internet e fontes bibliográficas em geral. De acordo com o ATRAEIB (2016), a região não conta com acesso à rede mundial de computadores e não possui bibliotecas comunitárias.

No que se refere à qualidade da educação, 40% da população considera que a educação oferecida aos estudantes é regular, 25,4% considera boa e apenas 10% se encontra descontente com a qualidade do ensino. De acordo com os participantes dos grupos focais, para se ter uma educação de qualidade, é preciso: ter um espaço digno e uma infraestrutura adequada às necessidades da prática de ensino: salas compatíveis com o número de alunos, quadras poliesportivas, bibliotecas, espaço para informática, acesso à internet e geradores de energia elétrica (Grupos focais distritos de Itatupã e Baquiá, 2017).

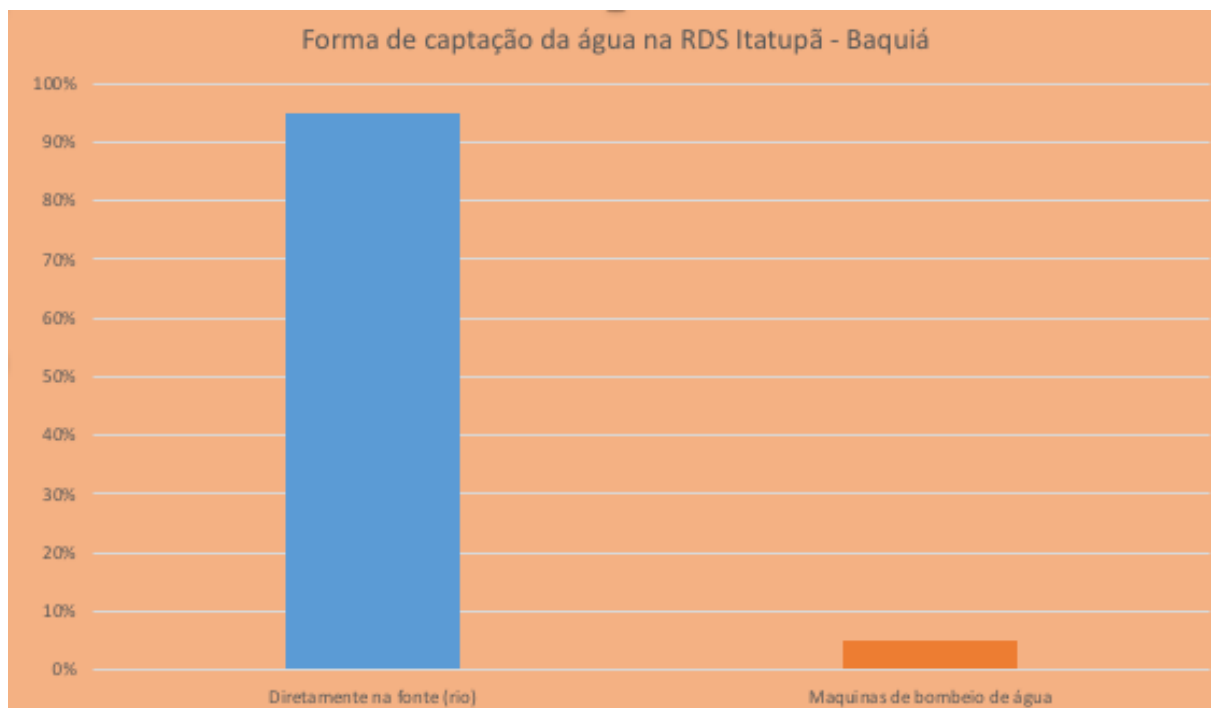
A educação superior não é uma opção de fácil acesso para os habitantes da RDS: o único centro disponível se encontra na cidade de Macapá. No geral, eles acham importante o acesso ao Ensino Superior. De acordo com um dos participantes dos grupos focais: “nós queremos formar nossos jovens aqui na RDS para termos engenheiros, médicos, agrônomos etc., e que eles fiquem aqui na reserva para nos ajudar” (Grupo focal distrito de Baquiá, 2017).

#### 4.3.2.4 Saúde

Naquele contexto, as formas irregulares de despejo do lixo sólido impactam diretamente no meio ambiente local e na qualidade de vida da população. Sobre esse aspecto, foram identificados, basicamente, dois problemas: a ausência de coleta de resíduos sólidos e a destinação inadequada dos mesmos. O lixo é despejado principalmente nos rios. Não existem redes de esgoto, sistemas de tratamento e distribuição de água potável ou aterros. A única fonte de abastecimento de água da região são os rios. Poucos moradores (5%) possuem fossas sépticas. O resultado disso são as inúmeras casuísticas de doenças como diarreia, vômito e gastroenterite.

A captação da água é feita diretamente nas fontes naturais por meio de baldes. Em seguida, ele é fervida e colocada à disposição para consumo. Poucos moradores da região possuem motobombas ou bombas que levem a água até o interior das casas (*vide* Figura 49).

**Figura 49** – Forma de captação da água na RDS Itatupã – Baquiá.



**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados levantados em campo (2018).

Outras doenças costumeiramente encontradas na comunidade são: câncer de pulmão, associada ao uso de fogão a lenha, câncer de estômago e leucemia (associados à contaminação por mercúrio), febre amarela, infecções intestinais agudas e leishmaniose. Emergências médicas frequentes na reserva são provocadas por picadas de serpentes e afogamentos.

Quanto à infraestrutura dos postos de saúde, existem três postos na RDS: na comunidade de São João do Jaburu, na comunidade de Santo Antônio do Baquiá e na comunidade de Santa Maria da Foz do Tauari (*vide* Figura 49). Os três postos encontram-se em condições precárias no que tange à sua infraestrutura predial e aos seus equipamentos. Além disso, constatou-se que não atuam agentes de saúde na área, nem médicos plantonistas. O pronto-socorro não tem medicamentos, soro antiofídico ou vacinas.

A ausência de transportes adequados para o deslocamento de pacientes até os hospitais dificulta o acesso ao serviço médico-hospitalar de emergência. Na busca de atendimento médico especializado, a população se desloca até a cidade de Macapá, onde fica o hospital mais próximo à RDS.

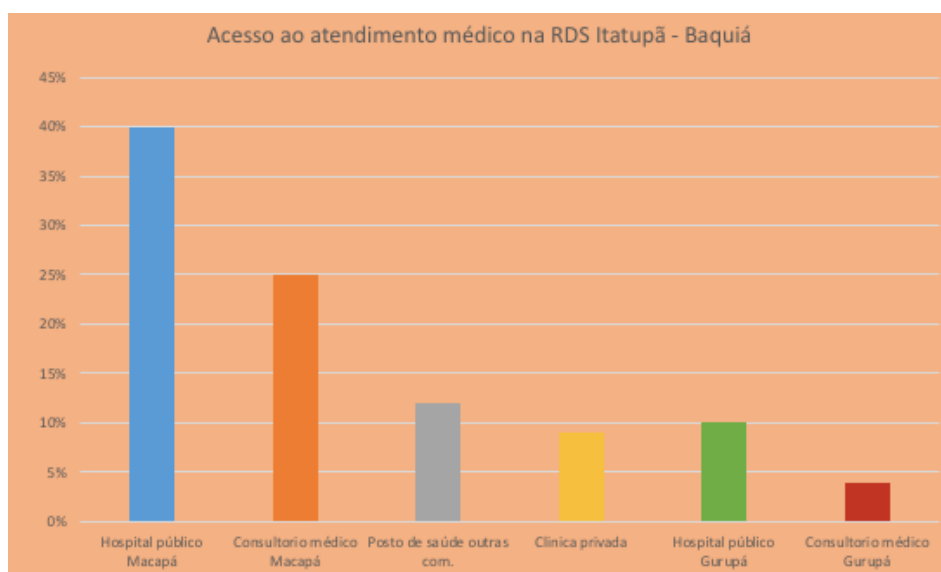
**Figura 50** – Posto de saúde na RDS Itatupã – Baquiá.



**Foto:** David Alejandro Sepúlveda Vélez, Comunidade de São João do Jaburu, 2016.

Com relação ao local de atendimento médico (*vide* Figura 48), 40% da população procura atenção em hospitais públicos de Macapá; 25% em consultórios particulares de Macapá; 12% em clínicas privadas; 9% em postos de saúde de outras comunidades; 10% em hospital público de Gurupá e 4% em consultórios particulares de Gurupá.

**Figura 51** – Acesso ao atendimento médico na RDS Itatupã – Baquiá.



**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados levantados em campo, 2018.

#### 4.3.2.4 Organização social.

A base associativa e organizativa da RDS Itatupã – Baquiá encontra-se sob a liderança da Associação dos Trabalhadores Rurais Agroextrativista do Itatupã – Baquiá. A STR representa a zona por meio de 4 delegacias sindicais. As atividades desenvolvidas pelas delegacias referem-se a: a) organização social dos trabalhadores rurais ou extrativistas, b) apoio as associações sociais (ATRAEIB, no caso da RDSIB) e, c) o encaminhamento de benefícios previdenciários para a população (cf. ICMBio, 2016).

Logo após o início da luta sindical, através da qual foi possível a reestruturação fundiária na região, os moradores da RDS – IB entenderam o significado da organização coletiva para a defesa de seus interesses. Para eles, desde então, a vida dentro da comunidade organizada politicamente tem sido fundamental. Quanto à ideia de “comunidade”, Sorrentino *et al.* (2013) propõe um conceito que não seja:

como lugar num mapa, mas como conceito de existência com estímulo à solidariedade, em que cada qual busca e exercita sua própria identidade, individual e coletiva, a partir do diálogo, cujas descobertas promovam a potência de ação, permitindo que sejamos capazes de iniciar e manter processos que possibilitem a tão almejada felicidade (SORRENTINO *et al.*, 2013, p.22).

Durante a pesquisa de campo, constatou-se a forte relação dos moradores com o associativismo e com a vida política da comunidade, em geral. Acredita-se que isso tenha sido o resultado das conquistas das organizações sociais e sindicais, que trouxeram à região conceitos e práticas organizativas de base comunitária. Foi essa “sociedade-comunidade” que, segundo um dos participantes do grupo focal, “fortaleceu a nossa identidade, nos ajudou no processo de construção de conhecimento e da vontade de agir para resolver os nossos problemas juntos” (Participante grupo focal distrito de Itatupã, 2016).

Os habitantes da zona são cientes de que o título de propriedade das terras, o contrato de concessão do direito real de uso, é apenas uma das vitórias possíveis. Muitos direitos ainda precisam ser conquistados: “nós estamos muito felizes com o título de propriedade de reserva, mas temos que continuar agindo como comunidade, todos nós juntos, pois ainda precisamos avançar, para ter a reserva que queremos” (Participante grupo focal distrito de Baquiá, 2017).

Dentro dessas comunidades, existentes barracões que costumam abrigar uma grande diversidade de instituições e eventos. São neles onde, por vezes, funcionam as escolas, os postos de saúde, onde são realizadas as reuniões e as festas religiosas. Eles

também servem de local para os encontros comunitários em geral, interações que atuam no fortalecimento dos laços sociais.

#### **4.4 A Reserva de Desenvolvimento Sustentável e a economia local.**

##### **4.4.1 Características da produção extrativista e agropecuária.**

As dinâmicas econômicas da reserva se baseiam, principalmente, em atividades de extração de produtos da floresta e em atividades agropecuárias; esses que configuram os principais meios de subsistência e renda.

Na região, existem 331 imóveis ocupados por famílias, mas não existe um registro de dados sobre o tamanho das propriedades. O modo de mensuração das terras é a “olho nu” e “apalvrado”. Por esse motivo, alguns conflitos entre vizinhos são registrados; basicamente, como resultado de alguma invasão de terras e/ou extração de recursos. Contendas que geralmente são resolvidas de maneira pacífica.

A estrutura dos imóveis é o principal problema fundiária encontrado na área. As concepções e as práticas conservacionais se tornam fragilizadas pelo nível de compreensão de alguns moradores sobre o direito de uso da terra: muitos deles não entendem que as terras são da União e que o direito de uso pertence à ATRAIEB.

Um outro problema é que os moradores do entorno da RDS – IB entram na área de reserva e extraem recursos sem autorização. Quando se pergunta por que aqueles residentes da região não fazem parte da experiência da RDS, alguns deles respondem que “na época da criação da reserva, a FASE veio à zona e explicou o projeto para todos nós, só que alguns ficamos com medo de ser uma estratégia do governo para nos tirar da terra, foi por isso que a gente não quis participar do projeto de reserva. Mas agora a gente quer fazer parte, mas a associação (ATRAIEB) não quer não” (Entrevistado 20, morador do entorno ao distrito de Baquiá, 2017).

Esse fenômeno é explicado por Hirschman (1970) através da teoria dos “*free riders*” (os “caroneiros”). De acordo com esse autor, alguns atores sociais tendem a se abster da ação coletiva na medida em que pensam que segundos atores farão o trabalho por eles, para, enfim, ambos atingirem algum objetivo mutuamente proveitoso. O resultado é que a “ação coletiva” acaba sendo conturbada por esses primeiros sujeitos.

Para a ATRAIEB, esses moradores do entorno devem passar por um processo de admissão à associação, onde todos os membros devem votar para decidir pela aceitação ou não desses sujeitos. Como visto em experiências eleitorais anteriores, a maior parte dos moradores da zona não aceita o ingresso de outras pessoas, pelo simples fato de esses não

terem participado do processo de criação da RDS desde o início; por recusa ou desinformação sobre os trâmites. Além disso, o processo de ampliação dos limites da RDSIB não está na competência da ATRAIEB, é um processo que compete ao ICMBio e ao Governo Federal.

Quanto às características produtivas das famílias, verificou-se que o modo de vida das populações vinculadas à RDSIB se baseiam em atividades pautadas pelo extrativismo vegetal, animal (sobretudo, a pesca) e em algumas atividades de extração de madeira. Quanto às atividades extrativistas vegetais, os principais produtos extraídos são: açaí (principal fonte de renda para os moradores da reserva), palmito, sementes de andiroba e pracaxi. Os produtos extrativistas de origem animal são peixes e alguns mamíferos, tais como veados, tatus e mucuras.

No que concerne às atividades agrícolas, descobriu-se que anteriormente eram cultivadas roças de mandioca, milho, feijão, melancia, jerimum, batata-doce e banana. Hoje, só uma pequena parte das famílias cultiva roças desse tipo. Já as atividades pecuárias se resumem à criação de porcos e galinhas. A seguir são descritos os perfis agroextrativistas comuns à RDSIB.

#### 4.4.1.1 Sistemas agroextrativistas vegetais na RDS Itatupã – Baquiá.

Em termos de extrativismo vegetal, verificou-se que 90% das famílias realizam alguma atividade do ramo. Essas atividades estão concentradas, principalmente, na comercialização do açaí, do palmito e das sementes e extração da mandeira; que é essencialmente utilizada dentro da própria comunidade.

No que se refere à extração de açaí, identificou-se que todas as famílias praticam esta atividade, umas mais que outras. A extração atende ao consumo (entre 5% e 10%) e à venda (entre 90% e 95%), e utiliza mão de obra jovem masculina, principalmente. Segundo dados do ICMBio – Gurupá (2016), existem na zona, aproximadamente, 788 hectares destinados à extração do açaí; sendo as margens dos rios e igarapés as áreas mais exploradas, devido ao fácil acesso aos açais que elas oferecem.

O modo de coleta do açaí requer, frequentemente, duas pessoas: uma para subir nas palmeiras e coletar os galhos, e outra para debulhar os frutos e colocá-los nos “paneiros” ou nas vasilhas usadas para transportar o açaí (*vide* Figura 52). Quando o produto é utilizado para o autoconsumo, alguns moradores debulham os galhos coletados com a ajuda das mulheres.



**Figura 52** – O açaí pronto para a comercialização.



Foto: David Alejandro Sepúlveda Vélez, Porto de Gurupá, 2016.

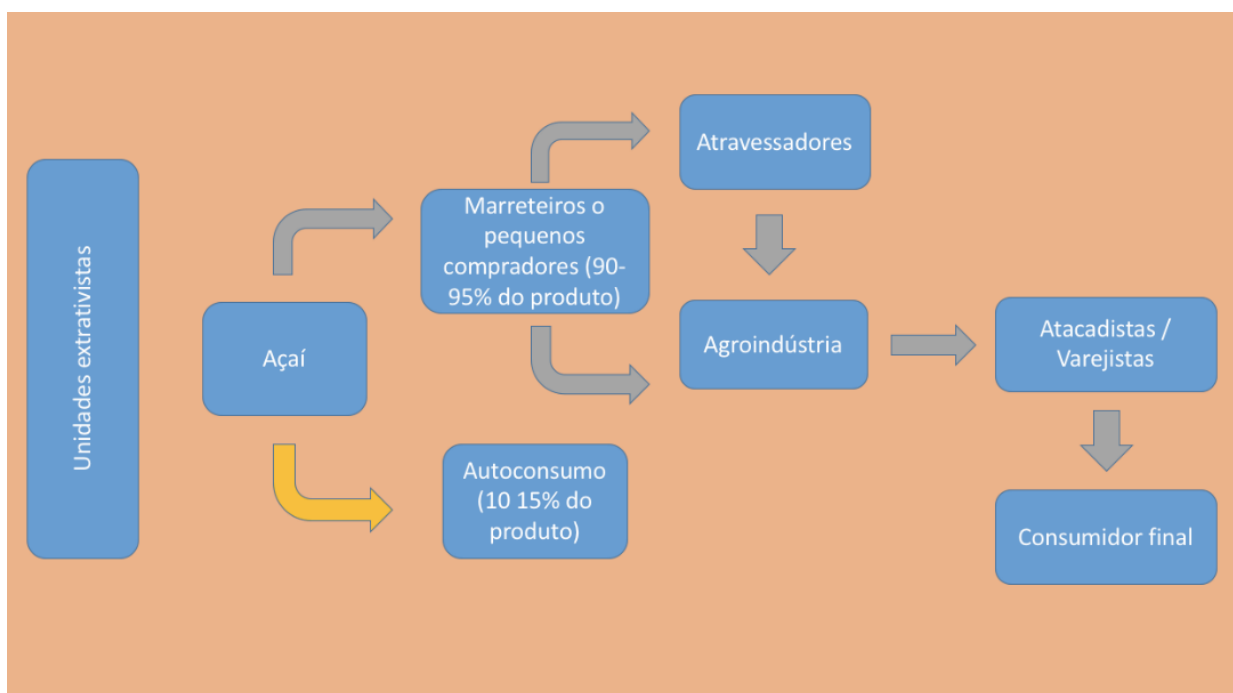
As atividades de extração do açaí dependem da época da safra, que geralmente tem início no mês de março, atingindo seu auge nos meses de abril, maio e julho. A safra começa a rarear em agosto. Entre setembro e fevereiro, o nível de produção dos açaizeiros diminui junto com as atividades de extração, provocando um forte impacto na renda das famílias. Nesses períodos, as famílias dedicam-se a outras atividades, tais como a limpeza dos açaizais e trabalhos domésticos em geral.

A comercialização do açaí fica por conta dos “marreteiros”, pequenos atravessadores que percorrem os rios comprando o açaí das famílias extratoras. Produto que é vendido nos mercados de Breves e de Belém, no Pará, e de Santana, no Amapá, onde são processados, industrializados e comercializados (*vide* Figura 53). Os marreteiros, além de comprar o açaí, vendem outras mercadorias na região, principalmente arroz, óleo, feijão, sal, açúcar e frango congelado, entre outros produtos de difícil acesso na região.

A importância de outros produtos, tais como o palmito, deve-se ao fato de que sua função é a ser uma espécie de “reserva”, já que se encontra disponível a qualquer época do ano. Em caso de alguma urgências de ordem econômica, os moradores podem extrair e

vender o palmito com facilidade. A atividade de extração do palmito possui duas características: extração seletiva (coleta programada) ou como resultado da limpeza dos açaiçais ou do manejo do açaí (coleta não programada).

**Figura 53** – Fluxo de comercialização do açaí produzido na RDS Itatupã – Baquiá.



**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados levantados na pesquisa de campo, 2018.

Outros produtos vegetais extraídos são as sementes, principalmente a andiroba e o pracaxi; atividade praticada por 25% dos moradores da RDSIB. Essas coletas de sementes são feitas nos meses de fevereiro e março, no leito dos rios e igarapés. Segundo um entrevistado da ATRAEIB, “na extração de sementes participam geralmente as mulheres da zona, elas coletam as sementes e extraem o óleo, artesanalmente, que é usado na medicina popular e vendido em feiras e empresas conforme encomenda do produto” (Entrevistado 15, ATRAEIB, 2016).

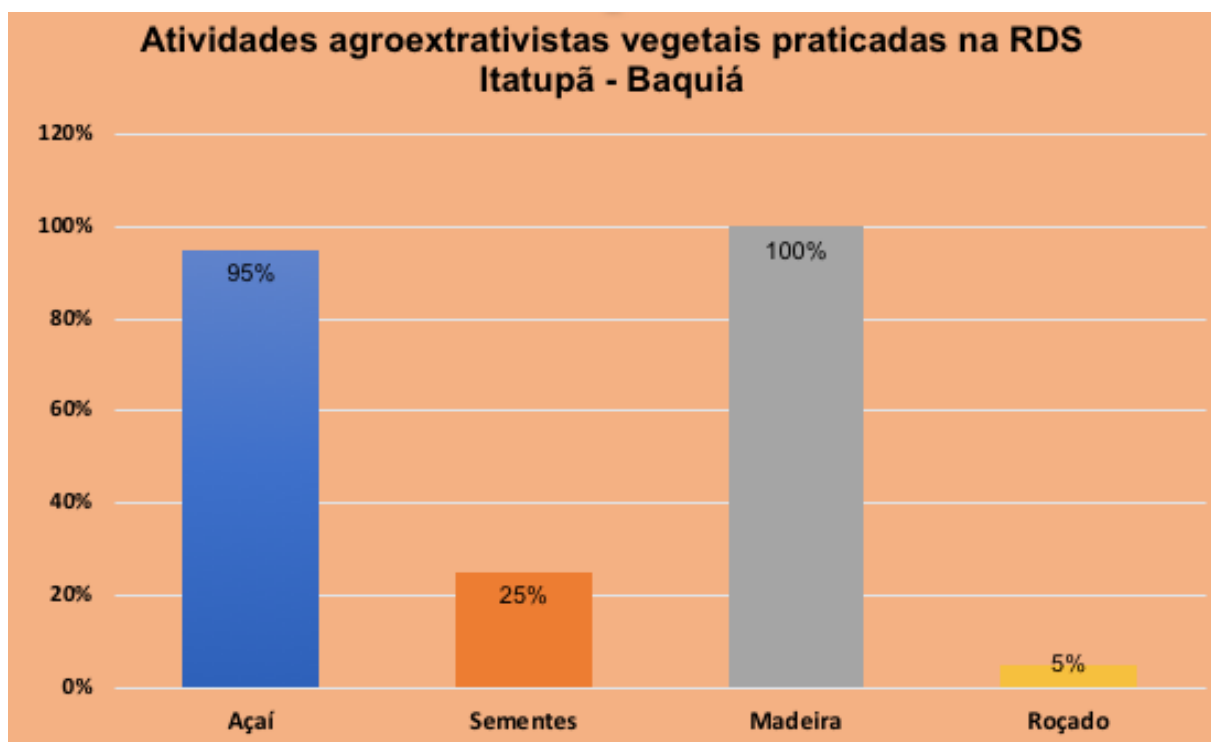
A extração de madeira, praticada por 100% dos moradores da reserva, é realizada visando o consumo interno. Ela é utilizada na construção de casas, pontes, pequenas embarcações, melhorias nas residências e canoas e na preparação dos alimentos. Não existe exploração comercial na área da RDSIB.

O número de famílias que se dedicam às atividades de produção agrícola ou roçado é muito baixo (5%). Anteriormente, as atividades agrícolas tinham uma importância estratégica na segurança alimentar, principalmente, para as famílias com mais disponibilidade



de mão de obra. Quando realizadas, essas atividades visam, basicamente, o autoconsumo. Esses roçados são abertos em áreas que não ultrapassam os 0,5 hectares, onde se costuma plantar o milho, a mandioca e a batata-doce, entre outros produtos.

**Figura 54** – Distribuição percentual das atividades vegetais praticadas na RDS Itatupã – Baquiá.



**Fonte:** Elaboração própria com dados levantados na pesquisa de campo, 2016.

Na figura anterior, observa-se as principais atividades agroextrativistas vegetais praticadas na RDS. Nota-se que a extração do açaí e da madeira são as atividades mais praticadas pelos moradores da zona: 95% e 100%, respectivamente. É importante ressaltar que o açaí é o principal produto gerador de renda para as famílias da reserva, enquanto que a madeira é extraída para fins não comerciais. Atividades como a coleta de sementes e os roçados são praticadas em menor proporção – 25% e 5%, respectivamente – e com diferentes propósitos: as sementes são vendidas e os produtos do roçado são consumidos pelas próprias famílias.

#### 4.4.1.2 Sistemas extrativistas animais

Por se tratar de uma Unidade de Conservação localizada às margens do rio Amazonas, a RDSIB é uma região rica em recursos hídricos e, por isso, é dotada de um

significativo potencial para a atividade pesqueira (*vide* Figura 55). A pesca é a principal atividade extrativista de origem animal. Praticada por 95% dos moradores da reserva, ela garante a maioria das fontes proteicas que abastecem as famílias da região (cf. ICMBio - Gurupá).

**Figura 55** – Produto da pesca na RDS Itatupã – Baquiá.



**Foto:** David Alejandro Sepúlveda Vélez,  
Comunidade de São João do Jaburu, 2016.

A pesca é realizada em qualquer época do ano, sendo praticada exclusivamente para consumo da própria unidade familiar. As espécies de peixe mais importantes são: sardinha (*Triportheus angulatus*), aruana (*Osteoglossum bicirrhosum*), pescada (*Cynoscion leiarchus*), mapará (*Auchenipterus nuchalis*), piramutaba (*Branchioplasytoma vaillant*) e aracú de cabeça gorda (*Leporinus friderici*). A pesca de camarão é realizada durante os meses do verão, nos poços que se formam nos igarapés quando a maré baixa. Essa atividade é destinada, basicamente, ao autoconsumo; exceto pelas famílias do entorno, nas margens do rio Amazonas, no canal de Gurupá, que comercializam o produto (cf. ICMBio –Gurupá, 2016).

As atividades de caça são praticadas por 80% das famílias, sendo mais frequente nos meses de inverno. Os produtos dessa atividade são exclusivamente para o autoconsumo. No últimos anos, a caça vem perdendo importância devido a facilidade de se comprar frango congelado; produto que usado como substitutivo da proteína de origem animal fornecida pela caça.

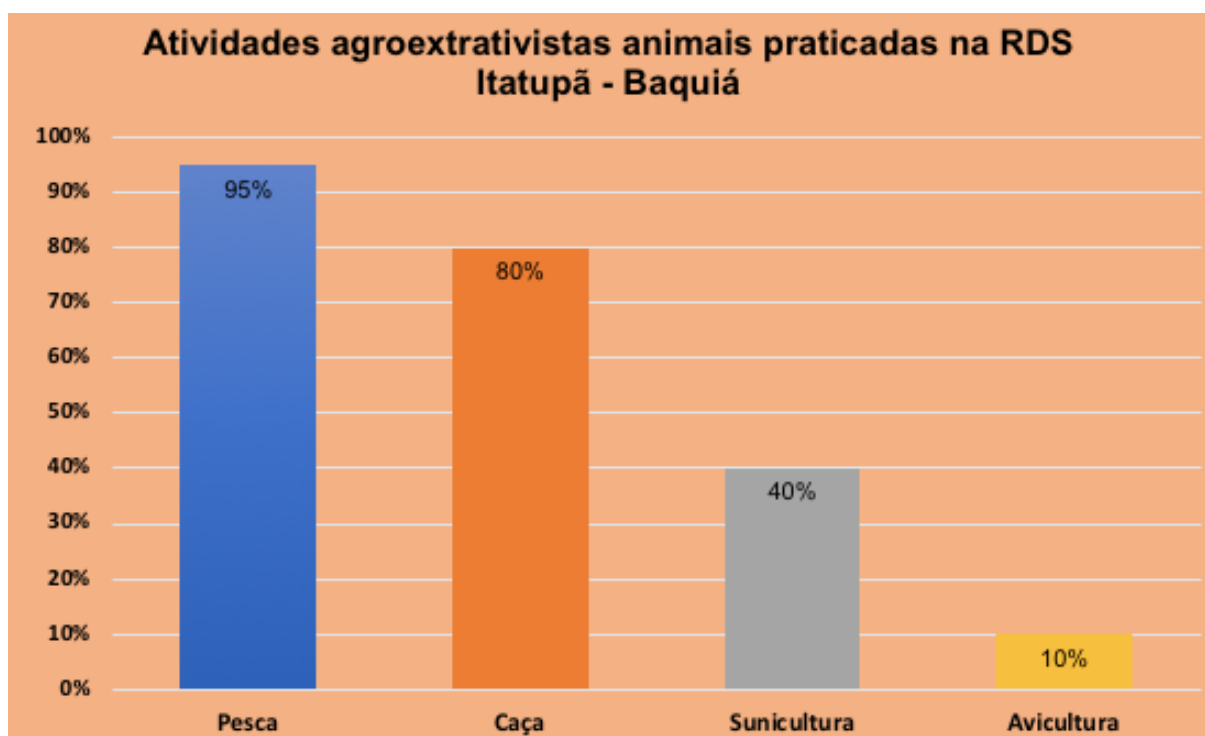
As principais espécies caçadas são: veados do gênero *Mazama*, tatu (*Prionomys* Maximus), mucura ou gamba (*Didelphis marsupialis*), entre outras. Essa atividade extrativa é realizada pelos homens, principalmente após a meia noite. De acordo com o ICMBio – Gurupá, as atividades de pesca e caça, assim como a exploração dos demais recursos naturais da área, garantem a proteção da fauna e da flora da região. Para tanto, estipula-se que o abate de animais seja realizado apenas a propósito do consumo dentro unidades familiares, e que se atenda os períodos do defeso de cada espécie (cf. ICMBio – Gurupá, 2016).

As atividades pecuárias (criação de animais) se resumem à criação de porcos, galinhas e patos. 40% da população da zona cria porcos e 10% cria galinhas e patos. É importante ressaltar que o sistema de maré favorece à criação dos animais de pequeno porte, já que as enchentes – fenômeno que ocorre a cada seis horas, durante a maré alta – transportam, do interior da floresta, uma diversidade de frutas e sementes que são usadas para alimentar esses animais.

Os porcos são criados soltos e passam o dia na floresta próxima ao imóvel, onde buscam alimento, voltando ao final do turno para receber um pouco de alimento e se refugiar dos possíveis predadores. Essa criação animal é destinada, basicamente, ao consumo familiar.

A figura a seguir apresenta a distribuição percentual das atividades agroextrativistas animais praticadas na RDS Itatupã – Baquiá. Como atividades extrativistas, observa-se que predominam a pesca e a caça. Com relação às atividades pecuárias, resalta-se o pequeno número de famílias que se dedicam à suinocultura e à avicultura na reserva: 40% e 10%, respectivamente. Atividades como a criação de gado (leite e corte) são inexistentes ali, assim como qualquer outro tipo de atividade pecuária, pois não geram renda às famílias. Quando praticadas, elas servem apenas para o autoconsumo.

**Figura 56** – Distribuição percentual das atividades animais praticadas na RDS Itatupã – Baquiá.



**Fonte:** Elaboração própria com dados levantados na pesquisa de campo, 2016.

Outras opções de renda disponíveis provêm de políticas públicas como o Bolsa Verde e o Bolsa Família; mas essas não beneficiam a todos os moradores. O acesso ao crédito do PRONAF é inexistente, bem como a assistência técnica oferecida para o manejo do açaí e das sementes de andiroba. Desse modo, verifica-se que as políticas de reforma agrária só têm permitido, até agora, uma reestruturação fundiária na região.

O quadro a seguir apresenta um resumo que identifica as principais características dos sistemas agroextrativistas agrícolas e pecuários na RDSIP, enquadrando os principais produtos geradores de renda: tipo de mão de obra, participação no mercado e na economia da unidade produtiva, além de outros aspectos, tais como: acesso ao crédito, assistência técnica e diversificação da produção.

**Quadro 15** – Resumo dos sistemas agroextrativistas na RDS Itatupã - Baquiá.

<b>Sistemas agroextrativistas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã – Baquiá</b>				
	<b>Sistemas de produção agrícola e pecuário</b>		<b>Sistemas de produção extrativista</b>	
<b>Características do sistema</b>	<b>Sistemas agrícolas de produção</b>	<b>Sistemas pecuários de produção</b>	<b>Sistemas de produção extrativista vegetal</b>	<b>Sistemas de produção extrativistas animal</b>
<b>Principal produto económico</b>	Nenhum, produção (roçado) para autoconsumo.	Nenhum, produção (Porcos, galinhas e patos) para autoconsumo	Açaí	Nenhum, extrativismo (caça e pesca) para autoconsumo.
<b>Participação na economia familiar</b>	Baixa, alto nível de autoconsumo)	Baixa, alto nível de autoconsumo	Alta, baixo nível de autoconsumo.	Baixa, alto nível de autoconsumo.
<b>Nível tecnológico</b>	Inexistente, não há investimentos em insumos e maquinaria.	Nenhum, não há investimentos em maquinarias, infraestrutura e suprimentos.	Baixo, poucos investimentos em maquinaria.	Baixo, poucos investimentos em maquinaria e suprimentos.
<b>Especialização ou diversidade de produtos</b>	Especializada, poucas linhas de exploração para autoconsumo e venda.	Especializada, poucas linhas de exploração para autoconsumo ou venda.	Especializada, poucas linhas de exploração para autoconsumo ou venda.	Especializada, poucas linhas de exploração para autoconsumo ou venda
<b>Participação no mercado local</b>	Nula, porcentagens altas da produção para autoconsumo.	Nula, porcentagens da produção altas para autoconsumo	Alta, baixos porcentagens da produção para autoconsumo.	Nula, altas porcentagens da produção para autoconsumo.
<b>Tipo de mão de obra</b>	Especialmente familiar.	Especialmente familiar.	Especialmente familiar.	Especialmente familiar.
<b>Assistência técnica</b>	Pouca ou nula assistência técnica na produção de culturas agrícolas.	Pouca ou nula assistência técnica na criação dos animais.	Pouca assistência técnica, especialmente no manejo do açaí.	Nula, não existe planos de manejo da fauna terrestre ou aquícola.
<b>Capital de</b>	Inexistente, não há acesso	Inexistente, não há	Inexistente, não há acesso	Inexistente, não há acesso ao crédito,

<b><i>exploração</i></b>	ao crédito, fonte de recursos própria.	acesso ao crédito, fonte de recursos própria.	ao crédito, fonte de recursos própria.	fonte de recursos própria.
--------------------------	---	--	---	-------------------------------

**Fonte:** Elaboração própria, baseado em Velez, 2014.

Neste capítulo foram apresentados os diferentes elementos-chave para a compreensão dos aspectos jurídicos que garantiram a criação da RDSIB. Vale destacar que esse fenômeno político foi pautado pelas reações populares contra a exploração dos trabalhadores rurais durante os vários ciclos econômicos regionais. Essas formas de exploração e subordinação levaram à mobilização e pressão por parte das comunidades da reserva sobre as instituições do Estado brasileiro. Mediante o diálogo entre a sociedade civil local e os operadores estatais, por intermédio da figura da FASE, foi criada a reserva, permitindo às comunidades a possibilidade de obter o acesso legal às terras e à negociação de novos direitos sociais através da figura da Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

Em suma, aqui a RDSIB foi caracterizada nos seus aspectos físicos e geográficos, também identificando perfis sociais e econômicos de área. Dados que serão discutidos e cotejados com aqueles da ZRCPB no capítulo a seguir.



**CAPÍTULO 5. As vidas, as lutas, a floresta: os resultados comparativos da pesquisa.**

*“A participação popular é uma força imprescindível para fazer sair do papel as conquistas e impulsionar as mudanças necessárias” Victor Valla.*



**Figura 57** –A floresta amazonica, Rio Tauari.  
Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã – Baquiá.  
**Foto:** David Alejandro Sepúlveda Vélez, 2018.

## **Introdução.**

Os processos de reforma agrária na América Latina têm sido dinâmicos, complexos e sensíveis a mudanças políticas, sociais, econômicas e ambientais. O Brasil e a Colômbia são países em que os desafios da posse da terra se expressam de formas variadas, complexas e, em alguns períodos, violentas. Merecem destaque a exclusão social que uma parcela significativa da população rural composta por agricultores familiares e assalariados rurais tem tido do seu direito à propriedade da terra.

A questão do acesso à terra pode ser considerada como um dos principais determinantes históricos da pobreza rural. Quando bem implementadas, as políticas públicas direcionadas ao assunto – a exemplo do crédito fundiário e da reforma agrária – podem ser ferramentas para a constituição de novas dinâmicas sobre o modo no uso da terra por esses atores.

Nos dois casos estudados, os objetivos da reforma agrária foram “claros”: buscar uma melhor distribuição da propriedade, promover uma maior eficiência nos padrões de uso do solo, mudar a estrutura de distribuição das terras com alto potencial agropecuário e melhorar a qualidade de vida da população-alvo. Nas duas situações, todas as tentativas estatais de modificar a estrutura fundiária rural parecem ter sido relativamente bem-sucedidas, nas duas regiões, no que concerne a distribuição e o acesso à terra. Embora tais políticas de redistribuição fundiária permitiram o uso do recurso terra, o Estado tem sido ineficiente na implementação de políticas agrícolas e sociais nas áreas estudadas. Essa ineficiência tem opacado o empenho dos camponeses de trabalhar eficazmente o solo e garantir uma melhor qualidade de vida à população residente nestas áreas.

A implementação correta desses objetivos permitiu uma divisão equitativa do recurso “terra”, embora tenha gerado poucos impactos positivos na geração de renda e na melhora dos indicadores de qualidade de vida dos camponeses. No que diz respeito à segurança que trouxe para o aspecto da posse legal da terra na Colômbia e o acesso à terra no Brasil. Essas políticas permitiram, no caso colombiano, a diversificação da produção agropecuária e, no Brasil, a geração de renda própria e a libertação de sistemas econômicos perversos; benefícios conquistados graças à abolição do regime de aviamento.

Neste capítulo são comparados os resultados encontrados na Zona de Reserva Campesina El Pato – Balsillas e na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã – Baquiá, no que tange à estrutura fundiária e à posse da terra, também visualizando alguns aspectos sociais, tais como: moradia, educação, saúde; além de aspectos dos sistemas de organização social e econômica: sistemas produtivos, renda, assistência técnica, acesso ao crédito e aos mercados.



## 5.1 A estrutura fundiária e o acesso à terra nas áreas de estudo.

Como foi exposto anteriormente, a estrutura fundiária na Colômbia e no Brasil apresentam características de tipo bimodal. O alto nível de concentração da propriedade, os conflitos pela posse da terra, o alto uso especulativo e a improdutividade do solo, além da falta de presença do Estado por meio de políticas fundiárias e agrícolas, permitem asseverar a prevalência desse tipo de estrutura nos dois casos aqui apreciados.

Entretanto, a operação desse tipo de estrutura nas duas áreas parece ser diferente. Durante o desenvolvimento do estudo, foram encontradas características que não permitem encaixar a estrutura fundiária nos três tipos de EA (unimodal, bimodal e multimodal) propostos por Jonshton e Kilby (1980). No quadro a seguir são apresentadas as características referentes à estrutura agrária no ZRCPB e na RDSIB após a sua criação.

**Quadro 16** – Resumo comparativos dos elementos da estrutura agrária na ZRC El Pato – Balsillas e na RDS Itatupã – Baquiá.

Característica	ZRC El Pato – Balsillas	RDS Itatupã - Baquiá
<b>Concentração da propriedade</b>	Baixo nível de concentração. Pequenas e medianas propriedades - <b>Estrutura multimodal.</b>	Baixo nível de concentração. Pequenas propriedades - <b>Estrutura unimodal.</b>
<b>Conflitos pela terra</b>	Estrutura não conflitiva, a pequena e a meia propriedade dominam a estrutura – <b>Estrutura multimodal.</b>	Estrutura não conflitiva – <b>Estrutura unimodal.</b>
<b>Crescimento e desenvolvimento econômico.</b>	Baixo potencial de crescimento e desenvolvimento – <b>Estrutura bimodal.</b>	Baixo potencial de crescimento e desenvolvimento – <b>Estrutura bimodal.</b>
<b>Vinculação com a agroindústria.</b>	Baixo nível de vinculação – <b>Estrutura bimodal.</b>	Baixo nível de vinculação – <b>Estrutura bimodal.</b>
<b>Acesso ao crédito e investimentos.</b>	Baixo nível de acesso ao crédito e investimentos – <b>Estrutura bimodal.</b>	Baixo nível de acesso ao crédito e investimentos – <b>Estrutura bimodal.</b>
<b>Associativismo e cooperação.</b>	Facilidade de associação e cooperativismo – <b>Estrutura multimodal.</b>	Facilidade de associação e cooperativismo – <b>Estrutura unimodal.</b>
<b>Titulação e posse da propriedade.</b>	Alto nível de titulação e acesso à posse da terra – <b>Estrutura multimodal.</b>	Alto nível de titulação e acesso à posse da terra – <b>Estrutura unimodal.</b>
<b>Desenvolvimento institucional da população local.</b>	Alto grau de desenvolvimento institucional – <b>Estrutura multimodal.</b>	Alto grau de desenvolvimento institucional – <b>Estrutura unimodal.</b>

<b>Relações de sociais e de trabalho.</b>	Alto grau de formalidade nas relações sociais e alto grau de informalidade nas relações de trabalho – <b>Estrutura multimodal</b> (relações sociais) e <b>estrutura bimodal</b> (relações de trabalho).	Alto grau de formalidade nas relações sociais, não existem relações de trabalho – <b>Estrutura unimodal</b> (relações sociais).
<b>Uso da terra.</b>	Alto uso produtivo – <b>Estrutura multimodal.</b>	Alto uso produtivo – <b>Estrutura unimodal.</b>
<b>Presença do Estado.</b>	Estado fraco e poucas políticas públicas para o campesinato – <b>Estrutura bimodal.</b>	Estado fraco e poucas políticas públicas para o campesinato – <b>Estrutura bimodal.</b>

**Fonte:** Elaboração própria, 2018.

O quadro faz observar que características fundiárias, tais como, concentração da propriedade, conflitos pela terra titulação e acesso à terra apresentam atributos típicos de estruturas agrárias multimodais que são comuns à ZRC El Pato – Balsillas; algo comprovado pela existência de pequenas e medianas unidades produtivas. E, por outro lado, características unimodais para a RDS Itatupã – Baquiá, por conta da presença de pequenas propriedades naquela reserva.

Com relação a características agrícolas e sociais, verifica-se que estas apresentam propriedades típicas de estruturas agrárias bimodais, embora não haja presença de grandes produções agropecuárias ou latifúndios nessas áreas.

Isso deve-se, em parte, à pouca presença do Estado, por meio de políticas agrária que: a) possibilitem a vinculação dos pequenos e medianos produtores à agroindústria e a comercialização dos produtos, gerando maiores possibilidades de renda; b) permitam o crescimento e desenvolvimento econômico das famílias residentes nas áreas de estudo; c) facilitem, ainda mais, o associativismo e a organização social como mecanismos de fortalecimento ou “*empowerment*” das comunidades campesinas, no que tange à tomada de decisão e realização de necessidades; d) implementação de políticas públicas de educação, saúde, serviços básicos e infraestrutura de boa qualidade nesses territórios.

Embora seja importante mencionar que houve uma reestruturação fundiária bem-sucedida como resultado da criação da ZRC El Pato – Balsillas e da RDS, pode-se afirmar também que a criação dessas áreas não trouxe um resultado positivo em relação às políticas agrárias. Assim, a estrutura fundiária na ZRC El Pato – Balsillas apresenta características mistas próprias do sistema bimodal (características agrícolas) e do sistema multimodal (características fundiárias). Da mesma forma, configura-se a RDS Itatupã – Baquiá, que também apresenta qualidades mistas próprias do sistema bimodal (características agrárias) e do sistema unimodal (características fundiárias).

## 5.2 As vidas, as histórias e as lutas

No estudo empreendido até aqui, o espaço é compreendido como um produto social dinâmico (cf. SEGRELLES, 1999), imprescindível para o mantimento e a reprodução da vida humana (cf. SNACHES, 1991), constituído e adaptado dialeticamente em processos sociais, históricos, culturais e naturais (cf. LEFEBVRE, 1974); cujo fundamento, num contexto capitalista de produção, são as relações sociais conflitivas e contraditórias.

As histórias dos moradores da Zona de Reserva Campesina El Pato – Balsillas e da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã – Baquiá apresentam aspectos semelhantes em relação às lutas e às resistências contra o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia. As duas áreas têm experimentado processos de criação e recriação dos territórios e do trabalho rural, esses vividos de diferentes maneiras e em dinâmicas de conflito, luta e resistência também distintos.

Nesse sentido, a reprodução do espaço torna-se um campo de forças em estado de disputa (cf. SANTOS, 1990). No cenário de luta política e de confrontação social, as áreas estudadas se apresentam como zonas de embate entre forças sociais opostas (capitalismo e campesinato), que se interessam em manter ou em mudar a ordem social existente; convertendo-as em expressões de um flagrante antagonismo. Essa construção de uma ordem social alternativa encontra-se ligada à reimaginação política de formas espaciais mais justas (cf. HARVEY, 2003).

O processo de criação e recriação do território na ZRC – PB esteve marcado, primeiro, por uma colonização de terras, como consequência das políticas de expansão da fronteira agrícola. Logo em seguida, pelo início da época de violência e conflito interno que se desenvolveu naquela área, levando a uma estigmatização dos moradores da região. A RDS – IB, por outro lado, afirmou-se, historicamente, como uma área dividida entre dois ciclos econômicos – o da borracha e o da madeira –, momentos que envolveram a população local em duas tramas semelhantes de exploração da mão de obra. Etapas que só foram parcialmente superadas durante a reestruturação fundiária que aconteceu na reserva.

As duas regiões viveram processos de luta sociais similares, em que a organização social dos camponeses foi o principal instrumento de luta. Foram estas lutas que concorreram à criação da ZRC – PB e da RDS – IB. Através da concepção de organizações sociais (AMCOP na ZRC e ATRAEIB na RDS) e pressões por parte da comunidade, essas entidades e atores conseguiram constituir modelos de regulação fundiária que lhes permitiram adquirir a posse da terra e a segurança de permanecer em seus territórios produtivos. Segundo Ferrari (2007), é necessária a participação ativa do campesinato nos processos de desenvolvimento,

a fim de que se garanta uma sustentabilidade social e política real nas comunidades camponesas.

A história dos moradores da ZRC El Pato – Balsillas e da RDS Itatupã Baquiá, é marcada por lutas pelo reconhecimento dos seus direitos à terra, por uma vida cidadã digna e em paz. Apesar da atuação contrária do Estado, que tem impulsionado uma campanha de violência, desprestígio e marginalização social. De acordo com Rocha (1999) a criminalização e judicialização dos movimentos sociais e suas lideranças, como expressões estatais para deslegitimar as denúncias sobre a concentração da terra. Mas são aqueles atores e seus atos políticos resilientes que têm conseguido, através da organização civil, algumas melhorias. Foi por meio da consolidação das figuras da ZRC e da RDS que os entes comunitários viram reestabelecidos os seus direitos como pessoas e como cidadãos.

### 5.3. Os aspectos sociais na ZRC – PB e na RDS – IB

#### 5.3.1 A posse da terra e a moradia.

Com relação à posse da terra, verificou-se, nas duas áreas, que a criação das zonas ajudou na regulamentação fundiária, garantindo, assim, o direito legal à posse para cada família residente. Porém foram identificadas algumas diferenças entre os casos: na ZRCPB, todas as terras estão tituladas ou em processos de titulação, com títulos entregues a cada um dos moradores residentes na zona; na RDSIB, por outro lado, o título de concessão e direito de uso da terra foi entregue através de um contrato válido por 50 anos à ATRAEIB; a associação que representa os moradores da reserva. Torna-se importante salientar o fato que os moradores da ZRC – PB são cientes de morar numa área de reserva campesina e das obrigações e direitos que isto representa. Algo que não ocorre à totalidade dos moradores da RDS, que não são plenamente cientes de que moram numa área de proteção natural e do que isso significa.

O quadro a seguir apresenta um resumo da posse da terra, dos direitos de uso e do órgão gestor da ZRC – PB.

**Quadro 17** – Resumo comparativo da posse da terra, dos direitos de uso e dos órgãos gestores na ZRC – PB e RDS – IB.

	ZRC El Pato – Balsillas	RDS Itatupã – Baquiá
<b>Órgão responsável</b>	Ministério de Agricultura - INCODER.	Ministério de meio ambiente – ICMBio.

<b>Tipo de posse da terra</b>	Titulo de propriedade individual.	Concessão de direito de uso coletivo.
<b>Duração do título de propriedade.</b>	Titulo de propriedade permanente.	Contrato de uso de terra por 50 anos.
<b>Forma jurídica da zona</b>	De regulação fundiária e conservação ambiental.	De conservação ambiental e de regulação fundiária.

**Fonte:** Elaboração própria, 2018.

É importante ressaltar que a ZRCPB foi criada para ser uma zona especial de regulação fundiária vinculada à Agência Nacional de Terras e ao Ministério da Agricultura, tendo por objetivo o uso produtivo sustentável e a preservação e conservação dos recursos naturais.

Na outra situação em análise, a RDSIB foi instituída como uma unidade de conservação dos recursos naturais vinculada ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação, tendo como órgão gestor da unidade o ICMBio (órgão ligado ao Ministério do Meio Ambiente), com propósito de regulação fundiária e uso extrativista e sustentável dos recursos.

Com relação ao dado “moradia”, descobriu-se que nas duas áreas de estudo as condições físicas das casas são qualificadas entre regulares e ruins. Sendo a madeira, o material comum mais utilizado, junto com a telha de amianto. Outros materiais incluem o tijolo (na ZRCPB) e as palmeiras e palhas na (RDSIB). Diferentemente dos residentes da terra firme (ZRCPB), os ribeirinhos (RDSIB) vivem em pequenas comunidades, em sua maioria à beira dos rios, dos igarapés, dos igapós e dos lagos que compõem o vasto e complexo estuário amazônico. As casas de madeira construídas em palafitas são mais adequadas ao sistema de cheias dos rios e estão dispersas nas comunidades localizadas próximas aos rios, igarapés, furos e lagos (cf. Noda, 2001).

Também ficou clara a satisfação das famílias das áreas estudadas no que diz respeito às suas moradias, embora as condições físicas das mesmas tenham sido qualificadas entre regulares e ruins. Este fato reflete as situações de moradia vivenciadas anteriormente, quando as condições de moradia eram bem piores, e quando a segurança do benefício da terra ainda não havia sido garantida. Segurança, essa, que inclui, entre outros aspectos, uma moradia de melhor qualidade (aperfeiçoada constantemente pelos residentes), acesso à escola, condições da infraestrutura escolar e assistência médico-hospitalar. Esses e outros aspectos referentes à infraestrutura física e locacional das moradias são mencionados no quadro abaixo.

**Quadro 18** – Resumo comparativo das condições físicas dos imóveis na ZRC El Pato – Balsillas e na RDS Itatupã – Baquiá.

<b>Características do imóvel.</b>	<b>ZRC El Pato – Balsillas</b>	<b>RDS Itatupã – Baquiá</b>
<b>Condições físicas gerais.</b>	Regulares ou ruins	Regulares e ruins
<b>Materiais usados</b>	Madeira, telha de amianto, tijolos (em menor medida) e cimento, sem nenhum tipo de acabamento.	Madeira, telha de amianto, palmeira e palha, sem nenhum tipo de acabamento.
<b>Energia elétrica por rede</b>	Disponível em 4 das 22 comunidades.	Não disponível em nenhuma das comunidades.
<b>Forma de acesso à energia<sup>21</sup>.</b>	Gerador domiciliar, velas ou lamparinas e energia solar.	Gerador domiciliar, velas ou lamparinas, lampião gerador comunitários entre outras.
<b>Forma de aquisição da moradia.</b>	Posse e em menor medida por herança.	Posse, em menor medida por herança e doação.
<b>Forma de cocção dos alimentos</b>	Fogão de lenha e em menor medida fogão a gás.	Fogão de lenha, principalmente.

**Fonte:** Elaboração própria, 2018.

Sobre a composição dos núcleos familiares, evidenciou-se que parentelas secundárias não eram reconhecidas como constitutivas da unidade familiar; dado que mudou com o passar do tempo, o que “indica que [as ZRC e RDS] vêm atuando como mecanismos de recomposição das famílias, tanto contribuindo para a reconstituição de laços familiares (antes desfeitos ou ameaçados pela necessidade de deslocamento de filhos, pais, irmãos, em busca de alternativas de sobrevivência), quanto funcionando como uma forma temporária de amparo para familiares” (HEREDIA *et al.*, 2002, p. 83).

A oferta de energia elétrica é precária nas moradias da ZRC – PB e inexistente na RDS – IB. Por esse motivo, os moradores das áreas estudadas costumam procurar fontes alternativas de acesso ao serviço, que incluem geradores domiciliares e lamparinas, nas duas áreas, energia solar, na ZRCPB, e lampião comunitário, na RDSIB; além de outras fontes, tais como velas e lamparinas, que são usadas nos dois contextos.

<sup>21</sup> A energia solas nesta zona é fornecida mediante um sistema de painéis solares (localizados na zona exterior da moradia). Esses painéis solares encontram-se conectados a uma bateria que armazena a energia e esta por sua vez a uns cabos que transportam a energia ao interior da moradia. É importante ressaltar que o uso deste tipo de tecnologia é pouco habitual nesta zona e só em algumas propriedades está presente.

### 5.3.2 A Educação nas áreas de estudo.

Os problemas da educação nas áreas rurais são partes constitutivas de cada sistema, mas vale ressaltar também que

são partes do modelo de desenvolvimento da sociedade brasileira. É necessário pensar uma Educação para o campo com essa especificidade, construir uma Educação que seja capaz de quebrar o círculo vicioso que existe no campo, qual seja: as pessoas estudam para sair do campo e saem do campo para estudar. Toda essa precariedade está associada a uma visão do papel do campo na sociedade, que o campo não é lugar de viver, o campo é um lugar de exclusão, um lugar de negação de direitos, espaço principalmente de trabalhadores rurais (MOLINA, 2004, P. 105).

De acordo com Andrada *et al.* (2004), as comunidades camponesas devem reivindicar investimentos na educação que estejam focados em melhorar a qualidade humana, social, cultural e ambiental das suas populações. Além disso, as comunidades devem reivindicar uma melhor infraestrutura, quanto ao espaço físico, além de propostas curriculares específicas para cada contexto rural.

O quadro a seguir apresenta um resumo informativo sobre as estruturas educacionais na ZRC – El Pato – Balsillas e na RDS Itatupã – Baquiá.

**Quadro 19** – Resumo das características educativas na ZRC El Pato – Balsillas e na RDS Itatupã – Baquiá.

<b>Características</b>	<b>ZRC El Pato – Balsillas</b>	<b>RDS Itatupã – Baquiá</b>
<b>Infraestrutura física</b>	Regular – Péssima	Péssima
<b>Merenda Escolar</b>	Não existe	Sim existe
<b>Transporte escolar</b>	Não existe	Sim existe
<b>Evasão escolar</b>	Alta	Baixa
<b>Nível de escolaridade</b>	Baixo para a população em geral.	Baixo para população acima de 36 anos e alto para crianças e jovens.
<b>Qualidade do ensino</b>	Péssima – Regular	Regular – Boa
<b>Acesso a ensino superior</b>	Baixo	Baixo

**Fonte:** Elaboração própria, 2018.

No que concerne à educação, nas duas áreas, verificou-se que as condições de infraestrutura física das escolas são precárias, com poucos espaços para as práticas pedagógicas, com poucos acessos a fontes de informações bibliográficas e informáticas e com exíguos ou inexistentes espaços para a prática esportiva e de lazer.

Em relação às políticas públicas de merenda e transporte escolar, verificou-se que estas são inexistentes na ZRCPB, enquanto que na RDSIB, elas são responsáveis pelos baixos níveis de evasão escolar.

Sobre o tema da evasão escolar, descobriu-se que a ZRCPB apresenta níveis altíssimos de evasão, que estão relacionados ao trabalho infantil nas unidades produtivas, à distância casa-escola e à falta de políticas públicas de incentivo à educação. Enquanto que na RDSIB, esses mesmos números vêm apresentando decréscimo, como resultado das políticas de merenda e transporte escolar que operam na reserva.

Autores como Cunha (1981) e Carvalho (1983) assinalam nos seus estudos que a má nutrição tem um efeito direto no desempenho escolar dos alunos. Outros estudos realizados por Verhine e Melo (1988) e Carvalho (1983) apontam que a distância casa-escola e a dificuldade de deslocamento são os principais desafios enfrentados pelas crianças do meio rural. As conclusões do próprio trabalho de Verhine e Melo (1988) apresentam uma relação direta entre evasão escolar, distância casa-escola e precariedade econômica das famílias dos alunos. As condições socioeconômicas também foram argumentadas como uma das principais causas de evasão escolar nos dois contextos aqui analisados.

Outro fator enfocado foi o nível de escolaridade nas áreas de estudo, onde diferenças foram aferidas. Na ZRCPB, os níveis de escolaridade atingem percentuais maiores que 50%, na população em geral, embora se evidencie o fenômeno da pouca continuidade do processo educativo. Por outro lado, na RDSIB, os níveis de escolaridade são baixos, especificamente em crianças e jovens; na população maior esses níveis atingem percentuais acima do 60%, como resultado dos processos históricos e das lutas sociais que impediram o acesso continuado ao sistema educativo. Realidade que vem se modificando após a implantação da reserva.

No que se refere à qualidade do ensino, as diferenças são relevantes. Na ZRCPB, segundo os dados levantados em pesquisa de campo, 47% da população considera péssima a qualidade do ensino, 26% regular e só 7% afirma ser boa. Na RDSIB, 40% considera regular, 25% considera boa e apenas 10% atesta ser ruim. Alguns autores como Mello *et al.* (1994), Fernandes (2009a) e Júnior *et al.* (2009) relacionam o fator “qualidade do ensino” com aspectos, tais como, evasão escolar, desenvolvimento e bem-estar social do aluno e dos seus familiares.



O Ensino Superior não é uma opção em nenhuma das áreas. Para os dois casos, instituições de ensino são encontradas apenas nas cidades médias, que ficam localizadas nas grandes regiões do entorno. Por isso, fatores como distância e escassez de recursos dificultam o acesso a esse tipo de oportunidade educacional.

### 5.3.3 A saúde nas áreas de estudo.

As condições precárias de vida social e laboral nas áreas rurais estão associadas, em grande medida, à inexistência de atendimento médico-hospitalar oportuno. Situação que agrava os índices de qualidade de vida das famílias que residem na ZRCPB e na RDSIB.

Esses são, sem dúvida, os desafios mais importantes a serem superados na luta pelo direito a uma vida digna, por parte dos camponeses (cf, GODOY ET AL., 2000). Alguns autores como Schmidt (1998), Perez (2001), Sparovek (2003), Leite *et al.* (2004) e Soares (2005) apontam a precariedade dos serviços de saúde nas áreas rurais como sendo as principais demandas reprimidas dessas comunidades.

O quadro-resumo abaixo apresenta uma síntese dos dados relativos à saúde na ZRC – El Pato – Balsillas e na RDS Itatupã – Baquiá.

**Quadro 20** – Resumo das características de saúde na ZRC El Pato – Balsillas e na RDS Itatupã – Baquiá.

<b>Características</b>	<b>ZRC El Pato – Balsillas</b>	<b>RDS Itatupã – Baquiá</b>
<b>Infraestrutura física</b>	Péssimas	Péssimas
<b>Provisão do posto de saúde</b>	Poucos equipamentos e medicamentos.	Sem equipamentos, nem medicamentos.
<b>Saneamento básico</b>	Inexistente	Inexistente
<b>Abastecimento de água</b>	Rio	Rio
<b>Captação da água</b>	Tubos desde o rio até a casa.	Baldes desde a fonte natural.
<b>Tratamento da água</b>	Físico, a água é fervida para consumo humano.	Químico-físico água é tratada com hipoclorito e logo fervida para consumo.
<b>Acesso ao atendimento médico</b>	Hospital público e privado, em menor medida.	Hospital público e privado, em menor medida.

**Fonte:** Elaboração própria, 2018.

No que tange à saúde, verificou-se a precariedade nos aspectos infraestruturais, assistenciais (profissionais de saúde) e de disponibilidade de recursos ambulatoriais nos dois casos; com exceção de um dos cinco postos localizados na ZRC, que se encontrava em funcionamento.

O sistema de saneamento de águas, assim como redes de esgoto e coleta de resíduos sólidos são benefícios inexistentes nas duas zonas. Também se constatou que a principal fonte de abastecimento de água são os rios das regiões. Sistema que acontece sem qualquer tipo de método de cuidado com a qualidade da água; a não ser, em raros os casos, com o uso do hipoclorito e ferver à água.

Entre as casuísticas de doenças endêmicas e crônicas encontradas nos dois contextos, registrou-se casos de diarreia, vômito, câncer de pulmão, leishmanioses e febre amarela.

O limitado acesso à água potável “compromete a dinâmica das residências nos trabalhos diários, assim como a garantia de produção de alimentos na ZRCPB e na RDSIB. A grandiosidade de oferta de recursos hídricos na Amazônia não constitui, por si só, a possibilidade de atender as necessidades básicas de suas populações” (VIEIRA et al., 2016, p.212). Sob a asserção de que o acesso à água é fundamental ao desenvolvimento das atividades diárias nessas comunidades, pode-se afirmar que há uma flagrante escassez de água potável para o consumo humano na região amazônica, especificamente nas áreas de estudo (cf. GIATTI & CUTOLO, 2012).

O acesso ao atendimento médico-hospitalar de qualidade destaca-se com um problema comum às duas áreas, sendo mais problemática na RDSIB, devido à ausência das chamadas “boticas comunitárias” e da enfermeira provisória; benefícios que estão disponíveis no posto de saúde da ZRCPB. A distância dos hospitais em relação aos núcleos urbanos é outro fator comum às áreas estudadas. Para os casos que demandam pronto-atendimento e consultas médicas especiais, os moradores precisam percorrer grandes distâncias – por via terrestre, na ZRC, por canais aquaviários, na RDS – até os hospitais mais próximos dos respectivos territórios.

O acesso ao atendimento médico se dá, em sua maioria, no hospital público; embora os atendimentos via instituições privadas também sejam acessados pelos moradores das duas áreas. Da ZRCPB, ressalta-se o fato de que 22% da população não está cadastrada no sistema de atendimento público médico colombiano.

O sistema de esgotamento, recolhimento e depósito adequado de dejetos é precário nos dois contextos. Tal problema foi identificado como a principal causa do agravamento de doenças dentro das duas realidades.

Não existem, em ambas as áreas, ações “racionais” de deposição do lixo e dos dejetos humanos, o que torna as práticas de higiene dessas populações uma ameaça à saúde pública local e aos meios biofísicos onde vivem, desde contribuem “para a proliferação de doenças infecciosas e parasitárias. Prevalciam as doenças respiratórias (especialmente, entre as crianças e os idosos), dermatológicas, infecto-parasitárias, cardiovasculares e osteomusculares” (SCOPINHO, 2003, p. 1576).

As políticas de reforma agrária devem garantir o acesso ao serviço de saúde, mas “a luta pela reforma agrária deve conter a luta pela saúde, que não depende apenas da oferta de serviços médicos e remédios. A solidariedade, o respeito à sabedoria popular e à natureza também são valores básicos para alcançar este ideal” (SCOPINHO, 2003, p. 1577). Ainda de acordo com a autora, o acesso à saúde deve ser consequência das políticas econômicas e sociais que assegurem a equidade e igualdade da população, e, portanto, que garantam o acesso saudável dos camponeses “aos meios de produção, aos direitos sociais e aos bens de consumo coletivos” (idem).

#### **5.3.4 A organização social nas áreas de estudo.**

Não existem evidências que permitam indicar diferenças nas formas de associativismo nas áreas estudadas. Os moradores em ambas zonas apresentam bastante envolvimento com a programática políticas das instituições que representam ambos os territórios. Tanto a AMCOP (associação de camponeses da ZRCPB) quanto a ATRAEIB (associação de extrativistas da RDSIB) são respeitadas pelos residentes e transmitem segurança e representatividade ao contingente das populações que a elas se associam.

Sobre a organização social, cabe ressaltar que as “associações de trabalhadores rurais, quando bem organizadas, são importantes para a mobilização, para o acesso ao crédito, dentre outros benefícios advindos de uma boa cooperação” (SOBRAL *et al.*, 2013, P. 30). Esse associativismo, quando bem-sucedido, é essencial para um desenvolvimento local, que incorpora ao desenvolvimento econômico os lemas da equidade social e da conservação ambiental.

As lutas que ambas organizações sociais travam pelos direitos dos trabalhadores rurais são sinônimos de trabalho em equipe bem-sucedido. Embora falte muito a ser conquistado, os moradores das zonas entendem que somente trabalhando e resistindo juntos podem realizar seus sonhos.

Durante anos, foram as negligências perpetradas pelo Estado e pela sociedade que, junto com as narrativas locais de violência, que suscitaram as formas de organização social e as propostas de desenvolvimento local. Engendrando a construção de capital social

baseado em laços comunitários de confiança, normas e compromissos; aspectos que vêm facilitando ações coordenadas de planejamento e de resolução de desequilíbrios sociais. Esses esforços das organizações sociais, mesmo com uma intensa estigmatização e marginalização social, permitiram consolidar uma narrativa política comum baseada na luta e na resistência.

#### 5.4 Os sistemas produtivos nas áreas de estudo.

Os sistemas produtivos nas áreas de estudo apresentam certas diferenças e similitudes. Essas diferenças estão marcadas pela forma de produção-extração dos produtos e pelo tipo de unidades produzidas-extraídas. No quadro a seguir é proposta uma comparação entre os sistemas produtivos nas duas áreas.

**Quadro 21** – Resumo comparativos dos sistemas de produção-extração na ZRC El Pato – Balsillas e na RDS Itatupã – Baquiá.

<b>Características do sistema</b>	<i>Sistemas de produção na ZRC</i>	<i>Sistemas de produção na RDS</i>
<b>Principal produto económico</b>	Café e gado de corte	Açaí e palmito
<b>Participação na economia familiar</b>	Baixa, alto nível de autoconsumo, com exceção do café e do gado de corte (alta participação)	Baixa, alto nível de autoconsumo, com exceção do açaí e o palmito (alta participação)
<b>Nível tecnológico</b>	Baixo, poucos investimentos em insumos e maquinaria.	Nenhum, sem maquinarias, nem equipamentos.
<b>Especialização ou diversidade de produtos</b>	Especializada, poucas linhas de exploração para autoconsumo e venda.	Especializada, poucas linhas de extração e exploração para autoconsumo ou venda.
<b>Participação no mercado local</b>	Media, porcentagens altas da produção para autoconsumo, como exceção do Café e o gado de corte.	Baixa, porcentagens da produção-extração altas para autoconsumo, do açaí e o palmito.
<b>Tipo de mão-de-obra</b>	Predominantemente familiar, com eventual contratação assalariada para a colheita de café.	Completamente familiar, sem contratação de outro tipo de mão-de-obra.
<b>Assistência técnica</b>	Pouca ou nula assistência técnica na produção agropecuária.	Pouca ou nula assistência técnica, principalmente no manejo do açaí
	Baixo, pouco acesso ao	Baixo, pouco acesso ao crédito,

<b>Capital de exploração</b>	crédito, fonte de recursos própria.	fonte de recursos próprios ou crédito informal
------------------------------	-------------------------------------	--

**Fonte:** Elaboração própria, 2018.

Com relação ao tipo de sistema, destaca-se o fato de que os sistemas produtivos na ZRC – PB são baseados na produção agropecuária e agrícola. Já na RDS – IB essas explorações são direcionadas a dinâmicas agroextrativistas. Nesse segundo contexto, atividades agrícolas semiextensivas ou de roçado são pouco praticadas e a cultura pecuária se resume à criação doméstica de porcos, galinhas e patos.

Os produtos que geram mais renda aos moradores da ZRC são o café e o gado de corte. No RDS, esses produtos são o açaí e o palmito, que são extraídos da floresta sem nenhum tipo de prática de cultivo ou atividade agrícola. Constatou-se, então, que a renda dos moradores da ZRC – PB vem de culturas vegetais (café) e explorações animais (gado de corte) e a dos moradores da RDS – IB advém, predominantemente, do extrativismo vegetal (açaí e palmito).

Verificou-se que existe uma relação positiva entre o acesso à terra e a renda (cf. Heshuisus, 2005), embora se saiba que, em alguns casos, o acesso por via de uma reforma agrária tenha um baixo impacto sobre a renda familiar e *per capita* (cf. López *et al*, 2000). Assim, descobriu-se que na ZRC – PB, o aumento na renda e na segurança alimentar veio como resultado de mudanças nos sistemas produtivos após a criação da zona. Na RDS – IB, esse aumento adveio da liberdade na extração de produtos da floresta ocorrido com o fim do aviamento e com a definitiva expulsão dos seringalistas e da BRUMASA.

A dinâmica da produção de alimentos para autoconsumo está resumida à criação de animais de pequeno porte nas duas áreas. Essas somadas a algumas atividades agrícolas ou de roçado, especialmente na ZRC, a atividades de pesca e caça, exclusivamente na RDS.

O nível tecnológico nos processos produtivos é baixo. Nessas regiões, não existem políticas de assistência técnica e melhoramento da produção-extração, nem acesso a linhas de crédito que ajudem os moradores a investirem em maquinários e insumos importantes ao sistema agroextrativista.

O acesso aos bens de mercado é pouco expressivo, devido, em parte, ao baixo ou nulo grau de transformação e industrialização dos produtos. Em ambas as áreas, o mercado é regido pelos atravessadores, especialmente na ZRC, e pelos marreteiros, na RDS. Devido a esse baixo nível de penetração no mercado, os intermediários ficam com a maior parte dos ganhos, deixando os produtores de fora do sistema rentável da revenda e transformação dos produtos.

Para a *World Fair Trade Organization* (cf. WFTO, 2004), o comércio justo, baseado em transparência e respeito, através de melhores condições de troca e de acesso ao mercado é fundamental à garantia dos direitos dos produtores e trabalhadores rurais.

Quanto ao tipo de mão de obra, existem algumas diferenças entre as áreas. A mão de obra utilizada para as atividades agroextrativistas na RDS é completamente familiar, sem nenhuma contratação assalariada. Ali, todas as atividades de extração e produção são feitas pelas próprias famílias. Já na ZRC, as atividades agropecuárias, especialmente de cultura de café e de exploração do gado de corte, apresentam uma eventual contratação de mão de obra assalariada; enquanto outras atividades próprias do roçado de autoconsumo e criação de animais de pequeno porte são realizadas pelas próprias famílias.

O acesso ao crédito é inexistente em ambas áreas. De acordo com Silva et al. (2016) é importante o acesso a linhas de investimento para a consolidação e o desenvolvimento econômico e produtivo nas áreas rurais impactadas por projetos de reforma agrária. Estes créditos devem vir em parceria com instituições de apoio governamentais e não governamentais de assistência técnica e extensão rural, de cooperativas de crédito e produção e de acesso ao mercado e aos canais de comercialização.

Em geral, os principais problemas econômicos e produtivos na ZRCPB e na RDSIB estão relacionados à precariedade de acesso ao crédito, aos insumos e à assistência técnica adequada para promover a produção agrícola sustentável, com direto acesso ao mercado e a novas tecnologias que permitam aumentar a produção sem detrimento do ecossistema (cf. Vieira *et al.*, 2014).

Para Torres (2003), é função do Estado apoiar os camponeses até a sua “emancipação”, por meio da implementação de atividades produtivas que gerem aumento na renda das comunidades, liberação de créditos e assistência técnica. Ou seja, ações que possibilitem o processo produtivo e o crescimento econômico das famílias residentes nas áreas rurais.

Conclui-se que as políticas efetivadas nas duas áreas não são suficientes para gerar melhoria na qualidade de vida das comunidades. Em geral, os programas sociais, quando existem, são realizados de forma fragmentária e descontínua, sem um mecanismo eficiente para enfrentar os problemas complexos da vida rural amazônica, que padece de elevados riscos sociais. É necessário que sejam efetivadas políticas sociais de combate à pobreza e de ampliação de direitos como acesso à moradia, alimentação, saúde, educação e renda, como forma de garantir a melhoria da qualidade de vida desses camponeses.

## Considerações finais

A Zona de Reserva Campesina El Pato – Balsillas e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável foram criadas como resultado de processos de luta e resistência social, dentro de contextos históricos e sociais de exploração e submissão pela expansão do capital no setor rural. É nesse jogo de poderes, que a luta pela terra vem se converter em um processo de criação e recriação das culturas, dos saberes, das vivências, das histórias e dos sonhos. Valores, esses, que são cooptados quando os territórios são ocupados pela lógica do latifúndio.

Vemos, então, que as dinâmicas sociais são geradas através de processos históricos de apropriação do território, ações que são emergentes das lutas pela reivindicação dos direitos, especialmente, do direito à terra. Essas lições aprendidas ao longo de muitas décadas resultaram nas demandas de uma população que se enfadou do esquecimento, da discriminação e de toda sorte de opressões promovidas pelo Estado. Trabalhando juntos, elas obtiveram o direito à posse da terra pela qual tanto clamavam.

A região de El Pato – Balsillas caracterizou-se por ser um cenário permanente de conflito armado. No lugar, coexistiam as FARC e o Exército Colombiano, que enredavam a população envolvida em um jogo violento e esquecimento estatal. Nesse contexto, a população procurou se desenvolver economicamente, mesmo que sempre vivendo sob o efeito de políticas ineficazes e da marginalização institucional e civil.

No outro contexto analisado, o regime de aviamento que se consolidou ao longo de décadas na região de Itatupã, sempre com a conivência do Estado, não permitiu o desenvolvimento social e econômico das comunidades locais, que se tornava cada vez mais oprimida e escravizada.

Há de se promover que, fora os avanços existentes nas duas regiões estudadas, não ocorreram mudanças importantes em aspectos como moradia, educação e saúde, entre outros. Esse dado pode ser explicado devido à ineficiência e à inoperância das instituições responsáveis pela implementação das políticas públicas e pela gestão do território, bem como a falta de vontade política para levar condições dignas para aquelas populações.

Para reverter a relação negativa entre qualidade de vida e acesso à terra via reforma agrária é importante impulsionar as capacidades produtivas dos camponeses, mediante o acesso ao capital e à tecnologia. Além disso, é preciso, desde o ambiente institucional, favorecer tais capacidades mediante assistência técnica, acesso a recursos produtivos, a crédito e oportunidades de comercialização dos produtos. Os baixos indicadores em aspectos como escolaridade, acesso a serviços públicos, renda, acesso ao crédito e assistência rural

nos permitem ter uma visão mais ampla do estado do setor rural e da implementação dos programas de reforma agrária nessas áreas.

Todos esses dados nos levam a pensar que, embora tenha surgido uma série de leis e programas em favor dos menos favorecidos (camponeses sem terra), são os mais favorecidos (latifundiários) que têm se beneficiado da reforma agrária; seja por abuso das normas, seja pela violência ou pelo uso dessas leis como forma de desfavorecimento daqueles que reivindicam o direito à propriedade.

As ações promovidas pelo Estado, tanto no Brasil como na Colômbia, contribuíram para a intensificação dos conflitos fundiários, ao favorecer, sobretudo, grupos empresariais e grandes fazendeiros. Assim, os conflitos são interpretados pela tecnocracia estatal como fatores inerentes à modernização da agricultura, e que a concentração fundiária seria o caminho natural da apropriação da terra. Esse paradigma referente à questão agrária, em geral, apresentam versões conflitantes nas áreas estudadas. A quebra desse paradigma está representado na inexistência de conflitos pela terra na ZRCPB e na RDSIB, como resultado da implementação de políticas efetivas de redistribuição de terras, que garantiram o acesso à terra por parte da população residente nessas áreas.

Pode-se afirmar que as duas áreas continuam expressando uma alternativa válida de legalização da posse da terra, em ações que evitaram, em certa medida, dinâmicas latifundistas e incentivaram marcos regulatórios baseados no princípio da sustentabilidade ambiental. Nesse sentido, as ZRCPB e a RDS – IB devem ser percebidas como exemplos claros de luta camponesa para reivindicar o direito à propriedade da terra e consolidação de uma política forte e coerente de Estado. Condições que atuaram juntas em prol de que os atores lograssem atingir seus verdadeiros objetivos de permanência no território, não resistindo ou sobrevivendo, mas vivendo de uma forma mais estável e com a garantia de seus direitos a projetos de vida.

Ao fazer uma análise dos aspectos sociais e econômicos, ressalta-se o fato de que a criação das zonas não teve um impacto significativo sobre tais indicadores. Aspectos como moradia, educação e saúde continuam sendo deficientes, diante de um quadro de ineficiência estatal crônico.

Porém, há de se destacar o fato a melhoria nos números da qualidade de vida em cada área surgiram como respostas diretas do interesse de promoção de uma reforma agrária “efetiva”.

No que diz respeito à organização social desses povos, os moradores da zona apresentam um alto grau de afinidade com o associativismo e o trabalho em comunidade. Eles são cientes do sucesso que vem com a luta. Naquela realidade, sobressai o impacto social das conquistas que a AMCOP tem conseguido. Algo provado pela ampliação da



influência, que hoje abrange o local, o regional e o nacional.

Com relação aos sistemas produtivos agropecuários, é importante mencionar o café e a criação de gado de corte (na ZRC) e o açaí e o palmito (na RDS) como produtos dominantes na economia local e como geradores de renda familiar. Embora, os sistemas proporcionem uma baixa rentabilidade, são eles os produtos mais importantes dentro do sistema produtivo dessas áreas.

Outro ponto para se destacar é o nível elevado de autoconsumo de produtos agrícolas e pecuários nas unidades produtivas. Esses níveis vêm provendo essas comunidades de uma relativa segurança alimentar. Também deve ser mencionado o potencial econômico de alguns desses produtos, que industrialmente processados poderiam gerar uma importante fonte de renda aos habitantes das duas áreas. Entre esses produtos, destacam-se as frutas, as sementes, o milho e a piscicultura.

Essas áreas necessitam de políticas públicas sociais e econômicas que impulsionem o desenvolvimento, ações básicas de investimento em educação, saúde, assistência técnica, acesso ao mercado e fontes de financiamento que tenham por objetivo melhorar a qualidade de vida da população, permitindo um crescimento econômico real e a superação da pobreza. É importante ressaltar o papel do ICMBio no plano de manejo florestal e no acompanhamento dos residentes da RDSIB.

Finalmente, faz-se necessário aprofundar, em estudos posteriores, o conhecimento sobre o impacto da criação destas áreas no meio ambiente e nos ecossistemas locais. Relevando o fato de um dos propósitos importantes da criação das ZRCPB e da RDS estava relacionado à proteção e conservação da natureza e o incentivo do aproveitamento sustentável dos recursos nessas regiões.

Como visto pelos relatos, atividades do extrativismo e da produção agropecuária, nessas zonas, estão ligadas ao cuidado com o meio ambiente, ao bom uso dos recursos destinados à melhoria da qualidade de vida das população camponesas e à conservação dos recursos. Recomenda-se que os próximos estudos analisem os impactos destas atividades de extração e produção sobre a fauna, a flora e fontes hídricas de cada área. Aconselha-se, da mesma forma, que os movimentos sociais e os operadores do Estudo lutem juntos para incentivar a execução de planos de bem-estar social que mantenham sintonia com os anseios das populações as quais eles representam.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigma do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec, Anpocs, Ed. da Unicamp, 1992.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.
- ALBUQUERQUE, S. A. e FRICKMANN Y. C. **Conflitos no campo e desmatamento na Amazônia: duas faces d uma mesma moeda**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.
- ALCANTARA, J. L; OLIVEIRA R. M. **A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil**. Revista de história econômica e economia regional aplicada. v. 4, n. 7, 2009.
- ALVES, J. C. **Direito Romano**. 15. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.
- AMCOP, **Plano de Desarrollo Sostenible de la Zona de Reserva Campesina El Pato – Bailsillas**. Centro de documentación ANZORC, Bogotá: 2012.
- ANDRADA, M. G Et al. **A Construção de uma Política de Educação na Reforma Agrária**. In: ANDRADA, M. R. et al. *A Educação na Reforma Agrária em Perspectiva*. São Paulo: Editora Ação Educativa, 2004.
- APRILE, J. **Questão agraria: o problema da terra na América Latina**. São Paulo: Editora Pedagogia & Comunicação, 2007.
- ARIZA. E. **Atlas Cultural de la Amazonía Colombiana, la contrucción del territorio en el siglo XX**. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología, 1998.
- ARNAOUTOGLU, I. **Leis da Grécia Antiga**. Tradução: Ordep Trindade Serra, Rosiléa Pizarro Cernelós. São Paulo: Odysseus, 2003.
- ARTUNDUAGA. F. **História general de Caquetá**. Florencia: Cámara de Comercio de Caquetá, 1984.
- ASSELIN, V. **Grilagem: Corrupção e violência em terras Carajás**. Petrópolis: Revista dos Tribunais, 1991.
- BACKMAN, C. R. **The worlds of Medieval Europe**. 2. Ed. Nova Iorque; Oxford: Oxford University Press, 2009.
- BALCÁZAR, A ET AL. **Colombia: alcances y lecciones de su experiencia en reforma agrária**. Naciones Unidas-Red de Desarrollo Agropecuario, Unidad de Desarrollo Agrícola, División de Desarrollo Productivo y Empresarial. Santiago de Chile, 2001.
- BALDEZ, M. L. **A questão agrária: a cerca jurídica da terra como negação de justiça**. In: Instituto Carioca de Criminologia (org.). Rio de Janeiro: Editora Cortesia, 1997.

- BARRACLOUGH, S. **¿Qué es una reforma agraria?** In: DELGADO, O. (org.) **Reformas Agrarias en América Latina. Procesos y perspectivas.** México: Fondo de Cultura Económica, 1965.
- BENÍTEZ V., R. M. **La reforma agraria en Colombia: vigente y por hacer.** Revista Economía Colombiana, n. 309, p.1-11, 2005.
- BERISTAIN, C. **Reconciliación luego de conflictos violentos: un marco teórico.** Fundación Idea, 2003.
- BIOCOLOMBIA. **Criterios para la Declaratoria de Áreas Naturales Protegidas de Carácter Regional y Municipal.** Bogotá: Fundación para la Conservación del Patrimonio Natural, Biocolombia. Ministerio del Medio Ambiente–Unidad Administrativa Especial del Sistema de Parques Nacionales Naturales. 1999. 80 p.
- BOHORQUEZ, A. R. **Las zonas de reserva campesina como figuras para el desarrollo rural colombiano.** Perspectivas Rurales Nueva Época, n. 22, p. 109-120, 2013.
- BRAICK, P; MOTA, M. **Das Cavernas ao Terceiro Milênio: séculos XVIII e XIX: as fundações do mundo contemporâneo,** São Paulo: Moderna, 2007.
- BRASIL, Departamento Nacional de Produção Mineral. Projeto RADAM, Rio de Janeiro, RJ, 1974.
- BRASIL, Consituição da República Federativa do Brasil, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 23 de março de 2018.
- BRASIL. Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, **lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.** Brasília: MMA/SBF. 7a edição, 2007, 52 p.
- BRASIL, **Lei Estatuto da terra Nº 4.504,** de 30 de novembro de 1964. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm). Acesso em: 22 de outubro de 2016.
- BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Plano de manejo as Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã – Baquiá, Gurupa, Pará.** Brasília: 2016.
- BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Agropecuário.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/agricultura-e-pecuaria/9827-censo-agropecuaria.html?=&series=historicas>. Acesso em: 20 de março de 2018.
- BRIÑEZ, V. G. **História de la Región de El Pato – Caquetá Colombia.** Bogotá: Universidad Surcolombiana de Neiva, 1998.
- BUENO, P. **Função social da propriedade rural. Do direito de propriedade e seu histórico. Da reforma agrária. Questões polêmicas.** Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Presbiteriana Mackenzie: São Paulo, 2015.
- BUQUÉRA FILHO, L. **Anotações sobre a Magna Carta: pesquisa jurídico-histórica.** Curitiba: Instituto de Ciências Sociais e Direito Comparado Universidade Federal do Paraná, 1969.

- CABRAL, C. C. **Terras devolutas e prescrição**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1943.
- CAMELY, N. C., **Do aviamento às cooperativas de trabalhadores**. Revista A nova democracia. Ano III, n.18 2004. Disponível em: <http://anovademocracia.com.br/no-18/849-do-aviamento-as-cooperativas-de-trabalhadores>. Acesso em: outubro de 2017.
- CARDONA, S. N. **La ANUC 45 años de resistencia campesina**. Bogotá: Ed. El Espectador, 2015.
- CARROL, T. F. La Reforma Agrária: una fuerza explosiva en America latina. **Reformas Agrárias en la América Latina**. México: Fondo de Cultura Economica, 1965.
- \_\_\_\_\_. **El problema de la reforma agraria en la América Latina**. Revista de economía política. - Madrid: 1973.
- Carvalho da Silva A. **Desnutrição: nordeste, desespero ou esperança**. Ciência Hoje, n. 5. Ed. FAPESP, São Paulo: 1983.
- CARVALHO, H. M. de. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- CASQUETTE, Jesus. Sociología de la acción colectiva. **Para comprender la teoría sociológica**, 1998.
- CASTILLO, O. **The peasant reserve zones in Colombia as a contribution to the global common good**. In: Reder, M. et ál: Global common good: intercultural perspectives on a just and ecological transformation. Bogotá: 2015.
- CAVALCANTI, M. C. **Estrutura fundiária e reforma agraria no Brasil**. Revista de economia política. v 7, n. 3, p.13-25. 1987.
- CEGA. **Hacia una política de tierras**. Revista Universidad Javeriana No. 532, Bogotá: 1987.
- COLOMBIA, Lei Nº 61 de 01 julho de 1874. Disponível em: <http://www.suin-juriscol.gov.co/viewDocument.asp?id=1614234>. Acesso: 23 de novembro de 2017.
- COLOMBIA, Lei Nº 48 de 1882. Disponível em: <http://www.suin-juriscol.gov.co/clp/contenidos.dll/Leyes/30019427?fn=document->. Acesso em: 23 de novembro de 2017.
- COLOMBIA, Decreto 1110 de 4 de junho de 1928. Disponível em: <http://www.suin-juriscol.gov.co/viewDocument.asp?id=1225682>. Acesso em: 24 de novembro de 2017.
- COLOMBIA, Lei 200 de 30 de dezembro de 1936. Disponível em: <http://www.suin-juriscol.gov.co/viewDocument.asp?id=1654991>. Acesso em: 26 de novembro de 2017.
- COLOMBIA, Lei 1000 de 31 de dezembro de 1944. Disponível em: <http://www.suin-juriscol.gov.co/viewDocument.asp?id=1654991>. Acesso em 26 de novembro de 2017.
- COLOMBIA, **Lei Estatuto de Desarrollo Rural da República de Colômbia, Nº 1152** de 25 de julho de 2007. Disponível em: [http://www.secretariassenado.gov.co/senado/basedoc/ley\\_1152\\_2007.html](http://www.secretariassenado.gov.co/senado/basedoc/ley_1152_2007.html). Acesso em: 22 outubro de 2016.

- COLOMBIA, **Lei Nº 160**, de 05 de agosto de 1994. Disponível em: <http://www.unidadvictimas.gov.co/es/ley-160-de-1994/13656>. Acesso em: 10 de outubro de 2017.
- COLOMBIA, Decreto 1777 de 01 de outubro de 1996. Disponível em: <http://www.desarrolloeconomico.gov.co/sites/default/files/marco-legal/Decreto-1777-1996.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2017.
- COLOMBIA, **Lei Decreto 1177**, de 01 de outubro de 1996. Disponível em: <http://www.alcaldiabogota.gov.co/sisjur/normas/Norma1.jsp?i=40804>. Acesso em: 10 de outubro de 2017.
- COLOMBIA, Procuradoria General de la Nación. **Frontera agrícola, ambiental e minera de la Amazonia colombiana – dialogo entre la comunidad y el ministerio público**. Bogotá: 2012.
- COLOMBIA. DANE. **Censo Nacional Agropecuario**. (2014). (septiembre de 2016). Versión digital disponible en: <http://www.dane.gov.co/index.php/estadisticas-por-tema/agropecuario/censo-nacionalagropecuario-2014>
- COLOMBIA, **Acuerdo final para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera**. Bogotá: 2016. Disponível em: <http://www.altocomisionadopalapaz.gov.co>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2018.
- CORREA R., F. ET AL. **Geografía humana de Colombia. Región Andina Central**. Colombia: Instituto Colombiano de Cultura Hispánica, 2000.
- COX, M. ET AL. **FAO in agrarian reform. Land reform, land Settlement and cooperatives**. Roma: 2003.
- CUNHA, L. A. **A organização do campo educacional: as conferências de educação**. Educação & Sociedade, v. 9, p. 5 - 48, 1981.
- DANZINGER, D.; GILLINGHAM, J. **1215: the year of the Magna Carta**. Nova Iorque: Touchstone, 2005.
- Da SILVA, O. **Lei de terras de 1850**. Revista Santa Catarina em História - Florianópolis, v.1, n.2, 2009.
- DELGADO, O. **Reformas Agrarias en América Latina. Procesos y perspectivas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1965.
- DESMARAIS, A. A. **La Vía Campesina: globalization and the power of peasants**. Black Point: Fernwood Publishing, 2007.
- DIACON, T. A. **Rondon: o marechal da floresta**. Companhia das Letras, 2006.
- DIAS, C. M. **O régimen feudal das donatárias anteriormente à instituição do Governo Geral**. DIAS, C. M. (Dir.). História da colonização portuguesa no Brasil. Porto: Litografia Nacional, 1924, v. 3, p. 217-283.

- DIAS, J. J. A. **“Introdução” in Ordenações Manuelinas: livro I a V: reprodução em fac-símile da edição de Valentim Fernandes (Lisboa, 1512-1513).** Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2002.
- DUNCAN, G. **Los Señores de la Guerra: de paramilitares, mafiosos y autodefensas en Colombia.** Editorial Planeta, Bogotá, 2006.
- ELLIS, F. **Peasant economics – farm households and agrarian development.** Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- FAJARDO, D. **Tierra, poder político y reformas agraria y rural.** Revista cuadernos de tierra y justicia. v.1, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Reforma agraria, extinción de dominio y ordenamiento territorial.** Revista Economía Colombiana, v.309, p.1-7, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Territorios de la agricultura colombiana.** Cuadernos del Centro de Investigaciones sobre Dinámica Social (CIDS) n.12. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2009a.
- FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, **Programa Amazônia, Núcleo Desenvolvimento Local, Projeto Demonstrativo Gurupá. Cadastro das Famílias Residentes na RDS Itatupã e Baquiá.** FASE: Gurupá – Pará, 2005. 13p.
- FELICIO, M. J. **Contribuição ao Debate Paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário.** Presidente Prudente- SP: UNESP, 2010.
- FERNANDES, B. M. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma Agrária.** Boletim Paulista de Geografia, nº. 75, setembro, 1999; p. 83- 129.
- \_\_\_\_\_. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Questão agrária, pesquisa e MST.** São Paulo: Cortez, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** In: BUAINAIN, A. M. (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil.** Campinas: Unicamp, 2005.
- \_\_\_\_\_. **O MST e as reformas agrárias do Brasil.** Revista OSAL. v.24, n.9, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Entrando nos Territórios do Território.** In: PAULINO, E.T.; FABRINI, J.E. (orgs.) **Campesinato e territórios em disputas.** São Paulo: Expressão Popular, 2008b. p. 273-302.
- \_\_\_\_\_. **Sobre a Tipologia de Territórios** In: SAQUET, M. A, e SPOSITO, E. S. (orgs). **Territórios e Territorialidades. Teoria, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 197-215.
- FERNANDES, R. **Qualidade da Educação: Avaliação, Indicadores e Metas.** In: VELOSO F., PESSÔA, S., HENRIQUES, R., GIAMBIAGI, F. (Org.). **Educação Básica no Brasil: construindo o país do futuro.** 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, v. 1, p. 213-238, 2009a.
- FERRARI, E. **Um novo olhar sobre a diversidade das estratégias organizativas locais. Organizações locais na promoção do desenvolvimento.** Revista Agriculturas, 4(2), 4-6, 2007.

- FLOREZ, L. **La cuestión agraria, la democracia y la paz.** Revista Economía Colombiana. v. 309. 2005.
- FRANCO, A., DE LOS RÍOS, I. **Reforma agraria en Colombia: evolución histórica del concepto. Hacia un enfoque integral actual.** Cuadernos de Desarrollo Rural. v. 8, n. 67, p. 93-119, 2011.
- FURTADO, C. **A fantasia desfeita.** São Paulo: FURa, 1989.
- FUKUYAMA, F. **As origens da ordem política: dos tempos pré-humanos até a revolução francesa.** Tradução: Nivaldo Montingelli Jr. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.
- GAGO, E. **The Impact of Peace Movements on a Society Immersed.** In Conflict: An analysis of the framing processes of the Basque peace movement. Department of Peace Studies. Bradford, University of Bradford: 2012.
- GARAY, J. *ET AL.* **El reto ante la tragedia humanitaria del desplazamiento forzado. reconocer y resarcir debidamente los daños y perjuicios.** Comisión de seguimiento a la política pública sobre desplazamiento forzado, Bogotá, 2011.
- GARCÍA, A. **Dinámica de las reformas agrarias en América Latina.** Santiago de Chile: Icir, 1967.
- \_\_\_\_\_. **La estructura del atraso en América latina.** Buenos Aires:1969.
- \_\_\_\_\_. **Sociología de la reforma agraria en América Latina.** Buenos Aires: Amorrortu, 1973.
- GARCÍA N., A. **Modelos operacionales de reforma agraria y desarrollo rural en América Latina.** IICA, San José: 1982.
- GARCÍA, N. A. et al. **Reforma Agraria y desarrollo capitalista en América Latina.** Universidad Nacional de Colombia, Centro de Investigaciones para el Desarrollo, 1986.
- GARCÍA D. M. **To what extent is there a peace movement in Colombia? an assessment of the country's peace mobilization, 1978-2003.** Department of Peace Studies. Bradford, University of Bradford, 2005.
- GERMANI, G. I. **Condiciones históricas sociales que regulan el acceso a la tierra en el espacio agrario de Brasil.** Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, n. 6. 1997.
- GIATTI, L. L.; CUTOLO, S. A. **Acesso à água para consumo humano e aspectos de saúde pública na Amazônia Legal.** Ambiente & Sociedade, 15(1), 93-109, 2012.
- GILHODÈS, P. **Las luchas agrarias en Colombia.** Bogotá: Ed Ecoe, 1988.
- GIRARDI, E. P. **Atlas da Questão Agrária.** São Paulo: UNESP, 2008.
- GODOY, A. M. M. Et al. (orgs.) **A saúde dos trabalhadores rurais de assentamentos e acampamentos de reforma agrária.** Brasília: UNB/Ceam-Nesp/MST-Sector Nacional de Saúde; 2000.

- GONZÁLEZ, J. J. **Amazônia colombiana. Espacio y sociedad.** Bogotá: Clnep. Colección Sociedad y Conflicto. Editorial Antropos, 1998.
- GRANDIN, G. **Fordlândia: ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva.** Rio de Janeiro: Rocco, p. 35-46, 2010.
- GUERRERO, I.C. **Reforma agrária e segurança alimentar em assentamentos rurais: o caso do Horto Vergel, Mogi Mirim/SP.** Tese de doutorado em Engenharia Agrícola. Universidade de Campinas, 2014.
- GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de Latifúndio, 4ª Ed.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A., 1977.
- GUTELMAN, M. **L'agriculture dans l'économie.** Études Rurales, n. 34, p.p 127-129, 1969.
- HARVEY, D. **The new Imperialism.** New York: Oxford Press, 2003.
- HESHUSIUS R. K. **Medición del impacto de un programa de reforma agrária en Colombia.** Bogotá - Colombia: Universidad de los Andes. Documento CEDE, 2005.
- HEREDIA, B. *ET AL.* **Análise dos impactos regionais de reforma agrária no Brasil.** Revista Estudos sociedade e agricultura. v. 18, n. 14, 2002.
- HOFFMANN, R. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.
- HOLANDA, S. B. de. (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira.** São Paulo: DIFEL, 1972. Tomo I (Época Colonial), v. 1 (Do descobrimento à expansão territorial), p. 96-107.
- HOLANDA, M. J. **Abordagens sobre a " reforma agraria" no Brasil.** Revista Tocantinense de Geografia, v. 4, n. 5, 2015.
- HUERTAS, P. **La regulación agraria en Colombia o el eterno déjà vu hacia la concentración y el despojo: un análisis de las normas jurídicas colombianas sobre el agro (1991-2010).** Revista Estudios Socio-Juridicos. v. 16, n. 1, 2013.
- IBARRA, P G. **Manual de sociedad civil y movimientos sociales.** Síntesis, 2005.
- IGLESIAS, J. **Direito Romano.** Tradução: Claudia Miranda Avena. Sao Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.
- IIEB - INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO NO BRASIL. **Regularização fundiária e manejo florestal comunitário na Amazônia. Sistematização de uma experiência inovadora em Gurupá – PA.** Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional, Brasília, 2006.
- ILSA. **Zonas de reserva campesina: elementos de debate.** Bogotá: 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2006.** Brasília: 2006.
- INSTITUTO GEOGRÁFICO AGUSTÍN CODAZZI – IGAC. **Atlas de los suelos colombianos.** Bogotá: IGAC, 1987.



INSTITUTO GEOGRÁFICO AGUSTÍN CODAZZI – IGAC. **Atlas de los suelos colombianos**. Bogotá: IGAC, 10 ed., 2013.

INSTITUTO GEOGRÁFICO AGUSTÍN CODAZZI – IGAC. **Atlas de la distribución de la propiedad rural en Colombia**. Bogotá: Imprenta Nacional de Colombia, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. Ministério Desenvolvimento Agrário, Sala de Imprensa. Disponível em: [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br). Acesso em 15/10/2016.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA, Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/uso-sustent%C3%A1vel/reserva-de-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 15 de agosto de 2017.

JELLINEK, G. **Teoría general del Estado**. Prólogo e tradução: Fernando de los Rios. México: FCE, 2000.

JONSHTON, B. F., & KILBY, P. **Agricultura y transformación estructural**. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1980.

JÚNIOR, L.H.S., Et al. **Qualidade da escola e background familiar na formação de capital humano no brasil**. Fortaleza: Fórum BNB 2009

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. **Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional**. Economia e Sociedade, v. 15, n. 1, p. 79-112, 2006.

KAUTSKY, K. **La cuestión agraria. Estudio de las tendencias de la agricultura moderna y de la política agraria de la socialdemocracia**. Trad. Bayo/Unamuno Paris: Ruedo Iberico, 1970.

KOTZ, D. M. **Globalization and neoliberalism**. Rethinking Marxism, v.12, n. 2, p. 64-79. 2002.

LE COX, J. **Las reformas agrarias. De Zapata a Moa-Tse-Tung**. Barcelona: Ariel, 1976.

LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Papers: revista de sociología, n. 3, p. 219-229, 1974.

LEGRAND, C. **Colonización y violencia en Colombia: Perspectivas y debate**. MACHADO, A. (comp.): El Agro y la Cuestión Social. Tercer Mundo Editores, Bogotá, 1994.

LEITE S, Et al. **Impacto dos assentamentos. Um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo: Ed. Unesp; 2004.

LEITE, S. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil**. Revista NERA. v. 09, n. 8, 2006.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LEÓN, J. A. **El caucho, las violencias y la coca**. In: Los pobladores de la selva. Tomo 1 Ican, Bogotá: Colcultura, PNK, Universidad de la Amazonia, 1995.

- LEVY, J. **História da propriedade**. Tradução: Fernando Guerreiro. Lisboa: Editorial Estampa, 1973.
- LIMA, R. C. **Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas**. 4.ed. Brasília: ESAF, 1988.
- LIRA, S. R. B., **Do aviamento à globalização, facetas do (sub) desenvolvimento da economia paraense**. XII Encontro da Associação Aacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Belém – Pará, 2007.
- LIPTON, M. **Land Reform in Developing Countries. Property rights and property wrongs**. London and New York: Routledge Taylor and Francis Group, 2009.
- MACHADO, C. A. **Una visión renovada sobre la reforma agraria en Colombia**. In: MACHADO, A; SUÁREZ, R. (org.). Bogotá: CEGA, IICA, Tercer Mundo Editores, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Reforma agrária, una ilusión que resultó un fracaso**. Revista Credencial Historia. Número 199. Noviembre de 1999a.
- \_\_\_\_\_. **La cuestión agraria en Colombia a fines del milenio**. Bogotá: Áncora. 1998.
- \_\_\_\_\_. **Agrarismo y ruralidad. En Realidad y perspectivas del sector agrario**. Bogotá: Academia Colombiana de Ciencias Económicas, CEGA, Ministerio de Educación Nacional, 2000.
- \_\_\_\_\_. **De la reforma agraria a la reforma rural. En Colombia, tierra y paz. Experiencias para la reforma agraria. Alternativas para el siglo XXI. 1961-2001**. Bogotá: Incora, 2001.
- \_\_\_\_\_. **De la estructura agraria al sistema agroindustrial**. Universidad Nacional de Colombia, Bogotá: 2002.
- \_\_\_\_\_. **¿Reforma agraria ó reforma rural?** Revista Coyuntura Colombiana. Colombia: Publicaciones del CEGA – Centro de Estudios Ganaderos y Agrícolas. Universidad de los Andes. v. 81, p. 81-95, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Propuesta de investigación sobre la eficiencia y productividad en la pequeña propiedad rural en Colombia**. Documento elaborado para la Comisión de Seguimiento a la Política Pública sobre Desplazamiento Forzado. Bogotá, Colombia. 2011.
- MACHADO, A; BOTELLO, S. **La agricultura familiar en Colombia. Serie Documentos de Trabajo N° 146**. Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial. Programa Cohesión Territorial para el Desarrollo. Santiago, Chile: Rimisp, 2013.
- MACHADO, L. O. **Mitos e realidades da Amazônia brasileira no contexto geopolítico internacional (1540-1912)**. Tesis de Doctorado en Geografía Humana. Universidad de Barcelona. Barcelona: 1989.
- MARTIN, V. O. **La lucha por la tierra. casos comparados de Brasil y España**. Islas Canarias: Ed. Universidad de la Laguna, 2001.

MARTINS, J. S. **A questão agrária no Brasil – S.B.P.C.** – Ciência e Cultura, 27 (8), p. 816 – 818, agosto, 1975.

\_\_\_\_\_. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. **A militarização da Questão Agrária.** Petrópolis: Vozes, 1984.

\_\_\_\_\_. **O poder do atraso.** São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. **Reforma agrária: o impossível diálogo.** Edusp, 2000.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista.** Tradução: Sueli Tomazini Barros. Porto Alegre: L&PM, 2011.

MAZOYER, M. & ROUDART, L. **História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea.** Lisboa: Ed. Histórias e Monografias, 1998.

MAZZA, A.V. *et al.* **O grupo focal como técnica de coleta de dados na pesquisa qualitativa: relato de experiência.** Cogitare Enferm 14.1, 2009, Jan/Mar: 183-8.

MEDEIROS M. M. **Campesinado y lucha por la tierra en Brasil.** In: Bertoncello, R. e Alessandri C., Ana F. (Comp.): *Procesos territoriales en Argentina y Brasil.* Buenos Aires: Instituto de Geografía, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 2003, pp. 183-199.

MELLO, A., Et al. **Origem Familiar, Qualidade da Educação e Escolas Públicas e Particulares em São Paulo: relações e efeitos nas transições escolares.** Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 24, n.1, pp. 97-114, abril 1994.

MESTIZO, C. A. **Marchas cocaleras de 1996: Putumayo y Caquetá, ejemplo de tenacidad campesina.** Tese em Direito. Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales, Universidad Nacional de Colombia, Bogotá: 2001.

MIRANDA, J. **Teoria do Estado e da Constituição.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Ver e atual, 2009.

MISIÓN RURAL. **Colombia en Transición. De la crisis a la convivencia: una visión desde lo rural.** Bogotá: IICA, Tercer Mundo Editores, 1998.

MOLINA, M. C. **Políticas Públicas de Educação de Jovens e Adultos.** In: Fórum Estadual Permanente de Debates da Educação de Jovens e Adultos de Mato Grosso. Anais Enejas. São Paulo: Suplegraf, 2004.

MONDRAGÓN, B. H. **Colombia, tierra y paz. Experiencias y caminos para la Reforma Agraria, alternativas para el siglo XXI.** Bogotá: Incora – Instituto Colombiano de Reforma Agraria, 2001.

\_\_\_\_\_. **¿Dónde está la falla y cómo remediarla?** In: **Colombia, tierra y paz. Experiencias para la reforma agraria. Alternativas para el siglo XXI.** 1961-2001. Bogotá: Incora, 2001a.

MORENO, D. **Procesos organizativos locales y regionales e institucionalidad: elementos a tener en cuenta en los acuerdos de paz.** *Revista Controversia* n.202, junio 2014.

- MORISSAWA, M. **A História da Luta pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- NAVARRO, Z. **Agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica**. In: GASQUES, J. G; VIEIRRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (orgs). A agricultura brasileira. Desempenho, desafios e perspectivas. Brasília, IPEA, 2010, p.185-209.
- NEVES, D. P. **Agricultura familiar: quantos ancoradouros**. Rio de Janeiro, 2005.
- NODA, S. N. **Utilização e apropriação das terras por agricultura familiar amazonense de várzeas**. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. (Orgs.). Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001. p. 181-203.
- NOZOE, N. **Sesmarias e apossamento de terras no Brasil Colônia**. Revista Economia, v. 7, n. 3, p. 587-605, 2006.
- OCAMPO, J. A., ET ÁL. **História económica de Colombia** 4ª Ed. Bogotá: Siglo XXI Editores, 1996.
- OLIVEIRA, A. U. **Agricultura e indústria no Brasil**. In: Boletim Paulista de Geografia, n. 58, setembro de 1981, AGB, p. 5-64.
- \_\_\_\_\_. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Campesinato e Alternativas de Desenvolvimento: a organização da resistência camponesa em Gurupá (PA)**, in rev. Proposta, n° 48, p.38-41, FASE, Rio de Janeiro, 1991a.
- \_\_\_\_\_. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH-USP, 2012.
- ORJUELA, D. B. **Nueves razones para defender las zonas de reserva campesina**. Bogotá: Agencia de Prensa Rural, 2015.
- ORTEGA, G; PALAU, T. (Comp.) **Reformas agrárias e segurança alimentar em assentamentos rurais: O caso do Horto Vergel – Mogi Mirim / SP**. Tese de Doutorado em Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas, SP. 2014.
- OSLAK, O. **Reforma agraria en américa latina: Una aproximación política**. Internacional Review of Community Development. Roma: n. 26. 1971.
- PALOU, J. C. **Aproximación a la cuestión agraria: elementos para una reforma institucional**. Colombia: Fundación ideas para la Paz, Serie Informes N°6, 2008.
- PÉCAUT, D. **A burguesia colombiana do café e a crise de 1930**. In SORJ, B., CARDOSO, FH., and FONT, M., orgs. Economia e movimentos sociais na América Latina [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008. pp. 217-237.

- PÉREZ M.A.G. **O trabalho “doente” entre assentados rurais**. Dissertação de Mestrado em Saúde coletiva, Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Médicas – Universidade Estadual de Campinas. Campinas (SP): Unicamp; 2001
- PÉREZ, M. M. **La conformación territorial en Colombia: entre el conflicto, el desarrollo y el destierro**. Cuadernos de Desarrollo Rural. v. 51, p. 61-90, 2004.
- PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e Impérios Alimentares Lutas por Autonomia e Sustentabilidade na Era da Globalização**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.
- POMBO, J. F. da R. **História do Brasil**. Rio De Janeiro: J. Fonseca Saraiva Ed., [n.d.], vol. III, 1965.
- POMEROY, S. *ET AL.* **Ancient Greece: a political, social and cultural history**. New York: Oxford University Press, 2012.
- QUEIROZ, Et al., Gurupá: Regularização fundiária e manejo dos recursos naturais. Revista trimestral da FASE, Nº 113, 2004.
- DEL PRIORE, M; VENÂNCIO, R. P. **O livro de ouro da história do Brasil: do descobrimento à globalização**. São Paulo: Ediouro Publicações, 2001.
- PNUD. **Colombia rural: razones para la esperanza. informe nacional de desarrollo humano**. Bogotá: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, 2011.
- PULECIO, F. J. **La reforma agraria en Colombia: ¿una tarea inconclusa?** Observatorio de la Economía Latinoamericana. Universidad de Zaragoza. Zaragoza, España, 2006.
- RABELLO, A. C. **(Re)colonizando o sudeste da Amazônia**. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina: 2005.
- RAGIN, C. C. **Introduction to qualitative comparative analysis**. The comparative political economy of the welfare state, v. 299, p. 300-9, 1994.
- RANIERI, S. B. **Retrospecto da reforma agrária no mundo e no Brasil**. In: RAFFESTIN, C. **"Fronteras", Cartes et Figures de la Terre**. Paris: Centre Georges Pompidou, 1980.
- REYES, A. **IV Simpatías y Diferenças. Los dos caminos. En: Obras completas de Alonso Reyes**. México: Letras Mexicanas - Fondo de Cultura Económica, 1995.
- REYES, A. **La compra de tierras por narcotraficantes en Colombia**. Santafé de Bogotá, D.C.: Universidad Nacional de Colombia – IEPRI, 1996.
- RINCÓN, L.F. **Consideraciones teóricas de la cuestión agraria y campesina y la explotación del trabajo campesino por el capital**. Universidad de Caldas, Manizales: Luna Azul, 2016.
- ROCHA, C. **La economía colombiana tras 25 años de narcotráfico**. Bogotá: UNDCP, Ministerio de Salud. 1995.
- ROSAS V. G. **Reforma agraria: no más dilaciones**. Revista Economía Colombiana, v. 309, p. 1-12, 2005.

- ROUSSEAU, J. J. **Do Contrato Social**. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- SABOURIN, E. **Reforma agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais**. Revista Estudos sociedade e agricultura. v. 01, n. 16, 2008.
- SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil. Entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.
- SÁNCHEZ, F. **Cidades-modelo: espelhos de virtude ou reprodução do mesmo**. Cadernos Ippur, v. 13, n. 2, p. 95-114, 1999.
- SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos**. São Paulo: Peirópolis, p. 121, 2005.
- SANTOS, M. **Por una nueva Geografía**. 1990.
- \_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Hucitec, v. 3, 1994.
- SPAROVEK G. **A qualidade dos assentamentos de reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica; 2003.
- SAUER, S. **A luta pela terra e a reinvenção do rural**. In: XI Congresso Brasileiro de Sociologia. 2003.
- SAWYER, D. R. **Campesinato e ecologia na Amazônia**. Instituto SPN, 1991.
- SCHMIDT BV. **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: Ed. UnB; 1998.
- SCHNEIDER, S. **A pluriatividade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.
- SCOPINHO, R. A. **Vigiando a vigilância: saúde e segurança no trabalho em tempos de qualidade total**. São Paulo: Annablume-Fapesp; 2003.
- SEGRELLES, J. A. **Globalización, capitalismo y comercio agroalimentario entre el Mercosur y la Unión Europea**. 1999.
- SERRANO, J. Et al., **La Paz paso a paso. Una mirada a los conflicto colombianos desde los estudios de paz**. CINEP/Javeriana, Bogotá:2013.
- SHANIN, T. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Revista NERA. Ano 8, n.7, 2005.
- SILVA, A.J. **A política fundiária do Regime militar: Legitimação privilegiada e grilagem especializada (Do instituto de Sesmaria ao Estatuto da Terra)**. Tese de doutorado em Sociologia. Universidade de São Paulo: São Paulo, 1997.
- SILVA, J. G. da. **A modernização dolorosa Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**, São Paulo: Zahar, 1981.
- SILVA, V. C. S. **Barômetro da Sustentabilidade aplicado a assentamentos rurais do leste do Estado do Pará, Brasil**. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 36, p. 201-221, abr. 2016.

- \_\_\_\_\_. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. 2ª ed. Campinas: Unicamp, 1988.
- SMITH A. **A Riqueza das Nações**. Volume I –II. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- SPAVOREK, G. (Org.) **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras editora Gráfica, 2003.
- SOARES C.O. **Institucionalização e relações sociais na atenção à saúde em um assentamento rural: o caso do Horto Vergel**. Dissertação de Mestrado em Engenharia Agrícola, Faculdade de Engenharia Agrícola – Universidade Estadual de Campinas. Campinas (SP): Unicamp; 2005.
- SOBRAL, I. S. *ET AL*. **Indicadores de sustentabilidade social nos projetos de assentamentos de reforma agrária em Sergipe**. Revista Eletrônica Geoaraguaia. Barras do Garças – MT. Edição Especial (Setembro), 2013.
- SORRENTINO, M. *et al*. **Comunidade, identidade, diálogo, potência de ação, e felicidade: Fundamentos para Educação Ambiental**. In: SORRENTINO, M (Org.). Educação ambiental e políticas públicas: conceitos, fundamentos e vivências. Curitiba: Appris, 2013. p. 109-118.
- SOUZA, M. **Breve história da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- SUAREZ, G. **Reforma agrária em Colombia: una aproximación desde la academia 1986-2002**. In: La academia y el sector rural 3. Bogotá: Universidad Nacional. 2004.
- THOMSON, A. **The agrarian question and violence in Colombia: conflict and development**. Journal of Agrarian Change, v. 11, n. 3, p. 312-356. 2011.
- TODD, W. **Progress and property rights: from the Greeks to Magna Carta to the Constitution**. Great Barrington: American Institute for Economic Research, 2009.
- TORRES, E. F. **O papel dos atores sociais na consolidação dos assentamentos**. In: XI Congresso Brasileiro de Sociologia, Campinas, 1 a 5 de set. 2003.
- TRUJILLO, G. V. **Estudio socioeconômico de la región de El Pato**. Neiva: Caja de crédito agrário, 1977.
- VARGAS Del VALLE, R. **Experiencias exitosas de combate a la pobreza rural en America Latina: lecciones para una reorientación de las políticas. Caso Colombia: el programa de desarrollo integral campesino (PDIC) del fondo DRI**. Bogotá: FAO, 1999.
- VARGAS, J. C. **Reflexiones sobre el sentido y génesis del desplazamiento forzado en Colombia**. Universitas humanística, n. 65, p. 173-196, 2008.
- VELASCO, M. E. **Quienes son hoy los/as campesinos/as: um acercamiento al proceso de construcción de identidad campesina en el marco del conflicto armada en Colombia. Caso de Estudio: las zonas de Reserva Campesina**. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Nacional de Colombia. Bogotá, 2014.
- VEIGA, J. E. Da. **O que é a reforma agrária**. São Paulo: Abril cultural/brasiliense, 1984.

- \_\_\_\_\_. **O Desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica.** São Paulo: Hucitec, 1991.
- VERHINE, R.E., MELO, A.M.P. **Causes of school failure: the case of the state of Bahia in Brazil.** NGO Education and Development Library, Prospects, v18, n.4, pp. 557-568, 1988.
- VÉLEZ, D. A. **Avaliação de políticas públicas de incentivo à comercialização de leite por agricultores familiares do Distrito Federal e Entorno.** Dissertação de Mestrado em agronegócios, Universidade de Brasília, 2014.
- VIANNA, H. **As sesmarias no Brasil.** In: Anais do II Simpósio dos Professores Universitários de História. Curitiba: ANPUH, 1962, p. 247-274.
- VIEIRA, L. S; SANTOS P. C. T. C. **Amazônia: seus solos e outros recursos naturais.** São Paulo: Ceres, 1987. 416p.
- VIEIRA, L. T. B., **Estado, Mercado e Sociedade Civil: apropriação e legitimidade do discurso ambientalista.** Anais do II Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia. Amazônia: Mudanças Sociais e perspectivas para o séc. XXI. 13 a 15 de setembro. UFPA, Belém - PA, 2010.
- VIEIRA, I. C. G. Et al. **Dinâmicas produtivas, transformações no uso da terra e sustentabilidade na Amazônia.** In: SILFERT, N.; CARDOSO, M.; MAGALHÃES, W.; LASTRES, H. (Orgs.). Um olhar territorial para o desenvolvimento da Amazônia. 1. ed. Rio de Janeiro: BNDES, 2014. p. 370-395.
- VON WELHORF, C. **Neoliberalism: is there an alternative to plundering the Earth?** In: Chossudovsky, M and Marshall, A. G. (Eds.): The Global Economic Crisis: The great depression of the XXI century. 2010.
- WALLERSTEIN, I. **O conceito de desenvolvimento nacional, 1917-1989: elegia e réquiem.** In: WALLERSTEIN, I. Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo. Petrópolis: Vozes. p. 116-129, 2002.
- WANDERLEY M. N. **O Mundo Rural como um Espaço de Vida Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009.
- WARRINER, D. **Land and development economic.** Em: EICHER, C; WITT, L. Agriculture in economic development. Michigan: Mcgraw Hill, 1964.
- \_\_\_\_\_. **Land Reform and Development in the Middle East.** Londres: Royal Institute of International Affairs, 1957.
- WOLF, E; MINTZ, S. **“Las haciendas y plantaciones en Mesoamérica y las Antillas”.** En Florescano, Enrique (coord.). Haciendas, latifundios y plantaciones en América Latina. México: siglo XXI. pp. 493-531, 1975.
- WFTO - World Fair Trade Organization. **Ten principles of fair trade,** 2004. Disponível em: <https://wfto.com/fair--trade/10-principles-fair-trade>. Acesso em: 15 de março de 2018.



## **ANEXOS**

### **ANEXO 1**



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO, dos Imóveis constituídos por uma área aproximada de 64.035ha, localizados nos municípios de Gurupá, Estado do Pará, que entre si fazem, como outorgante **CONCEDENTE**, o INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, e como outorgada **CONCESSIONÁRIA**, a ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS AGROEXTRATIVISTAS DO ITATUPÁ E BAQUIA – ATRAIEB, conforme Processo nº 02070.003569/2011-90, na forma abaixo:

O INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, **ICMBio**, Autarquia Federal, de personalidade jurídica de direito público, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, criada pela Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, CGC nº 08.829.974/0001-94, com sede à EQSW 103/104, Bloco C, Complexo Administrativo, Setor Sudoeste, CEP 70.670-350, Brasília -DF, e jurisdição em todo o território nacional, doravante denominado outorgante **CONCEDENTE**, neste ato representado por seu Presidente **RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO**, brasileiro, casado, Analista Ambiental, matrícula Siapi nº 6885940, residente e domiciliado na QL 05, conjunto 07, Casa 15, Lago Norte, CEP 71.505-775, Brasília - DF, portador da carteira de identidade nº 2.629.419 - SSP/PA e inscrito no CPF sob o nº 083.585.082-04, nomeado pela Portaria/MMA nº 532, de 31 de julho de 2008, publicado no DOU de 31 de julho de 2008, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011; e como outorgada **CONCESSIONÁRIA**, a ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS AGROEXTRATIVISTAS DO ITATUPÁ E BAQUIA – ATRAIEB, inscrita no CNPJ sob nº 07.498.941/0001-46, registrada no Cartório Lobato, Gurupá/PA - Registro Civil de Pessoas Jurídicas. Registro nº 85 Livro 01 - A. Folha 119 em 12/01/2004, Gurupá - PA., representada pelo seu presidente **FRANCISCO DA SILVA PEREIRA**, portador da Cédula de Identidade sob nº 041.946 – SSP/AP e do CPF sob nº 123.841.862-72, de ora em diante denominada simplesmente **CONCESSIONÁRIA**, pelo presente instrumento, e considerado o que consta do processo administrativo **ICMBio** nº 02070.003569/2011-90, têm entre si justa e acordada a **CESSÃO SOB O REGIME DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO GRATUITO E RESOLÚVEL** de área situada nos limites da **RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ITATUPÁ-BAQUIÁ** abaixo descrita e caracterizada, com fundamento no art. 23, do § 1º e 2º item I, II e III da lei nº 9985, de 18 de julho de 2000, e no artigo 13º do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 e no Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007, sob as cláusulas e condições seguintes:

*FS pereira*

*[Assinatura]*  
1

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O **CONCEDENTE** constitui, em favor da **CONCESSIONÁRIA**, CESSÃO SOB O REGIME DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO GRATUITO E RESOLÚVEL, da área de 64.035ha (sessenta e quatro mil e trinta e cinco hectares), compreendido nos limites da **RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ITATUPÁ-BAQUIÁ**, situada no Município de Gurupá, Estado do Pará, conforme o seguinte memorial descritivo: *partindo-se do vértice 01, localizado na foz do Rio Santo Antônio, à margem esquerda do Rio Jaburu, definido pelas suas coordenadas geográficas Latitude 0°34'48.360" S e Longitude 51°21'35.640" W e coordenadas UTM E 459.958,618 m e N 9.935.882,109 m MC 51, ambos georeferenciados ao datum SAD 69, e seguindo a montante pela margem esquerda do Rio Jaburu, com distância de 6.624,31 m, chega-se ao vértice 14, localizado na margem esquerda do Furo do Açacu, de coordenadas geográficas Latitude 0°37'53.400" S e Longitude 51°21'43.560" W e coordenadas UTM E 459.711,969 m e N 9.930.194,804 m; deste, seguindo a montante pela margem esquerda do Furo do Açacu, com distância de 7.581,77 m, chega-se ao vértice 31, localizado na margem direita do Rio Tauari, de coordenadas geográficas Latitude 0°40'14.880" S e Longitude 51°18'59.040" W e coordenadas UTM E 464.789,381 m e N 9.925.856,484 m; deste, seguindo a jusante pela margem direita do Rio Tauari, com distância de 20.191,232 m, chega-se ao vértice 77, localizado na foz do Rio Tauari, à margem esquerda do Canal de Gurupá - Rio Amazonas, de coordenadas geográficas Latitude 0°41'38.040" S e Longitude 51°10'39.720" W e coordenadas UTM E 480.231,161 m e N 9.923.307,548 m; deste, seguindo a montante pela margem esquerda do Canal de Gurupá - Rio Amazonas, com distância de 16.062,06 m, chega-se ao vértice 102, localizado na foz do Rio Baquiá Grande, à margem esquerda do Canal de Gurupá - Rio Amazonas, de coordenadas geográficas Latitude 0°49'34.680" S e Longitude 51°13'44.400" W e coordenadas UTM E 474.518,047 m e N 9.908.666,355 m; deste, seguindo a montante pela margem esquerda do Rio Baquiá Grande, com distância de 20.823,20 m, chega-se ao vértice 118, localizado na foz do Rio Baquiá Preto, à margem esquerda do Rio Baquiá Grande, de coordenadas geográficas Latitude 0°52'04.800" S e Longitude 51°22' 58.440" W e coordenadas UTM E 457.400,110 m e N 9.904.052,923 m; deste, seguindo a montante pela margem esquerda do Rio Baquiá Preto, com distância de 5.530,51 m, chega-se ao vértice 126, localizado na margem esquerda do Rio Baquiá Preto, de coordenadas geográficas Latitude 0°51'34.920" S e Longitude 51°25'42.960" W e coordenadas UTM E 452.308,744 m e N 9.904.980,070 m; deste, confrontando-se com a posse do Sr. Grimaldo, com distância de 1.346,50 m e azimuth verdadeiro de 01°09'09" chega-se ao vértice 127, de coordenadas geográficas Latitude 0°50'51.000" S e Longitude 51°25'42.240" W e coordenadas UTM E 452.335,829 m e N 9.906.326,298 m; deste, confrontando-se com a referida posse do Sr. Grimaldo, com distância de 5.914,31 m e azimuth verdadeiro de 341°09'10" chega-se ao vértice 128, de coordenadas geográficas Latitude 0°47'48.480" S e Longitude 51°26'44.160" W e coordenadas UTM E 450.425,210 m e N 9.911.923,495 m; deste, confrontando-se com a referida posse do Sr. Grimaldo, com distância de 4.197,54 m e azimuth verdadeiro de 346°58'07" chega-se ao vértice 129, de coordenadas geográficas Latitude 0°45'35.280" S e Longitude 51°27'14.760" W e coordenadas UTM E 449.478,716 m e N 9.916.012,930 m; deste, confrontando-se com a referida posse do Sr. Grimaldo, com distância de 3.639,91 m e azimuth verdadeiro de 324°43'36" chega-se ao vértice 130, de coordenadas geográficas Latitude 0°43'58.440" S e Longitude 51°28'22.440" W e coordenadas UTM E 447.376,738 m e N 9.918.984,567 m; deste confrontando-se com a referida posse do Sr. Grimaldo, com distância de 4.876,33 m e azimuth verdadeiro de 16°39'50" chega-se ao vértice 131, localizado na margem direita do rego do Morcego, de coordenadas geográficas Latitude 0°41'26.520" S e Longitude 51°27'37.440" W e coordenadas UTM E 448.775,067 m e N 9.923.656,107 m; deste, seguindo a jusante pela margem direita do rego do Morcego, com distância de 525,11 m, chega-se ao vértice 133, localizado na margem direita do rego do Aderbal, de coordenadas geográficas Latitude 0°41'10.320" S e Longitude 51°27'41.760" W e coordenadas UTM E 448.636,616 m e N 9.924.155,856 m; deste, seguindo a jusante pela margem direita do rego do Aderbal, com distância de 4.565,18 m, chega-se ao vértice 150, localizado na margem direita do rego do Aderbal, de coordenadas geográficas Latitude 0°38'51.360" S e Longitude*

*FS Pereira*

*[assinatura]*



51°27'25.560" W e coordenadas UTM E 449.137,274 m e N 9.928.416,141 m; deste, confrontando-se com a posse do Sr. Aderbal Goes, com distância de 1.973,08 m e azimuth verdadeiro de 58°24'03" chega-se ao vértice 151, de coordenadas geográficas Latitude 0°38'17.880" S e Longitude 51°26'31.200" W e coordenadas UTM E 450.817,819 m e N 9.929.449,975 m; deste, confrontando-se com a referida posse do Sr. Aderbal Goes, com distância de 1927,75 m e azimuth verdadeiro de 40°05'55" chega-se ao vértice 152, de coordenadas geográficas Latitude 0°37'29.640" S e Longitude 51°25'51.240" W e coordenadas UTM E 452.059,493 m e N 9.930.924,574 m; deste, confrontando-se com a referida posse do Sr. Aderbal Goes, com distância de 2.481,69 m e azimuth verdadeiro de 55°32'06" chega-se ao vértice 153, localizado na margem direita do Igarapé do Peixe, de coordenadas geográficas Latitude 0°36'43.920" S e Longitude 51°24'45.000" W e coordenadas UTM E 454.105,586 m e N 9.932.328,964 m; deste, seguindo a jusante pela margem direita do Igarapé do Peixe, com distância de 886,53 m, chega-se ao vértice 162, localizado na margem direita do Igarapé do Galo, de coordenadas geográficas Latitude 0°36'34.560" S e Longitude 51°24'22.320" W e coordenadas UTM E 454.805,041 m e N 9.932.618,450 m; deste, seguindo a jusante pela margem direita do Igarapé do Galo, com distância de 1347,36 m, chega-se ao vértice 167, localizado na Foz do Igarapé do Galo, à margem direita do Rio Santo Antônio, de coordenadas geográficas Latitude 0°35'57.120" S e Longitude 51°24'4.680" W e coordenadas UTM E 455.349,121 m e N 9.933.763,481 m; deste, seguindo a jusante pela margem direita do Rio Santo Antônio, com distância de 5.849,62 m, chega-se ao vértice 01, localizado na foz do Rio Santo Antônio, à margem esquerda do Rio Jaburu, ponto inicial da descrição deste perímetro.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA CESSÃO**

A presente cessão sob o regime de concessão de direito real de uso é feita a título gratuito, resolúvel, intransferível e por tempo determinado.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA FINALIDADE**

O presente pacto contratual tem por finalidade exclusiva, através da concessão de direito real de uso do imóvel discriminado na CLÁUSULA PRIMEIRA, assegurar as condições e os meios necessários à reprodução e melhoria dos modos e da qualidade de vida das populações extrativista ou cuja existência baseie-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais do imóvel objeto deste Contrato, consoante o disposto no art. 2º, XI e XII da Lei nº 9.985/2000.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO PLANO DE UTILIZAÇÃO E DO PLANO DE MANEJO**

As atividades a serem desenvolvidas na área concedida serão regidas pelo Plano de Utilização, documento que estabelece as regras de uso dos recursos naturais e de convivência dos beneficiários, aprovado pelo Conselho Deliberativo da RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ITATUPÃ-BAQUIÁ, e cujo teor deverá observar o que dispõem o Plano de Manejo, a legislação vigente e os regulamentos da Unidade de Conservação.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – As alterações no Plano de Utilização ou no Plano de Manejo da RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ITATUPÃ-BAQUIÁ que contrariarem o disposto neste Contrato prevalecerão em relação à redação originária do presente instrumento, desde que observada a legislação ambiental vigente.



**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Na inexistência do Plano de Manejo da RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ITATUPÃ-BAQUIÁ, o **CONCEDENTE**, com o apoio do **CONCESSIONÁRIO**, terá o prazo de 24 meses, a contar da data da assinatura do presente Contrato, para sua conclusão.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Se o Plano de Manejo a ser aprovado identificar áreas cujo zoneamento seja incompatível com o direito real de uso, o presente contrato resolver-se-á antecipadamente em relação à área incompatível, atendido o disposto na Cláusula Décima.

#### **CLAÚSULA QUINTA – DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS**

As famílias beneficiárias, que constituem a população tradicional usuária da RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ITATUPÃ-BAQUIÁ, serão aquelas identificadas por Cadastro, elaborado pelo **CONCEDENTE** com apoio da **CONCESSIONÁRIA**, aprovado pelo Conselho da Unidade de Conservação.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – No caso da inexistência de Cadastro atualizado, o **CONCEDENTE** terá o prazo de 24 meses a contar da data da assinatura deste instrumento para sua conclusão.

#### **CLAÚSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

I – Constituem Obrigações do **CONCEDENTE**:

- a) convocar o Conselho da RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ITATUPÃ-BAQUIÁ, sempre que for necessário, para garantir o cumprimento deste contrato;
- b) fiscalizar a execução do presente contrato;
- c) realizar, atualizar e confirmar, com o apoio da **CONCESSIONÁRIA**, o cadastramento dos beneficiários da RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ITATUPÃ-BAQUIÁ;
- d) coordenar a elaboração e a revisão do Plano de Utilização da RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ITATUPÃ-BAQUIÁ;
- e) receber, analisar e se manifestar sobre atividades sujeitas à autorização, conforme legislação vigente;
- f) cumprir as obrigações decorrentes deste Contrato.
- g) responder judicialmente e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros relativas às indenizações e desapropriações cabíveis na área de que trata este Instrumento, inclusive por benfeitorias nela existentes, nos termos do art. 45 da Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 c/c art. 1º, I da Lei 11.516, de 28 de agosto de 2007 e Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011.

II – Constituem obrigações da **CONCESSIONÁRIA**:

- a) preservar, recuperar, defender e controlar o imóvel cedido, tomando as providências administrativas para tal fim;
- b) zelar, na área objeto deste Contrato, pela recuperação do meio ambiente e conservação da natureza, através do uso sustentável dos recursos naturais;
- c) assegurar que a utilização do imóvel seja compatível com as finalidades sociais que motivaram a cessão objeto do presente Contrato, com o Plano de Utilização da RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ITATUPÃ-BAQUIÁ e demais normas legais e infralegais vigentes;





- d) responsabilizar-se pelos encargos civis e administrativos, que venham a incidir em caso de descumprimento do Contrato, e pelos encargos tributários decorrentes das atividades sujeitas à tributação;
- e) assegurar que as intervenções a serem realizadas na área tenham a prévia aprovação do **CONCEDENTE**, respeitados o Plano de Utilização, o Plano de Manejo da RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ITATUPÃ-BAQUIÁ, os demais regulamentos da Unidade de Conservação e a legislação ambiental vigentes;
- f) supervisionar a área concedida, assegurando o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis com vistas à melhoria da qualidade de vida dos beneficiários da RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ITATUPÃ-BAQUIÁ e suas famílias, facilitando seu acesso ao crédito e aos demais serviços indispensáveis ao seu progresso social e econômico;
- g) submeter ao **CONCEDENTE** e ao Conselho Deliberativo da RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ITATUPÃ-BAQUIÁ as ações e atividades pertinentes ao cumprimento do presente Contrato, bem como o aporte de recursos e obrigações extras, quando relacionadas à sua execução;
- h) garantir às famílias beneficiárias, cadastradas pelo **CONCEDENTE**, independentemente de serem ou não associadas à **CONCESSIONÁRIA**, o direito ao uso da área objeto da presente concessão;
- i) outorgar Reconhecimento de Ocupação Gratuita de fração ideal, observado modelo de instrumento a ser aprovado pelo **CONCEDENTE**, a todo morador que expressamente aceitar as condições deste Contrato e comprovar que reside no local, não é proprietário de imóvel rural e se enquadra como população tradicional beneficiária da RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ITATUPÃ-BAQUIÁ;
- j) emitir e fornecer declarações e outros documentos relativos à execução deste instrumento contratual somente às famílias beneficiárias da RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ITATUPÃ-BAQUIÁ, apenas em nome da mulher ou dos dois cônjuges, ressalvada a possibilidade de emissão em nome do homem quando este não for casado ou não constituir união estável, hipótese que deverá constar expressamente na declaração;
- k) apoiar o **CONCEDENTE** no cadastramento das famílias beneficiárias;
- l) facilitar a atuação supervisora do **CONCEDENTE**, a fim de fiscalizar o devido cumprimento da legislação ambiental e das condições estipuladas neste instrumento, fornecendo, sempre que solicitado, amplo acesso às informações e documentos relacionados à execução do objeto do presente Contrato;
- m) não edificar construções que venham a descaracterizar a área objeto deste Contrato sem prévia e expressa autorização do **CONCEDENTE**;
- n) não fazer uso de espécies localmente ameaçadas de extinção ou de práticas que danifiquem os seus habitats;
- o) não realizar práticas ou atividades que impeçam a regeneração natural dos ecossistemas;
- p) executar, bem e fielmente, o Plano de Utilização, observando as demais obrigações decorrentes deste Contrato, o Plano de Manejo, a legislação ambiental e os demais regulamentos da Unidade de Conservação, assim como recuperar e/ou preservar o meio ambiente e os recursos naturais renováveis.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Ao **CONCEDENTE** é assegurado, nos termos do art. 1º, IV, da Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, o exercício do poder de fiscalizar e autuar administrativamente a **CONCESSIONÁRIA**, seus associados e demais ocupantes da área, quando forem constatadas práticas contrárias aos termos ora pactuados e que contrariem a legislação vigente, o Plano de Manejo, o Plano de Utilização da RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ITATUPÃ-BAQUIÁ ou os demais regulamentos da Unidade de Conservação.

*A. S. Pereira*

*[Assinatura]*

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE PARA A OBTENÇÃO DE CRÉDITO**

O presente Contrato atesta, para fins de obtenção de créditos necessários à gestão deste instrumento, que o **CONCEDENTE** reconhece a **CONCESSIONÁRIA** como representante legítima dos beneficiários desta Unidade de Conservação.

Para a obtenção dos créditos necessários à manutenção e à melhoria da qualidade e do modo de vida das famílias beneficiárias, em observância à **CLÁUSULA QUINTA**, é de inteira responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** emitir atestado acerca da regularidade da posse e/ou do uso adequado dos recursos naturais.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA UTILIDADE PÚBLICA E CONCESSÃO ONEROSA**

Com a finalidade de cumprir com os objetivos da **RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ITATUPÃ-BAQUIÁ**, definidos na Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, poderá o **CONCEDENTE** transferir a terceiros o direito de uso do imóvel por meio da utilização de outros instrumentos, salvaguardada a oitiva da **CONCESSIONÁRIA** e do Conselho da Unidade de Conservação:

- a) cessão de uso gratuita ou onerosa, nos termos do art. 18 e 19 da Lei 9.636/1998;
- b) concessão de uso;
- c) locação ou arrendamento em condições especiais por prazo de até 20 anos, nos termos do art. 95 a 98 do Decreto-Lei 9.760/1946, para exploração dos frutos ou prestação de serviços em apoio à sustentabilidade econômica da **RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ITATUPÃ-BAQUIÁ**;
- d) locação para residência de servidores, nos termos do art. 86 e seguintes do Decreto-Lei 9.760/1946, para atuação no interesse do serviço público necessário à gestão da **RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ITATUPÃ-BAQUIÁ**;
- e) permissão de uso em caráter temporário, gratuita ou onerosa, nos termos do art. 22 da Lei 9.636/1998;
- f) autorização de uso, em caráter unilateral e precário; e
- g) outras formas de transferência previstas em lei.

#### **CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

O presente contrato terá vigência de 50 (cinquenta) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO**

Ocorrerá rescisão do presente Contrato, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, se a **CONCESSIONÁRIA**, em conjunto ou individualmente, descumprir o disposto no presente Contrato, especialmente se der destinação diversa do ajustado na área em cessão ou se houver desrespeito ao Plano de Utilização ou Plano de Manejo da **RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ITATUPÃ-BAQUIÁ**, bem como aos regulamentos vigentes.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Não cabe a **CONCESSIONÁRIA** indenização ou ressarcimento algum, em ocorrendo inadimplência de qualquer obrigação assumida.

*F. Sporeiro*

*6*



**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Pelo descumprimento de quaisquer disposições e condições estipuladas neste instrumento, fica o **CONCEDENTE**, desde já, autorizado pela **CONCESSIONÁRIA**, a rescindi-lo unilateralmente, cancelando o Registro que houver sido feito e revertido, a seu favor, a posse e uso do imóvel objeto deste Contrato, perdendo, neste caso, a **CONCESSIONÁRIA** e/ou demais beneficiários, benfeitorias de quaisquer natureza.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - No caso de descumprimento deste Contrato, especialmente quando da ocorrência de danos e turbação possessória, bem como de irregularidades de representação, os representantes das partes responderão civil, penal e administrativamente, no que couber.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Nos casos de denúncia, rescisão ou encerramento do presente Contrato, as tarefas em fase de execução, as atribuições, as responsabilidades, o patrimônio, as indenizações e as demais pendências serão definidas e resolvidas por meio de um Termo de Encerramento de Contrato, através do qual serão atribuídas responsabilidades relativas à conclusão ou extinção de obrigações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA INDENIZAÇÃO DAS BENFEITORIAS**

Vencendo o Contrato e não havendo interesse em renovação pelas partes serão indenizadas as benfeitorias úteis e necessárias, realizadas pela **CONCESSIONÁRIA** e/ou pelas famílias beneficiárias, cuja realização tenha sido, prévia e indispensavelmente, conhecida ou autorizada pelo **CONCEDENTE**, conforme o caso.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO RESPONSÁVEL INSTITUCIONAL PELO ICMBio**

O Chefe da Unidade de Conservação de Uso Sustentável RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ITATUPÁ-BAQUIÁ fica designado como responsável institucional para, em nome do **CONCEDENTE**, implementar as ações concernentes ao monitoramento e cumprimento das obrigações da **CONCESSIONÁRIA**.

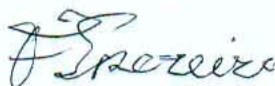
#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA AÇÃO PROMOCIONAL**

Qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente Contrato deverá ter caráter educativo, informativo e de orientação social, não podendo dela constar nomes, símbolos e imagens que caracterizem promoção pessoal nos termos do art. 37, §1º, da Constituição Federal.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Nas ações promocionais de que trata o caput será obrigatoriamente destacada a participação do **CONCEDENTE**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA OMISSÃO**

Os casos omissos ao presente Contrato serão resolvidos de acordo com a legislação vigente, a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.





#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO


O **CONCEDENTE** providenciará à sua conta a publicação deste instrumento, em extrato no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da sua assinatura, devendo ocorrer no prazo máximo de vinte dias daquela data.


#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

As partes elegem o foro da Justiça Federal, Subseção Judiciária de Santarém, no Estado do Pará, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato.


E, por estarem as partes em pleno acordo em tudo quanto se encontra disposto neste Instrumento Público, assinam-no na presença das testemunhas abaixo, em 3 (três) vias de igual teor e forma.

BRASÍLIA/DF, 02 DE FEVEREIRO DE 2011.

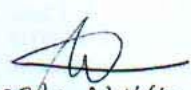
  
RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO  
MELLO  
Presidente do ICMBIO

  
FRANCISCO DA SILVA PEREIRA  
Presidente da ATRAEIB

Testemunha

  
NOME: DANIEL GUIMARÃES B. FONTENADO  
CPF: 216.067.038-38

Testemunha

  
NOME: PEDRO ALVES VIEIRA  
CPF: 354.764.782-72



## ANEXO 2

### **Formato de entrevista para coleta de dados primários**

Eu gostaria de solicitar a sua ajuda para realizar a pesquisa de minha Tese de doutorado. Esta pesquisa focalizada nos especialistas dos diferentes órgãos envolvidos no tema das Zonas de Reserva Campesina, especialmente a ZRC El Pato – Balsillas e, da Reservas de Desenvolvimento Sustentável, especificamente a RDS Itatupã - Baquiá.

A pesquisa tem como título **“A luta pela vida na Floresta: um estudo comparativo entre a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã – Baquiá (Brasil) e a Zona de Reserva Campesina El Pato – Balsillas (Colômbia)”**. O estudo tem como objetivo geral: analisar as mudanças ocorridas como resultado da criação da Zona de Reserva Campesina El Pato – Balsillas e da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã – Baquiá, em termos de: política fundiária (posse da terra e reestruturação fundiária) e política agrícola em aspectos sociais como: moradia, educação, saúde e nos sistemas de organização social e em aspectos econômicos como: sistemas produtivos, renda, assistência técnica, acesso ao crédito e aos mercados.

Você foi escolhido para participar nessa pesquisa devido ao conhecimento que tem sobre o tema e ao aporte que esse conhecimento pode dar para atingir com sucesso o objetivo geral. Os dados que você compartilhar com a pesquisa são de caráter confidencial e só serão usados em conjunto com os dados de outros entrevistados (e não serão associados a você nem a nenhum outro entrevistado).

Nome do entrevistado: \_\_\_\_\_

Empresa/instituição: \_\_\_\_\_ Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone de contato: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_

Solicito a sua autorização para gravar esta entrevista.

## **1. Estrutura Fundiária na ZRC El Pato Balsillas ou na RDS Itatupã – Baquiá.**

a- Respeito a estrutura fundiária na área (ZRC ou RDS) responda, baixo meio ou alto nível, para cada uma das características mencionadas a seguir:

- Nível de concentração da propriedade: Alto\_\_\_\_, Meio\_\_\_\_, Baixo\_\_\_\_.
- Conflitos pela terra: Alto\_\_\_\_, Meio\_\_\_\_, Baixo\_\_\_\_.
- Potencial de crescimento e desenvolvimento econômico: Alto\_\_\_\_, Meio\_\_\_\_, Baixo\_\_\_\_.
- Nível de vinculação com a Agroindústria: Alto\_\_\_\_, Meio\_\_\_\_, Baixo\_\_\_\_.
- Acesso ao crédito e investimentos: Alto\_\_\_\_, Meio\_\_\_\_, Baixo\_\_\_\_.
- Facilidade de associativismo e cooperativismo: Alto\_\_\_\_, Meio\_\_\_\_, Baixo\_\_\_\_.
- Titulação e posse da propriedade: Alto\_\_\_\_, Meio\_\_\_\_, Baixo\_\_\_\_.
- Desenvolvimento institucional: Alto\_\_\_\_, Meio\_\_\_\_, Baixo\_\_\_\_.
- Relações de sociais e de trabalho: Alto\_\_\_\_, Meio\_\_\_\_, Baixo\_\_\_\_.
- Uso da terra: Produtivo\_\_\_\_, Especulativo\_\_\_\_, Ambos\_\_\_\_.
- Presença do Estado: Alto\_\_\_\_, Meio\_\_\_\_, Baixo\_\_\_\_.

## **2. Características sociais nas áreas de estudo.**

a- Em relação à moradia nas áreas de estudo (ZRC e RDS) responda para cada uma das características mencionadas a seguir:

- Condições físicas gerais das residências: Boas\_\_\_\_, regulares\_\_\_\_, ruins\_\_\_\_.
- Principais materiais usados na construção das residências?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

- Disponibilidade de energia elétrica nas áreas de estudo:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

- Forma ou formas de acesso à energia elétrica nas áreas de estudo:

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_.

- Forma ou formas de aquisição da moradia: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_.

- Forma ou formas de cocção dos alimentos: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_.

No seu conceito, houve alguma mudança em alguma ou algumas das características acima, relativas à moradia, após a criação das áreas (ZRC ou RDS):

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_.

Quais foram essas mudanças? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_.

b- Em relação à educação nas áreas de estudo (ZRC e RDS) responda para cada uma das características mencionadas a seguir:

- Condições físicas gerais das escolas: Boas\_\_\_\_, Regulares\_\_\_\_, Ruins\_\_\_\_\_.
- Existe política pública de merenda escolar: Sim\_\_\_\_, Não\_\_\_\_\_.
- Existe política pública de transporte escolar: Sim\_\_\_\_, Não\_\_\_\_\_.
- Na sua opinião, o nível de evasão escolar na área é: Alto\_\_\_\_, Meio\_\_\_\_, Baixo\_\_\_\_\_.

Mencione as principais causas da evasão escolar na área

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_.

- Na sua opinião, o nível de escolaridade na área é: Alto\_\_\_\_, Meio\_\_\_\_, Baixo\_\_\_\_\_.

- Na sua opinião, a qualidade do ensino na área é: Boa\_\_\_\_, Regular\_\_\_\_, Péssima\_\_\_\_.
- Na sua opinião, o nível de acesso ao ensino superior na área é: Alto\_\_\_\_, Meio\_\_\_\_, Baixo\_\_\_\_.

Se a sua resposta é nível baixo, por favor, mencione as principais causas do baixo acesso ao nível superior nas comunidades\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

No seu conceito, houve alguma mudança em alguma ou algumas das características acima, relativas à educação, após a criação das áreas (ZRC ou RDS):

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

Quais foram essas mudanças? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

c- Em relação à saúde nas áreas de estudo (ZRC e RDS) responda para cada uma das características mencionadas a seguir:

- Condições físicas gerais dos postos de saúde: Boas\_\_\_\_, Regulares\_\_\_\_, Ruins\_\_\_\_.
- Provisão do posto de saúde: Boa\_\_\_\_, Regular\_\_\_\_, Ruim\_\_\_\_.
- Existe saneamento básico: Redes de esgoto: Sim\_\_\_\_, Não\_\_\_\_; coleta de resíduos sólidos: Sim\_\_\_\_, Não\_\_\_\_.

Se sua resposta é não, por favor indique as principais formas de coleta de resíduos sólidos e de dejetos humanos:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

- Mencione por favor a forma ou formas de captação de água, assim como o tratamento da água para consumo humano na área de estudo:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

- Indique, por favor, as principais formas de acesso aos serviços médicos por parte dos moradores da área: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

No seu conceito, houve alguma mudança em alguma ou algumas das características acima, relativas à saúde, após a criação das áreas (ZRC ou RDS):

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

Quais foram essas mudanças? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

### **3. Características econômicas nas áreas de estudo.**

- a- Descreva, por favor os sistemas produtivos na área, em relação as principais atividades agropecuárias desenvolvidas pelas comunidades residentes: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

No seu conceito, houve alguma mudança relacionada às principais atividades agropecuárias desenvolvidas na área como consequência da criação das áreas (ZRC ou RDS): \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

Quais foram essas mudanças? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

b- Em relação aos sistemas produtivos, por favor responda:

- Principal ou principais produto(s) econômico(s) gerador(es) de renda:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

- Nível de participação dos sistemas produtivos na economia familiar: Alto\_\_\_\_\_, Meio\_\_\_\_\_, Baixo\_\_\_\_\_. Explique sua resposta:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

- Qual é o nível de tecnologia utilizado? (Insumos e maquinaria). Alto\_\_\_\_\_, Meio\_\_\_\_\_, Baixo\_\_\_\_\_. Explique sua resposta:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

- Qual é o nível de especialização da UP, na maioria dos casos? Policultura (várias culturas), especializada ou em vias de especialização (poucas linhas de exploração).: Especializada \_\_\_\_\_, Policultura\_\_\_\_\_. Explique a sua resposta\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_.

- Qual é a participação no mercado, da maior parte destes agricultores familiares?

Pequena (mais autoconsumo que venda ao mercado) \_\_\_\_\_, próxima de 50% de venda ao mercado, 50% de autoconsumo\_\_\_\_\_, Grande (mais venda ao mercado que autoconsumo) \_\_\_\_\_. Explique sua resposta:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

- Qual é o tipo de mão de obra usado no sistema produtivo? Especialmente familiar, com pequena contratação sazonal ou predominantemente familiar com eventual contratação assalariada ou temporária:

Especialmente familiar, com pequena contratação sazonal \_\_\_\_\_, predominantemente familiar com eventual contratação assalariada ou temporária\_\_\_\_\_. Explique a sua resposta\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_.

- Existe assistência técnica (por meio de capacitação ou orientação sobre tecnologias de produção ou gestão da produção) na área? Sim\_\_\_\_, Não\_\_\_\_.
- A qualidade e frequência de essa assistência técnica é:
  - De boa qualidade e frequente. ( )
  - De boa qualidade e pouco frequente. ( )
  - De baixa qualidade e frequente. ( )
  - De baixa qualidade e pouco frequente. ( )

No seu conceito, houve alguma mudança em alguma ou algumas das características acima, relativas à moradia, após a criação das áreas (ZRC ou RDS):

\_\_\_\_\_.

Quais foram essas mudanças? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_.